



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO  
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA**

**TENSÕES TERRITORIAIS NO USO DA ÁGUA  
EM DIAS D'ÁVILA-BAHIA**

SALVADOR  
2011

**DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA**

**TENSÕES TERRITORIAIS NO USO DA ÁGUA  
EM DIAS D'ÁVILA-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria  
Macêdo de Alencar

UCSal. Sistema de Bibliotecas

P834 Porciuncula, Débora Carol Luz da.  
Tensões territoriais no uso da água em Dias d'Avila-Bahia/ Débora  
Carol Luz da Porciuncula. – Salvador, 2011.  
185 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em  
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.  
Orientação: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Rural 2. Urbano/Industrial 3. Natureza 4. Água 5. Ruralidade  
Metropolitana 6. Tensões Territoriais - Uso da Água - Dias d'Avilia -  
Bahia I. Título.

CDU711.4:628.1(813.8)

## TERMO DE APROVAÇÃO

**DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIÚNCULA**

**Tensões territoriais no uso da água em Dias d'Ávila - Bahia.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 26 de abril de 2011.

Banca Examinadora:



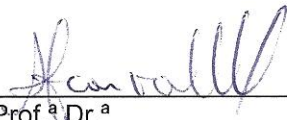
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Orientador (a) Cristina Maria Macêdo de Alencar  
Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Católica do Salvador - UCSal



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Silvana Sá de Carvalho  
Doutor em Geografia  
Universidade Católica do Salvador - UCSal.



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Miriam de Fátima Carvalho Machado  
Doutora em Geotecnia  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

*Dedico esse estudo a todos que ousam acreditar em seus sonhos. Aqueles que descobriram que realizá-los envolvem muita determinação, paciência, desprendimento, alegria e coragem.*

## AGRADECIMENTOS

Somente agora, quando reconheço todo caminho percorrido que culminou com a realização desse estudo, que me dou conta de como a vida tem sido generosa comigo. Todas as dificuldades, descaminhos, angústias e dúvidas; todas as alegrias, (re) encontros e conquistas me proporcionaram a grata felicidade de poder conhecer pessoas, de poder contar com pessoas e de me surpreender com elas, além de fortalecer minha fé em Deus. Muitos são os agradecimentos que tenho a fazer, alguns que assumem o tom de reconhecimento quando se trata de pessoas que se mostraram simplesmente surpreendentemente generosas.

Dessa forma, quero agradecer muitíssimo a minha orientadora, a Profa. Cristina Maria Macêdo de Alencar, que me proporcionou a liberdade que precisava para tornar-me realmente livre e, somente dessa forma, responsável. Assumindo um compromisso que transcende o trabalho acadêmico e ressoa para a vida. Por ter me provocado as mais profundas reflexões, que resultaram na tomada de novos caminhos; que me permitiu questionar, duvidar, desacreditar e, finalmente descobrir o que já era claro; que pacientemente me ouviu e auxiliou-me a todo o momento.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro, imprescindível para que eu conseguisse cursar o mestrado com tranquilidade.

Quero agradecer as pessoas, aos moradores de Dias d'Ávila, que me ajudaram nos trabalhos de campo e que me permitiram reconhecê-las como sujeitos no processo produção material, imaterial e social do território de Dias d'Ávila. Dentre esses, fica meu muitíssimo obrigado ao colega, geógrafo e morador de Dias d'Ávila, Marcos Vinicius Pereira Costa (*in memoriam*) e sua esposa Neide Costa, e ao Rogério Lima, repórter, comprometido com os problemas que afligem Dias d'Ávila.

Meu muitíssimo obrigada, a todos que me receberam em repartições públicas e privadas, que se envolveram na energia do meu entusiasmo com a pesquisa e foram generosos e pacientes comigo.

Aos amigos e colegas de profissão Jorge de Oliveira Andrade, então membro do grupo de pesquisa DSN (Desenvolvimento Sociedade e Natureza) e ao Alanderson Matos pelo apoio nos trabalhos de campo, e auxílio na confecção dos mapas. Aos demais membros do grupo DSN.

Aos professores do mestrado, especialmente a Professora Dra. Maria Helena Ochi Flexor por ter me proporcionado através de sua postura crítica e comprometida com o trabalho científico o exercício da reflexão e crítica. Alertando sobre a importância do reconhecimento das filiações paradigmáticas, filosóficas e políticas que todos assumimos ao produzirmos conhecimento científico.

Aos colegas do mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, turma de 2009.

Aos funcionários da Universidade Católica do Salvador, pela generosidade, atenção, prestatividade e acolhimento. Em especial a Professora Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes, Superintendente de Pesquisa e Pós Graduação; a Heliana Pitangueiras, Ritanei Farias, Leônidas, Jane Moraes, Claudia, Carla, Marilena, Eliane e Geraldo.

As professoras Silvana Sá de Carvalho e Mirian de Fátima Carvalho que compuseram minha banca examinadora e somaram a minha dissertação importantes sugestões.

Aos amigos e familiares, que permaneceram ao meu lado, apesar de nem sempre durante esse período pude ter estado ao lado deles fisicamente.

Aos meus amados irmãos Cristiano, Pablo Luis e Caroline Luz da Porciuncula, cuja presença constante e alegrias costumeiras permitiram que esse caminho fosse mais suave, mais cheio de risos, cheiros e cores que só nós mesmos conhecemos e reconhecemos.

Aos meus pais queridos e parceiros inestimáveis: Luis Carlos da Porciuncula e Cirolanda Luz da Porciuncula. Essa que em muitos momentos se tornou minha única interlocutora, quem suportou ao meu lado todas as angústias e aflições, todas as descobertas e alegrias da pesquisa, fica registrada minha eterna gratidão!

Por fim, a Espiritualidade sempre presente em minha vida, pelo auxílio, compreensão e inspirações.

Obrigada!

A necessidade, para ciência, de se auto-estudar supõe que os cientistas queiram auto-interrogar-se, o que supõe que eles se ponham em crise, ou seja, que descubram as contradições fundamentais em que desembocam as atividades científicas modernas e, nomeadamente, as injunções contraditórias a que está submetido todo cientista que confronte sua ética do conhecimento com sua ética cívica e humana. [...] a crise espiritual e moral de cada um diante de sua responsabilidade, no seu próprio trabalho, são as condições *sine qua non* do progresso da consciência. (MORIN, 2010, p.35, grifo do autor)



## RESUMO

Porciuncula Débora Carol Luz da. Tensões territoriais no uso da água em Dias d'Ávila – Bahia. 2011. 185f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, 2011.

O estudo aborda problemas considerados fundamentais para conhecer e discutir a dinâmica territorial no município de Dias d'Ávila-Bahia com relação à ocupação e à expansão urbano-industrial em ambiente originalmente rural, partindo do entendimento de que o processo de urbanização foi diretamente influenciado pela industrialização da região, coordenado pela ação do Estado desenvolvimentista da década de 1970. Constata-se nesse processo a invisibilidade da dinâmica rural, construída sócio-historicamente e socialmente dada, ilustrando-se cartograficamente; essa dinâmica é responsável pela construção da identidade deste município, diretamente relacionada a suas águas. O estudo caracteriza e problematiza a formação do espaço urbano/industrial em Dias d'Ávila, explicitando suas implicações negativas sobre a água, geradoras de tensões. Essas tensões foram estudadas tendo como referência teórica a noção de *ruralidade metropolitana*, que possibilitou caracterizar a relação entre o rural e o urbano, e entre essas categorias e a natureza, em variadas formas de disputa que se expressam em três categorias de tensões: (i) na apropriação da natureza; (ii) nos usos geradores de riscos ambientais; e (iii) no uso da natureza em atividades culturais. No caso de Dias d'Ávila, a água é o elemento da natureza em disputa. A partir da noção de ruralidade metropolitana foi validado nesse estudo o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM), o qual possibilitou a identificação e a apropriação de evidências empíricas que tensionam o modo de vida rural e urbano, tendo a água como centralidade dessa relação tensionada. Cartografias de análise e de síntese ilustram e respaldam o Indicador e as análises interpretativas.

**Palavras-chave:** Rural. Urbano/Industrial. Natureza. Água. Ruralidade Metropolitana.

## ABSTRACT

Porciuncula, Débora Carol Luz da. Territorials tensions in the use of water in the city of Dias d'Ávila – Bahia. 2011. 185f. Dissertation (Master's Degree) - Graduate Program in Territorial Planning and Social Development of The Catholic University of Salvador, 2011.

The review approaches issues that are considered fundamental to know and discuss about the territorial dynamics of the city of Dias d'Ávila, in Bahia, Brazil, in relation to the urban-industrial occupation and expansion in rural environment, starting from the understanding that the urbanization process was directly influenced by the industrialization of the region, coordinated by the developmental state of the 70's. In this process, we find the invisibility of rural dynamics, socio-historically built and socially given, being cartographically illustrated. This dynamics is responsible for the construction of the city's identity, directly related to its water sources. This review characterizes and discusses the formation of the urban/industrial space in the city of Dias d'Ávila, emphasizing its negative implications on the water sources, which bring tensions. This tensions were studied theoretically based on the metropolitan rurality notion, that made possible to characterize the relation between rural and urban and this categories and the nature in several ways of contest that are expressed in three categories of tensions: (i) in the nature appropriation; (ii) in the uses that generate ambiental risks; and (iii) in the use of nature in cultural activities. In the city of Dias d'Ávila case, the water is the element from the nature that is in contest. Starting from the notion of metropolitan rurality, the Metropolitan Rurality Qualitative Indicator (IQRM) was evaluated in this review, which enabled the identification and appropriation of empirical evidences that get the rural and urban way of living tensed up, considering the water sources as the center of this tense relation. Analysis and synthesis cartographies illustrate and endorse the Indicator and the interpretative analysis.

Keywords: Rural. Urban/Industrial. Nature. Water. Metropolitan Rurality.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANA** – Agência Nacional de Águas
- APP** – Áreas de Preservação Permanente
- APA** – Área de Preservação Ambiental
- COPEC** – Complexo Petroquímico de Camaçari
- CONDER** – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia
- DDF** – Diretoria de Desenvolvimento Florestal
- DSG** – Diretoria de Serviço Geográfico do Exército
- DERBA** – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado da Bahia
- EMBASA** – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
- GPS** – Global *Positioning System*
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INGÁ** – Instituto de Gestão das Águas e do Clima do Estado da Bahia
- IQRM** – Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana
- PDDM** – Plano de Diretor de Desenvolvimento Municipal
- PDU** – Plano de Desenvolvimento Urbano
- PIC** – Polo Industrial de Camaçari
- RMS** – Região Metropolitana de Salvador
- SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- TIB** – Território de Identidade Baiano
- UTM** – *Universal Transverse Mercator*
- ZPU** – Zona Predominantemente Urbana
- ZPR** – Zona Predominantemente Rural
- WAAS** – *Wide Area Augmentation System*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama de procedimentos do IQRM. ....	47
Figura 2 – Diagrama dos procedimentos para a elaboração do “Mapa Síntese da Área Urbana de Dias d’Ávila”.....	49
Figura 3 – Diagrama de procedimentos para a confecção do <i>shape file</i> da Barragem de Santa Helena. ....	51
Figura 4 – GPS e Trex Venture usado nos campos. ....	52
Figura 5 – Usando o GPS no campo (Dez/2010). ....	52
Figura 6 – Diagrama de Estruturação dos procedimentos da pesquisa. ....	53
Figura 7 – Região Metropolitana de Salvador, localização do município de Dias d’Ávila/BA.....	55
Figura 8 – Crescimento da população no município de Dias d’Ávila/BA, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.....	56
Figuras 9 e 10 – Representação da Feira do Capoeira. ....	59
Figura 11 – Praça do Balneário, no passado (COPEC, 1974). ....	72
Figura 12 – Praça do Balneário, na atualidade (2010) ....	72
Figura 13 e 14 – Pescadores jogando “tarrafa”, lago da Barragem de Sta. Helena, ao fundo chaminé do PIC exalando fumaça (Dez/2010). ....	73
Figura 15 – Menino pescando no lago da Barragem de Santa Helena (Set/2010). ....	73
Figura 16 – Pessoas se banhando no lago da barragem, rodeados de “baronesas”, bioindicador de contaminação da água (Dez. 2010). ....	73
Figura 17 – Pescaria e conversa no lago da barragem (Dez/2010). ....	74
Figura 18 – Lazer no lago da Barragem de Sta. Helena (Dez/2010). ....	74
Figura 19 – Lago da Barragem de Santa Helena, ao fundo Polo Petroquímico de Camaçari (PIC) (Set/2010). ....	74
Figura 20 e 21– Ônibus da empresa de transporte Viação Cidade das Águas (Dez/2010). ....	75
Figura 22 – Empresa de água mineral Maiorca (Dez/2010). ....	75
Figura 23 – Empresa de Água Mineral Dias d’Ávila (Dez/2010). ....	75
Figura 24 – Padrão da ocupação da área urbana de Dias d’Ávila. ....	81
Figura 25 – Padrão das ruas na década de 1970: Chácara no Loteamento Rio Imbassai. ....	81

Figura 26 – Mapa da expansão urbana do município de Dias d’Ávila, 1976, 1989,1998 e 2004.....	83
Figura 27 – Mapa das localidades do município de Dias d’Ávila, 1972-1985. ....	86
Figura 28 – Acesso ao Polo de Serviços de Dias d’Ávila (Set./2010). ....	90
Figura 29 – Hotel Balneário, posto de apoio PIC (Set/2010).....	91
Figura 30 – Portão principal de uma chácara situada no “núcleo urbano” (Set/2010).....	91
Figura 31 – Área passível de expansão e consolidação da industrial.....	92
Figura 32 – Mapa das outorgas superficiais e subterrâneas. ....	95
Figura 33 – Mapa de usos da água em Dias d’Ávila. ....	97
Figura 34 – Distribuição dos principais usos outorgados em Dias d’Ávila/BA.....	98
Figura 35 – “Boca de Lobo”: esgoto lançando in natura num afluente do rio Imbassaí. Campo (Dez/2010).....	101
Figura 36 – Situação do rio a jusante da “Boca de Lobo”: lixo, coloração escura e sem vida aquática. Campo (Dez/2010).....	101
Figura 37 e 38 – O rio completamente poluído, seguindo rumo à lagoa de Santa Helena. Campo (Dez/2010).....	101
Figura 39 – Mapa de uso e lançamento de esgotos. ....	102
Figura 40 – Mapa do lançamento de esgoto nos corpos d’água de Dias d’Ávila.....	105
Figura 41 – A montante da Praça Balneário, lixo depositado nas margens do Rio Imbassaí, lançamento de esgoto. Campo (Set/2010). ....	107
Figura 42 – Praça do Balneário: trecho do rio Imbassaí, que atravessa a cidade. Campo (Set/2010).....	107
Figura 43 e 44 – Praça do Balneário: Odor e resíduos nas águas do Imbassaí. Campo (Set/2010).....	107
Figuras 45 e 46 – A jusante da Praça Balneário: esgoto lançado a “céu aberto” no rio Imbassaí. Campo (Set/2010). ....	107
Figuras 47 – Espelho d’água do lago Barragem de Santa Helena: eutrofização (Set/2010). .	108
Figuras 48 – Presença de “baronesas” no lago da Barragem de Santa Helena (Dez/2010). ..	108
Figuras 49 e 50 – Pontos de lançamento de esgoto, nas margens do lago da Barragem de Santa Helena (Out/2010).....	108
Figuras 51 e 52 – Lago seco da Barragem de Santa Helena, 2008. ....	114

Figura 53 – Ocupação irregular na APP e pescaria com tarrafa no lago quase seco da Barragem de Santa Helena, 2008.....	115
Figura 54 – Construção formal de loteamento residencial, a poucos metros do lago da Barragem de Santa Helena (Dez/2010).....	118
Figura 55 – Consolidação de ocupação informal na APP da lagoa (Dez/2010).....	118
Figura 56 e 57 Bares e píer na APP e dentro do lago da Barragem de Santa Helena. Campo (Dez/2010).....	118
Figura 58 – Bar e restaurante Ancoradouro. Campo (Set/2010). ....	119
Figura 59 – Tensões Gerais – Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM). ....	122
Figura 60 – Mapa geral das tensões pelo uso da água no município de Dias d'Ávila/BA.....	123
Figura 61 – Placa localizada em frente à subestação da EMBASA na Barragem de Santa Helena. Campo (Set/2010). ....	124
Figura 62 – Gráfico das tensões T-1, T-2 e T-3 com subdivisões.....	125
Figura 63– Mapa das tensões pela apropriação urbana da água no município de Dias d'Ávila/BA.....	129

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO</b>	
<b>O encontro com as águas e um novo paradigma.....</b>	<b>15</b>
<b>II. OS FUNDAMENTOS E CAMINHOS DA PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO .....	29
<b>2.1.1 Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana – IQRM.....</b>	<b>44</b>
2.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	46
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA .....	54
<b>III. DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E TERRITÓRIO NA RELAÇÃO COM A</b>	
<b>ÁGUA.....</b>	<b>59</b>
<b>IV. HEGEMONIA DA INDÚSTRIA GERANDO INVISIBILIDADE DO ESPAÇO</b>	
<b>RURAL .....</b>	<b>77</b>
<b>V. A ÁGUA: O ELO ENTRE DIAS D’ÁVILA E A RMS.....</b>	<b>112</b>
5.1 APROPRIAÇÃO PRIVADA DAS ÁGUAS DE DIAS D’ÁVILA .....	113
5.2 TENSÕES NO USO DA ÁGUA EM DIAS D’ÁVILA: APLICAÇÃO DO IQRM ...	121
<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS Qual o futuro das águas em Dias d’Ávila? .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>154</b>
ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS .....	154
ANEXO 2 - RELAÇÃO DAS OUTORGAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DO MUNICÍPIO DE DIAS D’ÁVILA – BAHIA , 2010. ....	181
ANEXO 3 - MAPA DE CAMPO.....	185

## I. INTRODUÇÃO

### O encontro com as águas e um novo paradigma

A água é referência subjetiva e material em minha vida desde a tomada de consciência sobre o lugar em que morava com minha família, quando ainda era criança; dito de outro modo, a consciência do *mundo em si* na escala local.

Ela, a água, estava presente na paisagem que compunha as minhas primeiras lembranças da infância: nos córregos, no fundo do meu quintal, onde brincávamos e pescávamos “bobós” e “piabas”, e, na rua principal, onde nos banhávamos; no rio que era cercado por dendezeiros e formava uma fonte natural onde mulheres lavavam roupas e brincávamos; na fonte de água doce, em nosso quintal, que supria os longos períodos em que o fornecimento de água pela Embasa era suspenso em nosso bairro; na rua da Bica, batizada com este nome por conta de uma fonte que transbordava, e para evitar que isso acontecesse construíram um canal que drenava a água da fonte e a lançava através de um cano para a rua. Esse cano foi batizado de “bica”. A bica, ainda hoje, é uma alternativa para as pessoas, quando falta água no bairro.

No passado, nos dias em que faltava água, os vizinhos e moradores mais distantes do bairro vinham “buscar a água” em minha casa. Traziam consigo vasilhames de todos os tamanhos e de todas as cores que equilibravam em suas cabeças, apoiados em torços feitos de panos de prato. Crianças acompanhavam suas mães, portando vasilhames pequenos, como elas próprias. Os homens vinham com recipientes bem grandes, “bujões”, como eram chamados, o que ao meu olhar deveria ser compatível com sua força.

Ao final, era um verdadeiro mosaico de cores, pessoas e vozes. Essas ainda hoje ecoam em meu inconsciente, todas as vezes que falta água. No nosso olhar infantil, aqueles eram dias de festa, de risos, de encontro com pessoas que só víamos nos dias em que faltava água. Eram dias de tomar banho na beira da fonte, de ver outras crianças correrem nuas para suas casas, pelas ruas do nosso bairro. Eram dias de reconhecer a forma carinhosa com que estranhos se reportavam a nós, o que hoje acredito que era gratidão pela generosidade de meus pais. Essa dinâmica caracterizava uma relação direta com a natureza e a sociabilidade primária própria do mundo rural (MOREIRA, 2007; BAGLI, 2006).

Aqueles também eram dias de angústia: nunca sabíamos por quanto tempo teríamos a água na torneira. Nossa casa era repleta de baldes, tonéis e tanques, além da fonte que nos



conferia certo conforto, embora já possuísse um nível de mediação com a natureza, a água encanada, uma das características da noção de ruralidade metropolitana (ALENCAR, 2008).

Mas, conforto mesmo, para mim, era ser civilizado. E ser civilizado era ter água saindo das torneiras, era poder tomar banho de chuveiro. Ser civilizado era não ter que precisar mudar toda a rotina em função da falta de água. Ser civilizado era não precisar saber quando a água iria chegar. Como aprendi depois, era deixar de ser rural e tornar-me urbana.

E como esperar pela água pode ser angustiante! Aprendemos a viver na escassez e na expectativa constante pela chegada da água. A água chegava para nós como um ente querido chega para aqueles que o amam. Quando a água chegava, esquecíamos que por alguns dias ela tinha ido embora. E assim, desfrutávamos do prazer de vê-la sair pela torneira; o que poderia parecer banal para tantas pessoas, a mim encantava.

A água da torneira era uma visitante apressada: chegava e ia embora quando menos esperávamos. Era comum ouvir alguém em casa dizer: “a água já foi embora”. Para mim, era como se essa água fosse pessoa, ingrata.

Mas tínhamos a outra água, a da nossa fonte, que nunca nos deixou e à qual aprendi a amar e a cuidar. Era nela que tínhamos que confiar. Pois a sociedade urbana, ao se afastar dessa primeira natureza, criando uma segunda natureza (SANTOS, 2009), tecnificada, para atender a suas expectativas de modernidade e conforto, provoca uma série de riscos ambientais, como, por exemplo, o risco de faltar água na cidade (NASCIMENTO; ALENCAR, 2008).

Um dia, meu pai chegou em casa com uma novidade: uma bomba d’água! E um dia, a nossa água correu pela primeira vez pela tubulação da casa e saiu nas torneiras e no chuveiro. Ainda consigo me lembrar daquele banho e de ouvir, pela primeira vez, me mandarem sair dele imediatamente, por que estava demorando demais! Meu irmão, aos nove anos, compôs uma música que até hoje é motivo de risos e boas recordações: *“Entrei no meu banheiro, abri o meu chuveiro, caiu uma gota de água no meu cabelo e eu gritei: Lá vem a água! Lá vem a água!”* (Pablo Porciuncula)

Não precisaríamos mais da água da Embasa! Cortamos a ligação da água da Embasa. No mês seguinte, com a conta zerada, a Embasa nos enviou uma conta caríssima e mandou os técnicos investigarem o que havia acontecido. Foi tão espantoso saber que eles, os técnicos, sabiam de nós, que nos monitoravam. Eles religaram a água, mas nós nunca mais a usamos. Esse fato pode ser entendido como outro dado da sociedade moderna, expresso como risco.

As águas, ao longo de nossas vidas, se apresentavam de duas formas intensas, e, por que não dizer, cruéis: ou pela falta ou pelo excesso. Convivíamos com a falta, mas conhecer o seu excesso em nossas vidas foi dramático.

Morávamos, naquela época, numa chácara, como a maioria de nossos vizinhos, que, como nós, haviam fixado residência, sem saber, numa bacia hidrográfica. Na época da nossa infância não tinha consciência de que morava numa bacia hidrográfica, mas sabia, como todos os meus vizinhos, que morávamos perto do rio Paraguari e que tínhamos que cruzá-lo todos os dias para ir à escola.

A cidade do Salvador cresceu demograficamente e os bairros periféricos também. Num curto espaço de tempo, vimos as grandes chácaras serem loteadas e vendidas. Nascentes serem ocupadas, córregos aterrados, fontes entulhadas e lacradas. O brejo, invadido por ocupações precárias. Os animais mortos ou expulsos de seu *habitat*. Enfim, chegava a civilização urbana!

Ocuparam tudo, parecia que não poupariam nada. Os engenheiros chegaram em seguida e resolveram drenar o rio, confinando-o numa estrutura de concreto, junto com seus afluentes. Eles não conheciam o rio. Eles não o compreendiam. Não conheciam as chuvas. Eles ignoraram tudo, inclusive as pessoas que os buscaram para alertar sobre o erro, sobre as chuvas e sobre a dinâmica daquele rio, que era nosso.

As águas chegaram, dessa vez, em forma de chuva. Poderia ter sido mais uma chuva, como tantas outras que adorávamos observar pela janela da sala: intensa, constante, que cheirava a terra, a mato e que nos convidava às brincadeiras mais singelas, como fazer barquinhos de papel e lançá-los na correnteza. Poderia ter sido mais uma chuva, com seus sons tão familiares para nós, que lavava nosso quintal e o deixava mais bonito, que aumentava o volume dos córregos e que, principalmente, aumentava o volume de água na fonte.

Mas as chuvas que chegaram não trouxeram bons cheiros, nem boas lembranças. Elas trouxeram águas sujas e fétidas que brotavam dos bueiros, dos esgotos sem tratamento dos novos vizinhos. Essas águas trouxeram medo, lágrimas, sustos e raiva. As chuvas que chegaram fizeram com que as águas alagassem as ruas e invadissem nossa casa e as dos vizinhos.

O pequeno risco de falta de água se transformara num evento ambiental, as enchentes (NASCIMENTO; ALENCAR, 2008). Esses eventos resultam da omissão do poder público, que também ordena o espaço geográfico quando nele se faz ausente. Essa ausência e suas consequências negativas, não obstante, são reduzidas ao nível da espontaneidade da ocupação,

a qual normalmente é denominada como desordenada; não sendo tratada como problema do planejamento.

Dessa forma, a urbanização que se pretendeu consolidar no ambiente extremamente vulnerável de uma bacia hidrográfica, o fez sem se apropriar de suas especificidades ambientais e de sua história.

Passamos a nos preparar para as chuvas, para as “outras águas”. Nem sempre a preparação surtia efeito, as águas invadiam nossa casa sempre. Mudamos de casa durante uma forte chuva, às pressas. Havíamos começado a construir a nova casa, do outro lado da rua, no verão de 1999, mais alta que o nível da rua. E a primeira coisa que fizemos, ao começar as obras, foi escavar uma nova fonte – que para nossa surpresa era mais rasa do que a outra, mas tão cheia e límpida. A outra fonte foi lacrada, a outra casa e a chácara abandonadas, embora ainda existam.

A angústia não existe mais, ela foi substituída pelo conformismo. Hoje sei que morar em Periperi – subúrbio ferroviário de Salvador/BA – é estar preterido, esquecido pelas políticas públicas. É ter que esperar sempre. É ter que pedir o que nos é direito, é ser lembrado quando se atrasa as contas de luz e água, ou quando se aproximam as eleições; é ter IPTU cobrado sem ter infraestrutura básica, é ter que ser considerado atrasado e ser tratado no atraso, sempre. Nada chega a tempo, tudo vem depois, ou, simplesmente, não vem.

Hoje não esperamos mais pela água, ninguém mais parece esperar por ela, sabemos que ela vai faltar, isso é um fato: horas, dias? Não importa. Mas ainda sentimos uma espécie de contentamento, mesmo que velado, quando sabemos que tem água. Hoje, não vejo mais as filas, mas sei que falta água todos os dias onde moro. Às vezes ela chega, às vezes ela simplesmente não chega, como se dela não precisássemos.

A fonte de nossa casa ganhou um novo aparato tecnológico, uma “bomba d’água” mais moderna, mais econômica, que mantém nosso tanque sempre cheio. A bica, resiste, jorrando ininterruptamente suas águas no córrego, ajudando aqueles que não têm como armazená-la. Esgotos também jorram constantemente para o córrego, que aqueles que chegaram ao nosso bairro, recentemente, ignoram. Não sabem o que é um córrego, um afluente ou que ainda existe vida nele, até quando não sabemos.

A fonte de nossa casa adquiriu uma importância que, somente hoje, enquanto escrevo minha dissertação, me dou conta. Ainda que às vezes cogitemos em nos mudar, sempre nos esbarramos discutindo sobre a importância da fonte, ir embora é abandoná-la, abrir mão de um símbolo, de memórias, de sentidos. E ninguém parece querer abandoná-la, precisamos dela. Ela nos tornou diferentes, sensíveis, preocupados.

Meu irmão disse-me, enquanto lia parte deste texto, que ora escrevo, que nós somos a geração das águas, que a água nos acompanha aonde formos. A água se tornou parte de nós, ela esteve sempre aqui, embora só agora compreenda dessa forma.

Entrei na faculdade de geografia, e ainda não sabia, mas as águas permaneciam me guiando. Senti-me muito confortável com as aulas de geografia física, com a geomorfologia. Esta me apresentou nomes científicos para o que eu já conhecia: bacia hidrográfica, bacia de drenagem etc. E conceituou todos os elementos de minha vida: disse-me o que era rio, córrego, afluente, leito, planície de inundação, talvegue, divisor de águas, nível de base etc.

Era estranho notar a surpresa no rosto de meus colegas que estavam descobrindo o que eu já sabia: ninguém tinha rio em sua rua? Ninguém morava perto de um brejo? Ninguém tinha fonte em casa, na cidade? Ninguém reconhecia na paisagem uma bacia hidrográfica? Os professores nos levavam para outros municípios para vermos o que tinha em Periperi! Eu morava na cidade e vivia no interior. Inadequação total!

Resolvi que estava morando no lugar errado, que havíamos invadido o rio, que éramos intrusos, e que dele não fazíamos parte. Escondi o lugar de minha infância, escondi minhas memórias e, eu mesma, sequestrai a minha subjetividade<sup>1</sup>, me escondi em conceitos frios e distantes.

Foi na faculdade de geografia que me apresentaram um urbano que tinha água porque as pessoas que nele moravam pagavam por ela, todas elas. E outro urbano, periférico, que, por falta de pagamento, a água era racionada. Lembro-me de ouvir uma professora comparar a cidade a um condomínio residencial, onde havia parcela da população que pagava as taxas, esses eram muito poucos frente à grande maioria que não pagava e desfrutava do viver no condomínio (cidade), sendo esses os responsáveis pela precariedade dos serviços públicos essenciais, como o abastecimento de água.

Essa análise, como nos alerta Karl Marx (1978), ao discutir o método da economia política, pode resultar em equívocos interpretativos por tomar a abstração pelo concreto, pois

A população no método da economia política é abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. (MARX, 1978, p. 10)

---

<sup>1</sup> A expressão “sequestro da subjetividade” foi apreendida na leitura do livro “Quem me roubou de mim? O sequestro da subjetividade e o desafio de ser pessoa”, de autoria de Melo (2010).

Nesse sentido, inferimos que se as pessoas de uma dada classe social não pagam as taxas em dia ou se simplesmente não pagam, o farão por haver diferenciação entre classes sociais e um conjunto de elementos econômicos e (anti) cívicos que as conduzirão à clandestinidade. Essa perspectiva multilateral supera a unicausalidade que reduz os problemas da precariedade dos serviços públicos essenciais a pagamento (ou não) das taxas.

A ciência formal, considerada por Edgar Morin como um paradigma da simplificação (MORIN, 2010), estava cumprindo sua função em minha formação: o problema de faltar água na cidade foi reduzido a ter ou não ter dinheiro para pagar por ela. A água imediatamente virou para mim apenas recurso hídrico (FERNANDEZ-CARRERA; GARRIDO, 2002) e assumiu com toda a força em minha vida sua dimensão puramente econômica e capitalista, a de mercadoria.

Foi também nos primeiros semestre da faculdade que fui inserida na pesquisa, cujo objeto principal era os recursos hídricos. Por seis anos dediquei-me a estudar os recursos hídricos, mas depois de ter percorrido toda a bacia hidrográfica do rio Itapicuru, de ter seguido suas águas, de ter conhecido quase todos os municípios que a integram, de ter visto sua foz e me emocionado ao ver suas nascentes, ainda assim algo me incomodava. Faltava algo na análise sobre os recursos hídricos que me perturbava, o sentimento de inadequação me perseguia.

Vi o rio Itapicuru e os prováveis fatores responsáveis por sua poluição/degradação. Passei a escrever sobre a problemática do saneamento básico em bacias hidrográficas, sobre indicadores de sustentabilidade ambiental e ainda assim tinha algo de errado com minha leitura da realidade.

Achei que o problema era a minha formação e assim passei a buscar mestrados em recursos hídricos, sem sucesso. Fragilizei-me de uma forma peculiar e silenciosa. Aos olhos dos que viam a minha trajetória na pesquisa era tudo uma questão de tempo; aos meus olhos, frente ao sentimento que me acompanhava e ao desejo de continuar a estudar os recursos hídricos, eu estava perdida.

A admissão no mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL) marcou o início de uma jornada que resultou no (re)encontro com as águas e com a subjetividade perdidas, amparada nas bases do pensamento complexo.

No primeiro encontro com minha orientadora, Professora Cristina Maria Macêdo de Alencar, tomei ciência do projeto que ela estava desenvolvendo, juntamente com o grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN), em todas as barragens da Região

Metropolitana de Salvador (RMS), validando o IQRM – Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (ALENCAR, 2008).

Assim, a proposta inicial era a de conciliar os indicadores de sustentabilidade ambiental, aplicados aos recursos hídricos – que era a minha proposta inicial para o mestrado –, ao IQRM. Essa proposta jamais se consolidou, devido à incompatibilidade paradigmática na qual repousam os dois indicadores.

No processo de apropriação da metodologia, fui paulatinamente me apropriando do paradigma da complexidade, da dialética, e colocando em xeque os meus valores e o conhecimento acumulado até então. Verdades aparentemente absolutas, leituras estanques, realidades ignoradas, exclusões, causas e efeitos, recortes espaciais destituídos de vida etc., aos poucos foram sendo abandonados.

As discussões realizadas e as leituras complementares, Morin (2010), Pádua e Matallo Júnior (2008), Júnior e Alves (1990), Leff (2007), Lenoble (1969) e outros, geraram inúmeros questionamentos e confrontamentos que travei, ao me deparar com o novo, auxiliando-me a identificar o que faltava no meu fazer pesquisa.

O que faltava em minha análise, até então, eram as pessoas, a vida, eu como pessoa/pesquisadora. A vida, lida numa perspectiva disjuntiva, onde sujeito e objeto são separados da análise, em busca de uma neutralidade, de uma imparcialidade, não satisfazia mais.

Em nome dessa ciência formal, positivista e disjuntiva, neguei o meu mundo quando, na verdade, deveria tê-lo conhecido ainda mais e fiz isso no lugar onde o conhecimento sobre o mundo não deveria negar o conhecimento daqueles que o constroem, a partir de seus olhares, experiências e valores.

O conhecimento científico, que deveria ter sido a chave mestra no processo de entendimento do objeto de estudo que me apaixonava, as águas, trancou-me fora de mim, impedindo, dessa forma, que meu pensamento científico fosse humanizado (MORIN, 2010).

Queria compreender a realidade na qual os recursos hídricos se configuravam como problemática a ser superada frente aos inúmeros problemas que o envolvem – escassez, poluição, contaminação, degradação etc. –, sem reconhecer que eu conhecia essa realidade e estava profundamente comprometida com ela: inicialmente como pessoa, depois como pesquisadora.

O mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social foi uma novidade em todos os sentidos, desde o retorno ao território que já estava familiarizada, aos colegas que vinham de áreas diferentes: filosofia, direito, ciências contábeis, pedagogia, administração. O

grupo eclético refletia a própria diversidade dos nossos professores, diversidade permeada pelo respeito.

O mestrado propunha-se interdisciplinar, era diferente dos outros programas a que já tinha me submetido e, além de ter acolhido o tema recursos hídricos, indicou-me uma orientadora, cuja trajetória acadêmica não era, nem de longe, linear: uma economista, mestre em Ciências do Desenvolvimento Agrícola e doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade!

A inadequação chega ao fim, quando, a partir das aulas sobre campo e cidade, ministradas pela minha orientadora, reconheço o meu lugar no mundo, a partir da compressão do rural. O rural como modo de vida, um mundo em si em relação com a cidade. Um rural que extrapola sua dimensão econômica, quando se torna puramente agrícola, ou social, quando vira questão agrária.

O rural, aliado à compreensão de natureza, devolveu-me a subjetividade. Logo pude compreender a produção do espaço geográfico, a partir da apropriação da natureza, diversa quanto aos próprios interesses daqueles que lançam o seu olhar sobre ela; a questão agrária requalificada. A compreensão da noção de natureza, imanente ao mundo rural, possibilitou-me a compreensão das diferentes formas em que homens e mulheres do mundo rural podem vir a desenvolver relações mais diretas com ela (ALENCAR; MOREIRA, 2005). Não que o mundo rural, hoje, não esteja cada vez mais tecnificado (SANTOS, 2009), mas essa é apenas uma das formas de expressão do mundo rural, mais capitalizado, o mundo do agronegócio e da agroindústria. O fenômeno conhecido como pluriatividade nos oferece a possibilidade de perceber várias expressões das atividades típicas do rural, atividades econômicas e não econômicas (CARNEIRO, 2003). Dessa forma, o recurso hídrico virou água em minha leitura da realidade.

A água, elemento da natureza, deixa de ser água, quando apropriada pelo capital, pois é destinada ao processo produtivo, ganhando valor econômico. A água, além dessa dimensão, possui outras mais subjetivas, de caráter cultural e simbólico, não menos importantes.

Assim, a água carrega significados diferentes para os grupos sociais que dela se apropriam. Culturalmente, a água é vida. Para os cristãos, a água é simbólica; nela Jesus Cristo foi batizado e até hoje se faz presente nos rituais de batismo. Para os candomblecistas e indígenas, a água também é simbólica: deidades a personificam, como Iara, Oxum, Yemanjá e outras.

A água também significa purificação, renovação, transmutação; portanto, natureza como cultura (MOREIRA, 1998). Para os pescadores, ribeirinhos e todos aqueles que travam

relações mais diretas e permanentes, por que não dizer, mais humanizadas, a água é fonte de vida material e subjetiva, porque lhes dá identidade e referência do lugar ao qual pertencem (BERGER; LUCKMANN, 1985; HAESBAERT, 2002).

Essa nova compreensão está amparada numa alternativa contra-hegemônica de fazer ciência, de ler a realidade: o pensamento complexo (MORIN, 2010). O paradigma da complexidade sugere a superação da disjunção sujeito/objeto, por desconsiderar, dentre outras coisas, a existência do sábio puro, desapaixonado do seu objeto de estudo e, por isso mesmo, imparcial em sua leitura. Dessa compreensão, surge o posicionamento deste estudo na primeira pessoa.

O pensamento complexo esforça-se para acolher o que é excluído pelo pensamento hegemônico, não se opondo à ordem e à clareza; ao invés disso, busca articular, integrar, compreender e expor o que o paradigma da simplicidade tende a separar, reduzir e omitir. Longe de querer dar conta da totalidade de um fenômeno estudado, o pensamento complexo visa reconhecer e respeitar sua multidimensionalidade (MORIN, 2010, p. 17).

Por fim, a escolha do município de Dias d'Ávila, entre os demais que compunham a Região Metropolitana de Salvador (RMS), como referência empírica para o desenvolvimento deste estudo, deveu-se inicialmente à dificuldade de identificar dados secundários sobre a Barragem de Santa Helena. Esta se apresentava como uma incógnita: sabíamos de sua existência no real, entretanto não encontrávamos dados secundários sobre ela, inclusive nas mesmas fontes pesquisadas para as demais barragens inseridas na RMS, na pesquisa já mencionada. Outras inquietações foram surgindo a partir desta, como serão demonstradas neste estudo.

Poderia dizer, num movimento de pura espontaneidade, que a curiosidade me levou até Dias d'Ávila; ou que a objetividade científica frente à exiguidade de dados legitimaria a relevância acadêmica. Mas esta afirmação não seria de todo verdadeira. As águas, que sempre estiveram presentes em minha vida, me levaram a Dias d'Ávila, a Cidade das Águas, onde pude encontrar suas águas, reencontrar as minhas águas e com elas a minha subjetividade, reconectando, assim, a objetividade à subjetividade.

O estudo ora apresentado está dividido em seis capítulos. O primeiro, introdutório, é seguido do segundo capítulo, que apresenta os caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa. Do terceiro ao quinto capítulo, cada uma das hipóteses levantadas na pesquisa dará centralidade às discussões realizadas, nos auxiliando a compreender como as tensões territoriais no uso da água em Dias d'Ávila foram sendo construídas a partir do avanço do



urbano-industrial. O sexto capítulo é conclusivo, nele são apresentadas sugestões para um (re)ordenamento no município de Dias d'Ávila.

## II. OS FUNDAMENTOS E CAMINHOS DA PESQUISA

O presente estudo aborda problemas considerados fundamentais para conhecer e discutir a dinâmica territorial no município de Dias d'Ávila – Bahia, com relação à expansão e à ocupação urbano-industrial, estimuladas com a chegada do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) – atualmente Polo Industrial de Camaçari (PIC). Tomo, como ponto de partida, o entendimento de que o processo de urbanização foi diretamente influenciado pela industrialização da região, coordenado pela ação do Estado desenvolvimentista da década de 1970, ante a invisibilidade da dinâmica rural<sup>2</sup> construída historicamente e socialmente dada.

Essa dinâmica é responsável pela construção da identidade deste município, diretamente relacionada a suas águas. Logo, este estudo caracteriza e problematiza a formação do espaço urbano-industrial em Dias d'Ávila, explicitando suas implicações negativas sobre a água, geradoras de tensões.

Assim, estamos lidando na atualidade com um modelo de desenvolvimento que se comporta contraditoriamente, envolvendo, na questão da água – e demais questões socioambientais –, problemas de caráter ético, científico, econômico, político, social e cultural. Daí considerarmos oportunas e contundentes as considerações, realizadas por DA SILVA (2003), sobre o atual modelo de desenvolvimento e sua responsabilidade pela crise ecológica, e acrescentamos, pela crise socioambiental, ambas vivenciadas na atualidade. Para esse autor

O modelo vigente de desenvolvimento é o responsável pela crise ecológica. Há quatro séculos todas as sociedades mundiais estão reféns de um mito: o mito do *'progresso'* e do crescimento ilimitado.

Os arautos do desenvolvimento a qualquer preço ou de sua forma pretensamente *'pós-moderna'*, consubstanciada no pseudo *'desenvolvimento sustentado'*, desvinculam o quadro da crise ambiental, atualmente em sua escala planetária, da trajetória da história da acumulação capitalista, numa tentativa de sonegar as raízes do problema. As misérias humanas e ambientais do mundo, agora já em escala globalizada, não são assumidas por quem as produziu. Tentam passar uma borracha no passado como se o presente não fosse dele apenas desdobramento. (DA SILVA, 2003, p. 4 AMADOR, 2005, p. 12, grifo do autor)

---

<sup>2</sup> A expressão invisibilidade do rural ou da dinâmica rural, empregada neste estudo, foi formulada por Alencar (2003a).

Dessa forma, os processos acima explicitados, bem como seus desdobramentos territoriais, na realidade do município em questão, provocam o surgimento de tensões. Essas tensões serão estudadas tendo como referência teórica a noção de *ruralidade metropolitana*.

De acordo com Alencar (2008), essa noção resulta da compreensão de que, durante o processo de produção material e social da vida, os diferentes segmentos da população metropolitana se relacionam com a natureza, característica imanente ao mundo rural, imersa no mundo metropolitano e dependente econômica, social e culturalmente deste último (ALENCAR, 2008, p. 93). A noção de ruralidade metropolitana possibilita caracterizar a relação entre o rural e o urbano, e entre essas categorias e a natureza, em variadas formas de disputa que se expressam em três categorias de tensões: (i) na apropriação da natureza; (ii) nos usos geradores de riscos ambientais; e (iii) no uso da natureza em atividades culturais (ALENCAR, 2008, p. 120). Neste caso, em Dias d'Ávila, a água é o elemento da natureza em disputa. Assim, constitui-se enquanto objetivo geral desta pesquisa analisar as principais tensões territoriais no uso da água no município de Dias d'Ávila – Bahia, entre as décadas de 1970 e 2010.

Esta periodicidade se deve ao antagonismo da época em que Dias d'Ávila, então distrito de Camaçari, foi transformado em Estância Hidromineral, em 1962, devido ao seu potencial hídrico e às qualidades terapêuticas associadas à água e à lama, ambas tidas como medicinais. Nesse primeiro momento ainda não é possível identificar a presença de tensões no uso da água, pois o território era buscado por aqueles que o tinham apenas como local de descanso, cura e veraneio.

Entretanto, na década seguinte, 1970, tem-se o avanço e a consolidação do processo de industrialização, iniciado no Estado da Bahia na década de 1950, permanecendo até os dias atuais, e que impulsionou também o processo de urbanização e crescimento populacional da região, atingindo de forma direta a Estância Hidromineral de Dias d'Ávila, elevada à condição de município em 1985.

Perde o título de estância em 1992, e as transformações originárias destes processos incluem aquelas que resultaram na degradação da natureza, mais especificadamente na degradação da água, e no comprometimento da identidade territorial, cuja referência era a água medicinal, “a razão de ser do lugar” (A VOZ DA CIDADE, 2008, p. 3).

A década de 1970 também marca no Brasil a criação das primeiras Regiões Metropolitanas, entre elas a Região Metropolitana de Salvador, na qual o município de Dias d'Ávila se encontra inserido, vivenciando toda a dinâmica e inter-relações presentes neste tipo de configuração socioespacial.

Diante do exposto, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- (i) Realizar e sistematizar o levantamento histórico sobre o município de Dias d'Ávila, frente à exiguidade de informações sistematizadas desta natureza;
- (ii) Caracterizar Dias d'Ávila enquanto Estância Hidromineral em suas dinâmicas territoriais;
- (iii) Caracterizar o município de Dias d'Ávila depois da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari;
- (iv) Verificar a ocorrência de alterações e/ou manutenção das dinâmicas territoriais e suas tensões;
- (v) Identificar e mapear as áreas ocupadas pelas principais fontes de água e como se deu o processo de ocupação no entorno destas;
- (vi) Identificar e mapear tensões consideradas resultantes da expansão da metrópole sobre o uso da água em Dias d'Ávila.

O alcance desses objetivos nos permitiu responder às seguintes questões: como as transformações territoriais em Dias d'Ávila, evidenciadas com as mudanças político-administrativas e econômicas, entre as décadas 1970 e a atual, desencadearam um processo de enfraquecimento das relações identitárias e simbólicas vinculadas à água e o surgimento de tensões territoriais? De que forma a expansão da metrópole pressiona as reservas de água em Dias d'Ávila? Por que a Barragem de Santa Helena foi construída e qual o papel que atualmente desempenha? E, por fim, quais tensões territoriais se configuram atualmente no município de Dias d'Ávila?

A identificação desses problemas nos levou à construção de hipóteses. Como hipótese básica, inferimos que as transformações políticas, administrativas e econômicas, em Dias d'Ávila, vivenciadas ao longo de quatro décadas, provocaram mudanças significativas neste território e são responsáveis pelo surgimento de tensões territoriais no uso da água. Surge a partir desta, as hipóteses secundárias, a saber:

- (i) O crescimento urbano industrial dissociado de um planejamento que tivesse como mote principal a preocupação com a conservação e a preservação dos mananciais, desencadeou um processo progressivo de degradação e enfraquecimento das relações culturais associadas à água;
- (ii) Dentre as multifuncionalidades presentes em Dias d'Ávila, a que mais se evidencia é aquela marcada pela influência da indústria que contribuiu, dentre outras coisas, para que seja considerada atualmente uma cidade dormitório;

- (iii) Apesar da degradação das águas em Dias d'Ávila, a demanda continua crescente e desacompanhada de políticas voltadas à sua qualidade e à valorização das relações culturais da população com a água.

A relevância da pesquisa está na importância em integrar, aos estudos de planejamento territorial e desenvolvimento social, a discussão sobre a dimensão *Natureza*, imanente à noção de rural, onde a água está incluída, focalizando discussões promovidas nas escalas global, nacional e regional, sobre a necessidade vital de se preservarem as nascentes e todos os corpos d'água, diante da escassez de água, já vivenciada por mais de 1,1 bilhão de pessoas no mundo (PNUD, ONU, 2006).

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que esses números possam chegar a 2,7 bilhões de pessoas até o ano de 2025. Segundo dados do relatório da ONU sobre essa questão, a crise por água está sendo atribuída a alguns fatores, tais como a má administração dos recursos hídricos, o crescimento populacional e principalmente a poluição (PNUD, ONU, 2006).

Dessa forma, a inquietação inicial que motivou a escolha do município de Dias d'Ávila estava atrelada ao conhecimento da importância da água, tão discutida na atualidade, diante de sua escassez: no âmbito da própria sobrevivência humana; da sua apropriação simbólica e cultural, que dá sentido à vida daqueles que com a água se envolvem subjetiva e materialmente; na manutenção de ecossistemas; no abastecimento dos grandes centros urbanos; no uso crescente e essencial no processo produtivo de alguns tipos de indústrias; no uso pela agricultura, maior consumidora de água, seguida da indústria; na problemática da poluição e da degradação socioambiental.<sup>3</sup>

Toda essa emergência tão explicitada na mídia e nos espaços de discussão e pesquisa entrou em conflito com a constatação de que Dias d'Ávila – reconhecida pela abundância hídrica, que lhe rendeu, na década de 1962, o título de Estância Hidromineral e a designação de “Cidade das Águas” – esteja na atualidade imersa num intenso e permanente processo de poluição dos mananciais, tanto na cidade quanto no município.

Essa poluição se deve, dentre outros fatores, à vazão permanente de esgotos sanitários nos cursos de rios e lagoas; à degradação ambiental motivada pela ocupação indiscriminada de Áreas de Proteção Permanente (APP) de nascentes e do lago da Barragem de Santa Helena; além da contínua exploração e apropriação privada de suas águas.

---

<sup>3</sup> É estimado que, na atualidade, o abastecimento urbano, a indústria e a agricultura consumam respectivamente 30%, 23% e 47% de água.

Essa dinâmica culminou com a perda do título de Estância Hidromineral, em 1992, no período curto de treze anos, após a chegada da indústria e das transformações socioespaciais que a partir dela foram promovidas.

Diante do exposto, a escolha do município de Dias d'Ávila deve-se, principalmente, ao fato de se reconhecer a importância da água na constituição de sua identidade territorial, que, apesar de ainda permanecer enquanto referência subjetiva, está cada vez mais comprometida frente ao processo de expansão urbano-industrial e de crescimento populacional da Região Metropolitana de Salvador (RMS), na qual o município se encontra inserido, gerando, impactos ambientais negativos no que tange à preservação e à conservação dos mananciais de água, principalmente superficiais, os mais evidentes de serem percebidos.

Buscamos compreender, também, a influência da escala regional na produção de fenômenos cuja ocorrência se dá na escala municipal. Ou seja, a escala municipal estaria diretamente influenciada pela dinâmica metropolitana, atendendo às demandas desta para, principalmente, o controle e o uso dos recursos hídricos.

Essa relação se evidencia mais explicitamente quando em períodos de seca e baixa do nível de água da Barragem de Joanes II, responsável pelo abastecimento de 40% da RMS, é drenada água do lago da Barragem de Santa Helena para a manutenção deste sistema e garantia do abastecimento da RMS, deixando o próprio município de Dias d'Ávila sem água para o abastecimento de sua população.

Assim, optamos por assumir a abordagem local (na escala do município) e regional (na escala da RMS), ao invés de adotarmos a bacia hidrográfica, que, a despeito de ser considerada a unidade ideal de planejamento na gestão das águas e de reconhecermos que muitos mananciais superficiais e subterrâneos não se limitam a fronteiras político-administrativas, podendo extrapolar as escalas de referência assumidas neste trabalho, não fundamenta a identidade social e histórica que dá centralidade a esta análise.

## 2.1 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Os estudos sobre cidades e o espaço urbano há muito vêm sendo objeto de interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento (SANTOS, 2009; SOUZA, 2010; CORNELL, 1998, entre outros). Cidade e urbano podem ser compreendidos enquanto espaços que remeteriam ao moderno, espaços exclusivos onde a sociedade, também moderna,

reproduz e materializa sua cultura através das intervenções, cada vez mais intensas, na natureza, artificializando-a e gerando uma segunda natureza (SANTOS, 2009), mediada pela indústria e/ou pela técnica.

Essa segunda natureza traz em si os elementos de sua artificialidade, percebidos nas formas antagônicas ao conteúdo sócio-histórico local e às características naturais que passam a estar escondidas na paisagem (HENRIQUE, 2009).

Essa dinâmica evidenciará tensões entre o rural e o urbano quando a natureza, característica imanente ao mundo rural, é apropriada pelo mundo urbano para atender a suas necessidades de consumo de recursos naturais, em forma de lazer, cultura, abastecimento de água, produção de alimentos e empreendimentos diversos (imobiliários, náuticos, de infraestrutura e outros).

A noção de *Natureza* é ampla e ao longo da história do homem adquiriu diferentes sentidos: do mito à magia, do espírito à razão, do público ao privado.

Como todas as palavras que designam uma idéia muito geral, a palavra natureza parece clara quando a empregamos mas, quando sobre ela refletimos, parece-nos complexa e talvez mesmo obscura. (LENOBLE, 1969, p. 183)

Sobre a imprecisão e a incerteza da palavra *Natureza*, o autor indica haver pelo menos vinte e nove sentidos, no famoso dicionário Littré, que se subdividem em diversas acepções (LENOBLE, 1969, p. 184). A ideia de *Natureza* é amplamente discutida no livro “A História da Idéia da Natureza”, de Robert Lenoble (1969). Na apresentação deste livro, Joseph Beaudé considera que a ideia de *Natureza* a ser esmiuçada por Lenoble

[...] é inteiramente a história dos esforços que a consciência faz para se libertar dos seus medos e de suas angústias secretas: a uma libertação da alma corresponde uma idéia mais justa das coisas. Dominar mais as potências da Natureza equivale a tornar-se senhor dos dinamismos do espírito [...]. A história da idéia da Natureza não visa senão delinear o devir desta unidade fundamental, é uma história da percepção [...] Creio que só uma psicologia *completa* da percepção desvendaria o segredo das variações do homem nas suas relações com a Natureza. Mas só um método bastante penetrante permitirá esta psicologia completa, ela deverá vasculhar “o *underground*” psicológico para atingir a representação global que o homem faz do mundo nos seus alicerces, para por a nu as “motivações”, perturbações ou impulsos da afetividade, que condicionam a percepção que ele tem das coisas [...] se trata da história da relação fundamental que o homem trava com o mundo no seu *underground* psíquico e que exprime nos seus sistemas de representações conscientes, historia da “idéia” que condiciona as diversas noções de Natureza que as racionalizações científicas, as teorias estéticas e as doutrinas morais utilizam. (BEAUDE, 1969, p. 21-24).

Seria, então, a diversidade de percepções e consciências individuais e coletivas que orientariam a apropriação objetiva e subjetiva da Natureza, de acordo com seus sistemas de valores e ideologias.

Assim, “sempre se observou a Natureza, só que não era a mesma” (LENOBLE, 1969, p. 28), pois os homens e seus sistemas de valores e crenças também não eram (não são) os mesmos. Logo, as percepções da Natureza tidas pelos primitivos retratavam exatamente a sua compreensão de mundo, puramente mística, enquanto que Aristóteles a concebia como uma “hierarquia de formas organizadas; Descartes e os Modernos, as alavancas de uma máquina em que tudo se passa por números e movimentos” (LENOBLE, 1969, p. 28).

A partir do entendimento apresentado pelo autor sobre as Naturezas, tão diversas quanto as próprias percepções humanas, nos é desvendado o seu posicionamento epistemológico, ao considerar que

A Natureza não é exclusivamente o campo do sábio. Ela fala igualmente ao poeta e ao artista. Ao moralista e ao teólogo apresenta-se ora como inimiga (há que resistir-lhe), ora como auxiliar (é a glória de Deus), ou então como regra suprema (*Naturam sequere*). (LENOBLE, 1969, p. 29)

Para este autor, os aspectos científicos e moral da ideia de Natureza seriam inseparáveis, pois

O “sábio puro” não existe: o sábio de carne e osso, o único que efectivamente observa, raciocina e constrói a ciência, pertence a uma época, a um meio; entre as idéias globais que se edificam em redor dele e da Natureza, ele escolhe por si e, quando descobre algo novo, este algo de novo inscreve-se num conjunto. As mais das vezes considera uma honra dar um sentido histórico à sua ciência; e, ainda que opte por se retirar do mundo para estudar, ao lado do seu “laboratório” tem sempre o seu “oratório”. E o “moralista puro” também não existe. O homem que escruta é sempre aquele cuja ciência do seu tempo [...] lhe define a situação no mundo. Donde o pequeno estrategema que sempre causou estragos, e continua hoje mais do que nunca a causá-los, de “provar”, através da ciência, a moral que se professa. (LENOBLE, 1969, p. 29)

Assim,

a concepção de mundo só em pequena medida depende das idéias científicas. Reflete mais necessidades morais e sociais, até mesmo desejos inconscientes. É por isso que dizemos que é a este nível que se opera a junção da ciência e da vida. (LENOBLE, 1969, p. 29)

O autor conclui existir uma variedade de Naturezas, mas que não seria possível conhecer verdadeiramente nenhuma delas, sem recuperar a unidade ou o conjunto; para tanto, caberia



uma “lenta reforma da consciência por si mesma, para obter enfim o direito de ver a Natureza tal como ela é” (LENOBLE, 1969, p. 31).

Nesse posicionamento epistemológico, a relação entre sujeito e objeto é mediada pela intencionalidade, pela emoção, como indicado por Lenoble, ao afirmar que “a observação não é de todo passiva mas activa” (1969, p. 31).

A noção de Natureza apropriada neste estudo está pautada na percepção e na consciência dos diferentes sujeitos, agentes e instituições, que lançam o seu olhar sobre ela, motivados por interesses, propósitos e intencionalidades diversas. Daí se falar numa ideia ou noção de Natureza construída historicamente e socialmente apropriada, de acordo com o sistema de valores e crenças de cada época, de cada indivíduo, de cada instituição. Compreendemos que a relação do homem com a Natureza não sendo linear, será sempre mediada pela dialética, ou seja, a teoria (conhecimento científico) e a realidade (experiência empírica) estarão sempre interconectadas relacionalmente. Nessa perspectiva, podemos identificar durante o processo de apropriação material e imaterial da Natureza, pelos diferentes sujeitos, agentes, instituições etc., o surgimento de tensões.

A noção de *Tensões* apropriada neste estudo é compreendida à luz da metodologia desenvolvida por Alencar (2008), sendo concebida enquanto decorrente da coexistência dialética dos modos de vida rural e urbano. Ou seja, “o ambiente natural” e o “ambiente construído” expressam tensões na relação entre o rural e o urbano que decorrem do modo de ocupação desse espaço frente a suas características naturais (ALENCAR, 2008).

Para a mesma autora, o rural é compreendido enquanto noção interpretativa, num contexto teórico que possibilita discernir além da dimensão econômica, as dimensões culturais, simbólicas e identitárias, fundamentais ao processo de formação de territórios. É nesse âmbito que a água, elemento da natureza, é examinada quando transformada em recurso hídrico.

Nesse contexto, é possível falar em ruralidade onde a urbanização induzida pela industrialização no município de Dias d’Ávila produziu um território tensionado, como lugar de conflito pelo uso da água que é apropriada por agentes, sujeitos e instituições que produzem e reproduzem interesses diversos nesse território.

Dessa análise, reconhecemos no caso de Dias d’Ávila a presença de dois tipos de território. O primeiro território seria aquele fruto da apropriação concreta e abstrata dos sujeitos, que na busca pelas águas – para cura e lazer principalmente – territorializaram Dias d’Ávila, imprimiram sua identidade e construíram laços de afetividade com esse território (HAESBAERT, 2009). Mesmo que, como veremos nos capítulos seguintes, essa relação se

mantenha, na atualidade, cada vez mais enfraquecida, ela ainda resiste e se expressa sob a forma de tensões entre diferentes modos de apropriação da natureza.

O segundo território seria aquele resultado da apropriação mediada pelo capital onde, nesse caso, os agentes que personificam o capital não se localizam no espaço assim territorializado, não sendo possível, para esse contexto, falar em construção de laços de afetividade e sim de processos de territorialização do capital (OLIVEIRA, 2004).

Logo, admitindo-se a historicidade dessa dinâmica, engendrada pelas diferentes formas de produção, apropriação e leituras de mundo, inferimos que o território de Dias d'Ávila, nesse contexto, resulta de uma construção subjetiva sobre bases concretas.

Essa base material foi apropriada e territorializada, em tempos diferentes, pelos sujeitos sociais, agentes, instituições e pelo capital industrial; quer como construção dos laços de identidade vinculados à água, de interesses pelo uso do recurso hídrico pela indústria e pela metrópole, de posse ou de domínio em relação ao espaço e ao que ele representa para quem o territorializa.

A dicotomia expressa na coexistência entre esses dois territórios em Dias d'Ávila revela os valores da sociedade moderna, que afirma a cidade e o urbano enquanto processos que remeteriam ao novo, ao moderno, portanto, à superação do espaço natural através da materialização de um espaço idealizado. Na busca pelo novo, o campo e o rural passam a ser entendidos como espaços de atraso do tempo, das ideias, das pessoas, da sociabilidade (PORCIUNCULA; ALENCAR, 2010, p. 1101).

Porém, compreendemos que é a partir do rural e do campo, enquanto espaços que precedem as intervenções da modernidade expressas na artificialização da natureza gerando uma segunda natureza (SANTOS, 2009), que as demais categorias se constituirão enquanto tais, como dinâmica de contradição e não de dicotomia.

Cornell (1998) identifica, em sua análise, durante o século XVI, que “a cultura, segundo a qual as cidades eram construídas, era a de cidade e campo, pois ainda não havia amadurecido o caráter de vida plenamente urbana” (CORNELL, 1998, p. 81). Esse caráter de vida urbana, ou seja, essa cultura de vida urbana será amadurecida pelos burgueses, e em seguida sofrerá influência do Iluminismo, com sua sociedade moderna industrial.

A Revolução Industrial começou a edificar uma nova sociedade. A contradição da relação campo/cidade teve que dar lugar a uma outra muito mais poderosa: entre o industrialismo em avanço e a unidade cidade/campo. (CORNELL, 1998, p. 99)

No Brasil, a dicotomia campo-cidade estabelecida na sociologia rural decorria da associação do rural ao agrícola, ou à sociologia do desenvolvimento da agricultura, já que o rural era visto sob a perspectiva de sua modernização, ou melhor, de sua industrialização (CARNEIRO, 2003,).

É na sociologia rural que será instituída “a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais descontínuas, mas em relação de subordinação do primeiro à segunda” (CARNEIRO, 2003, ), com o entendimento de que as diferenças entre o rural e o urbano tenderiam a desaparecer à medida que o processo de urbanização, tido como espontâneo e inevitável, alcançasse o mundo rural.

Nessa concepção, o rural não é concebido enquanto um espaço de sociabilidade dado a partir da relação direta com a natureza, à qual são atribuídos valores que estão muito além dos aspectos estritamente econômicos; ao contrário, esses valores serão dotados de uma carga de subjetividade, responsável, em Dias d’Ávila, pela formação de uma identidade territorial relacionada à água. Desse modo, podemos nos apropriar da noção de ruralidade compreendida como

[...] categoria contemporânea que, **expressando possibilidade e efetividade de desenvolvimento humano pela consideração do homem como ser da natureza**, remete à reconstrução de identidades a partir dos fenômenos de pluriatividade, lazer e meio alternativo de vida no campo em interação com a cidade [...]. (ALENCAR, 2003b, p. 11, grifo nosso).

Para auxiliar a pensar a questão da ruralidade na atualidade, Carneiro (1998; 2003) identifica dois fenômenos: o primeiro estaria associado a “pluriatividade”, uma vez que o rural não se resume somente à atividade agrícola. Assim, a autora considera o surgimento no campo da combinação das atividades agropecuárias com outras fontes de renda, não necessariamente associadas à agricultura.

Ao menos até o fim da estância hidromineral, no início da década de 1990, podemos identificar a presença desse primeiro fenômeno, com mais clareza, o que não quer dizer que o mesmo não se faça presente na atualidade – porém não foi objeto de pesquisa nesse estudo –, onde atividades agropecuárias convivam com outras atividades relacionadas ao uso da água em Dias d’Ávila, talvez a mais expressiva delas tenha sido a exploração e o comércio da água mineral, desde a década de 1950, não industrializada, como é na atualidade.

O segundo fenômeno estaria relacionado à procura crescente pelo rural, por pessoas vindas da cidade, em busca de lazer e qualidade de vida, através do contato com a

natureza, ou seja, estariam em busca de uma alternativa ao modelo de vida urbana. A autora destaca que

Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico. Entre os seus efeitos destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. (CARNEIRO, 1998, p. 4)

Embora esse segundo fenômeno esteja sendo percebido como próprio da década de 1970, em Dias d'Ávila ele construiu o território desde o início do século XX.

Outro aspecto relevante relaciona-se à degradação ambiental associada à “incorporação” dos espaços rurais pelo urbano-industrial. No caso do município de Dias d'Ávila, a degradação ambiental estará relacionada quase que exclusivamente a eventos que se iniciaram com o processo de desenvolvimento urbano-industrial e provocaram a degradação dos mananciais, principalmente daqueles presentes no perímetro urbano e periurbano do município.

Ao discutir essa problemática, na realidade das cidades paulistanas, Marcondes (1999) considera que

[...] as principais causas da degradação ambiental se originaram dos efeitos dos processos de expansão urbana sobre a vegetação primitiva e os cursos de água pelos usos urbano-industriais [...]. O processo de industrialização [...] em termos ambientais, significou a intervenção na maioria dos ecossistemas naturais, convertidos em agrossistemas mecanizados à base de grandes fluxos de petróleo com a utilização cada vez mais generalizada de fertilizantes e agrotóxicos, o que resultou na erosão dos solos na agricultura e na contaminação de recursos hídricos. (MARCONDES, 1999, p. 116)

Consideramos que essa realidade é reflexo do processo modernizador – urbano, político e econômico – adotado no Brasil, marcado pelo caráter conservador e ampliador das desigualdades sociais já existentes (CHAGAS et al., 2007), além de promover diversas modalidades de exclusão, degradação e impactos socioambientais.

Cada vez mais presentes, as tensões entre o rural e o urbano ficam evidentes, quando a natureza, imanente ao mundo rural, é apropriada pelo mundo urbano para atender a suas necessidades de consumo de recursos naturais, em forma de lazer, moradia, cultura, abastecimento de água, produção de alimentos e outros.

A Natureza, vista sob o olhar da cidade e do urbano, é tida em primeira instância como sendo incorporada e produzida na forma de objetos e ideias (HENRIQUE, 2009, p. 19). Essa

Natureza seria capitalizada e mercantilizada, tendo seus próprios clientes e consumidores: comprando e consumindo a natureza, literal ou metaforicamente, como símbolo, imagem, ícone, poder ou *status* (HENRIQUE, 2009, p. 19).

Nesse sentido, a Natureza não é tida enquanto elemento fundante e constituinte de identidades territoriais, cuja inter-relação com a natureza, ou com algum elemento nela preponderante, como a água, no caso de Dias d'Ávila, resultará na construção de identidades e no estabelecimento de territórios – o que dá conteúdo à noção de rural, como aqui é considerada – mesmo que estes territórios estejam inseridos na cidade, tida como plenamente urbana.

A abordagem teórica aqui assumida possibilita caracterizar o município de Dias d'Ávila, a partir de sua dinâmica sócio-histórica, como um território em que a dicotomia teórica entre rural e urbano orientou intervenções desenvolvimentistas traduzidas em forma de disputa pelo uso rural ou urbano da natureza.

Logo, Dias d'Ávila, sendo um território constituído em espaço rico de elementos naturais, particularmente de água, traz, em sua dinâmica sócio-histórica, relações com a água que expressam elementos identitários. Porém, essa relação, ao ser mediatizada pela indústria petroquímica, ou mais precisamente, pela apropriação privada da natureza, na década de 1970, iniciou um processo de enfraquecimento dessas relações.

Nessa mesma década de 1970, serão formadas e institucionalizadas as primeiras regiões metropolitanas (RM) brasileiras. Esse processo ocorreu sob a ação de um regime político autoritário, vindo a concretizar o disposto acerca da criação de regiões metropolitanas no Brasil, presente na Constituição de 1937, em seu artigo 29 (BARROSO, 2007).

Castro (2006) nos indica que a problemática metropolitana foi acolhida pelo governo federal, na Constituição de 1967, devido

[...] a crescente urbanização brasileira, sobretudo nas metrópoles, os problemas decorrentes de tal processo se tornaram cada vez mais visíveis, gerando inclusive movimentos que reivindicavam uma ação pública mais eficaz no atendimento às novas demandas geradas pelos meios urbanos, como por exemplo, nas áreas de habitação e **saneamento**. (CASTRO, 2006, p. 20-21, grifo nosso)

Nesse sentido, a alternativa encontrada foi a de promover a concentração da gestão dessas demandas através da formação das regiões metropolitanas (RM). No Brasil, a institucionalização das RM pode ser dividida em duas fases, como nos indicam Carvalho e Pereira (2009).

A primeira fase, na década de 1970, sob a égide do regime militar e vinculada aos propósitos de uma política nacional de desenvolvimento, de cunho urbano-industrial, “relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo” (CARVALHO; PEREIRA, 2009, p. 1). Nessa década são estabelecidas as primeiras regiões metropolitanas do Brasil, instituídas através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.

Uma comparação interessante sobre essa fase autoritária do Brasil, no que tange à institucionalização das primeiras RM, é aquela pela qual Alencar (2008) considera que

o perfil metropolitano da década de 1970 se assemelha àquele cuja origem remota ao período da colonização portuguesa por decorrer de deliberações do Estado: respectivamente, ser território da metrópole colonial (Portugal) e ser uma das sete primeiras regiões metropolitanas do Brasil. (ALENCAR, 2008, p. 112)

Essas regiões integravam os principais centros nacionais, bem como suas áreas de influência direta, “constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica” (CARVALHO; PEREIRA, 2009, p. 1).

Assim, são criadas inicialmente sete regiões metropolitanas no Brasil: as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Belém, Fortaleza e Salvador.<sup>4</sup> A Região Metropolitana de Salvador, na época, era composta por oito municípios: Salvador, Camaçari (do qual Dias d’Ávila era distrito), Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

A segunda fase terá como marco as transformações introduzidas com a Constituição de 1988, que proporcionou maior autonomia aos Estados para intervirem no planejamento regional, encerrando um modelo que limitava esse tipo de intervenção (CARVALHO; PEREIRA, 2009; ROLNIK; SOMEKH, 2002).

Os municípios também irão se beneficiar dessa nova Constituição, e começam a “fortalecer o seu papel de gestores de políticas públicas” (ROLNIK; SOMEKH, 2002, p. 106), sendo considerados, a partir de então, um ente federado (CASTRO, 2006, p. 28).

Nesse novo contexto, a Região Metropolitana de Salvador, na década de 1990, foi composta por mais dois municípios, recém-emancipados: Dias d’Ávila, fundada em 1985 e Madre de Deus – antes distrito de Salvador – fundada em 1990. Segundo Rolnik e Somekh

---

<sup>4</sup> Em 1974, viria a lei complementar nº 20, que, com a dissolução do Estado da Guanabara, cria a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (CASTRO, 2006, p. 34).

(2009), esse período de redemocratização e descentralização política será marcado também pela descentralização fiscal e pelo crescimento da autonomia local.

No que tange à autonomia local, as autoras destacam que esse processo encontrou problemas que ultrapassam os limites político-administrativos dos municípios, como é o caso de quase todos os temas ligados à infraestrutura urbana<sup>5</sup>, como energia, transporte e saneamento – onde se inserem os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (ROLNIK; SOMEKH, 2002, p. 107).

A organização, o planejamento e a execução desses serviços estavam previstos na Lei Complementar nº 14, de 08/06/73, e eram compreendidos como de comum interesse metropolitano para os municípios que integravam a região metropolitana<sup>6</sup> (ROLNIK; SOMEKH, 2002; CASTRO, 2006). Esses serviços visavam constituir “uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam se organizar sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo” (CARVALHO; PEREIRA, 2009, p. 1).

O órgão executivo da política de planejamento regional da Região Metropolitana de Salvador (RMS) era formado pelos Conselhos Deliberativos e Consultivos da RMS, pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana (CONDER), instituído pelo Decreto nº 24.178 de 1974, como Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo e unidade integrante do Sistema de Planejamento Estadual (MOREIRA, 1981). Atualmente, a CONDER é denominada de Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, não tendo alterado a sigla, apesar de ter outras finalidades que extrapolam a escala da região metropolitana.

A CONDER, na década de 1980, identificou que os problemas relacionados à infraestrutura, notadamente aos serviços de abastecimento e principalmente esgotamento sanitário<sup>7</sup>, na RMS, tinham como causas a pobreza urbana, “pois os padrões e serviços de uma cidade estão correlacionados com a capacidade de remunerá-los” (CONDER, 1984, p. 29).

---

<sup>5</sup> De acordo com o referencial teórico assumido, compreendemos que infraestrutura, ao contrário do que a autora afirma, não se trata de um tema exclusivo do mundo urbano, sendo de igual importância no mundo rural.

<sup>6</sup> Serviços de comum interesse metropolitano: I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública; III - uso do solo metropolitano; IV - transportes e sistema viário; V - produção e distribuição de gás combustível canalizado; VI - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal; VII - outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal (Lei Complementar nº 14, 08/06/73, grifo nosso).

<sup>7</sup> Entre os domicílios da RMS, 72,2% têm água ligada a rede geral, 24,4% se abastecem em poços e nascentes. Quanto ao esgotamento sanitário, apenas 20,2% estão ligados a rede geral; a grande maioria dispõe de fossas, sendo 28,7% dotados de fossas sépticas e estão completamente sem serviços de qualquer sistema (CONDER, 1982, p. 30).

Se posicionada dessa forma, a CONDER deixa de tratar essa questão como um problema do planejamento e da gestão territorial desses serviços, tanto em espaço urbano, quanto em espaço rural, onde a pobreza também se expressa. Deste modo, para a CONDER, combater a pobreza urbana seria a solução encontrada para resolver os problemas do saneamento na RMS (CONDER, 1982, p. 75).

Todavia, com a Constituição de 1988,

[...] a descentralização e o aumento da autonomia municipal acabaram evidenciando claramente a não legitimidade e representatividade dos organismos existentes de gestão metropolitana, contribuindo para esvaziá-los ainda mais, quando não para extingui-los. **O tema da gestão territorial da infra-estrutura ficou, assim, como uma das questões em aberto.** (ROLNIK; SOMEKH, 2002, p. 107, grifo nosso).

Essa questão, que envolve a gestão territorial da infraestrutura, já no período de redemocratização, onde os municípios ganharam mais autonomia, pode encontrar justificativa no que Castro reconheceu como sendo um problema da falta de cooperação institucional entre os níveis de governo (2006, p. 25).

O enfraquecimento das agências metropolitanas associado à falta de cooperação institucional encontrou terreno fértil no que é identificado como uma “município de caráter desagregador que impede fortemente o estabelecimento do conceito e da prática regional de planejamento e integração de políticas públicas” (CASTRO, 2006, p. 28).

A desconcentração da gestão de serviços, como abastecimento de água e esgotamento sanitário, esbarrou também nas limitações financeiras de muitos municípios, em arcar com as despesas de implantação e manutenção desses serviços, mantendo-se, como no caso da RMS, ainda na atualidade, sob a competência do Governo Estadual, através da Embasa, criada em 1971 para esse fim.

A nova condição dos municípios, após a Constituição de 1988, lhes conferiu a autonomia para compartilhar, juntamente com os demais entes federados, a titularidade na prestação de serviços considerados de competência concorrente pela nova constituinte<sup>8</sup> (BARROSO, 2007).

Assim, a União, os Estados e municípios podem repartir, ou não, a responsabilidade pela execução e gestão de determinados serviços, em comum, ou com a exclusividade de um dos entes federados. Este é o caso do abastecimento e do esgotamento sanitário, que é um serviço prestado, majoritariamente, no Estado da Bahia, pela Embasa.

---

<sup>8</sup> Artigo 23, IX, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998).



Barroso (2007) examina as competências constitucionais da União, Estados e Municípios acerca do saneamento básico, com o intuito de identificar entre esses, a quem caberia a competência pela prestação desse serviço. Partindo da compreensão de que sendo a água parte integrante desse serviço, caberia discutir *a priori* a legislação sobre esse tema, para posteriormente discutir a matéria saneamento, pois, segundo o autor,

É natural que o saneamento sofra repercussão direta do tratamento jurídico da água, na medida em que esta é seu elemento material primário. Desse modo, ainda que brevemente, é importante fazer um registro a cerca do sistema constitucional das águas na Constituição de 1988. (BARROSO, 2007, p. 3)

Dessa forma,

[...] a determinação do titular do domínio da água é fundamental para o estudo do saneamento básico, pois quem quer que seja o ente competente para prestar o serviço, em cada caso, deverá obter uma outorga do proprietário da água, a não ser por evidente, que já seja o proprietário. (BARROSO, 2007, p. 4)

Nesse sentido, o saneamento é compreendido enquanto um conjunto de ações integradas, que envolvem a captação de água, tratamento, abastecimento humano e industrial/distribuição, esgotamento sanitário e, acrescentamos, por fim, a coleta e a deposição final dos resíduos (BARROSO, 2007).

Em sua análise, o autor dividiu, oportunamente, o tema saneamento a partir do exame de três atividades a ele relacionadas: a administração dos recursos hídricos; a outorga do uso da água e a proteção ambiental (BARROSO, 2007, p. 4). Tomando como base essa divisão temática e a análise realizada pelo autor, buscamos relacionar esses tópicos, quando possível, à realidade de Dias d'Ávila, em sua inter-relação com a RMS, como demonstrado no quinto capítulo.

Sobre a administração dos recursos hídricos, na Constituição Federal de 1988, a água é tratada nos artigos 20, 21, 22, 23 e 26, fora as demais referências constitucionais diretas e indiretas sobre o tema, como nos alerta Barroso (2007, p. 4). O autor reconhece que essa Constituição atribui à União

[...] as decisões fundamentais a respeito da utilização da água no país, sob suas variadas formas, bem como os critérios para acesso aos recursos hídricos e as prioridades no seu uso. **Cabe aos Estados e Municípios apenas**, na forma do art. 23, XI, da Constituição Federal, “**registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios**”. (BARROSO, 2007, p. 5, grifo nosso)

A regulamentação do uso dos recursos hídricos é aprovada em 1997, através da Lei Federal nº 9.433, como previsto no artigo 21, XIX, da Constituição de 1988.

Com a Lei 9.433/97 foram estabelecidos os princípios básicos para a gestão dos recursos hídricos, tais como: “a água é um bem de domínio público, limitada e dotada de valor econômico; as bacias hidrográficas devido ao território por elas abrangido apresentam-se como importantes categorias de análise regional, diante do grau de interação dos elementos socioambientais que as constituem e da sua complexidade territorial podendo considerá-las como unidades de planejamento e de gestão dos espaços regionais” (LEI 9.433, 1997).

Esse avanço com relação ao tema é considerado por Freitas (2000) um marco, que “reflete uma profunda mudança valorativa no que se refere aos usos múltiplos da água, às prioridades desses usos, ao seu valor econômico, à sua finitude e à participação popular na sua gestão” (FREITAS, 2000, p. 66 apud HANKS, 2003, p. 1).

Essa mudança com relação à gestão dos recursos hídricos é construída em meio a uma gama inócua de dispositivos anteriores que tratavam dessa temática, mas que na prática não se efetivaram, como o Código Civil de 1916, o Código de Águas de 1934, Constituições Brasileiras e resoluções do CONAMA (HANKS, 2003). Com relação ao código das águas, Hanks (2003) nos informa que é

Importante salientar que, o Código de Águas, editado em 1934, através do Decreto 24.643, foi o primeiro diploma legal que criou instrumentos destinados à gestão dos recursos hídricos. Todavia, os dispositivos legais não foram regulamentados e conseqüentemente os instrumentos não foram implementados. (HANKS, 2003, p. 1)

A Lei 9.433/97 também instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabeleceu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que possui a seguinte estrutura: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); Agência Nacional de Águas (ANA); Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; Comitês de Bacias Hidrográficas; Órgãos dos poderes públicos federal, estadual e municipal, cuja competência se relaciona com a gestão dos recursos hídricos, e agências de águas (FREITAS, 2005).

Assim, a partir da Lei 9.433/2007, os recursos hídricos, não as águas, ganham um novo *status* que estimula os Estados a criarem também suas próprias políticas voltadas para os recursos hídricos.

Percebemos, diante do exposto, que não faltam aparatos jurídicos para gerenciar as águas e combater causas e efeitos de sua degradação, principalmente em regiões metropolitanas, nas quais

[...] a degradação da qualidade da água vem criando situações insustentáveis do ponto de vista do desenvolvimento e, dentre, os maiores desafios da gestão de recursos hídricos no Brasil está a redução das cargas poluidoras nos corpos d'água. Menos de 20% do esgoto urbano recebe algum tipo de tratamento e o restante é lançado nos rios e córregos 'in natura', colocando em risco a saúde do ecossistema e da população. (ANDREU, 2010, p. 1)

Entretanto, o Estado da Bahia já havia avançado no processo de gestão dos recursos hídricos, formulando sua Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei Estadual nº 10.432/06 desde 2006, cujo órgão executor na época era a Superintendência de Recursos Hídricos.

Em 2009, mais um avanço na gestão dos recursos hídricos irá acontecer na Bahia, através da edição, em outubro de 2009, da Lei Nº 11.612, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Além da substituição, em 2008, do nome da instituição gestora, agora Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ).

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado da Bahia integra a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA); o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH); o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ); os Comitês de Bacias Hidrográficas e os poderes estadual e municipal na gestão dos recursos hídricos (INGÁ, 2010).

Ao menos o INGÁ substituiu, em sua nomenclatura "recursos hídricos" por "água", garantindo com isso a presença da participação popular na gestão dos recursos hídricos, apenas. Na "Nova Lei das Águas" do Estado da Bahia, não existem referências a garantias da manutenção dos usos da água, no que tange a suas dimensões culturais e simbólicas. Permanece, dessa forma, a hegemônica dimensão econômica dando o tom dessa política no Estado.

No município de Dias d'Ávila, o tema gestão das águas não é discutido no documento mais recente do planejamento municipal: o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM, 2009). Neste documento, sequer é discutido o papel do Estado com relação às águas no município. A matéria sobre a água encontra-se incluída implicitamente apenas nas discussões sobre saneamento, presentes no PDDM (2009, p. 38), referentes ao abastecimento e ao esgotamento sanitário.

Neste documento, são apresentadas estratégias e diretrizes, cuja finalidade é sanar o problema da precariedade do saneamento. Entretanto, não é dada a devida atenção aos aspectos jurídicos que envolvem a gestão das águas e que provocam implicações diretas, tanto em termos jurídicos inerentes ao PDDM, quanto em termos de eficiência e eficácia na prestação desse serviço.

Entretanto, chamou-nos a atenção a referência direta ao papel auxiliar do Estado em temas relacionados à habitação, transporte, segurança pública etc., presentes no PDDM (2009), enquanto, em nenhum momento, é reclamada pelo município a atuação efetiva do Estado no auxílio à resolução dos problemas de saneamento, que perpassam a *priori* pela discussão sobre a proteção de suas águas, imersas na atualidade num processo contínuo de degradação.

Cabe ressaltar, diante dessa omissão do município de Dias d'Ávila frente ao quadro de degradação de suas águas, que é previsto na Constituição que “todos os entes – União, Estados e Municípios – têm o poder-dever de proteger o meio ambiente e controlar a poluição [...]” (BARROSO, 2007, p. 8).

Caberia, assim, ao município, se apropriar desses e outros instrumentos para buscar reverter o quadro crítico de degradação em que se encontram seus mananciais, notadamente os superficiais<sup>9</sup>, localizados na área urbana.

Quanto à outorga do uso de recurso hídrico, se trata de um instrumento previsto na Lei 9.433/1997 que tem como objetivo “assegurar o controle quantitativo e qualitativo do uso da água e o efetivo exercício do direito de acesso a água” (LEI, 9.433/97, ART. 11). À União cabe a competência de “*definir critérios de outorga de direitos de seu uso [da água]*” (BARROSO, 2007, p. 6, grifo do autor).

No Estado da Bahia, o órgão responsável por outorgar os diferentes usos da água é o INGÁ, de acordo com a Lei Estadual 11.612/2009. De acordo com Lei Estadual 11.612/2009, Art. 17 o objetivo da outorga é

[...] efetuar o controle quantitativo e qualitativo do uso das águas e assegurar o **direito de acesso à água, condicionada às prioridades de uso estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas.** (LEI ESTADUAL 11.612/2009, ART. 17)

Ao compararmos os objetivos da outorga de uso dos recursos hídricos, nos níveis federal e estadual, percebemos que o direito de acesso à água será restringido à esfera estadual quando limitado aos usos estabelecidos no Plano Estadual e nos Planos de Bacias Hidrográficas, que tenham caráter prioritário ou de interesse coletivo.

Dentre os usos estabelecidos, não se inserem aqueles de caráter cultural ou que tenham se tornado hábitos das pessoas do lugar, mesmo que a política atual direcione suas ações, cada

---

<sup>9</sup> Chamamos de águas superficiais aquelas visíveis na paisagem, no estado líquido, presentes nos rios, córregos, lagos, lagoas, reservatórios etc.; e águas subterrâneas, aquelas confinadas ao subsolo, em diferentes tipos de ambientes hidrogeológicos.

vez mais, para uma maior participação popular, envolvendo grupos sociais, antes excluídos, do processo de gestão das águas.

A concessão de outorgas também é cobrada para fins de saneamento, tanto para a captação de água para abastecimento humano e industrial, quanto para lançamento de efluentes, e estas são emitidas na modalidade de autorização de uso da água, não podendo exceder a vigência de 35 anos (INGÁ, 2010).

### **2.1.1 Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana – IQRM**

A metodologia dos Indicadores de Ruralidade Metropolitana (IQRM) foi desenvolvida por Alencar (2006), apoiada na noção de ruralidade metropolitana, também formulada por Alencar (2003b; 2004).

No nosso entendimento, a construção dessa noção parte do reconhecimento da coexistência entre o rural e o urbano, tratados enquanto dinâmica da contradição e não da dicotomia, expressa no espaço metropolitano (ALENCAR, 2003b). Rural e urbano são apropriados toricamente enquanto noções nas quais se privilegia

a imanência da natureza na constituição do rural, do qual decorrem relações mais diretas entre homem e natureza. Na constituição do urbano estamos privilegiando a transformação da natureza em ambiente construído, do que decorrem relações mais mediadas entre homem e natureza. (ALENCAR, 2008, p. 110)

Nessa concepção, o que diferencia rural e urbano será a forma como o homem se relaciona e se apropria da natureza, atribuindo-lhe significados diferentes: a natureza, enquanto modo e meio de vida, ou através de uma relação mediada pela técnica, mais artificializada, sendo percebida dessa forma apenas como recurso a ser consumido, material e imaterialmente.

Nesse contexto é que

A relação campo e cidade, compreendida nos marcos do pensamento complexo, possibilita reconhecer a condição de rural e de urbano configurando um padrão de desenvolvimento em coexistência tensionada pela diversidade de modos de vida em relação com a natureza e sob a égide do capitalismo contemporâneo. A dinâmica metropolitana na RMS radicaliza a intensidade da condição urbana de aglomeração como evidência empírica e inspira a formulação da noção *ruralidade metropolitana*. (ALENCAR, 2008, p. 114, grifo da autora)

Esta citação nos auxilia a compreender a fundamentação na qual a autora desenvolve a noção de ruralidade metropolitana, tendo a escala regional com referência do *locus* onde esse fenômeno se expressa.

Apoiado na noção de ruralidade metropolitana foi formulado o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM), pois essa noção “objetiva a apropriação de evidências empíricas que tensionam os modos de vida rural e urbano, condicionando a afirmação das experiências de ruralidade imersas em ambiente onde a urbanidade é metropolitana” (ALENCAR, 2008, p. 117).

Segundo a Alencar (2008)

O IQRM deve expressar a identificação de interseções entre o padrão de desenvolvimento, avanço do conhecimento, cidade e campo, a partir de determinações que agregam atributos da ruralidade metropolitana a serem analisados qualitativamente. (ALENCAR, 2008, p. 119)

Esse indicador, segundo a autora, é

[...] o conjunto de relações entre determinações, variáveis e dimensões predominantes nas tensões entre rural e o urbano em ambiente metropolitano que configuram uma dinâmica territorial. Em condições de ruralidade metropolitana é possível inferir pelo IQRM, elementos para a tomada de decisão sobre diretrizes de desenvolvimento regional que privilegiem uma coexistência rural-urbana na qual se potencializam conquistas humanas empreendidas em meio aos constrangimentos à sustentabilidade a favor da vida humana, inerentes ao modo de produção capitalista. (ALENCAR, 2008, p. 123)

A aplicação dessa metodologia neste estudo priorizou a identificação de evidências empíricas que tensionam os modos de vida rural e urbano, nas quais a água se evidenciasse enquanto elemento nucleador dessa tensão. As tensões que compõe o IQRM são categorizadas da seguinte forma:

**T-1 – Tensões pela apropriação da natureza:** apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico, disputa entre os diferentes usos econômicos, disputa entre o rural e o urbano e disputa entre o urbano e a natureza;

**T-2 – Usos geradores de riscos ambientais:** produção de riscos e produção de eventos ambientais;

**T-3 – Usos da natureza em atividades culturais:** uso cultural como recursos naturais e uso cultural como natureza.

Em seguida, os conteúdos das tensões são qualificados a partir da formulação de cinco determinações, consideradas sínteses das relações entre os atributos de ruralidade metropolitana (ALENCAR, 2008, p. 120).

1. Determinação geoambiental (DG), tensiona, se opõe leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso em questão;
2. Determinação rural (DR), se permanecerem usos mais diretos da natureza, quer produtivos, sociais, simbólicos ou culturais;
3. Determinação urbana (DU), quando usos de forma mais mediada por processos ou instrumentos tecnológicos tornam menos evidente a existência de natureza;
4. Determinação do modo de ocupação (DMO), denota ritmo e modo de apropriação da natureza condicionados pela hegemonia da acumulação capitalista;
5. Determinação do conhecimento científico (DCC) expressa usos da natureza justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processos, de organização ou de equipamentos.

Cada determinação agrupa variáveis que podem ser dependentes ou independentes, de acordo com as dimensões – econômicas, culturais, políticas, naturais, ambientais, subjetivas e de sociabilidade – predominantes nessas variáveis. As variáveis independentes são aquelas cujos elementos serão condicionantes da determinação. A variável dependente, por sua vez, será aquela que é condicionada ou decorrente da variável independente. (ALENCAR, 2008, p. 120).

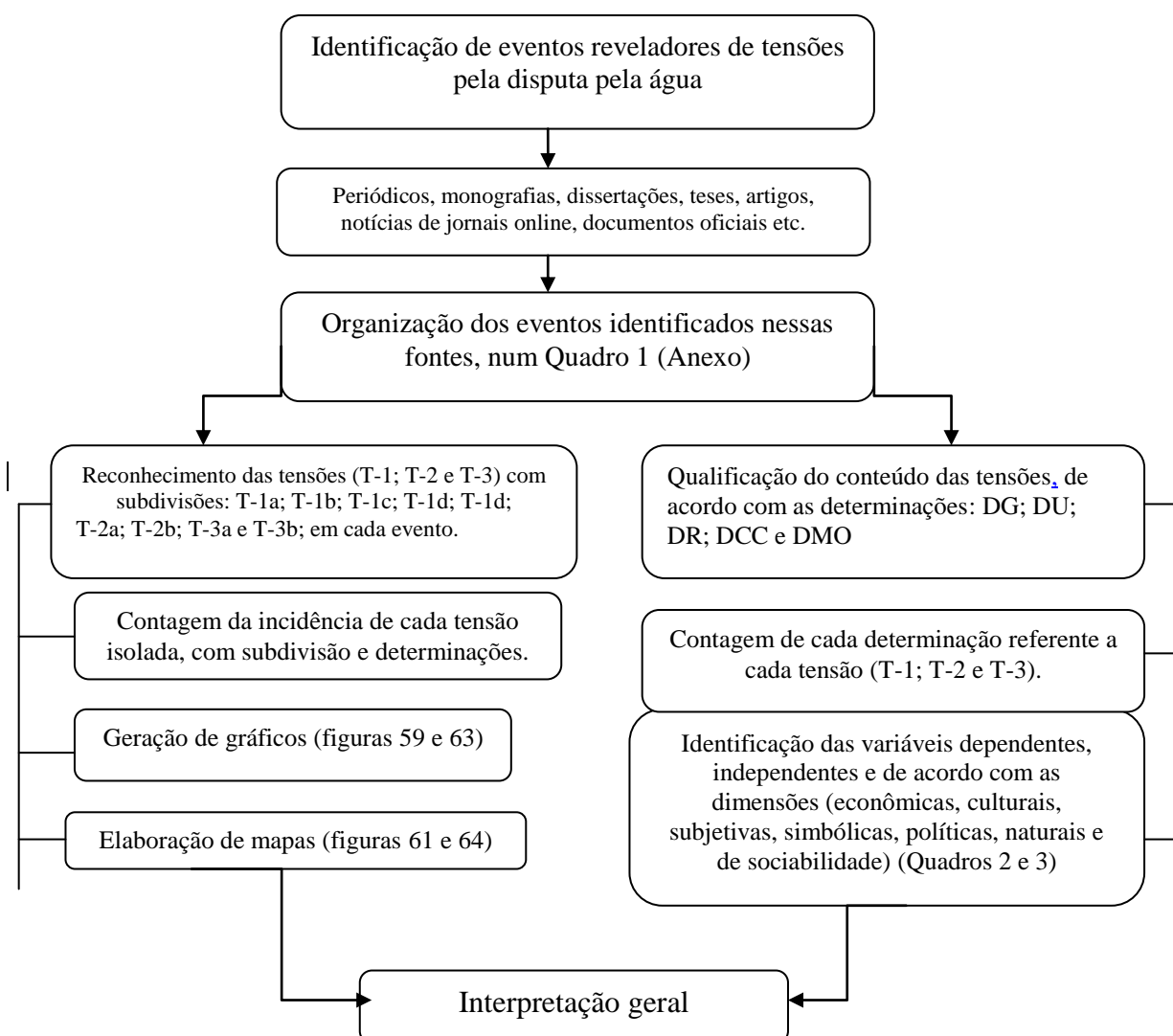
## 2.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os principais problemas e hipóteses focalizados abrangem um universo complexo, que foi examinado dialeticamente nas interações territoriais, com suas particularidades, ritmo de evolução, duração, dimensão e nível de percepção diferenciada no tempo e no espaço. Requer assim, os procedimentos, a seguir discutidos, de técnicas, métodos e metodologia aplicados neste estudo:

**Pesquisa bibliográfica:** revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários, em livros, publicações periódicas, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e documentos em meio eletrônico.

**Pesquisa documental:** para tanto, foram considerados, como fontes principais de pesquisa, os bancos de dados de instituições como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; a Prefeitura Municipal de Dias d’Ávila; o Instituto Histórico e Geográfico; bibliotecas especializadas (universidades, faculdades, empresas etc.), que complementaram as fontes secundárias. Essa fase consistiu também no levantamento de documentos oficiais, reportagens de jornal, diários e relatórios de pesquisa, o que permitiu a identificação de eventos reveladores de tensões territoriais de disputa pelo uso rural ou urbano da natureza (água), como previsto na aplicação do IQRM, anteriormente categorizado, cuja aplicação é demonstrada no quinto capítulo. A aplicação do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) neste estudo envolveu os seguintes procedimentos:

**Figura 1 – Diagrama de procedimentos do IQRM.**





A partir da aplicação do IQRM, geramos como produtos o mapa geral das tensões pelo uso da água no município de Dias d'Ávila/BA (figura 60) e o mapa das tensões pela apropriação da água no município de Dias d'Ávila/BA (figura 63).

**Pesquisa Iconográfica:** Trabalho de campo e elaboração de mapas. Nessa etapa da pesquisa, foram coletados dados *in loco* e definido de que forma representaríamos espacialmente a expansão urbana em Dias d'Ávila, a apropriação/degradação da água.

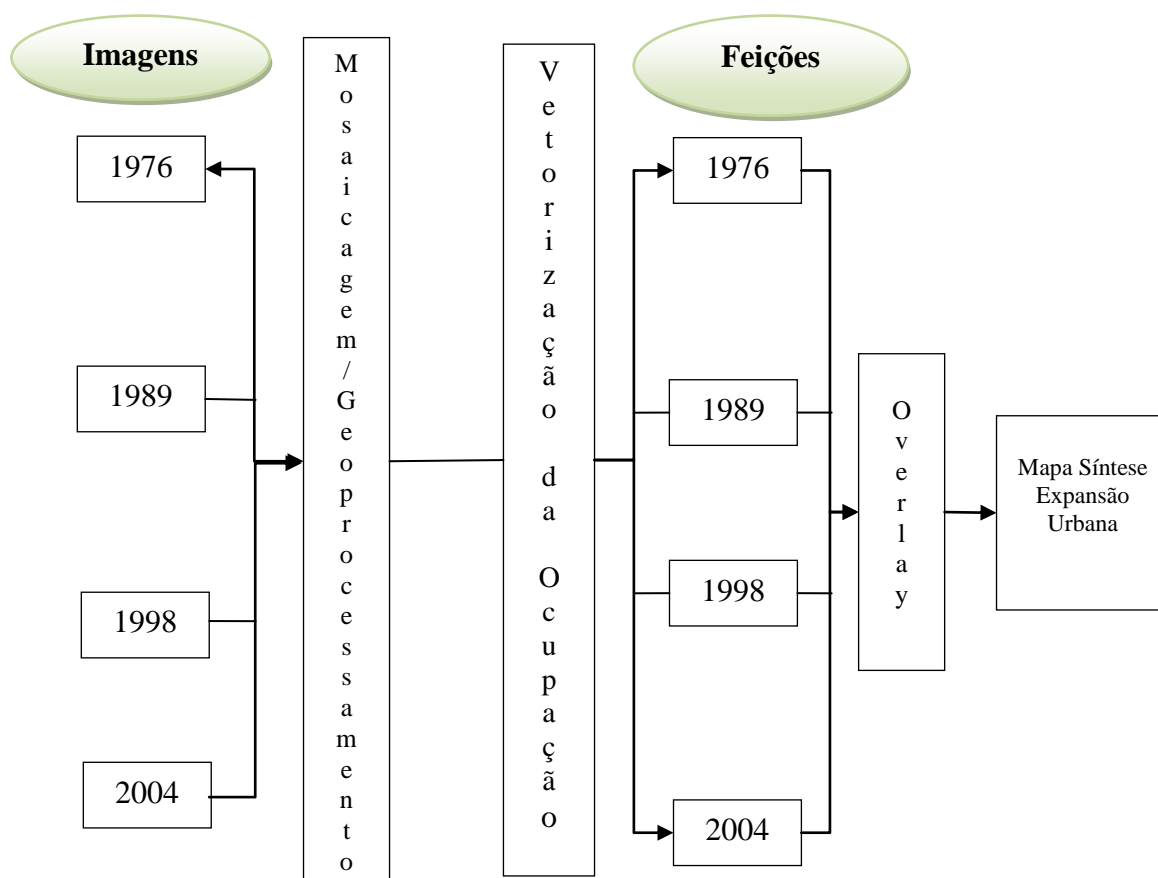
Para tanto, realizamos o levantamento da base cartográfica digital do município e da Região Metropolitana de Salvador, usando o banco de dados da SEI, DERBA e DDF para a confecção do mapa de localização/rodovias.

Em seguida, na mapoteca da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, realizamos o levantamento das fotografias aéreas verticais da sede urbana do município de Dias d'Ávila, referentes às décadas de 1976 (escala original 1:8.000); 1989 (escala original 1:10.000); 1998 (escala original 1:40.000) e 2004 (1:8.000) (CONDER, 1976; 1989; 1998; 2004).

Não foram utilizadas imagens da década de 1960 – período em que Dias d'Ávila, na condição de Estância Hidromineral, conservava características de balneário em seu “núcleo urbano”, e baixa densidade demográfica – porque, segundo informação dos técnicos da CONDER, não foram realizados voos naquele período. Imagens mais atuais referentes aos voos de 2010, na RMS, ainda não foram disponibilizadas pelo órgão, para uso público, por estar em fase de conclusão dos trabalhos.

Em posse de cada aerofotografia, por faixas, iniciamos a confecção dos mosaicos referentes a cada década; em seguida, georeferenciamos e vetorizamos toda a área ocupada. Esse trabalho resultou no mapa temático, na escala de 1:25.000, referente a quatro décadas (1976, 1989, 1998 e 2004), denominado de mapa síntese da evolução urbana de Dias d'Ávila (figura 26).

**Figura 2 – Diagrama dos procedimentos para a elaboração do “Mapa Síntese da Área Urbana de Dias d’Ávila”.**



Para o reconhecimento espacial da expressão formal do rural em Dias d’Ávila e posterior discussão da invisibilidade do rural<sup>10</sup>, utilizamos a base da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) do levantamento das localidades no município em questão, na escala de 1:100.000, uma vez que, de acordo com o IBGE (2010), não existem distritos em Dias d’Ávila.

Cabe mencionar que apesar do IBGE (2010b) não reconhecer a existência de distritos no município de Dias d’Ávila, há trabalhos que mencionam a presença de distritos no município. Não há também um consenso com relação às localidades existentes no município.

A SEI identifica a presença de localidades que não coincidem com aquelas identificadas pelo PDDM de Dias d’Ávila (2009). Diante dessa diversidade de dados, levamos em consideração aqueles que contivessem mais detalhes, como, por exemplo, a

<sup>10</sup> O termo “invisibilidade rural” foi formulado por Alencar (2003a).

presença de coordenadas geográficas que nos permitissem espacializar a informação. Como produto, geramos o mapa de localidades do município de Dias d'Ávila, na escala de 1:250.000 (figura 27).

Para as análises dos dados populacionais realizadas com base no Plano de Diretrizes Urbanas de Dias d'Ávila (PDU), apresentado no quarto capítulo, cuidamos de esclarecer antecipadamente o que vem a ser considerado como cidade, município e vila no Brasil. Esse cuidado não está neutro às discussões sobre a metodologia adotada pelo IBGE para a classificação dessas unidades. Porém, mesmo concordando que a metodologia precisa ser repensada, sabemos que é ela que define e orienta a classificação das unidades citadas na atualidade, sendo a única em que podemos nos orientar.

Diante do exposto, o IBGE (2010,a) considera metodologicamente o município uma unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, e a cidade como sede do município, ou seja, todo município tem uma sede, que é a sua cidade. O distrito é a unidade administrativa do município, podendo haver um município com vários distritos. E, por fim, a vila é a localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, que serão considerados como cidades. Nessa classificação, a população urbana será aquela presente nas vilas e cidades e, nos demais espaços geográficos, situa-se a população rural.

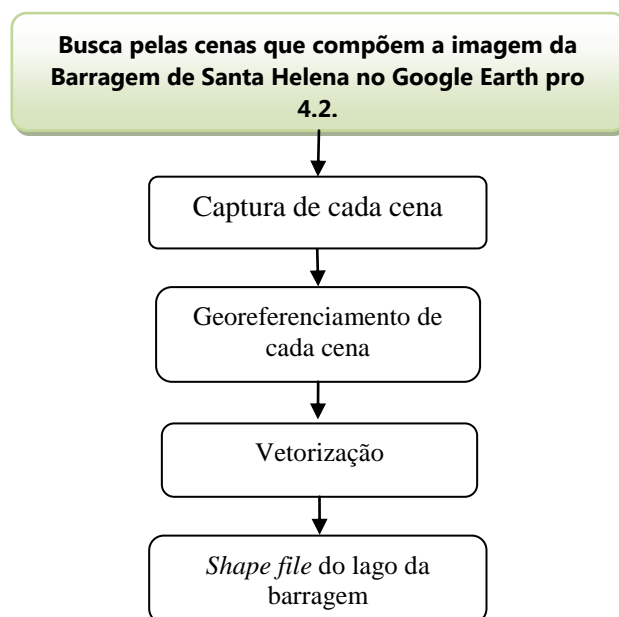
Utilizamos a base hidrográfica, na escala de 1:100.000, das cartas topográficas do IBGE, SUDENE, DSG, 1972-1985, digitalizadas pela SEI. Essa escala, única disponível, gerou certa incompatibilidade, quando plotamos os pontos coletados em campo, em rios que não aparecem nessa escala.

Dessa forma, alguns pontos aparecerão fora da malha hidrográfica, porém foram coletados em corpos d'água não contemplados na imagem, devido à diferença entre escalas; e as fotografias tiradas em campo desses pontos auxiliam na comprovação da existência desses rios.

Geramos também o *shape file* da Barragem de Santa Helena; esse é um dado que não foi encontrado, a despeito da presença dessa barragem, cujo espelho d'água extrapola os limites territoriais do município de Dias d'Ávila. O lago dessa barragem envolve os municípios de Camaçari e Mata de São João, além disso, suas águas são drenadas para abastecimento do Polo Industrial de Camaçari (PIC) e a regularização da Barragem de Joanes II.

A Barragem de Joanes II, na base hidrográfica já mencionada, tem seus limites claramente definidos, enquanto Santa Helena se encontra omitida, como dado espacial, nas bases pesquisadas. Trata-se de um produto inédito, produzido neste estudo e que envolveu o seguinte procedimento:

**Figura 3 – Diagrama de procedimentos para a confecção do *shape file* da Barragem de Santa Helena.**



Para identificarmos como acontece a apropriação privada da água no município, formalmente legalizada, entramos em contato com o Instituto de Gestão das Águas e do Clima (INGÁ), órgão responsável pela gestão da água no Estado da Bahia; fomos encaminhados, então, para a Diretoria de Outorgas, onde tivemos acesso ao banco de dados de outorgas de usos dos recursos hídricos concedidas para o município de Dias d'Ávila.

Nessa relação, cada outorga vem acompanhada de uma classificação por uso, tipo do sistema de captação, vazão outorgada, coordenadas geográficas e cartográficas (UTM) e demais dados.

Ressaltamos que a concessão de outorgas é um processo dinâmico e permanente, podendo, dessa forma, alguma outorga citada neste trabalho deixar de existir, por não ter sido renovada pelo proprietário, ou outras outorgas serem solicitadas e concedidas, com usos diversos, ou até mesmo diferentes daqueles que aparecem nos mapas produzidos.

Buscamos atualizar os dados constantemente junto à Direção de Outorgas do INGÁ, de forma que a última atualização dessa relação data de 18 de novembro de 2010 (INGÁ, 2010). A partir desses dados, geramos os mapas de outorgas, superficiais e subterrâneas, e o mapa de usos da água, na escala de 1:250.000 (figuras 32 e 33).

Os trabalhos de campo no município de Dias d'Ávila foram realizados nos meses de setembro, outubro e dezembro de 2010. Nos trabalhos de campo, com o objetivo de coletar pontos de lançamento de efluentes (esgotos) nos corpos d'água inseridos nos limites

considerados urbanos no município, utilizamos: GPS (cedido pela UCSAL, através do Grupo de Pesquisa DSN<sup>11</sup>, UCSAL nº 98270), modelo e Trex Venture, da Garmin, com capacidade de memória de 1 megabyte, precisão de 3 metros, quando recebendo correções WAAS (disponível apenas nos EUA); assim tivemos precisão de cerca de nove metros em alguns pontos coletados (figuras 4 e 5).

**Figura 4 – GPS e Trex Venture usado nos campos.**



**Figura 5 – Usando o GPS no campo (Dez/2010).**



Os dois primeiros campos, realizados nos meses de setembro e outubro de 2010, aconteceram com o auxílio de moradores do município, que nos levaram aos locais onde existem esgotos lançados diretamente no rio Imbassá, em alguns afluentes e no lago da Barragem de Santa Helena.

No último campo, realizado em dezembro de 2010, refizemos as mesmas coordenadas das outorgas concedidas pelo INGÁ, a fim de identificar *in loco* a presença de lançamento de esgotos próximo aos pontos outorgados. Entretanto, a grande maioria dos pontos superficiais outorgados está inserida em áreas privadas ou de difícil acesso. Em seguida, lançamos no GPS as coordenadas das outorgas, rastreamos cada uma delas no município de Dias d'Ávila; para este campo, geramos o mapa dos trabalhos de campo em Dias d'Ávila (Anexo 3). Após o tratamento desses dados, geramos o mapa dos pontos de lançamento de esgotos nos corpos d'água de Dias d'Ávila (figura 41).

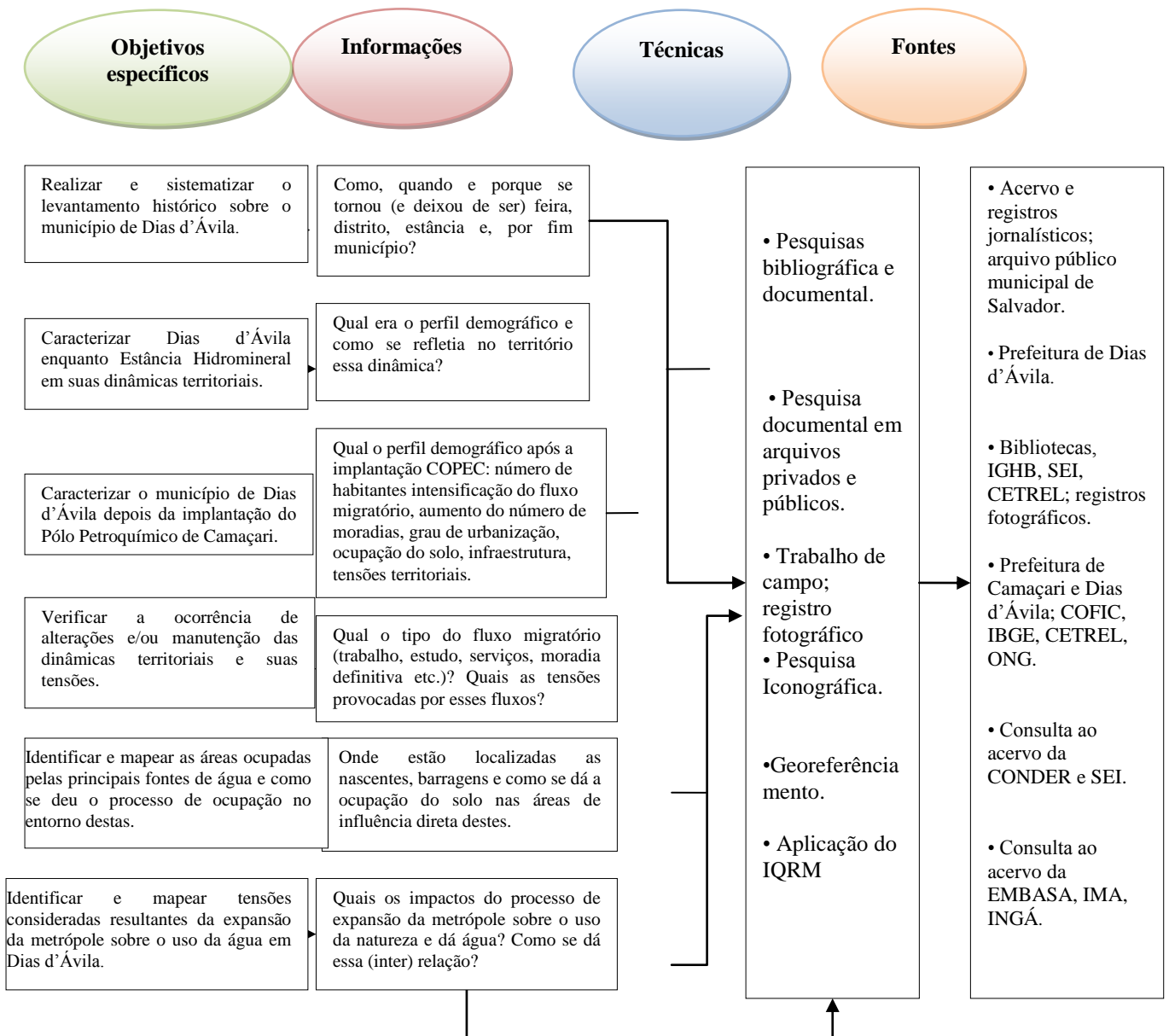
Resolvemos associar os pontos outorgados, cujas coordenadas informadas nos permitiram sua espacialização, com os pontos de lançamento de esgoto coletados nos trabalhos de campo, e geramos como produto o mapa de usos e lançamento de esgotos (figura 40).

<sup>11</sup> Ressaltamos a participação dos membros do grupo DSN, que contribuíram para a realização da pesquisa bibliográfica e documental (Fernando Cardoso, PIBIC do grupo, aluno do curso de Serviço Social da UCSAL) e confecção dos mapas e trabalhos de campo (Jorge Andrade, integrante do grupo, aluno do curso de Geografia da UCSAL, e Alanderson Matos, geógrafo e técnico em Geoprocessamento).

Nesse mapa, realizamos o cruzamento das outorgas com os pontos de lançamento de esgoto nos corpos d'água superficiais. Vale ressaltar que devido à diferença entre as escalas trabalhadas (bases cartográficas de diferentes órgãos), alguns pontos outorgados não são visíveis na escala do mapa que produzimos, de 1:250.000.

A seguir é apresentado o diagrama de estruturação dos procedimentos da pesquisa, que se trata de uma síntese de todo o caminho percorrido para a elaboração desse estudo.

**Figura 6 – Diagrama de Estruturação dos procedimentos da pesquisa.**



### 2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Dias d'Ávila é um dos municípios do Estado da Bahia e compõe atualmente o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, contendo as seguintes aglomerações populacionais: Emboacica, Biribeira, Santa Helena, Jardim Futurama e Leandrinho.<sup>12</sup>

A microrregião em que o município está inserido é a Região Metropolitana de Salvador (RMS), composta também pelos municípios de Salvador, Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Simões Filho, Itaparica e Vera Cruz.

O espaço urbano em Dias d'Ávila encontra-se organizado, de acordo com a CONDER (1997), em Velha Dias d'Ávila – núcleo tradicional – e Nova Dias d'Ávila, bairro satélite concebido com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC, 1974).

O núcleo tradicional da cidade antiga destaca-se pela seguinte configuração espacial: padrão mais antigo, onde se insere a ferrovia e a principal via de acesso ao Centro; loteamentos, sítios, chácaras e casas de veraneio, caracterizados por baixas densidades e lotes vazios; conjuntos habitacionais na área central, entre a via principal e o rio Imbassaí. O padrão atual, somado ao tradicional, é caracterizado pelo bairro satélite de Nova Dias d'Ávila e ocupações precárias, com ausência de infraestrutura básica (PDDM, 2009).

O município de Dias d'Ávila está inserido na Bacia Sedimentar do Recôncavo Norte, entre as coordenadas geográficas 12° 36' 45", de latitude ao sul, e 38° 17' 49", de longitude oeste do meridiano de Greenwich, a 52 km da capital baiana, e limita-se com os municípios de Mata de São João ao norte, Simões Filho ao sul, Camaçari ao sul e a leste, Candeias e São Sebastião do Passé a oeste. O acesso ao município pode ser feito a partir de Salvador pela BR-324, em conexão com a BA-093, principal via de acesso, e pela Via Parafuso (BA-535), conectando-se com as vias do Polo Petroquímico de Camaçari (PIC).

---

<sup>12</sup> Optamos pela denominação “aglomerados populacionais” como solução momentânea diante da diversidade de classificações encontradas, ora como distritos (CONDER, 1997; ALENCAR, 2003), ora não identificados na contagem populacional (IBGE, 1990, 2000, 2007).

**Figura 7 – Região Metropolitana de Salvador, localização do município de Dias d'Ávila/BA.**



Fonte: SEI, 2009. Elaboração: Jorge Andrade e Débora Porciuncula, 2010.

A área do município é de 208 km<sup>2</sup>, e sua população residente, de acordo o Censo (2000), era de 45.333 habitantes, desses 42.673 representavam a população urbana e 2.660 a população rural.

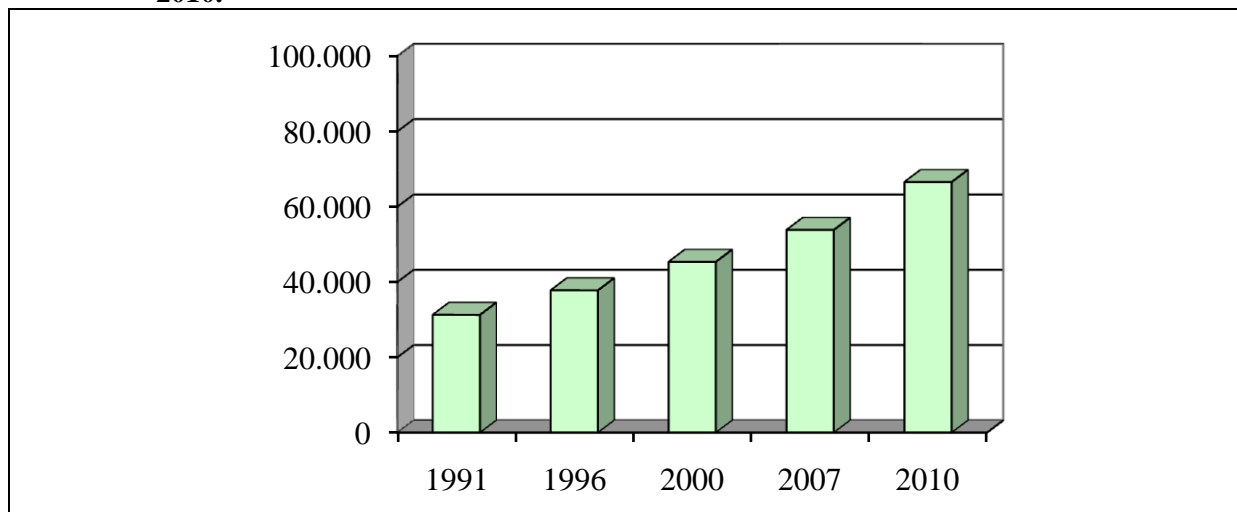
Na contagem realizada pelo IBGE (2007), a população total do município sobe para 53.821 habitantes, o que correspondia a uma densidade demográfica de 258,7 hab./km<sup>2</sup>, muito acima da densidade do Estado da Bahia, que era de 25 hab./km<sup>2</sup> para o mesmo ano.

A população atual do município é de 66.373 habitantes (IBGE, 2010), desse total 62.417 de população urbana e 3.956 de população rural. Podemos observar que houve um aumento da população rural, entre os Censos de 2000 e 2010, de 1.296 habitantes.

Também destacamos o aumento expressivo da população total de Dias d'Ávila, num curto período, pois, de acordo com os dados da contagem populacional de 2007, constatamos um acréscimo de 12.552 mil habitantes em apenas três anos (figura 8).



**Figura 8 – Crescimento da população no município de Dias d’Ávila/BA, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.**



Fonte: IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010; Contagem 1996 e 2007.

Os resultados recentes do Censo de 2010 confirmam a tendência de aumento populacional em Dias d’Ávila, percebida ao longo das décadas de 1990 e 2000, ao contrário da tendência de 147 municípios baianos que apresentaram queda populacional (IBGE, 2010).

Certamente, esse acréscimo populacional está relacionado a imigrações, como explica o coordenador de informações do IBGE, na Bahia, Joilson Rodrigues: “A RMS passou a absorver a imigração, com moradia de menor custo e acesso aos serviços da capital” (A TARDE, 2010, p.4).

Esses fatores, no caso de Dias d’Ávila, aliam-se à proximidade do PIC, do Complexo do Cobre e da Ford. Esta última inclusive privilegiou a contratação de mão de obra local, o que motivou a fixação de residência daqueles que poderiam realizar a migração pendular entre Salvador e Dias d’Ávila (MOURA, 2005). Dias d’Ávila, Camaçari, Lauro de Freitas e Madre de Deus foram os municípios que mais cresceram populacionalmente dentre os demais da RMS, de acordo com o Censo de 2010 (Tabela 1).

**Tabela 1 – População municípios da RMS, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.**

Municípios RMS	1991	1996	%	2000	%	2007	%	2010	%
Camaçari	113.689	133.929	17,80	161.727	21	220.495	10,20	242.984	10,20
Candeias	67.941	69.334	2,05	76.783	11	78.618	5,67	83.077	5,67
Dias d'Ávila	31.260	37.773	20,83	45.333	20	53.821	23,32	66.373	23,32
Itaparica	15.055	17.489	16,17	18.945	8	19.897	4,34	20.760	4,34
Lauro de Freitas	69.270	96.589	39,44	113.543	18	144.492	13,10	163.414	13,10
Madre de Deus	9.183	9.886	7,66	12.036	22	15.432	12,65	17.384	12,65
Mata de S. João	30.535	32.193	5,43	32.568	1	37.201	8,09	40.210	8,09
Pojuca	22.485	23.445	4,27	26.203	12	30.221	9,41	33.064	9,41
Salvador	2.075.273	2.196.269	5,83	2.443.107	11	2.892.625	18,40	2.676.606	-7,47
S. Sebastião do Passé	36.825	38.301	4,01	39.960	4	40.321	4,54	42.153	4,54
S. Francisco do Conde	20.238	23.920	18,19	26.282	10	29.829	11,21	33.172	11,21
Simões Filho	72.526	77.212	6,46	94.066	22	109.269	8,01	118.020	8,01
Vera Cruz	22.136	27.223	22,98	29.750	9	35.060	7,21	37.587	7,21

Fonte: IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010; Contagem 1996 e 2007.

Com relação à pobreza, o município de Dias d'Ávila configurava-se, segundo o IBGE (2003), dentre aqueles com a situação mais crítica do Estado. O IBGE (2003) mostrava uma incidência de pobreza de 59,28%, com percentuais médios de famílias sem rendimento, também muito elevados, em torno de 11%. Esse percentual mostrou ser o mais alto, se comparado aos demais municípios que compõem a RMS. É válido ressaltar que ainda não existem dados mais atualizados no IBGE sobre a incidência de pobreza, para fazermos comparações.

A economia do município está diretamente relacionada à agropecuária, à indústria de transformação, alimentos e bebidas e setores terceirizados do comércio varejista e de serviços (IBGE, 2010).

O município de Dias d'Ávila apresenta condições bastante privilegiadas, no que diz respeito à ocorrência de água subterrânea, e com um sistema de drenagem superficial bem desenvolvido, de caráter perene. Na década de 1940, estudos realizados na bacia Hidrográfica do Rio Imbassaí e no Aquífero São Sebastião, indicaram a presença de um importante reservatório de água subterrânea, com espessura variável entre 800 e 1500 m (PDU, 1991).

Os principais mananciais superficiais são os rios Imbassaí, Jacumirim e Jacuípe, inseridos nas bacias hidrográficas dos rios Joanes e Jacuípe. O rio Jacuípe drena uma parcela expressiva da região, todo o entorno da cidade de Dias d'Ávila e uma área de ligação entre a

Cetrel e o Polo Petroquímico de Camaçari; em Jacuípe e Joanes, situam-se as barragens de Joanes II e Santa Helena, respectivamente.

Apresenta uma precipitação pluviométrica média de 1539,8 mm/ano, com excedente hídrico de 137,9 mm/ano (SEI, 1999), basicamente entre os meses de março a agosto. O clima é úmido a subúmido, situado numa unidade geomórfica do tipo Planícies marinhas e fluviomarinhas e tabuleiro do recôncavo. A vegetação é do tipo de contato cerrado-restinga e ombrófila densa, já bastante degradada devido às atividades agropastoris e à urbanização (SEI, 2010).

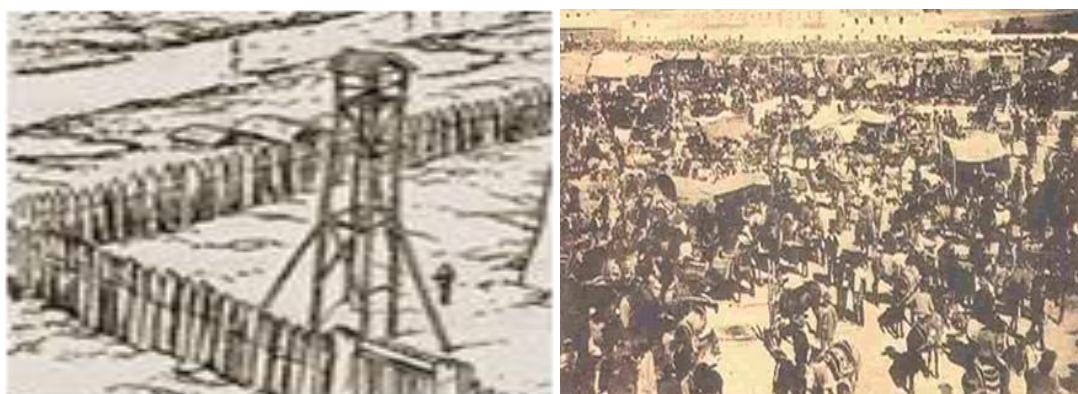
De acordo com a Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), o Patrimônio Natural do município está dividido em (i) áreas naturais: *área da nova Dias d'Ávila, Lagoa Azul, Morro do Cantagalo, Morro do Cristo Rei e Nascente da Nova Dias d'Ávila*; e (ii) unidade de conservação: *Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga*.

### III. DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E TERRITÓRIO NA RELAÇÃO COM A ÁGUA

O primeiro processo de territorialização onde atualmente é Dias d'Ávila, data do século XVII, quando Francisco Dias d'Ávila I implantou a primeira feira fixa e o primeiro mercado pecuário do Brasil Colônia, em 1614 (MOREIRA, 1992, p. 186).

A Feira de Santo Antônio do Capoame<sup>13</sup>, ou somente Feira do Capoame, como era mais conhecida, estava situada numa região considerada de solo fértil, com extensas pastagens e “abundantes aguadas dos rios Imbassaí, Jacuípe e Jacumirim” (MONIZ, 2000, p. 202), e toda essa região onde a feira estava inserida era conhecida por Capoame (figuras 9 e 10).

**Figuras 9 e 10 – Representação da Feira do Capoame.<sup>14</sup>**



O conflito pelo domínio do território instaurado devido à ação das expedições, ainda no século XVI, configurou-se como guerra contra os indígenas dos quais foram tomadas suas terras, ao penetrarem o interior da capitania da Bahia, em direção ao sertão, seguindo os leitos dos rios, em busca de riquezas minerais.

Dentre outras ações, essas expedições introduziram a atividade criatória com a pecuária extensiva (BRANDÃO, 2007, p. 2), tendo inúmeras tribos indígenas sido extintas e outras absorvidas, transformando aquele território em domínio da Casa da Torre de Garcia D'Ávila.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Capoame, palavra tupi: Caá-poã-me, no mato em pé; no mato que se isola num campo, na mouteira ou silvado.

<sup>14</sup> Fonte: Disponível em: <<http://www.diasdavila.com.br>>. Acesso em: 09 de jul. de 2010.

<sup>15</sup> Há registros de que também os Jesuítas possuíam terras e currais na Feira, como menciona SANTOS (2008, p. 181), sobre o arremate realizado por Antônio Ferreira Malheyros das terras que os Jesuítas possuíam na Feira de Santo Antônio do Capoame.

Os índios, antigos usuários dos rios e lagoas, e habitantes primeiros das terras banhadas por esses mananciais, eram incômodos, agressivos e ameaçadores dos interesses e da vida dos pecuaristas, que não hesitaram em expulsá-los e mesmo matá-los (MOREIRA, 1992, p. 190).

Este processo irá culminar na ocupação de vastas áreas habitadas por indígenas na Bahia e em outras capitânicas e sesmarias, inclusive aquela onde foi implantada a Feira do Capoeira pelos Garcia d'Ávila, configurando desde então uma questão agrária.

A água, sempre presente nas narrativas deste período, foi imprescindível ao processo de expansão da pecuária. Sua presença será determinante da dinâmica socioespacial da época, atrelada à presença de vales, rios, riachos e ao regime das águas, que exigia, dentre outros fatores, o constante deslocamento das manadas e de toda uma estrutura relacionada, como fazendas e currais (MONIZ, 2000, p. 201). Todo o gado que seguia em direção a Feira de Capoeira e a Salvador,

[...] percorria caminhos pontilhados com lagoas, nascentes e olhos d'água, que abasteciam e matavam a sede do gado e dos vaqueiros. As margens dos rios e das lagoas eram procuradas, avidamente, pelos pecuaristas para a instalação de fazendas e currais. **Da água dependia a vida do gado e dos homens.** (MOREIRA, 1992, p. 190, grifo nosso)

Na condição de elemento estruturante e vital, a água “desenha” a ocupação do espaço e partilha com a terra a condição de elementos naturais imprescindíveis à pecuária extensiva; estando associada ao ordenamento dos espaços rurais já existentes, e direcionando a incorporação de novos espaços. Sua presença influenciará na disposição espacial dos currais, espalhados “pelos vales dos rios Jacuípe (que atravessa a atual Dias d'Ávila, outrora Capoeira), Ipojuca, Itapicuru, Real, Inhambupe, Vaza-Barris, Sergipe, das Velhas, das Rãs, Verde, Paramirim e vários outros, com mais de meio milhão de cabeças de gado” (MONIZ, 2000, p. 201).

Dessa forma, impunha-se à localização dessas estruturas, currais, pastagens e feiras, toda a economia da época, que tinha na pecuária sua principal atividade. Moreira (1992), ao se referir à importância vital que os rios e lagoas possuíam no século XVIII, cita uma passagem do livro de Antonil “Cultura e Opulência do Brasil”, no qual o autor menciona:

E porque as fazendas e os currais do gado situam-se aonde há largueza de campo, e água sempre manente de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco [...] na do rio Jacuípe (em Dias d'Ávila), em os quais por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e só na borda aquém do

rio São Francisco, cento e seis. (ANTONIL, 1976, p. 199 apud MOREIRA, 1992, p. 190)

A Feira do Capoame, além de ser o principal local de comércio de gado, também possuía uma importância política, uma vez que era nela onde acontecia a arrecadação e o registro do gado, em barracas próximas da nascente do riacho dos Periquitos. Era o “principal registro e feira de gados desde o século XVIII e até meados do século XIX, já que existem documentos relativos ao funcionamento do registro na Feira do Capoame até 1837” (LOPES, 2009, p. 120).

Nessa feira, o gado também era comercializado como animal de tração, para os engenhos e fazendas, além de ser abatido para o aproveitamento da carne e a comercialização do couro, exportado para Portugal, que tinha a Bahia como principal exportadora<sup>16</sup> (MONIZ, 2000, p. 202).

Além da importância comercial e política que a Feira possuía, era também lugar de encontro e socialibilidade, sendo aos sábados, dia de maior movimento comercial, que ela ganhava vida com a presença de

Vaqueiros, vendedores e compradores de gado, apreciadores de cachaça e de histórias de valentia, barracas que vendiam gêneros alimentícios, refeições e divertimentos, emprestavam à Feira do Capoame uma paisagem humana especial nesse dia. Vendiam-se produtos agrícolas da região e, notadamente, animais procedentes das fazendas da freguesia de São José das Itaporocas. (MOREIRA, 1992, p. 187)

Toda a boiada vinda dos vales do Piauí, barra do Iguaçu e Paranaguá e rio Preto se dirigia à Bahia, para a Feira do Capoame. A importância da Feira foi sendo gradativamente comprometida com a expansão da economia canavieira, no século XVIII, mas ainda assim conseguiu se manter com suas funções até o final do século XIX. A expansão da cana-de-açúcar transformou as pastagens do Capoame em canaviais, favorecendo o surgimento de novas feiras no Recôncavo e no Sertão (MOREIRA, 1992, p. 167). Nesse sentido

Bem perto, porém, estava o grande concorrente na economia regional – a cana-de-açúcar. No fim do século XVIII, já os bons pastos antigos de Capoame achavam-se transformados em canaviais. Desde o princípio do século, novas feiras vieram a aparecer, mais para o interior: Nazaré, Conceição da Feira e Feira de Santana. (CARVALHO, 1958, p. 19)

---

<sup>16</sup> A Bahia liderava as exportações para Portugal, “com cerca de 50.000 peças anuais, avaliadas em 99 contos de réis, contra 40.000 de Pernambuco e 20.000 do Rio de Janeiro”. (MONIZ, 2000, p. 202)

Com a substituição das pastagens pelos canaviais, a Feira passou a ser conhecida como Feira Velha, em meados do século XIX. Nesse mesmo período, em 1823, nas lutas pela independência da Bahia, a Feira Velha foi transformada provisoriamente em arsenal para conserto de armas e, durante alguns dias, quando a Estrada das Boiadas estivera interdita aos portugueses, serviu de quartel para o general da “Legião da Torre”, sob o comando dos Pires de Carvalho e Albuquerque (MOREIRA, 1992, p. 186).

A Feira Velha, em 9 de julho de 1928, recebeu a denominação de Dias d’Ávila, por decreto da Câmara Estadual, prestando-se dessa forma uma homenagem a Francisco Dias d’Ávila I, por sugestão do diretor do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia, Borges de Barros (MOREIRA, 1992, p. 186).

A respectiva Lei foi sancionada no mesmo ano e, em 1953, outra Lei de nº. 628, de 30 de dezembro, transformou o povoado de Dias d’Ávila em distrito do município de Camaçari, onde começa a se desenvolver em sua vila um “florescente núcleo urbano” (FERREIRA, 1958, p. 119).

Podemos considerar este momento como sendo o marco inicial da tensão rural-urbano em Dias d’Ávila, quando é formalmente incorporada à lógica urbana através da divisão político-administrativa.

A tensão, aqui, expressa a disputa por apropriação da natureza para uso urbano, em detrimento do uso para atividades primárias. Entretanto, a relação com a natureza ainda não estava mediada por tecnologias que a tornassem invisível, e a sociabilidade primária, característica do mundo rural, ainda marcava as relações pessoais (PORCIUNCULA; ALENCAR, 2010).

Na condição de vila, Dias d’Ávila passa a ser reconhecida como local de turismo, cujo atrativo principal era a água. Neste momento, a água se expressa de forma direta como apropriação rural e se constitui em elemento identitário. Este processo de apropriação será, mais uma vez neste território, coordenado de forma mais incisiva pela ação dos de fora, os veranistas.

Os veranistas não eram somente baianos, mas também, como mencionou a Deputada Maria Luiza Láudano, “muitos brasileiros de outros estados, estimulando o comércio da região. Com a fama, a água passou a ser engarrafada e comercializada no mercado, graças também ao riquíssimo lençol freático que jaz sob a cidade” (CAMÂMARA DE VEREADORES, 2008, p. 23).

Essa dinâmica socioespacial, tendo a água como centralidade, irá despertar o interesse de pesquisadores<sup>17</sup>, que passaram a se dedicar aos estudos sobre as propriedades terapêuticas das águas do rio Imbassaí, sendo “indicadas para a cura de doenças do fígado, intestino e pele” (FERREIRA, 1958, p. 120).

Dessa forma, não era somente a presença da água que justificava a ocupação cada vez maior da vila, mas também as suas propriedades curativas e medicinais! Nesse sentido, intensificam-se os movimentos migratórios que impulsionam a ocupação da vila, com as crescentes construções de casas residenciais e de veraneio. Identificamos indícios de que o processo de ocupação espacial em Dias d’Ávila pode ter sido condicionado pelas características ambientais do lugar.

A citação abaixo, apesar da autora (OLIVEIRA, 1996) não afirmar essa nossa suposição, nos revela uma relação entre a água e a tendência de ocupação do solo urbano:

[...] na medida em que as propriedades medicinais das águas do subsolo local determinaram a tendência de ocupação do solo urbano, centrado na implantação de residências de veraneio e na introdução da atividade balneária. [...] A implantação de sítios de veraneio dotaram a cidade de um quadro ambiental particular, desde quando a sua composição ficou mesclada por espaços verdes e por uma arquitetura urbano-rural. (OLIVEIRA, 1996, p. 72 apud ALENCAR, 2003a, p. 60)

Essa dinâmica culminou com a oficialização da importância que a água e o potencial hídrico tinham para a região. Na década de 1962, através da Lei Estadual n.º 625, é então criada a Estância Hidromineral de Dias d’Ávila, com administração específica e ocupando uma área de aproximadamente 2 milhões de m<sup>2</sup>, com cerca de 1.200.000 m<sup>2</sup> destinados a zonas de parques (RODRIGUES et al., 2001, p. 41).

Estando assim de acordo com o texto da Lei Estadual 1.451 de 10 de agosto de 1961 que dispõe sobre essa matéria, e traz em seus Artigos 1º, 2º e 3º os principais pressupostos para a criação de estâncias hidrominerais, a saber:

Art. 1º - A constituição de um município em estância hidromineral natural dependerá de lei aprovada por maioria absoluta da Assembléia Legislativa depois de verificado, nos termos da legislação federal, por exames e análises absolutamente concludentes, **que o município contém fontes naturais de água dotada de altas qualidades terapêuticas, em quantidade suficiente para atender aos fins a que se destina.** (grifo nosso)

---

<sup>17</sup> Padre Camilo Torrend, naturalista francês, pesquisador e reputado especialista em protozoários e em fitopatologia.



**Art. 2º** - Os municípios constituídos em estância hidrominerais **naturais compreenderão o território em que estejam localizadas as fontes respectivas, as instalações e obras destinadas ao aproveitamento das águas e a área circunjacente necessária aos objetivos sanitários e turísticos a que se destina a estância.** (grifo nosso)

**Art. 3º** - Considera-se, simplesmente, estância termomineral, hidromineral ou mineral, sem a característica de município, a localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de **fontes d'água termais ou minerais naturais, exploradas com observância da legislação federal específica.** (grifo nosso)

§ 1º - Se as fontes estiverem situadas em zona urbana ou suburbana de alguma cidade ou vila, apenas será considerada estância e em nenhum caso a área compreendida pelo Município, observando-se igual critério se as fontes estiverem localizadas na zona rural, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º, o artigo 1º da Lei Federal nº 2.661, de 3 de dezembro de 1955.

§ 2º - É considerada parte integrante da estância o conjunto compreendido pelas fontes, estabelecimentos hoteleiros ou balneários, praças de desportos, parques d'água, sítios de passeios e logradouros públicos, constantes do plano de urbanismo a que se refere o artigo 106, da Constituição Estadual. (grifo nosso)

Posto que a noção de rural está compreendida pela imanência da natureza, a ruralidade construída nesse território, a partir de então, ficou formalmente reconhecida pela articulação particularizada com a água, desenvolvida pelos veranistas que resolveram fixar residência – curiosamente, único segmento populacional explicitamente mencionado nos textos sobre a dinâmica socioespacial de Dias d'Ávila (FERREIRA, 1958; MARIO, 1979; OLIVEIRA apud ALENCAR, 2003a).

São inúmeras as chácaras, propriedades de famílias residentes em Salvador, que passam, geralmente, os fins de semana nesta estância. Muitas dessas famílias, entretanto, já estão se transferindo definitivamente para Dias d'Ávila, devido ao acelerado crescimento de Salvador e aos conseqüentes problemas de tráfego, poluição, etc. (MÁRIO, 1979, p. 201).

Alguns acontecimentos provenientes da ação verticalizada dos governos federal e estadual irão marcar a sócio-história local, como a instauração, em 1968, pelo governo militar, de 68 áreas de segurança nacional em todo o País.

Nos vinte anos que seguem o período ditatorial, Camaçari (que englobava a Estância Hidromineral de Dias d'Ávila) foi considerada como área de segurança nacional. Sobre este período, associado ao desenvolvimento industrial, Carvalho (2001) indica que,

Para facilitar a ação federal direta e alijar os governos a nível local, alguns municípios foram até mesmo decretados “Área de Segurança Nacional”, como

Camaçari, onde encontrava-se em implantação o Complexo Petroquímico, localizado a revelia da municipalidade e até mesmo da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, que teve que acabar aceitando a localização, a posteriori. (CARVALHO, 2001, p. 226)

Outra ação do governo federal foi a criação, na década de 1970, como já mencionado, das primeiras Regiões Metropolitanas brasileiras, através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Em 1971, é criada, pelo Governo Estadual, a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), com o propósito de realizar o abastecimento de água e o saneamento no Estado da Bahia.

Na mesma década, a chegada do COPEC à região estará associada à consolidação do projeto de industrialização do Estado da Bahia, que teve início na década de 1950, direcionado por uma política nacional desenvolvimentista baseada na indústria e na urbanização (ANDRADE, 2009).

O marco desse processo será a instalação, em 1950, da Refinaria Landulpho Alves (RLAN), no município de São Francisco do Conde, baseada na exploração e refino do petróleo e a construção do Terminal Portuário (TEMADRE), no município de Madre de Deus.

Na década de 1960, foram instalados o Complexo Industrial de Aratú (CIA), especializado na indústria metal-mecânica e o Porto de Aratú, ambos no município de Simões Filho (ANDRADE, 2009, p. 4). Na década seguinte, 1970, foram instalados o Complexo Petroquímico de Camaçari e o Complexo do Cobre, com a Empresa Caraíba Metais, consolidando-se o projeto de industrialização do Estado, naquela época.

Neste momento, o potencial hídrico da região condicionará a localização da indústria petroquímica e garantirá o abastecimento humano da florescente Região Metropolitana de Salvador (RMS), agora induzido pela concentração populacional. Esse projeto modernizador tinha na industrialização do Estado da Bahia um de seus eixos mais importantes, pois consolidava a transição do modelo agroexportador para o industrial.

Assim, a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC e da Caraíba Metais, no município de Camaçari, que continha a estância hidromineral de Dias d'Ávila, deveria atrair investimentos diversos em infraestrutura, saúde, educação e saneamento. Na prática, como assinala Alencar, não é o que acontecerá, pois

[...] chegam os problemas de educação, saúde e saneamento. O que se esperava era que a Caraíba Metais seria capaz de atrair uma concentração de indústrias para o seu entorno. Deveria também servir como núcleo de apoio, requerendo investimentos em infra-estrutura correspondente, o que não aconteceu. Também não aconteceu a esperada dinamização local pela

demanda do cobre produzido pela Caraíba Metais, além de ter diminuído o fluxo de veranistas e redirecionado a migração para atividade que redefiniria a dinâmica socioeconômica do município. (ALENCAR, 2003a, p. 60)

No final da década de 1970, foi construída a Barragem de Santa Helena, na Estância de Dias d'Ávila. Segundo o então Governador Roberto Santos, seguindo o já mencionado projeto de modernização da época, urbano e industrial, a construção da barragem objetivou otimizar o abastecimento humano e industrial da metrópole e de sua Região Metropolitana (MELLO, 1986).

Logo, a justificativa da construção da Barragem de Santa Helena, no mesmo período em que o COPEC estava sendo instalado, é coerente com a principal característica da indústria petroquímica: o expressivo consumo de água em seu processo produtivo (MARCONDES, 1999).

Essa característica da indústria petroquímica reforça a nossa inferência de que, dentre os demais fatores locacionais passíveis da otimização da função de custos, a oferta de água em abundância na região foi determinante para a localização do COPEC, a menos de 6 km, da então Estância Hidromineral de Dias d'Ávila.

[...] proximidade de Salvador, da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em Mataripe, do Porto de Aratu e do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, junto com outros fatores naturais, tais como sentido predominante dos ventos, topografia plana, **reservatório de água abundante no subsolo** e disponibilidade de terra barata, contribuíram para que o estudo de micro-localização recomendasse a sua escolha para sediar o maior complexo industrial da região Nordeste. (OLIVEIRA, 2006, p. 52, grifo nosso)

A chegada do complexo na região é marcada pela implementação do Plano Diretor do COPEC (CONDER, 1974), que incluía em sua elaboração os Planos Pilotos de Camaçari e Dias d'Ávila, partes integrantes do planejamento global direcionado ao desenvolvimento da área onde o COPEC seria instalado.

No texto desses documentos, a então Estância Hidromineral de Dias d'Ávila é tratada como cidade de Dias d'Ávila<sup>18</sup>, o que consideramos um equívoco teórico, porque estância hidromineral não é cidade, e um equívoco político-administrativo, porque era distrito do município de Camaçari, conforme Lei municipal nº 628, de 30/12/1953.

---

<sup>18</sup> Plano Piloto de Camaçari e Dias d'Ávila, 1º Parte, p. 6 (CONDER, 1974).

A consideração de Dias d'Ávila como cidade legitimária a consolidação do projeto de expansão urbana previsto nesses documentos.<sup>19</sup> Apesar de reconhecer a condição de Estância, este documento cuida de indicar que essa condição seria a responsável pela grande especulação imobiliária.

A proliferação destes loteamentos lançados à venda, regular e irregularmente, cuja situação jurídica, na maioria dos casos também irregular, dificultam sobremodo o conhecimento dos limites urbanos atuais. (CONDER, 1974, p. 26)

E continua afirmando que

Esta ocupação rarefeita e desordenada, deu a Dias d'Ávila a característica de uma extensa área urbana de índices bastante elevado de habitações de padrão médio e alto e com baixíssima densidade habitacional bruta de 10 habitantes por hectare, na sua maioria destinados a veraneio e lazer de fins-de-semana. (CONDER, 1974, p. 26)

Neste sentido, o planejamento previsto para aquele território ignora toda a sua formação sócio-histórica, concebendo-o de forma puramente urbana, como se já urbano fosse, ou seja, a concepção de realidade urbana que não se verificava no espaço qualificado pelo Plano é tratada como uma “ocupação desordenada”, ao invés de rural, como seria adequado, pelo perfil de dispersão assumido na “ocupação rarefeita”.

A ruralidade então hegemônica fica subalterna enquanto a urbanidade industrial transforma a apropriação direta da natureza em apropriação mediada pela indústria e pela condição urbana. O projeto metropolitano adotado, ao qual Dias d'Ávila está intimamente atrelada, não incorporou em sua dinâmica a presença do mundo rural ali estabelecido, com toda sua singularidade de modos de vida, de sociabilidade, de trabalho e de relação com a natureza.

A omissão da presença do rural ou a aceitação do mesmo, enquanto algo a ser superado pelo urbano, resultou na presença de tensões, por disputas pelo acesso à natureza, que, no caso específico de Dias d'Ávila, centraliza-se na apropriação da água. A tensão por apropriação da natureza dava-se como disputa entre usos econômicos (agropecuário versus industrial versus turístico), entre econômico e não econômico (como medicamento de acesso público) entre modos rurais e urbanos e, finalmente, entre o urbano e a natureza.

Nesse contexto, porém, a água ainda é tomada como referência para o ordenamento do espaço, agora tido como estritamente urbano, ao direcionar a ocupação do sítio urbano, tendo

---

<sup>19</sup> Vide, no Anexo, quadro síntese dos documentos utilizados neste estudo, como planos, programas e outros.

como limites uma represa e o rio Imbassaí, através do Plano Piloto de Dias d'Ávila (CONDER, 1974, p. 27).

A intencionalidade da leitura governamental da realidade resultou num ordenamento territorial que privilegiou a criação de zonas urbanas satélites, com núcleos urbanos satélites semiautônomos, contíguos à “cidade tradicional” (CONDER, 1974).

Logo, era previsto pelo Plano Piloto o desenvolvimento de uma dependência desses núcleos a Dias d'Ávila, que concentraria alguns equipamentos centrais (CONDER, 1974, p. 27).

Assim, além da construção de um bairro chamado de Nova Dias d'Ávila, tudo o que foi considerado como área urbana foi dividido em zonas e setores, com usos específicos, o que consolidaria um complexo urbano Camaçari/Dias d'Ávila. Portanto, um espaço planejado com ordenamento territorial previsto por um programa de desenvolvimento social, acompanhado de investimentos em infraestrutura, esporte e lazer, entre outros, além de cuidados ambientais.

Diante da consolidação do COPEC e da arrecadação tributária concentrada pela prefeitura de Camaçari, a qual tinha controle sobre a Estância, surgiu o primeiro movimento pela emancipação de Dias d'Ávila, conhecido como Sociedade dos Amigos de Dias d'Ávila. A ação desse movimento culminou com a apresentação do Projeto de Lei nº 4936, de maio de 1979, que visava à criação do município de Dias d'Ávila, o que só viria a acontecer em 25 de fevereiro de 1985. Este é o primeiro registro de movimento endógeno na configuração territorial de Dias d'Ávila.

A condição urbana é reivindicada a partir da regulamentação tributária, diante do controle exercido sobre a Estância Hidromineral, que proporcionava relações ainda diretas com a natureza. A tensão que aí se explicita é entre o urbano-industrial e o rural, contradição que altera as determinações constituintes daquela territorialização, cuja regulamentação classifica como urbano, realidade objetiva, enquanto a dinâmica social se mantém rural, realidade subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 1985).

As décadas seguintes à implantação do COPEC e à consolidação do projeto de desenvolvimento urbano-industrial transformaram a dinâmica territorial de Dias d'Ávila, com evidentes tensões socioambientais. Essas transformações refletiram a inadequabilidade do ordenamento territorial, pensado e executado através das diretrizes do Plano Diretor do COPEC e seus Planos Pilotos específicos, ambos de 1975, à realidade sócio-histórica.

Com apoio em Fischer (2008, p. 79), considera-se que a principal preocupação desse direcionamento de ação sobre o território, alterando seus conteúdos e organização, foi o

aspecto espacial do ordenamento, sem a incorporação das necessidades sociais; o tempo dos homens.

O tempo humano é aquele da experiência individual e coletiva, da cronologia, da memória e da História; é o tempo vivido e o tempo social. Ele não é nem homogêneo nem uniforme, mas descontínuo e caracterizado por sua “espessura”, seus valores subjetivos e seus significados simbólicos. (FISCHER, 2008, p. 81)

Ilustra a afirmação de Fischer (2008), a análise realizada pela CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (1997) sobre o que o foi planejado pelo Plano Diretor do COPEC (1975) e pelo Plano Diretor de Dias d’Ávila (1992), constatando que

A análise do espaço urbano atual colide em grande parte com o planejado anteriormente, pois a realidade concreta abriga “bairros satélites” que possuem uma vida própria, que se reproduz numa outra lógica que, a rigor, se contrapõe não só ao imaginado no Plano COPEC, como coloca em xeque várias diretrizes do Plano Piloto de 1975 e do Plano Diretor de 1992, elaborado através da CONDER. (CONDER, 1997, p. 36)

Consideramos que muitas das diretrizes presentes nesses documentos foram coladas em xeque diante da própria dinâmica social, contrapondo-se ao que foi programado com anacronismo; o tempo humano e o físico (FISCHER, 2008, p. 81).

[...] o tempo físico e o tempo humano são igualmente levados em consideração pelo planejador porque todos os dois introduzem o princípio fundamental da *duração*. Frente a frente ao ordenamento, o tempo constitui um *recurso* essencial e um *quadro* limitado por horizontes sucessivos.

Um primeiro modo de classificação do tempo corresponde à trilogia *passado-presente-futuro* que evidencia os elementos constitutivos da ordem temporal, as fases do tempo em relação a um instante dado. Expresso em tempo vivido ou social, isso corresponde ao conjunto *memória-experiência imediata-antecipação*. [...]

O tempo se exprime, da mesma maneira, pela trilogia *simultaneidade-sucessão-duração*. Ele corresponde, então, a uma série de trajetórias ao curso das quais se realizam os objetivos e os projetos. Visto sob este ângulo e no quadro do ordenamento, o tempo conduz à questão das relações que existem entre a coerência espacial das localizações e a sincronização temporal das realizações. A coerência espacial impõe-se se queremos obter as complementaridades necessárias, as estruturas territoriais eficazes e os equilíbrios desejados. (FISCHER, 2008, p. 81)

Essa longa citação reforça o entendimento de que faltou, dentre outras coisas, ao planejamento pensado para Dias d'Ávila, a consideração das noções de tempo, sincronização temporal e coerência espacial, discutidas por Fischer (2008).

Assim, não é estranho constatar que muito do que foi planejado naquela época para Dias d'Ávila não tenha se efetivado. Até mesmo a estimativa feita pelo Plano COPEC (1975) de uma população de 100.000 habitantes em Dias d'Ávila, em 1990, com uma “densidade bruta ideal de 150 habitantes por hectare” (CONDER, 1975, p. 6).

Ao refazermos o cálculo, mudando a unidade de medida, de hectares para quilômetros, identificamos que a densidade populacional já estimada naquela época, para a década de 1990, era de 1,5 hab./km<sup>2</sup>. Uma densidade muito baixa, mesmo com a estimativa de aumento populacional prevista na época de cerca de 100 mil habitantes. O cálculo realizado em hectares gerou a falsa impressão de no futuro existir uma alta densidade populacional em Dias d'Ávila.

Quando observamos os dados da população residente em 1991, que era de 31.260 habitantes (IBGE, 1991), constatamos uma defasagem de 31% no número de habitantes estimado pelo Plano para essa década. A projeção estimada para a década de 1990 permanece defasada na atualidade, pois dados do Censo 2010 nos revelam uma população de 66 mil habitantes, 34 mil a menos do que se esperava para o início da década de 1990.

Ressalta-se que a população de 1990, de acordo a análise da CONDER,

[...] encontrava-se dispersa numa malha que extrapola os limites da área urbana projetada para abrigar uma população de 100.000 habitantes. Sendo 75.000 habitantes em 750 ha contíguos à cidade tradicional e 25.000 em 250 ha na “zona urbana satélite”, desenhadas numa perspectiva de uma ocupação cujo padrão urbanístico perseguia a densidade bruta de 100 hab/ha. (CONDER, 1997, p. 36)

Considerando-se o coeficiente internacional estabelecido pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (VEIGA, 2001), esses indicadores populacionais não correspondem à classificação de área urbana, como fora atribuído pela CONDER (1997) e pelo COPEC (1975) para o município, o que reforça a análise aqui desenvolvida sobre o caráter impositivamente urbano concebido pelo planejamento por esses órgãos.

Se no âmbito do que foi planejado pelo COPEC (1975) e do que foi produzido pela CONDER, na década de 1992, prevaleceu uma hegemonia urbana em Dias d'Ávila, no âmbito da realidade concreta, e experienciada pelos sujeitos sociais, prevaleceram os indicadores populacionais rurais, expressando uma dinâmica que se sobrepôs ao próprio planejamento, como indicado pela CONDER (1997).

Muito embora siga admitindo a presença de uma dinâmica urbana em Dias d'Ávila, durante a concepção e a execução do plano, a CONDER (1997) reconhece que a decisão de construir a Nova Dias d'Ávila foi “no mínimo contraditória face à dinâmica urbana”, que, na época, era diagnosticada como “rarefeita e desordenada”, além de apresentar uma baixa densidade populacional (CONDER, 1997, p. 36).

Essa conclusão, tomada como um problema do planejamento, reforça, na verdade, a compreensão aqui desenvolvida da hegemonia urbana subalternizando a configuração própria do mundo rural, conseqüentemente, também, não reconhecendo sua dinâmica sócio-histórica.

Além do uso da natureza subalternizada ao ordenamento metropolitano, as questões ambientais, que “devolvem” a natureza como problemática do desenvolvimento, são reconhecidas pela CONDER (1997) como decorrentes da gestão da urbanização programada.

[...] a proteção dos mananciais de água, rios e as faixas destinadas ao reflorestamento nas nascentes do rio Imbassaí e riachos **não estão devidamente cuidadas**. Provavelmente tal acontece porque o Plano Piloto nunca foi internalizado no âmbito da Prefeitura de Dias d'Ávila, bem como muitas de suas recomendações caducaram, e o próprio COPEC (hoje SUDIC) parece ter se desobrigado de dar apoio à continuidade do processo de planejamento, sobretudo no que se refere aos núcleos urbanos próximos. (CONDER, 1997, p. 17, grifo nosso)

A mesma Lei que dispõe sobre a constituição de estâncias hidrominerais prevê em seu texto, no Artigo 18, a possibilidade do cancelamento dessas, basta que ocorram “motivos que justifiquem o cancelamento da constituição de um município em estância hidromineral, particularmente se se reduzir a vazão das fontes locais a ponto de perderem seu interesse geral, tal cancelamento se fará por lei ordinária” (LEI 1.451, Artigo 18, 1961).

O evento emblemático resultante deste processo de degradação ambiental foi a perda do título de Estância Hidromineral, em 1992, no tempo curto de 12 anos, após a chegada desse padrão de desenvolvimento urbano-industrial, dissociando a relação direta com a natureza, particularmente com a água, que permanece dando identidade ao lugar.

As figuras 11 e 12 revelam uma mesma relação de apropriação da água para o lazer. Passado e presente capazes de nos revelar que a ligação com a água, mesmo que numa intensidade menor, ainda se faz presente no cotidiano das pessoas.



**Figura 11 – Praça do Balneário, no passado (COPEC, 1974).**



**Figura 12 – Praça do Balneário, na atualidade (2010)**



Fonte: Débora Porciuncula

Assim, as tensões resultantes do uso da natureza condicionam um processo contínuo de degradação, que será demonstrado no próximo capítulo, configurando, na contemporaneidade, uma ruralidade marcada por questões socioambientais, como poluição da água e comprometimento do seu uso para o lazer, quando a poluição ganha evidência através do odor acentuado e da coloração escura, além da escassez de água.

Paradoxalmente a esse quadro de degradação, reafirma-se a permanência de uma ruralidade tornada visível nesta pesquisa e facilmente reconhecida em elementos que compõem a dinâmica local. Dessa forma, a realidade concreta e vivida, num movimento contra-hegemônico, revela a permanência do interesse coletivo e subjetivo pelas águas desse município, ainda muito buscadas para o lazer, esportes e, talvez, de forma menos evidente como no passado, para o tratamento da saúde.

As figuras a seguir ilustram situações vividas cotidianamente pela população local. As figuras 13 e 14 ilustram pescadores de tarrafa<sup>20</sup>, enquanto as figuras 15 e 17 pescadores à linha, no lago da Barragem de Santa Helena, uma prática comum nesse local. Notamos, nas figuras 13, 14 e 15, a presença de crianças pescadoras, o que denota a possibilidade da continuidade e permanência dessa prática no futuro.

<sup>20</sup> A tarrafa brasileira é uma rede de forma afunilada, tendo na base superior uma longa corda pendente que fica presa à mão do pescador quando este a atira, aberta, na água. Na base inferior, disposto em círculos, se enfileiram pequenos pedaços de chumbo a distâncias iguais. Medindo cerca de 6 metros de altura, por 10 a 40 de circunferência, a tarrafa pesa de 6 a 8 quilos. Confeccionada com fios de algodão os de tucum, as suas malhas são distanciadas em 3 centímetros, de nó a nó (MILLARCH, 1979).

**Figura 13 e 14 – Pescadores jogando “tarrafa”, lago da Barragem de Sta. Helena, ao fundo chaminé do PIC exalando fumaça (Dez/2010).**



Fonte: Débora Porciuncula

Contrastando, ao fundo das figuras 13 e 14, acima, é visível uma chaminé, lançando fumaça esbranquiçada no ar, e várias torres do Complexo Petroquímico. Essas imagens compõem uma paisagem capaz de revelar conteúdos integrantes das principais noções presentes neste estudo: a água, enquanto um elemento da natureza, mas também enquanto recurso para a indústria, daí a proximidade revelada nessa imagem do complexo petroquímico do lago da Barragem de Santa Helena; o rural, expresso na inter-relação do homem com a natureza e; o urbano, expresso de forma marcante, através da indústria.

As figuras 15 a 18 ilustram o uso das águas do lago da Barragem de Santa Helena para o lazer. Além do lazer, há os riscos de morte por afogamento e a possibilidade de contrair doenças de veiculação hídrica, devido à proximidade dos locais onde identificamos os pontos de lançamento de esgotos.

**Figura 15 – Menino pescando no lago da Barragem de Santa Helena (Set/2010).**



Débora Porciuncula.

**Figura 16 – Pessoas se banhando no lago da barragem, rodeados de “baronezas”, bioindicador de contaminação da água (Dez. 2010).**



**Figura 17 – Pescaria e conversa no lago da barragem (Dez/2010).**



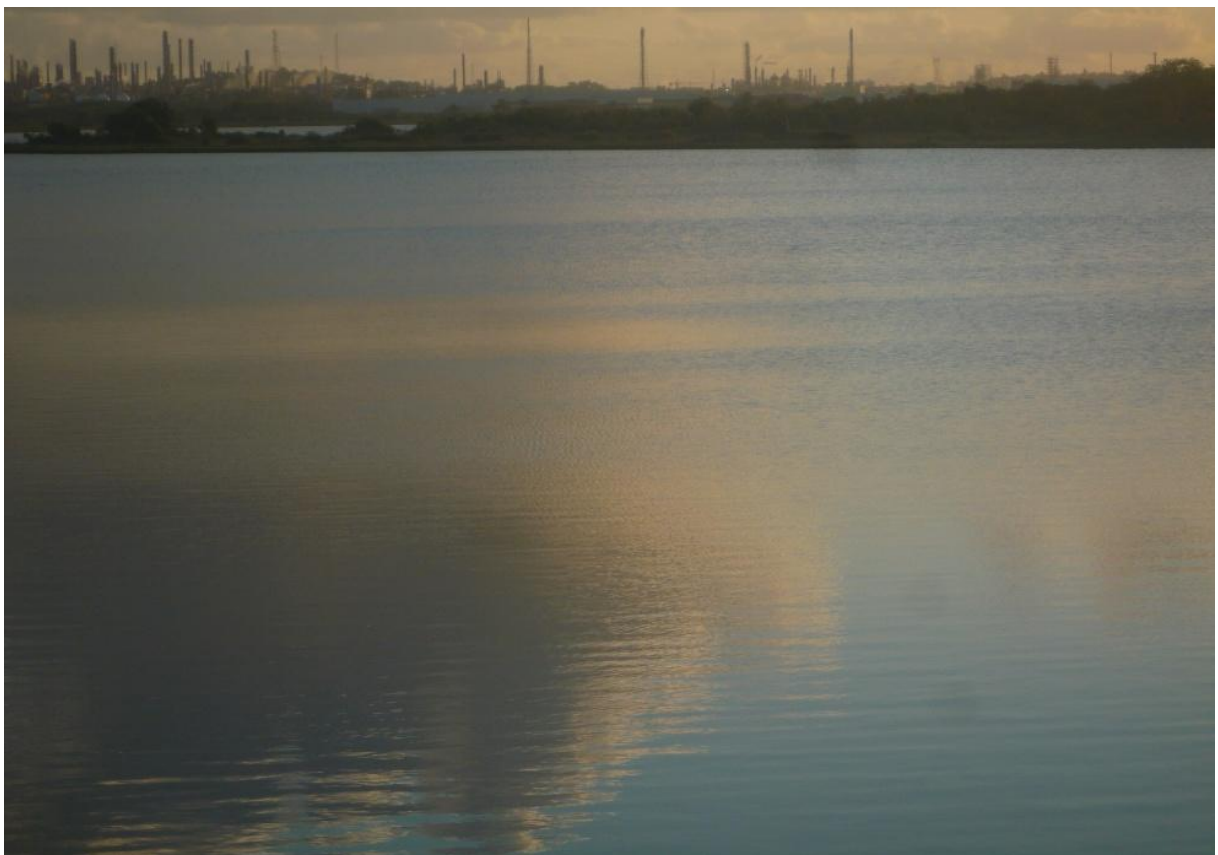
Débora Porciuncula.

**Figura 18 – Lazer no lago da Barragem de Sta. Helena (Dez/2010).**



A figura 19 nos revela, numa outra perspectiva, quão próximo o complexo petroquímico de Camaçari está do lago da Barragem de Santa Helena, dando-nos a impressão de que ele foi construído em suas margens, o que não ocorre, por haver uma faixa de vegetação nativa, a qual não sabemos em que estado de preservação se encontra, separando o lago do Polo Industrial de Camaçari (PIC).

**Figura 19 – Lago da Barragem de Santa Helena, ao fundo Polo Petroquímico de Camaçari (PIC) (Set/2010).**



Débora Porciuncula.

Outros elementos, expressos de forma mais concreta, ao menos mais evidente enquanto relação natureza versus urbanidade, reafirmam outras expressões da ruralidade, tais como: existência de empresa de transporte pública intitulada “Cidade das Águas” (figuras 20 e 21); empresas de exploração de água mineral Maiorca e Dias d’Ávila (figuras 22 e 23).

**Figura 20 e 21– Ônibus da empresa de transporte Viação Cidade das Águas (Dez/2010).**



Débora Porciuncula.



**Figura 22 – Empresa de água mineral Maiorca (Dez/2010).**



**Figura 23 – Empresa de Água Mineral Dias d’Ávila (Dez/2010).**



O uso dessa identidade do município está tão arraigado no imaginário das pessoas que anúncios de venda de imóveis trazem referência explícita a Dias d’Ávila, como “um lugar de descanso e água mineral”.

Mesmo sem o título de estância hidromineral, Dias d’Ávila permanece sendo reconhecida como “A Cidade das Águas”, ainda que imersa num intenso e constante processo de poluição dos seus mananciais, devido à vazão permanente de esgotos sanitários nos cursos de rios e lagoas; degradação ambiental motivada pela ocupação indiscriminada de Áreas de Proteção Permanente de nascentes e do lago da Barragem de Santa Helena; além da exploração e apropriação privada de suas águas.

Essa apropriação privada da natureza marca a ruptura entre os usos primários que marcavam a sociabilidade daqueles que frequentavam Dias d'Ávila, exclusivamente para veranejar, para tratamento da saúde ou para lazer e turismo, e os usos industriais atribuídos à água, transformando-a em recurso, a partir da implantação do polo, e do desenvolvimento urbano-industrial, cujo planejamento governamental pensou Dias d'Ávila como urbana e dissociada de sua formação sócio-histórica, eminentemente rural, como já demonstramos.

Concluimos este capítulo confirmando parcialmente a hipótese de que o crescimento urbano-industrial dissociado de um planejamento que tivesse como mote principal a preocupação com a manutenção e a preservação dos mananciais, desencadeou um processo progressivo de degradação e enfraquecimento das relações simbólicas e culturais associadas à água.

As análises realizadas a partir da leitura dos documentos citados e os trabalhos de campo *in loco* nos revelaram que apesar do urbano permanecer hegemônico, subalternizando e pressionando o rural, ainda assim as relações com a água permanecem, obviamente gerando riscos, porém assegurando a permanência da identidade daquele território intrinsecamente a ela vinculado.

#### **IV. HEGEMONIA DA INDÚSTRIA GERANDO INVISIBILIDADE DO ESPAÇO RURAL**

Vimos no capítulo anterior que o processo de urbanização do município de Dias d'Ávila foi diretamente induzido pela industrialização da região e coordenado pela ação do Estado desenvolvimentista da década de 1970, ante a invisibilidade da dinâmica rural construída social e historicamente e responsável pela construção da identidade deste município diretamente relacionada com a natureza, mais precisamente com a água, que permanece na atualidade, embora tensionada.

A invisibilidade do rural é uma constante na leitura dos documentos produzidos no âmbito da formação e consolidação do urbano industrial no município de Dias d'Ávila. Logo, pudemos identificar que as políticas de ordenamento territorial em Dias d'Ávila estiveram, e ainda estão, apoiadas e justificadas em documentos que cuidam em omitir a existência do rural.

Essa existência é omitida enquanto realidade objetiva e subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 1985), apesar do rural permanecer não só nos indicadores populacionais que ainda incluem mais de 3.956 habitantes como população rural (IBGE, 2010), mas também nos indicadores econômicos de produção primária, como riquezas minerais – água subterrânea e argila –, além da produção vegetal e animal. Por fim, o rural ainda se expressa como questão ambiental tensionada pela dinâmica urbana metropolitana.

O tratamento das aerofotografias, a análise dos mapas que produzimos a partir delas, as interpretações dos documentos analisados, bem como a aplicação da metodologia do IQRM, demonstrada no quinto capítulo, nos permitiram confirmar a hipótese de invisibilidade do espaço rural e da evidência hegemônica das atividades industriais destacando-se dentre outras funcionalidades territoriais em Dias d'Ávila, de caráter primário.

Iniciamos as análises a partir dos dados populacionais presentes no PDU – Plano de Diretrizes Urbanas (CONDER, 1991), já apresentadas no segundo capítulo, no qual cuidamos de esclarecer antecipadamente o que vem a ser considerado como cidade, município, distrito e vila no Brasil. Embora questionando a metodologia adotada pelo IBGE para a classificação dessas unidades, sabemos que é ela que define e orienta a classificação das unidades citadas na atualidade, em termos de produção de estatística oficial.

No PDU de Dias d'Ávila (CONDER, 1991), são apresentados os dados sobre a distribuição e a evolução da população na sede do município de Dias d'Ávila, para os anos de

1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991. Assim, a tabela publicada nesse documento sobre a população residente em Dias d'Ávila informa a existência de população urbana em décadas nas quais Dias d'Ávila ainda era um povoado.

**Tabela 2 – População Residente município de Dias d'Ávila/Bahia, de acordo com o PDU (1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991)**

Pop./Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Urbana	665	942	2.519	4.389	13.730	30.200
Rural	-	-	921	798	695	995
Total	655	942	3.440	5.187	14.425	31.195

Fonte: PDU de Dias d'Ávila (CONDER, 1991, p. 19).

Note-se, como já discutido nos capítulos anteriores, que não podemos falar sobre a existência de população urbana em Dias d'Ávila, na década de 1940, pois, como Camaçari, Dias d'Ávila era um povoado pertencente ao município de Abrantes. Na condição de povoado, estamos diante de um espaço eminentemente rural, mesmo nos marcos da metodologia adotada pelo IBGE.

Na década de 1950, o povoado de Dias d'Ávila é elevado à categoria de distrito do já então município de Camaçari. Nesse momento, teremos presente na sua vila a população considerada urbana e no restante do espaço toda a população rural, apesar de compreendermos que, na condição de vila, o caráter da ocupação socioespacial ainda é rural, pois sabemos que não é um aspecto considerado relevante na metodologia adotada pelo IBGE para definir esse tipo de espaço.

Na década de 1960, Dias d'Ávila permanece na condição de distrito, sendo, em 1962, transformada em Estância Hidromineral, ainda sob a administração do município de Camaçari. Assim, é considerada como urbana a população residente em sua vila, mesmo que o tipo de ocupação socioespacial ainda se mantivesse tipicamente rural, agora com a presença expressiva de chácaras e sítios.

Durante a década de 1970, permanece na condição de estância hidromineral, porém começa a sofrer as primeiras intervenções em seu território, coordenadas pela indústria. Abriga também em sua vila a população considerada urbana, mesmo que esta mantivesse um caráter disperso e rarefeito (Plano Diretor, 1974), o que caracterizaria um tipo de ocupação tipicamente rural, registrando a redução da população rural e a duplicação da população urbana.

Embora não esteja entre os objetivos deste trabalho compreender a dinâmica migratória local, cogita-se que esse aumento da população tenha sido motivado pelos investimentos para a

instalação do complexo petroquímico que chegam nesse período à região, embora ainda seja muito presente nessa época a busca pela estância hidromineral, para o lazer, o tratamento da saúde e a fixação da segunda residência. Começam a se delinear novas funções para a cidade, que só viria a se constituir como tal no meado da década seguinte.

No ano de 1980, a condição de Estância é mantida, sendo Dias d'Ávila elevada à categoria de município em 1985. Nesse período, a indústria já se encontra fixada e com um aumento expressivo da população urbana, que salta de 4 mil para quase 14 mil habitantes, todos eles concentrados na área central e em seu entorno, agora não mais na vila, mas sim na cidade de Dias d'Ávila.

Nesse processo de crescimento populacional, decorrente da territorialização do capital industrial (OLIVEIRA, 2004), cujo planejamento não conseguiu ordenar o espaço de forma que contivesse as ocupações espontâneas e irregulares, sem infraestrutura, ocorreu a degradação e a poluição das águas superficiais, evidentes de tal forma que, no ano de 1992, a Estância Hidromineral deixa de existir, como previsto no Art. 18 da lei de constituição de estâncias hidrominerais.

Na década de 1990, a instalação do Complexo Automotivo Ford, a implantação do Polo Borracheiro Bridgestone-Firestone, da Continental e da Monsanto, no COPEC, estimulam um novo ciclo de ocupação no município de Dias d'Ávila, sendo cadastrada, pelo Censo de 1991, uma população urbana com mais de 30 mil habitantes. Esse aumento não foi somente da população urbana, a rural também cresceu, embora na contramão do previsto no planejamento industrial, após ter diminuído, na década de 1980, permaneceu crescendo como indicam os Censos de 2000 e 2010.

Ao discutir o aumento da população urbana em Dias d'Ávila, é informado em seu PDU que “a área urbana do município recebeu aumentos da ordem de 43,8% na década de 1940, contrastando com o incremento de 167,4% na década de 1950” (CONDER, 1991, p. 19). Na verdade, em sendo esse espaço rural, os aumentos percentuais expressivos da população nessas décadas, identificados pelo Plano, não correspondiam à população urbana e sim à população rural.

No entanto, continuam avaliando que,

Com efeito, esta é a década (1950) onde foram efetivados novos investimentos na região, relacionados com a expansão das atividades da Petrobrás e também a década do termalismo no Brasil, onde as estâncias hidrominerais eram procuradas como local de cura e tratamento da saúde. (PDU, 1991, p. 19).



Trata-se de uma análise ambígua, pois, apesar de nessa década Dias d'Ávila ter sido classificada como distrito, sua população não estava apenas na sede distrital (vila) e, portanto, urbana. Além disso, apesar de ainda não ser estância hidromineral, podemos considerar nessa citação a evidência da ruralidade expressa na relação direta com a natureza, a água, para cura e tratamento da saúde, como já discutido no segundo capítulo.

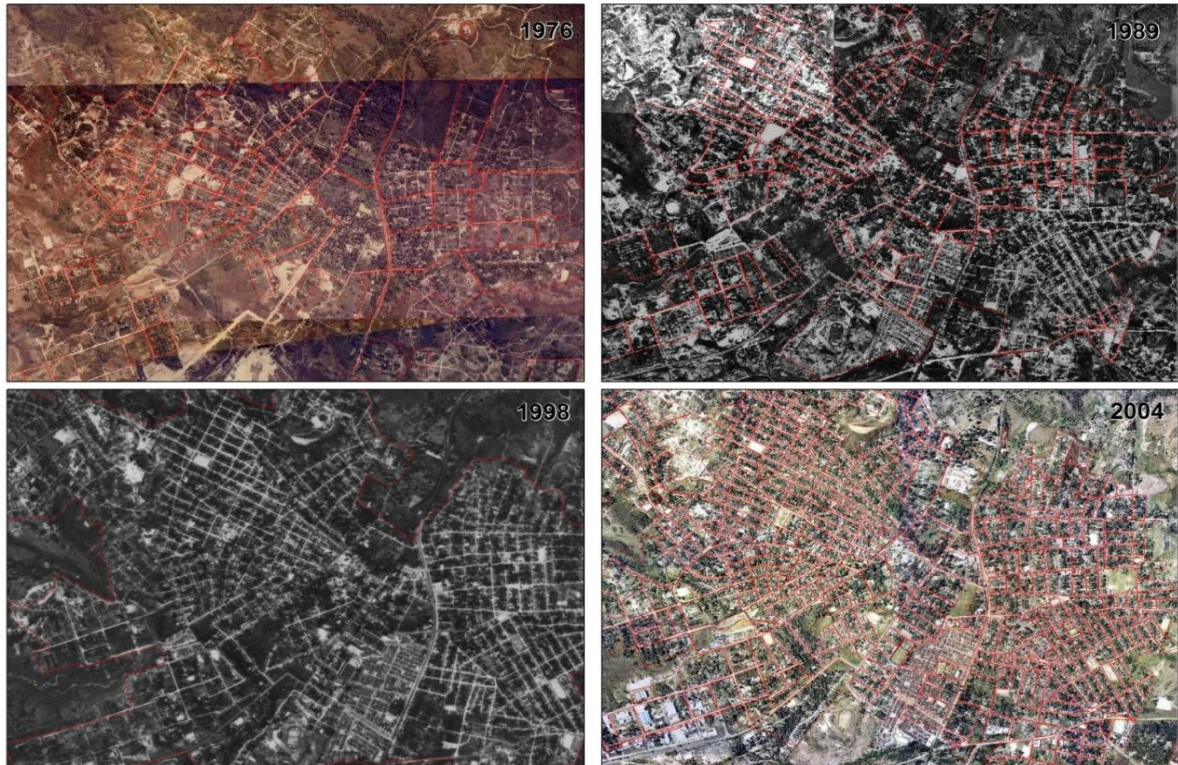
Estamos diante de um entendimento teórico que fundamentou a análise e serviu para reforçar a hegemonia de uma leitura estritamente urbana e direcionar o ordenamento daquele território de forma que atendesse aos interesses do projeto urbano-industrial a que o desenvolvimento dessa época se propunha, nos marcos da concepção de desenvolvimento regional por polos de investimento de grande capital.

Dessa forma, a concepção de desenvolvimento adotada no Plano Piloto de Dias d'Ávila (1974) requer o esforço de percebê-la como plenamente urbana, onde, para tanto, é admitida a necessidade de construção de uma “hipótese de desenvolvimento para uma cidade praticamente existente” (CONDER, 1974, p. 28).

A invisibilidade do rural naquele espaço, a partir da produção mencionada, nos é revelada também quando analisamos as aerofotografias desse município referentes às décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000 (CONDER, 1976; 1989; 1998 e 2004), respaldadas nos planos, programas e projetos de desenvolvimento que, certamente, privilegiaram, para ser fotografado, apenas o que naquele espaço foi considerado como urbano.

As quadrículas a seguir são imagens da área urbana de Dias d'Ávila, referentes às quatro décadas anteriormente citadas (figura 24). Não temos como mensurar o que aconteceu em termos de ocupação espacial em outras áreas do território municipal, pelo menos não contando com o recurso iconográfico que nos permitiu proceder à análise da área urbana e gerar um mapa que retratasse a sua evolução.

**Figura 24 – Padrão da ocupação da área urbana de Dias d’Ávila.**



Fonte: CONDER, 1976; 1989; 1998 e 2004. Elaboração: Jorge Andrade e Débora Porciuncula, 2010.

Logo, foi possível perceber, através dessas imagens, que o padrão de ocupação espacial foi alterado com o passar das décadas: em 1970, podemos observar a presença de grandes quadras e espaços “vazios” que podem se tratar de grandes propriedades, como chácaras, sítios e fazendas, como ilustrado na figura 25. Nessa década, a área urbana tinha como característica a “baixíssima densidade ocupacional bruta de 10 habitantes por hectare, na sua maioria destinados a veraneios e a lazer de fins de semana” (COPEC, 1975, p. 28).

**Figura 25 – Padrão das ruas na década de 1970: Chácaras no Loteamento Rio Imbassai.**



(COPEC, 1975).

Entre as décadas de 1976 e 1985, a dita expansão urbana ainda manterá características de espaços rurais. As análises sobre esse período reconhecem que essa expansão “se espalhará em todas as direções”, porém “resultando numa malha permeada por grandes vazios e loteamentos dispersos” (CONDER, 1975, p. 26).

Esse padrão será substituído, mais acentuadamente, na segunda metade da década de 1980, com a consolidação do COPEC – mais próximo fisicamente do centro de Dias d’Ávila do que do centro de Camaçari, atraindo dessa forma um grande número de pessoas para Dias d’Ávila.

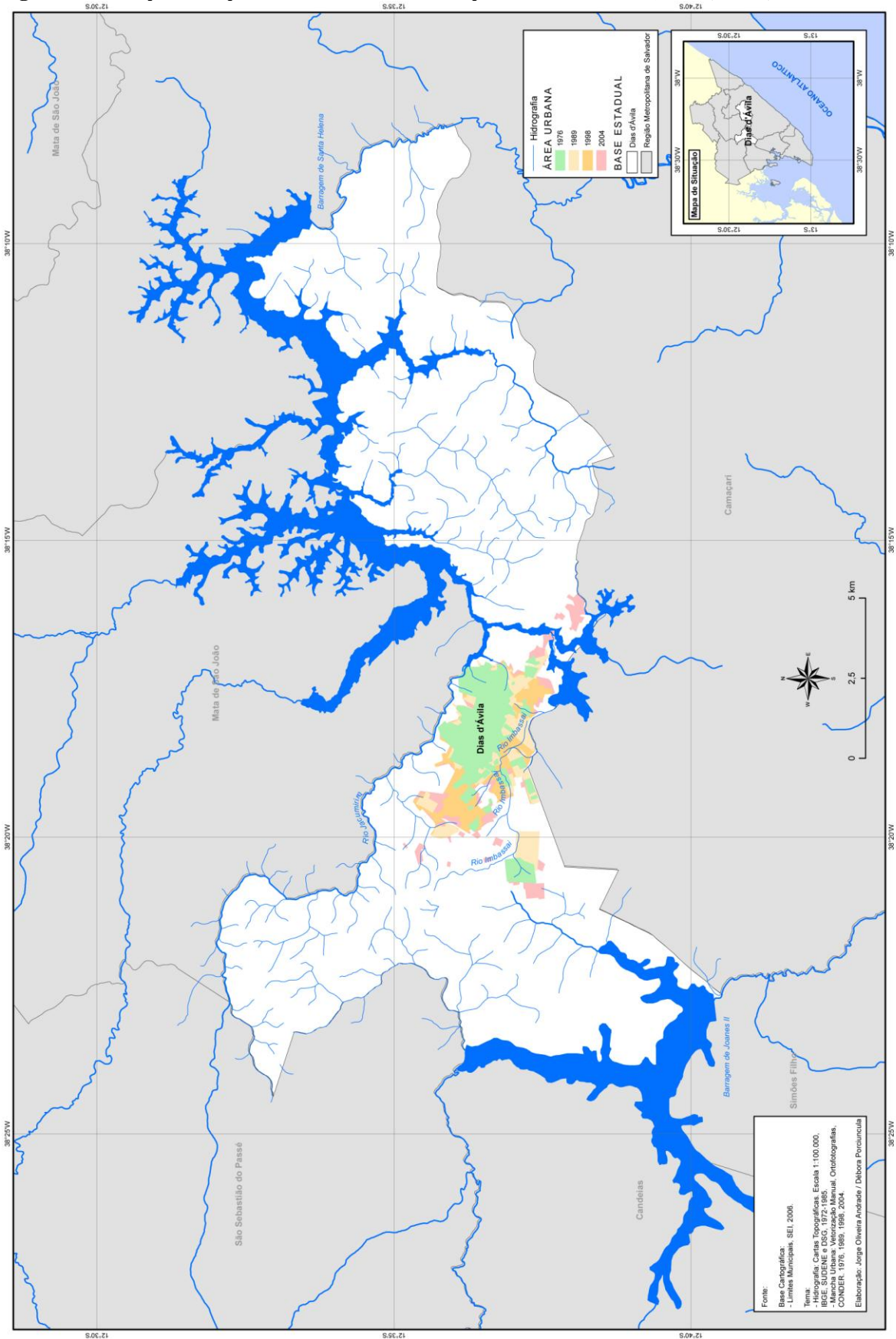
Nas décadas de 1990 e 2000, o processo de crescimento populacional, na área central, foi impulsionado pelos novos investimentos na região, como já mencionado, acentuando as ocupações do tipo irregular, bem como todos os problemas relacionados a esse tipo de ocupação.

É possível notar nas quadrículas referentes a essas décadas (1990 e 2000) uma nova configuração espacial, com quadras menores e mais adensadas, o que explica uma densidade populacional atual de 258,7 hab./km<sup>2</sup>. Assim, tem-se a consolidação de um padrão de ocupação concentrado, com presença de ocupações regulares e irregulares e sem infraestrutura sanitária satisfatória, como nos é indicado através do PDDM (2009).

A sobreposição dessas imagens nos permitiu gerar o mapa síntese da evolução urbana do município de Dias d’Ávila (figura 26). Neste mapa, consideramos as décadas de 1970, marco do processo de industrialização da região e as décadas de 1980, 1990 e 2000 de consolidação desse processo em Dias d’Ávila.

A partir da análise do mapa da evolução urbana, pudemos perceber a permanência de uma concentração espacial na porção central do município, com uma densa ocupação em seu entorno e crescendo a partir dele, consolidando o processo de ocupação radial que se mantém na atualidade, como prescrito pelo modelo abstrato das teorias locacionais.

Figura 26 – Mapa da expansão urbana do município de Dias d'Ávila, 1976, 1989, 1998 e 2004.



O núcleo urbano consolida-se como espaço de interesse dos planejadores e gestores, dentre outras ações para a realização dos voos, em detrimento de toda a extensão territorial do município. Os voos privilegiam o que a CONDER considera apenas como sendo espaço urbano, ou núcleo urbano, ou ainda “miolo” urbano, o que reforça, como objetivo, a racionalidade de otimização dos custos inerentes à aglomeração metropolitana.

Esse dado pode nos ajudar a compreender o porquê de não termos conseguido dados cartográficos sobre a Barragem de Santa Helena, fisicamente inserida na área rural de Dias d’Ávila.

Dessa forma, não existem imagens dos espaços rurais, reconhecidos como zona rural (leste e oeste), como apresentado em croquis do PDDM (2009), como se a vida se materializasse somente nos espaços tidos como urbanos. Essa práxis confirma que o mundo rural é um espaço preterido nas políticas de desenvolvimento, como se fossem grandes vazios territoriais, mesmo que permaneça exposto através do trabalho e dos diferentes tipos de produção e como experiência de vida. Logo,

[...] o mundo rural no qual está referenciada a experiência humana não pode continuar sendo considerado um espaço social onde não se promove o desenvolvimento humano. Ao contrário, na medida em que, apesar dos modelos científicos dicotomizados, rural e urbano existem em interação. (ALENCAR, 2003a, p. 157)

Assim, sustentado teoricamente numa perspectiva dicotomizada entre rural e urbano, não é estranho notar que o Plano de Diretor de Desenvolvimento Municipal – PDDM (2009), privilegie quase que exclusivamente a análise urbana, como se fosse um plano diretor de desenvolvimento urbano.

Porém, tal concepção é justificada da seguinte forma pela análise centrada quase que estritamente na cidade de Dias d’Ávila:

[...] o perfil de distribuição demográfica dentro do território municipal condiciona um olhar diferenciado sobre a sede municipal, uma vez que a mesma comporta mais de 90% da população local. Além disso, a maioria dos principais problemas, ou o local onde esses aparecem com mais frequência e intensidade, é a sede do município, destacando-se aí a questão da ocupação de áreas inadequadas, a necessidade de regularização fundiária, urbanística e ambiental das ocupações irregulares que se concentram na sede, além de demandas específicas quanto a suporte de infra-estrutura para a otimização do desempenho das atividades produtivas e sociais do município. Por esse conjunto de motivos, a sede municipal será alvo de especial atenção na definição das estratégias de desenvolvimento municipal, por se entender ser ela o centro nervoso desse desenvolvimento. (PDDM, 2009, p. 2)

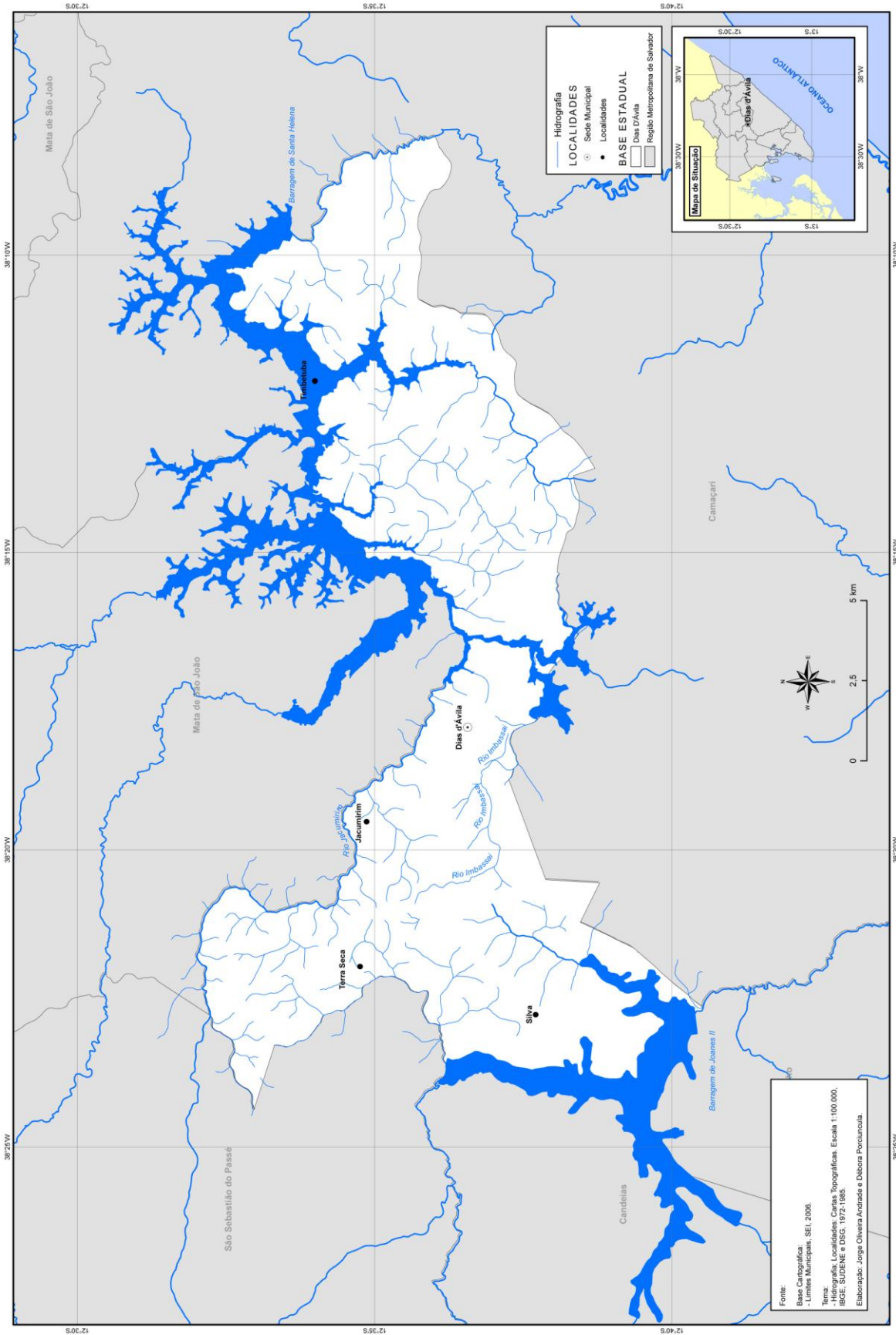
Entretanto, o PDDM afirma estar em consonância com o Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257/01, no que tange à importância de incorporar a análise municipal e dessa forma incluindo as áreas rurais no processo de planejamento.

Contudo, o PDDM denomina as áreas rurais de “áreas municipais extra-urbanas” (PDDM, 2009, p. 3), negando a existência do espaço rural e assim reforçando a lógica urbana de incorporação desses espaços, mesmo porque esses investimentos de planejamento são regulados pelo direito urbano.

Outro evento que reforça a discussão sobre a invisibilidade dos espaços rurais e que nos chamou a atenção está relacionado às localidades e distritos que compõem o município de Dias d’Ávila.

Na figura 27, apresentamos as localidades identificadas pela SEI (2006), com base nos anos de 1972 e 1985. Esse dado vai de encontro àquele presente no PDDM (2009), cujas localidades identificadas não coincidem com as da SEI. No PDDM (2009), são identificadas as localidades de Futurama e Leandrino, na zona rural oeste do município, e as de Biribeira, Emboacica e Santa Helena, na zona rural Leste. Porém, essas localidades são reconhecidas como distritos pela CONDER (1997).

Figura 27 – Mapa das localidades do município de Dias d’Ávila, 1972-1985.



A SEI identifica quatro localidades distintas, três delas na porção oeste do município, Silva, Terra Seca e Jacumirim e, na porção leste, a localidade de Timbetuba, que se encontra submersa pelas águas da Barragem de Santa Helena (figura 27).

O mapa gerado, indicando apenas as localidades identificadas pela SEI, foi possível por haver, nos dados disponibilizados pela SEI, as coordenadas geográficas dessas localidades, o que permitiu sua espacialização. Ficamos sem uma definição clara sobre quais são realmente as localidades e distritos no município de Dias d'Ávila, uma vez que não há sintonia entre os órgãos públicos responsáveis por este tipo de análise: IBGE, CONDER, SEI e Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila.

Esse desencontro de informações reforça, na verdade, a ideia da presença de grandes espaços vazios que contrastam com a ocupação na porção central do município, tida como estritamente urbana e que drena toda a atenção e os investimentos públicos para ela.

Entretanto, admitindo-se a existência desses núcleos rurais (localidades), considerados em alguns estudos e omitidos em outros, ainda que sem nos aproximarmos realmente de quantos são e onde estão, estaríamos diante de outro problema de planejamento. Ao não serem considerados por algum dos órgãos citados, estes núcleos estariam fadados a permanecer no anonimato, à margem de todo e qualquer projeto de desenvolvimento, bem como de políticas públicas específicas para esse tipo de ocupação socioespacial, ou serem alvo de novos investimentos anacrônicos, a exemplo de serem transformados em espelho d'água, como aconteceu com a localidade de Timbetuba, que desapareceu sob as águas de Santa Helena, sem que haja informação sobre os distritos dessa população atingida pela barragem.

De acordo com o PDDM (2009, p. 13), nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu um aumento expressivo de loteamentos em Dias d'Ávila, a partir do parcelamento de grandes propriedades, muitas delas de caráter irregular.

A implantação do COPEC irá influenciar decisivamente essa mudança do padrão de ocupação com substituição de chácaras, sítios e fazendas por loteamentos, ocupações informais, implantação do pólo de serviços, dentre outros. O PDDM (2009) ao caracterizar essa mudança do padrão de ocupação urbana em Dias d'Ávila, destaca que a ocupação começa a estender-se pelas bordas da cidade de forma radial, onde surgem novos bairros oriundos de loteamentos de fazendas, com padrão inferior às grandes chácaras, até então predominantes, a exceção da Nova Dias D'Ávila que apresenta alto padrão de ocupação, tendo sido planejado para moradia do alto escalão de funcionários do Pólo Petroquímico de Camaçari. (PDDM, 2009, p. 14)

As mudanças no padrão de ocupação, entre as décadas de 1970 e 1980, provocaram também alterações nas formas de produção, no aumento de empregos assalariados vinculados



à indústria, comércio e serviços. Porém, como o próprio PDDM indica, houve uma “elevação da produtividade do trabalho, não apenas na indústria dinâmica, mas nos outros setores da economia e nas atividades rurais tradicionais” (PDDM, 2009, p. 8). Outra evidência da permanência do rural.

Ressaltamos que foi nesse perímetro considerado urbano onde se estruturou a estância hidromineral, com suas chácaras, sítios e demais equipamentos turísticos a ela associados, sendo os mais representativos o Hotel Balneário e a Praça Balneário do Rio Imbassaí. Essas formas permanecem compondo a paisagem local, mesmo que destituídas dos conteúdos que *a priori* lhes davam significado.

A título de exemplo, o Hotel Balneário que, como no passado, se conserva cercado por um grande muro branco, rodeado por palmeiras imperiais, nutrindo uma aura de nostalgia naqueles que trazem em suas memórias lembranças das “tardes de verão em suas piscinas de água mineral”, como lugar do passado, é atualmente frequentado pelos operários do PIC, que, segundo informações de moradores locais, o utilizam como posto de apoio.

Logo, é reconhecido que,

A Cidade de Dias d'Ávila foi a que mais se ressentiu dos impactos com a implantação do COPEC. De um lado, perdeu a sua função básica de centro de lazer e veraneio, com as **modificações ocorridas no meio ambiente e na paisagem urbana** e, de outro, as novas funções de apoio ao polo não tem sido suficientes para reativar e dinamizar a economia local. (CONDER, 1991, p. 53, grifo nosso)

Uma alternativa considerada no PDDM (2009, p. 19), para dinamizar a economia local, seria investir no potencial do município associado às atividades primárias, como a diversidade mineral, alguns desses minérios tidos como raros, e que, segundo o Plano, são alvo da exploração clandestina, sendo externada a necessidade de se criar uma política que regulamente esse tipo de extração mineral sustentável. E investir, também, no segundo potencial do município, que seria a composição fundiária da cidade, reconhecida com

diversas chácaras, muitas delas abandonadas por herdeiros desde a época da fama local como estância hidromineral. Caberia investigar o potencial para a produção frutífera nestes terrenos, associados ao cooperativismo. **Isto preservaria a paisagem urbana** e não desvalorizaria este atrativo local. Por fim, é necessário agir de forma qualificada para, ao lado da manutenção desta ambiência agradável do município, estabelecer uma política de divulgação destas qualidades, a fim de que as mesmas sejam usadas como ativo importante da inserção diferenciada do município na dinâmica regional. (PDDM, 2009, p. 19, grifo nosso)

Isso valorizaria a paisagem urbana? Ora, que paisagem urbana seria essa com elementos tipicamente rurais? Poder-se-ia pensar, sim, numa revalorização desses elementos, a partir do reconhecimento da possibilidade de coexistência num mesmo território de duas realidades, uma urbana e outra rural, com políticas efetivamente territoriais específicas, mas integradas social e historicamente.

Assim, poderíamos pensar em valorizar o potencial do rural, com os elementos que lhes são próprios e que ainda resistem em Dias d'Ávila, como já demonstrado nesse estudo. Do contrário, estaríamos mais uma vez indo de encontro à dinâmica da vida nesse território, presenciando o insucesso de mais um plano, como já foi reconhecido no PDU (CONDER, 1991), ao considerar que muito do que foi pensando pelo Plano do COPEC, em 1974, não se efetivou.

A complexidade territorial e local pode ser ilustrada fotograficamente pela permanência de chácaras e sítios na cidade de Dias d'Ávila, estruturas que resistem ao lado de outras, mais tecnificadas, como o Polo Empresarial Governador César Borges, especializado em serviços de apoio ao polo industrial.

Criado em fevereiro de 1998, o polo empresarial ocupa uma área de 214 mil m<sup>2</sup>, às margens da Via Frontal, uma estrada de acesso ao município para quem vem do PIC, integra vinte empresas, a saber: Geradora Compressores e Equipamentos Ltda.; Arcomjato Locação e Serviços Ltda.; Artecola Produtos Químicos Ltda.; Artespumas Indústria e Comércio Ltda.; Autometal S/A; C. A. Rezende Transportes Ltda.; Carriê Manutenção Industrial Ltda.; Consmetal Indústria Mecânica Ltda.; Engmant Manutenção Industrial Ltda.; Imlab Laboratório Químico; Knapp Montagens e Manutenção Industrial Ltda.; Metropolitano Serviços e Locação Equipamentos Ltda.; Mitti Andaimos e Equipamentos Ltda.; Manutenção e Montagem Ltda.; Niplan Engenharia Ltda.; Pelzer da Bahia Ltda.; PPL Manutenção e Serviços Ltda.; Produman Engenharia, Montagem e Manutenção Industrial; Solven Solventes e Química Ltda.; e Super Limpo Lavagem, Vaporização, Manutenção e Armazenamento Ltda.

A figura 28 ilustra o monumento que indica a estrada de acesso ao polo de serviços de Dias d'Ávila.

**Figura 28 – Acesso ao Polo de Serviços de Dias d’Ávila (Set./2010).**

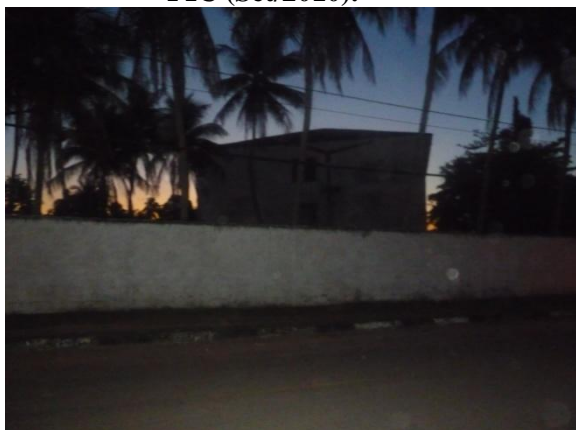


Débora Porciuncula.

A figura 29, a seguir, mostra a fachada do antigo Hotel Balneário, localizado a poucos metros da Praça Balneário. Essas estruturas, no passado, tinham na água mineral o principal atrativo para lazer e descanso. Na década de 1980, esse hotel chegou a ser frequentado por funcionários do COPEC, porém foi perdendo sua importância e hoje é lembrado apenas pelos moradores mais antigos e pelo nome da rua em que está situado, “Rua do Hotel Balneário”.

A figura 30 mostra a entrada principal de uma chácara, situada na mesma rua que dá acesso ao polo de serviços. Nesse trecho da “área urbana” de Dias d’Ávila, a presença de várias chácaras é marcante na paisagem.

**Figura 29 – Hotel Balneário, posto de apoio  
PIC (Set/2010).**



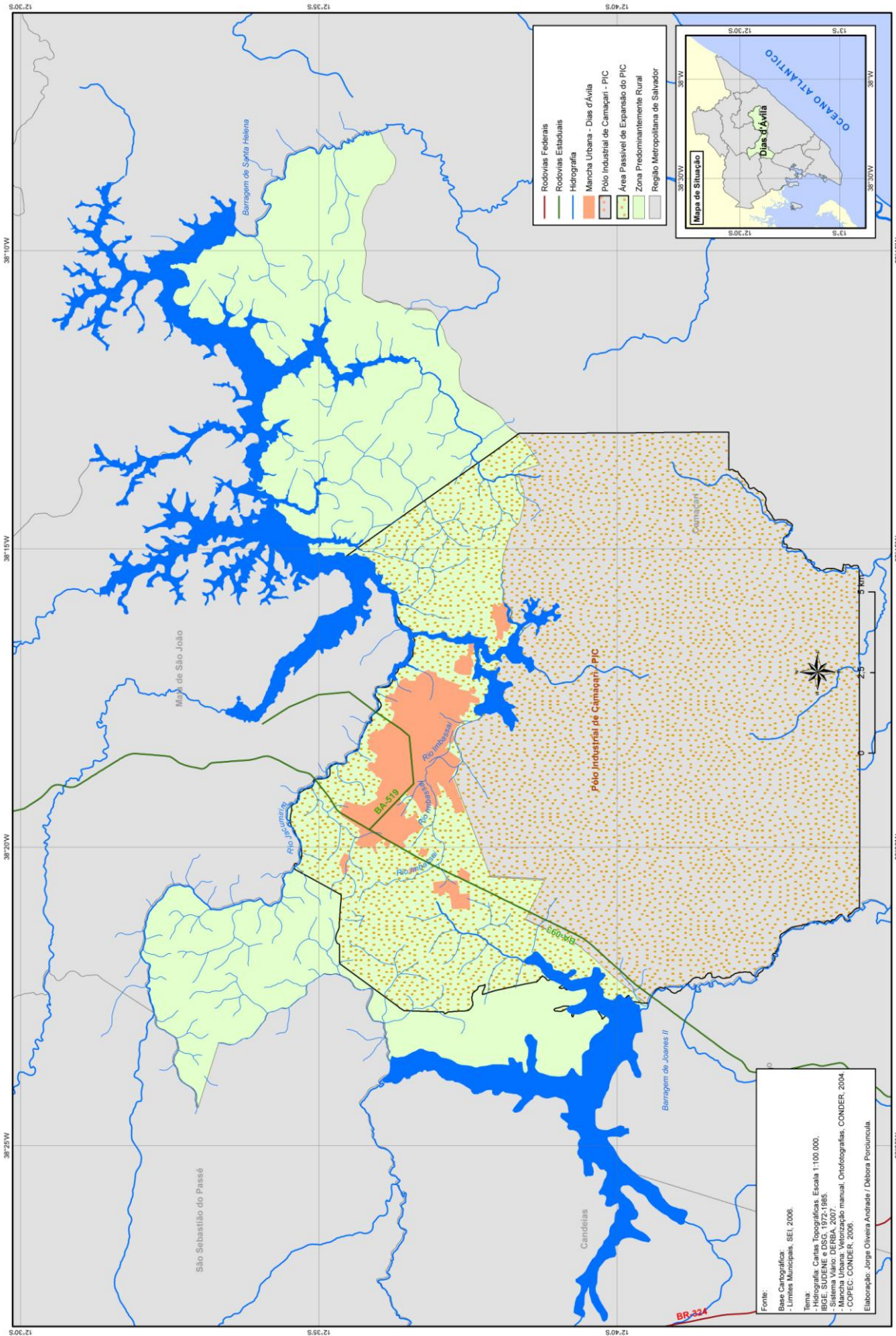
**Figura 30 – Portão principal de uma chácara  
situada no “núcleo urbano”  
(Set/2010).**



Débora Porciuncula.

A figura 31 revela a influência territorial que o Polo Industrial de Camaçari (PIC) desempenha no município de Dias d’Ávila. É possível notar que uma parte expressiva do território municipal se encontra integrada à poligonal do complexo petroquímico, que ocupa uma área de 233,55 km<sup>2</sup>. Essa poligonal se refere a uma área passível de expansão e consolidação industrial, que extrapola os perímetros considerados como urbano e periurbano do município, definidos pelo PDDM (2009).

Figura 31 – Área passível de expansão e consolidação da industrial.



Mudanças também ocorreram com relação aos usos da água em Dias d'Ávila, após a década de 1970. Os usos a que a água se destina podem ser classificados como usos consuntivos, aqueles onde há perdas entre o que é derivado e o que retorna ao curso natural, como uso industrial, agricultura e outros; e usos não consuntivos, aqueles sem perdas, ou seja, não têm derivação, referindo-se a qualquer atividade que não altere as propriedades físico-químicas da água, como atividades de lazer, esporte, pesca e outras (BORSOI; TORRES, 1997).

Borsoi e Torres (1997) indicam que a qualidade para o consumo da água estará associada às especificidades de cada atividade humana. Assim, tem-se que o abastecimento urbano, a aquicultura e a pesca exigem altos padrões de qualidade da água.

Essa informação contrasta com o quadro atual das águas superficiais na cidade de Dias d'Ávila, o que afirmamos, ao menos sob o aspecto qualitativo, já que não foram realizados testes de laboratório que comprovem a contaminação da água; vimos pessoas desenvolvendo atividades de pesca e lazer em trechos do rio Imbassaí, poluído por esgotos.

Com relação ao abastecimento industrial e à irrigação, as autoras Borsoi e Torres (1997) informam que são atividades que necessitam de média qualidade da água. Logo, apesar de haver indicação de exploração de água para uso industrial, desde a década de 1957, por empresas engarrafadoras de água mineral, o que predominava em Dias d'Ávila nesse período eram os usos não consuntivos, como recreação, contemplação, lazer, pesca, além daqueles de caráter simbólico e cultural. Atualmente o que predomina são usos industriais, como indica a relação das outorgas concedidas para o município de Dias d'Ávila (Anexo 2).

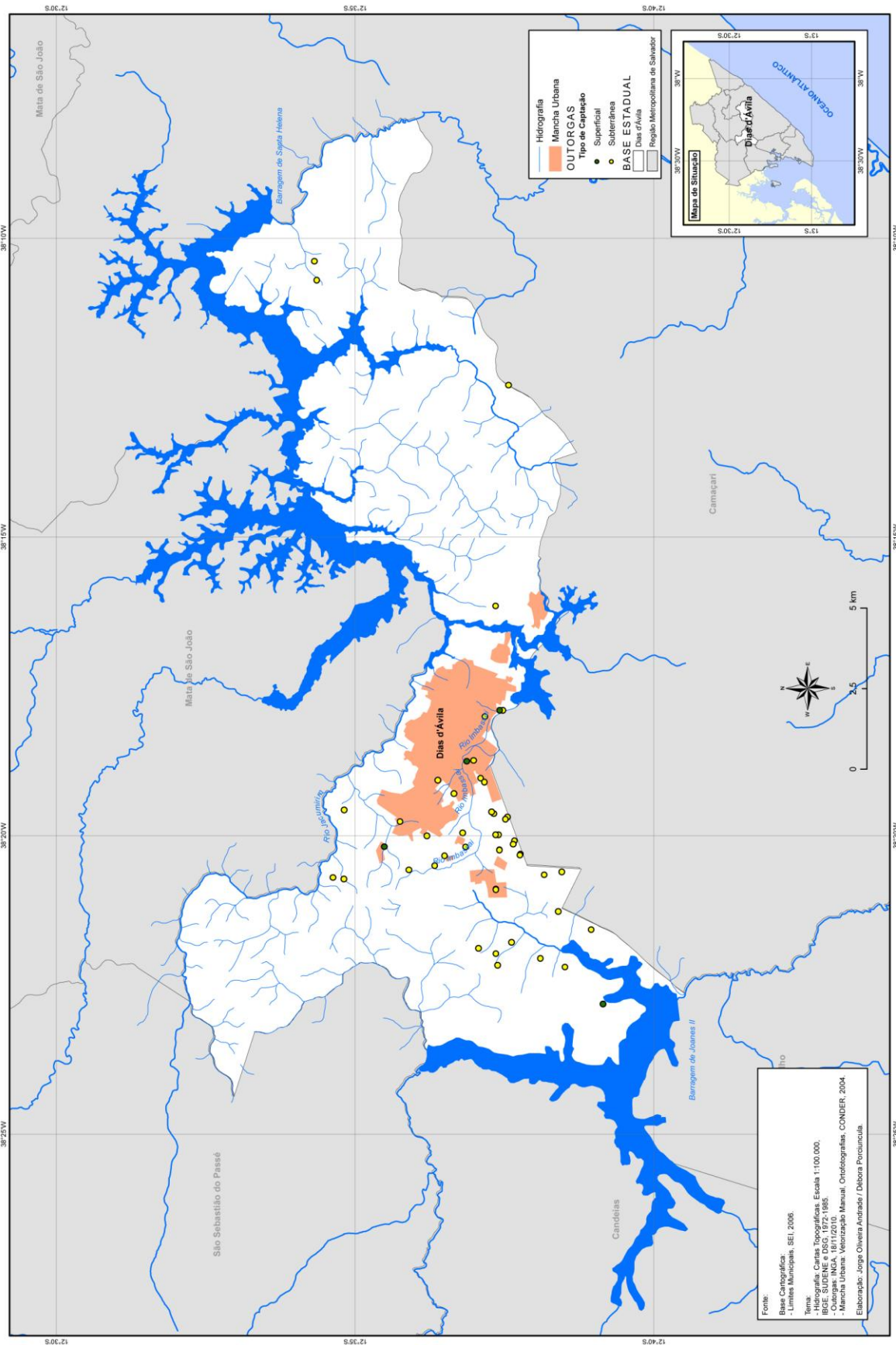
Como já mencionado, o município de Dias d'Ávila faz parte de um ambiente hidrológico relacionado a terrenos associados à bacia sedimentar do Recôncavo-Tucano. Essa bacia apresenta, em profundidades, aquíferos com grande capacidade de exploração de águas subterrâneas.

De acordo com a Lei das Águas do Estado da Bahia, nº 11.612/2009, Capítulo V, Art. 17: “A outorga de direito de usos de recursos hídricos tem por objetivo efetuar o controle quantitativo e qualitativo do uso das águas e assegurar o direito de acesso a água, condicionada às prioridades de uso estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas”.

Identificamos, na área urbana do município de Dias d'Ávila, um número considerável de outorgas para a concessão de captação de água subterrânea (INGÁ, 2010). A figura 32 foi gerada a partir da relação das outorgas disponibilizada pelo INGÁ, entre o período de janeiro de 2009 a novembro de 2010.

A relação das outorgas superficiais e subterrâneas é atualizada periodicamente pelo INGÁ, dando-nos uma ideia da situação da exploração legal da água em Dias D'Ávila. Pudemos observar, ao analisar a relação entre a empresa outorgante e o uso informado, que havia usos que geraram dúvidas com relação a sua veracidade, embora consideremos que o problema relacionado com as outorgas é de responsabilidade do órgão outorgante, devendo este manter uma fiscalização eficiente e capaz de assegurar que o uso outorgado será, de fato, o uso real a que se destinará a outorga.

Figura 32 – Mapa das outorgas superficiais e subterrâneas.





Após a espacialização das outorgas, percebemos a existência de um número expressivo de concessões de uso para exploração de água subterrânea, havendo somente doze delas destinadas à captação em águas superficiais, num total de oitenta e cinco outorgas no município de Dias d'Ávila.

Podemos perceber também que a exploração da água se dá de forma bastante expressiva, nas porções sudeste e sudoeste, cabendo a necessidade de pesquisas mais específicas para investigar o porquê dessa concentração espacial.

Salientamos que na mancha urbana, os cursos de águas superficiais encontram-se comprometidos em termos de qualidade, devido à presença visível de resíduos sólidos, mau cheiro, coloração escura e/ou esverdeada, presença de insetos e roedores; o que contrasta com a presença de pontos outorgados nessa área, para a captação de água com fins de abastecimento humano.

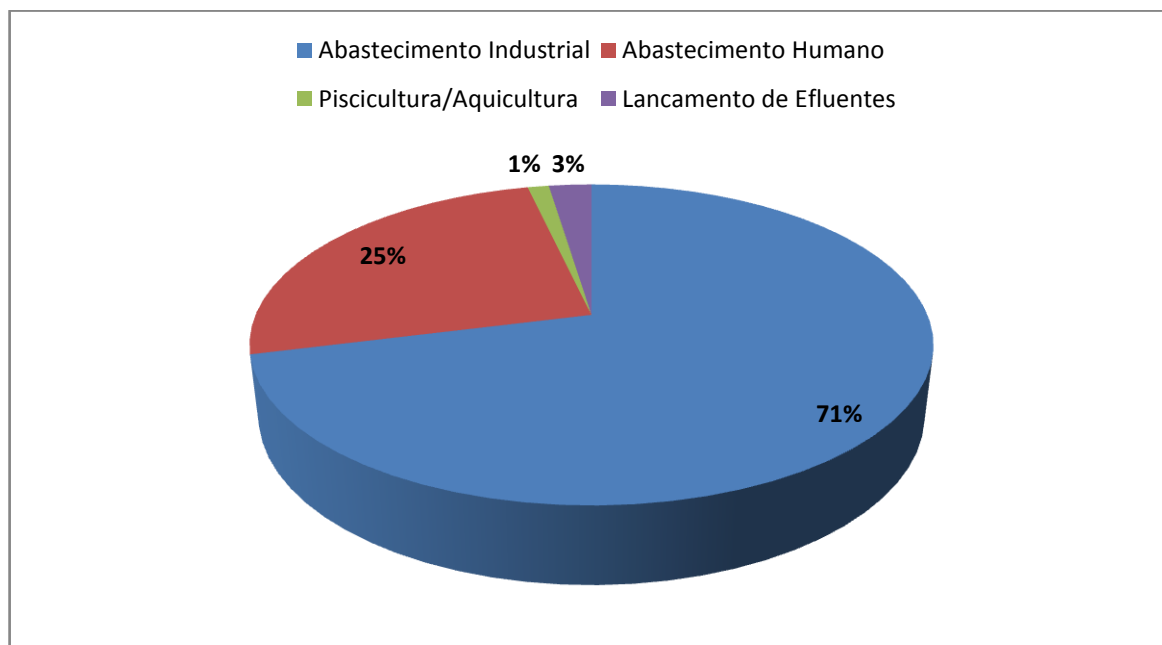
A partir da análise das outorgas, foi possível identificar os usos a que a água outorgada é destinada em Dias d'Ávila, com base na indicação do outorgante, como ilustrado na figura 33, referente ao mapa de uso da água.

Este mapa foi desenvolvido tendo como base os usos prioritários da água, definidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal 9.433/97, são eles: o abastecimento humano e a dessedentação animal, em períodos de escassez. Além dos demais usos, tais como: irrigação, indústria, geração de energia elétrica, preservação ambiental, paisagismo, lazer, navegação, dentre outros.



A figura 34 apresenta a distribuição dos principais usos outorgados da água em Dias d'Ávila.

**Figura 34 – Distribuição dos principais usos outorgados em Dias d'Ávila/BA.**



As figuras 33 e 34 nos permitem considerar que em Dias d'Ávila o principal uso outorgado é o industrial, com cinquenta e nove pontos de exploração de água subterrânea, equivalendo a 71% das outorgas concedidas nesse município; 25% se referem às outorgas concedidas para abastecimento humano e, com menor expressividade, aparecem os demais usos, como piscicultura (1%) e lançamento de efluentes (3%).

O uso preferencial da água subterrânea, já bastante pressionada pela indústria e pelo abastecimento urbano, gera questionamentos com relação à exploração também da água superficial, da Barragem de Santa Helena, como informado a seguir:

Ainda na Bahia, outro projeto relevante é o da adutora Santa Helena, recentemente construída em parceria com a Embasa, com a finalidade de **ampliar o fornecimento de água na região do Pólo Industrial de Camaçari**. A adutora, com 11 km de extensão, vai do município de Dias D'Ávila à Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem, em Camaçari. A obra, que exigiu recursos de R\$ 20 milhões, obedeceu a rigoroso projeto de controle dos impactos ambientais, priorizando a preservação das vias de ligação, das áreas populosas e dos demais locais de interferência ao ecossistema. Foi observado cuidadoso plano de manejo das espécies locais, para a devida recomposição da vegetação. Agora, o abastecimento de água a partir da bacia hidrográfica do Rio Jacuípe, que alimenta a barragem de Santa Helena, está garantido. **Com adutora, a capacidade de captação de água bruta será dobrada, de fontes distintas, e o mais importante, de fontes**

**perenes que não sofrem com os efeitos da estiagem.** (A TRADE ON LINE, 2010, grifo nosso).<sup>21</sup>

Como pode ser observado no mapa das outorgas, não existem pontos outorgados no espelho d'água da Barragem de Santa Helena, pois, na relação das outorgas emitidas pelo INGÁ, não consta a única outorga existente, da Embasa. Obtivemos essa informação, através de contato por e-mail, no qual a técnica do setor, Sra. Denise Salles, informou que se trata de uma outorga para abastecimento humano, com captação de 95% da vazão regularizada, não cabendo portanto outras outorgas para essa barragem (SALLES, 2011); no capítulo IV voltaremos a discutir essa problemática, que será tratada como tensão.

O abastecimento humano ocupa a segunda colocação. O principal outorgante para essa exploração é a Embasa, com quinze pontos de coleta de água, sendo que oito são superficiais e oito subterrâneas. A CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale São Francisco, explora dois pontos de água subterrânea, destinados ao abastecimento humano. Há apenas duas outorgas destinadas a lançamento de efluente, em águas superficiais, sendo que um deles pertence a Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda.

Chamou-nos a atenção que a CHESF, cuja atividade principal não inclui o abastecimento humano para população; a NEWSUL SA – Embalagens e Componentes, cuja especialidade é o desenvolvimento de embalagens plásticas para acondicionamento de produtos alimentícios, químicos e outros; e a empresa ET Tourinho Emp. e Participações, explorarem água subterrânea para abastecimento humano e não industrial como supúnhamos.

Ao questionarmos técnicos do INGÁ sobre os usos outorgados para essas empresas, fomos informados de que pode (não afirmaram) se tratar de abastecimento humano para os operários das empresas, não sendo uma captação tão expressiva quanto a industrial. De acordo com a tabela 3 das outorgas, no Anexo 2, a vazão destinada à CHESF, cujas outorgas são para abastecimento humano, é de 52 m<sup>3</sup>/dia.

Salientamos, ainda, que essa medida (m<sup>3</sup>/dia) não consta na tabela 3 de outorgas, tendo sido informada, através de contato telefônico, pela técnica responsável pelo setor de outorgas do INGÁ, porém presentes nas Instruções Normativas nº 8, de 22 de abril, e nº 8-A, de 30 de dezembro de 2009. A questão que se impõe é sobre a efetiva realização da fiscalização *in loco* pelo INGÁ. Sobre essa matéria, o Decreto Estadual nº 10.943, de 3 de março de 2008 confere, de acordo com o Art. 1º, ao INGÁ a competência para

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://sustentabilidade.atarde.com.br/?m=20091119>>. Acesso em: 17 de ago. 2010.

**para fiscalizar com poder de polícia administrativa o uso dos recursos hídricos nos corpos de água do domínio do Estado**, bem como estabeleceu no inciso X, do artigo 6º, que constitui infração administrativa de usos de recursos hídricos fraudar as medições dos volumes de água utilizado ou derivar valores diferentes dos medidos. (DECRETO ESTADUAL, 10.943/2008, ART. 1º, grifo nosso)

Os critérios técnicos para a medição do volume de água captado em mananciais estão dispostos nas Instruções Normativas de 2009, já assinaladas, que preveem maior controle e fiscalização por parte do órgão sobre as outorgas concedidas, que têm validade de 35 anos.

Dentre os instrumentos de controle está prevista a instalação de higrômetros pelos usuários, cabendo a estes, de acordo com o Art. 4º, da normativa 8-A, por meio de uma declaração anual de uso dos recursos hídricos, prestar informações sobre a relação dos volumes medidos a cada mês. A instalação de higrômetros, como previsto na normativa, ainda não está sendo cobrada pelo INGÁ, como informado pela técnica da Diretoria de Outorgas, o que nos leva a presumir que há uma fragilidade no processo de fiscalização.

Notamos que as áreas onde ocorrem mais outorgas são aquelas inseridas na zona de influência da poligonal de expansão do Polo Industrial, havendo uma multiplicidade de usos – que vão do industrial, relacionado, por exemplo, à comercialização de água mineral para consumo humano, até o lançamento de efluentes.

De acordo com o PDDM (2009), na área urbana não há cobertura satisfatória do serviço de esgotamento sanitário e, em outras áreas, a alternativa encontrada pelos moradores foi a adoção de fossas rudimentares – popularmente conhecidas como fossas negras e sumidouros – para destinação final dos efluentes domésticos. Esse tipo de alternativa pode comprometer a qualidade da água subterrânea, em caso de existir comunicação desses efluentes com o lençol freático.

Assim, já que é reconhecido o uso desse tipo alternativo de tecnologia para a destinação dos efluentes domésticos, caberia a realização de estudos mais específicos, que assegurassem a qualidade (ou não) dessas águas, mesmo porque, como já mencionado, os usos industriais são aqueles que requerem média qualidade de água e nem todos estando relacionados ao uso humano, como no engarrafamento de água mineral, podendo ser utilizados para outros fins, sem que haja preocupação real com sua qualidade.

Os esgotos que não têm como destino os “sumidouros” são lançados *in natura* em rios, córregos, riachos e lagoas. Todos evidentes na paisagem, como ilustrados nas figuras 36 a 39, que se referem a pontos de lançamento de esgoto inseridos nos corpos d’águas, na área urbana de Dias d’Ávila.

**Figura 35 – “Boca de Lobo”: esgoto lançando in natura num afluente do rio Imbassai. Campo (Dez/2010).**



Débora Porciuncula

**Figura 36 – Situação do rio a jusante da “Boca de Lobo”: lixo, coloração escura e sem vida aquática. Campo (Dez/2010).**



**Figura 37 e 38 – O rio completamente poluído, seguindo rumo à lagoa de Santa Helena. Campo (Dez/2010).**



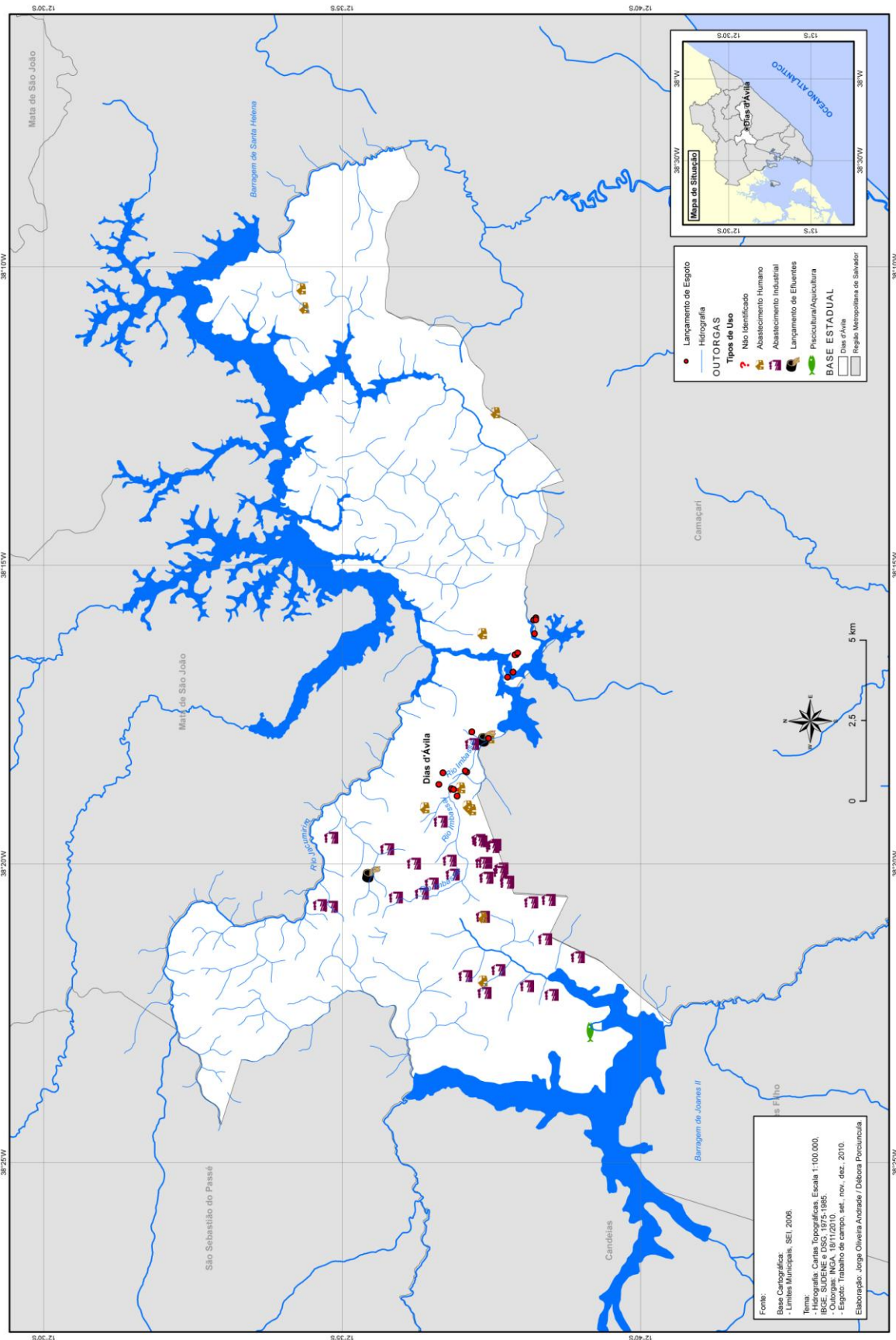
Débora Porciuncula



Após a coleta desses pontos, os correlacionamos aos pontos das outorgas de uso dos recursos hídricos, com o intuito de termos uma ideia real da proximidade e a possibilidade de contaminação entre eles.

A figura 39 refere-se ao mapa de usos e lançamento de esgotos, no qual percebemos que alguns pontos de esgoto estão muito próximos de pontos outorgados para abastecimento humano; outros pontos de esgotos coincidem com pontos outorgados para lançamento de efluentes. Nesse caso, caberia uma investigação para saber se o usuário outorgado está tratando o efluente antes de lançá-lo no corpo hídrico, uma vez que já o encontra poluído, devido à vazão de esgotos sanitários, aparentemente de origem doméstica, nesse mesmo corpo hídrico.

Figura 39 – Mapa de uso e lançamento de esgotos.



Cabe esclarecer que não coletamos, durante os trabalhos de campo, todos os pontos de lançamento de esgotos existentes em Dias d'Ávila, muitos deles de difícil acesso e muitos outros escondidos na paisagem urbana, juntamente com os rios aos quais poluem.

Demos prioridade à coleta dos pontos de esgoto, reconhecidos através das indicações dos moradores locais – alguns desses que, informados rapidamente sobre os fins de nossa pesquisa, nos auxiliaram no campo, entrando conosco em terrenos baldios, ruas e ruelas, as quais não encontraríamos sem essa ajuda –, para nos mostrar os esgotos lançados nos rios, e também priorizamos a coleta de pontos que se tornaram denúncias, expressas no meio de comunicação local, o jornal *Dias d'Ávila Acontece*.

O auxílio, nesse caso, partiu do próprio editor desse jornal, Sr. Roger Lima, que nos levou para coletar pontos de lançamento de esgoto no lago da Barragem de Santa Helena – esses mesmos, alvo de várias denúncias publicadas nesse jornal – além de outros pontos de esgoto próximos a nascentes e córregos. Em síntese, priorizamos os pontos frutos dessas indicações, por serem visíveis e por provocarem a indignação daqueles que se mostram saudosos da estância hidromineral e revoltados com o descaso do poder público.

O que marca a ruptura das funções na estrutura socioeconômica de Dias d'Ávila, antes e depois do urbano-industrial, certamente são as questões socioambientais que surgem após a consolidação do urbano-industrial e culminam com a perda do título de estância hidromineral.

Na condição de estância hidromineral, o que determinava o predomínio das funções relacionadas às atividades de lazer, recreação, tratamento de saúde e turismo eram as boas condições ambientais que favoreciam o desenvolvimento dessas atividades sociais. Com a chegada do urbano-industrial e os problemas decorrentes de um planejamento que deixou de contemplar o tema socioambiental, com a importância que requer, foi gerada uma série de impactos ambientais, que passaram a fazer parte da realidade social de Dias d'Ávila.

Na figura 40, é possível visualizarmos pontos de lançamento de esgotos *in natura* diretamente nos rios e lagos, agora tratados isoladamente. É possível identificar nessas áreas a presença de bioindicadores, como a “baronesa”, que acusam que a água está poluída, além de ser perceptível a presença de mau cheiro e resíduos.

Estão representados dezenove pontos de lançamento de esgoto, coletados *in situ*, localizados em áreas consideradas urbanas (PDDM, 2009) e em áreas que legalmente são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP)<sup>22</sup>, de acordo com Lei Federal nº 7.803/1989; nesse caso, APP do Lago da Barragem de Santa Helena.

---

<sup>22</sup> Os limites de uma APP constam no Código Florestal Brasileiro (1989).

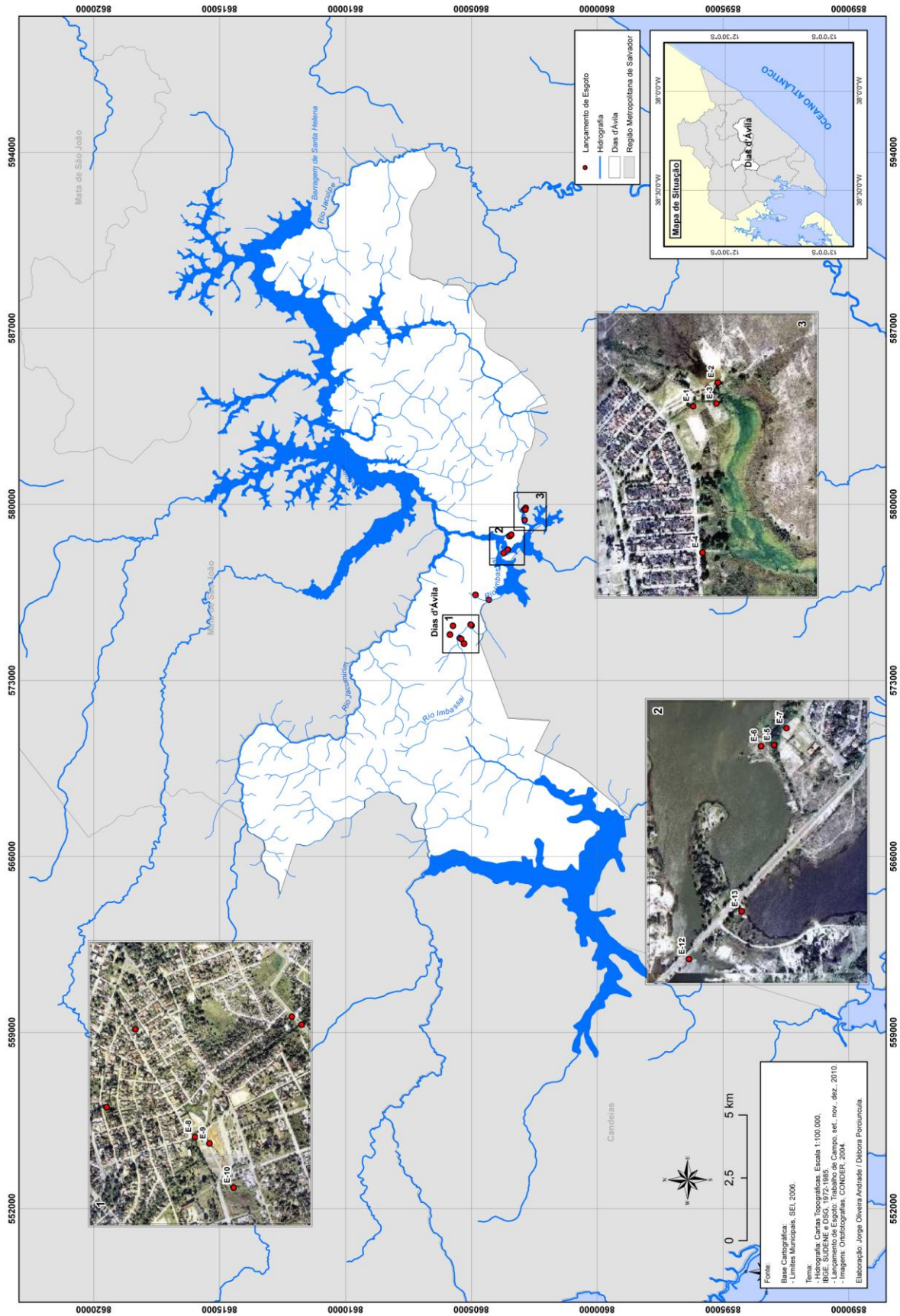


Coletamos pontos de esgotos no principal ponto turístico de Dias d'Ávila, na época da estância, que é a Praça do Balneário, e identificamos cinco pontos de lançamento de esgoto diretamente no lago da Barragem de Santa Helena, vindos do bairro de Nova Dias d'Ávila; os demais pontos foram coletados em áreas próximas ao centro de Dias d'Ávila.

Presumíamos que o bairro satélite de Nova Dias d'Ávila, planejado para “moradia do alto escalão do COPEC”, deveria ao menos ter um sistema de esgotamento sanitário compatível com os “altos padrões” para que fora criado. Entretanto, os trabalhos de campo (set., out. e dez. de 2010) e as reiteradas matérias de denúncia do jornal local, além do PDU (1991) e do próprio PDDM (2009), nos revelam a existência de um problema sério, por se tratar de uma barragem que serve ao abastecimento humano e não sabermos até que ponto o sistema, por si só, é capaz de assimilar esse tipo de agressão e se reconstituir. Configuram-se, desse modo, duas categorias de tensão relacionadas à disputa pela apropriação da natureza pelo urbano e à produção de eventos ambientais.

O problema do esgotamento sanitário é identificado no PDU (1991), como associado ao crescimento da população, que estaria deteriorando gradativamente as condições sanitárias dos corpos d'água, uma vez que a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário não atende a toda área urbana, admitindo-se inclusive que os efluentes são lançados a céu aberto (CONDER, 1991, p. 42).

Figura 40 – Mapa do lançamento de esgoto nos corpos d'água de Dias d'Ávila.



O detalhe 1 da figura 40 ilustra os pontos de coleta e lançamento de esgoto, na área do entorno da Praça do Balneário, principal local de uso, na época da estância hidromineral, e ainda usada na atualidade para pesca. O segundo detalhe destacado na figura 40 representa os pontos coletados na área próxima ao lago da Barragem de Santa Helena, cuja ponte separa o núcleo tradicional, a Velha Dias d'Ávila, do bairro satélite de Nova Dias d'Ávila. Esses pontos representam o lançamento de esgoto *in natura* diretamente no lago, cuja presença de “baronezas” acusa a poluição da água.

A “baronesa” é também conhecida popularmente como “iguape”, “aguapé”, “orelha de jegue”, “marrequinhas”, “gigogas” e “lírio d'água”; o seu nome científico é *Eichornia Crassipes*. Esse tipo de planta aquática indica que o ambiente está eutrofizado<sup>23</sup>, devido ao lançamento de esgotos *in natura* nos corpos d'água (ENFOQUE, 2006).

Esse tipo de vegetação é considerado bioindicador da má administração urbana, acusa a existência de lançamento de esgotos *in natura* nos corpos d'água, podendo se configurar como um sério problema ambiental e de saúde pública, quando associado à disseminação de doenças de veiculação hídrica.

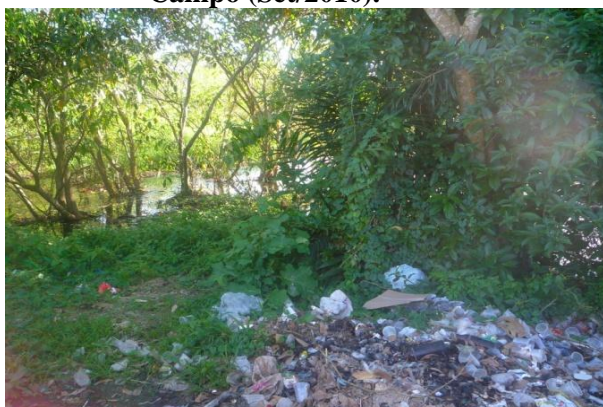
Devido à sua grande proliferação nos ambientes poluídos por despejos domésticos, os aguapés podem contribuir na transmissão de doenças veiculadas a água, pois podem arrastar com suas eficientes raízes as bactérias, vírus e fungos e, assim, disseminar uma infinidade de doenças. As gigogas no ambiente de água doce ou salobra (ligeiramente salgada) criam também o habitat preferido para a procriação de mosquitos e, também de uma espécie de caracol que hospeda a planária causadora da esquistossomose (febre do caracol). (ENFOQUE ONLINE, 2006)

As figuras 41 a 46 são ilustrativas do processo de degradação das águas superficiais nessa localidade.

---

<sup>23</sup> A eutrofização (ou eutroficação) é um processo normalmente de origem antrópica (provocado pelo homem), ou raramente de ordem natural, tendo como princípio básico a gradativa concentração de matéria orgânica acumulada nos ambientes aquáticos. Entre os fatores impactantes, contribuindo com a crescente taxa de poluição neste ecossistema, estão: os dejetos domésticos (esgoto), fertilizantes agrícolas e efluentes industriais, diretamente despejados ou percolados em direção aos cursos hídricos (rios e lagos, por exemplo) (FONSECA, 2010). Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biologia/eutrofizacao.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

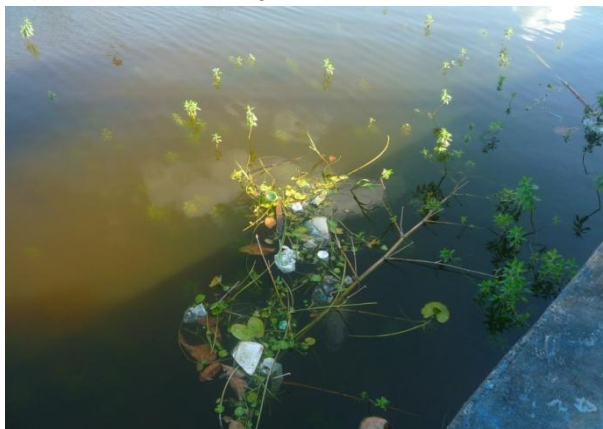
**Figura 41 – A montante da Praça Balneário, lixo depositado nas margens do Rio Imbassai, lançamento de esgoto. Campo (Set/2010).**



**Figura 42 – Praça do Balneário: trecho do rio Imbassai, que atravessa a cidade. Campo (Set/2010).**



**Figura 43 e 44 – Praça do Balneário: Odor e resíduos nas águas do Imbassai. Campo (Set/2010).**



**Figuras 45 e 46 – A jusante da Praça Balneário: esgoto lançado a “céu aberto” no rio Imbassai. Campo (Set/2010).**



Débora Porciuncula.

As figuras 47 e 48 ilustram a situação atual em que se encontra o lago da Barragem de Santa Helena, inserido na área periurbana, completamente ocupado por “baronezas”, que encobrem praticamente todo o espelho d’água.

Essas imagens correspondem a dois afluentes do rio Imbassaí, poluídos por esgotos, que desaguam permanentemente no lago da Barragem de Santa Helena. As figuras 49 e 50 ilustram dois afluentes, poluídos por esgotos, indo desaguar no lago da Barragem de Santa Helena.

**Figuras 47 – Espelho d’água do lago Barragem de Santa Helena: eutrofização (Set/2010).**



**Figuras 48 – Presença de “baronezas” no lago da Barragem de Santa Helena (Dez/2010).**



Débora Porciuncula.

**Figuras 49 e 50 – Pontos de lançamento de esgoto, nas margens do lago da Barragem de Santa Helena (Out/2010).**



Débora Porciuncula.

Reportagens denunciam o lançamento de esgotos no “lago da barragem da Nova”, fazendo menção ao bairro de Nova Dias d’Ávila. Essas denúncias são consideradas, neste

estudo, como eventos reveladores de tensões rural-urbanas; além de nos permitir identificar a localização dos pontos de lançamento de esgotos coletados no campo.

Lagoa Poluída: Continua escorrendo diariamente, os dejetos da Nova Dias d'Ávila para dentro das lagoas do bairro. O número de pessoas que nadam no lugar diminuiu, mas ainda se vê crianças, adultos e mulheres nadando no que parece ser límpida e fresca a água da lagoa. As pessoas que moram às margens da lagoa não reclamam só do esgoto, como também da falta de atenção quanto a proliferação de muriçocas. A falta de um reflorestamento e de uma atenção maior à água da cidade também deixa as pessoas alarmadas. O fato é que, mesmo com a denúncia do Jornal DDA, o esgoto continua desaguando na lagoa e pessoas inocentes podem amanhã vir a ter problemas com saúde. Muitos temem que o destino da lagoa possa ser o mesmo do Rio Imbassaí. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 2).

Lagoa Poluída: Com toda a chuva que vem caindo na nossa região, as águas das lagoas da Nova Dias d'Ávila estão cheias e bonitas. Parece limpa quando a noite cai, reflete as luzes do Pólo. Parece limpa quando o sol bate nela ao cair da tarde. Parece limpa quando vejo os pescadores pescando seus peixes e os meninos nadando suas águas. Parece limpa quando a chuva cai encrespando suas águas. Mas, no entanto, os esgotos ainda continuam jogando toda a porcaria possível na lagoa. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 3).

Outros impactos socioambientais, além do lançamento de esgotos, são reconhecidos no PDU de Dias d'Ávila (CONDER, 1991). De acordo com o diagnóstico físico-ambiental, realizado no Plano de Atualização do COPEC, foi elencada uma série de impactos ambientais que ocorrem em Dias d'Ávila (CONDER, 1991, p. 25).

Para os fins a que se propõe este estudo, listamos apenas os impactos ambientais que se relacionam, direta e indiretamente, com as águas:

[...] deterioração ambiental da cidade balneária; controle insuficiente do uso e ocupação do solo urbano; invasões em áreas inadequadas e em áreas externas à malha urbana consolidada; [...] falta de responsabilidade pela preservação dos recursos naturais; falta de consolidação das normas de proteção ambiental, elaboradas em nível federal, estadual e municipal; [...] exploração intensa das jazidas de areia, argila e caulim, provocando desmatamento, escavações e cortes (salientamos que esse impacto ainda pode gerar o assoreamento dos corpos d'água); infiltração de poluentes em solos com alta permeabilidade e baixa sedimentação, podendo afetar a qualidade das águas subterrâneas, principalmente em áreas de depósito temporário ou bota-foras de resíduos sólidos; alta densidade localizada de perfurações para abastecimento industrial e uso indiscriminado dos recursos do aquífero subterrâneo; degradação ambiental dos cursos d'água contribuintes das duas grandes bacias da área, Jacuípe e Joanes; [...] degradação ambiental acentuada nas imediações da área industrial Oeste, com grandes incisões erosivas no terreno, desequilíbrios hidrológicos elevados; perspectivas de contaminação insolúvel do solo, a longo prazo, pelas atuais condições tecnológicas dos aterros de resíduos; aparente presença de amônia e metais nas águas subterrâneas; múltiplos contatos com o terreno, com evidências de contaminação do lençol subterrâneos; [...] insegurança no abastecimento de água industrial, devido as limitadas condições dos rios Joanes/Jacuípe; uso alternativo de águas

subterrâneas decorrente, por um lado, da insegurança quanto aos mananciais de superfície e pelo outro, da falta de rede de distribuição fora do Complexo Básico; as áreas urbanas apresentam invasões em locais de forte potencial de risco, nos limites da faixa florestal; aglomerados habitacionais ao longo da BA – 093, localização da CETREL em área de surgência do lençol. (CONDER, 1991, p. 25-28)

A maior parte desses impactos, apesar de resultar de estudos realizados no final da década de 1980, ainda pode ser identificada na atualidade. Tais estudos revelam, assim, a falta de efetividade do PDU, pois seu diagnóstico não serviu como instrumento de planejamento capaz de converter o quadro de degradação ambiental, notadamente dos mananciais, na atualidade.

Quando tratamos esses eventos metodologicamente, como tensões passíveis de serem espacializadas, é possível perceber a dimensão espacial da escala de incidência dos impactos, bem como da degradação dos mananciais em Dias d'Ávila. Os mapas gerados a partir dessa espacialização podem servir de instrumentos para um planejamento mais efetivo, aliados à aplicação da metodologia dos indicadores de ruralidade metropolitana (ALENCAR, 2008).

Diante do exposto, não podemos dizer que a principal função da cidade de Dias d'Ávila seja a de dormitório, como havíamos inferido. Mesmo porque esse tipo de função implicaria no condicionamento de uma vida noturna mais dinâmica à cidade, em detrimento da vida diurna.

Entretanto, mesmo com a influência industrial – evidenciada pela extensão da poligonal da área passível de expansão do PIC, em Dias d'Ávila, pela sua proximidade, de apenas 6 km, do polo e pela presença do polo de serviços – a cidade mantém uma dinâmica própria, principalmente de dia, onde os usos culturais da água revelaram uma vida local diurna, não menos relevante que a noturna, desempenhada pelas pessoas, muitas delas trabalhadores da indústria.

Entretanto, diferentemente do que imaginamos ter sido concebido pelo Plano Diretor do COPEC (1975), que foi transformar Dias d'Ávila inteira numa cidade dormitório, o bairro satélite de Nova Dias d'Ávila, em duas oportunidades que nele estivemos, durante os trabalhos de campo, à noite, estava completamente deserto.

A impressão que tive, enquanto sentada numa praça gigantesca – condizente com suas ruas, excessivamente largas para os padrões que estamos habituados a encontrar nos bairros de Salvador – e completamente vazia, se não pela presença de alguns fiscais de uma empresa de ônibus metropolitana, era de que se tratava de um lugar sem vida, sem gente, isso em pleno meio de semana, um bairro fantasma (!).

Na visão do colega Marco Vinicius – geógrafo e filho de Dias d’Ávila, que me acompanhava – Nova Dias d’Ávila seria um bairro muito tranquilo, ideal para quem quer aprender a dirigir, principalmente à noite, porque suas ruas ficam desertas.

Penso, de forma muito prematura – pois, consideramos que o estudo da dinâmica desse bairro por si só renderia outra dissertação – que estamos diante do que poderíamos chamar de “bairro dormitório”, numa analogia à expressão cidade dormitório. Um bairro criado pela indústria e que dessa forma atendeu em parte aos seus desígnios. Enquanto a velha Dias d’Ávila nos revela resistente em sua dinâmica, dada sua formação sócio-histórica, mesmo que evidenciando uma coexistência tensionada entre as funções do passado – expressas na forma de lazer, pesca, contemplação etc. – e as atuais, vinculadas e dependentes da indústria.



## V. A ÁGUA: O ELO ENTRE DIAS D'ÁVILA E A RMS

Nos capítulos anteriores, discutimos e explicitamos os efeitos da apropriação urbano-industrial das águas em Dias d'Ávila, bem como as consequências socioambientais negativas desta apropriação, que resultou na perda do título de estância hidromineral, implicando numa relação desigual e tensionada entre rural e urbano. Essa tensão se expressa diretamente sobre a vida das pessoas que, também ao se apropriarem dessas águas, como modo de vida e referência subjetiva, territorializaram Dias d'Ávila transformando-a na “Cidade das Águas”.

A pressão promovida pelo urbano-industrial e pela metrópole sobre as águas de Dias d'Ávila, de acordo com a pesquisa que realizamos, explicita-se de três formas:

(i) Através do uso da água para a complementação do sistema de abastecimento integrado da Região Metropolitana de Salvador (RMS), sem que, como será discutido neste capítulo, o próprio município de Dias d'Ávila participe desse sistema, convivendo com o problema da falta de água e com a insuficiência da rede de abastecimento humano local;

(ii) Através do uso da água para abastecimento industrial e;

(iii) Através da degradação das águas, resultado da vazão permanente de efluentes *in natura* nos rios e lagoas; da ausência e deficiência dos serviços de esgotamento sanitário – que podem, inclusive, estar comprometendo as águas subterrâneas, nas áreas onde “sumidouros” são alternativas para o destino final do esgoto doméstico (PDDM, 2009, p. 39), além da possibilidade do lençol freático já sofrer algum tipo de contaminação proveniente das indústrias do Polo Industrial de Camaçari.

Logo, para respondermos à hipótese que dá centralidade a este capítulo, de que apesar da degradação das águas em Dias d'Ávila, a demanda continua crescente e desacompanhada de políticas voltadas à sua qualidade e à valorização das relações culturais da população com a água, buscamos inicialmente reconhecer de que forma essa demanda pela água é acolhida no âmbito da Região Metropolitana, em sua inter-relação com o município de Dias d'Ávila. Essa inter-relação é concebida de forma tensionada e foi evidenciada neste estudo, a partir da aplicação da metodologia do IQRM.

## 5.1 APROPRIAÇÃO PRIVADA DAS ÁGUAS DE DIAS D'ÁVILA

Nas pesquisas que realizamos sobre as outorgas de uso da água concedidas pelo INGÁ, no município de Dias d'Ávila, já discutidas no quarto capítulo deste estudo, verificamos, para fins de análise sobre abastecimento de água, que existe na Barragem de Santa Helena apenas uma única outorga de uso da água destinada ao abastecimento humano.

O outorgante, nesse caso, é a Embasa, cuja outorga concedida responde sozinha por 95% da vazão regularizada, ou seja, 598.363 m<sup>3</sup>/dia. De acordo com informação da técnica da Diretoria de Outorgas, “não há como outorgar qualquer outro usuário nesse lago”. Do contrário, pressionar-se-iam excessivamente as reservas hídricas dessa barragem, expondo-a ao risco de secar. Mas como se justifica a captação de água nessa mesma barragem para a Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem, em Camaçari, caracterizando uso para abastecimento industrial e passível de ser outorgado?

[...] outro projeto relevante é o da adutora Santa Helena, recentemente construída em parceria com a Embasa, com a finalidade de ampliar o fornecimento de água na região do Pólo Industrial de Camaçari. A adutora, com 11 km de extensão, vai do município de Dias d'Ávila à Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem, em Camaçari. (A TARDE ONLINE, 2009)

Segundo informações do Instituto Ambiental Verdecicla (2010), a captação de água da Barragem de Santa Helena para a Barragem de Joanes II ocorreu de forma tão intensa no ano de 2008 que o lago da Barragem de Santa Helena secou.

Essa informação coincide com estudo, realizado por Almeida e Saraiva (2010), em que identificaram que “em 2008, quando o volume da água da Barragem Joanes II caiu para 44,96%, foram bombeados três mil litros de água por segundo da Barragem de Santa Helena” (ALMEIDA; SARAIVA, 2010, p. 3).

Uma matéria publicada no *site* do Instituto Ambiental Verdecicla, intitulada “Porque o Lago da Nova (Dias d'Ávila) seca?”, busca esclarecer, para as pessoas que têm acesso às informações disponibilizadas na rede internet, os motivos que levam o “Lago da Nova Dias d'Ávila” a secar

Quando há seca na Bacia do Rio Paraguaçu, o nível de água do lago da Barragem de Pedra do Cavalo (localizada no recôncavo) diminui porque as suas cinco comportas permanecem fechadas como forma de racionamento, afinal este lago é responsável por 60% do abastecimento de Salvador e Região Metropolitana, além de Feira de Santana e Região Fumageira. Por conta disso,

o reservatório que abastece em torno de 40% a nossa capital - Barragem de Joanes II- também é afetado. Para que os bairros de Salvador não passem por racionamento, a Embasa bombeia a água da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, em Dias d'Ávila, para o Lago da Barragem de Joanes II. **É por esse motivo que o lago da Nova Dias d'Ávila em determinados períodos diminui o seu volume e algumas vezes chega até secar totalmente.** (INSTITUTO VERDECICLA, 2010)<sup>24</sup>

As figuras 51, 52 e 53 nos revelam trechos do lago da Barragem de Santa Helena – também conhecido como “Lago da Nova”, na área que compreende o bairro satélite de Nova Dias d'Ávila – completamente secos, em 2008.

**Figuras 51 e 52 – Lago seco da Barragem de Santa Helena, 2008.**



Túlio Rodrigues Saraiva.

A figura 53 ilustra elementos que explicitam a tensão pela apropriação da natureza: pela apropriação caracterizada na disputa entre o urbano e a natureza, para atender as demandas metropolitanas por água, que, em 2008, pressionou o sistema ao extremo de provocar a seca do lago da barragem; pela disputa expressa através da consolidação de moradias irregulares na Área de Proteção Permanente (APP) da lagoa; e pela apropriação da natureza, como meio de vida e uso cultural, manifestada pela presença dos dois pescadores de tarrafa, que disputam com o urbano o uso da natureza e a continuidade de sua atividade rural.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/01/porque-o-lago-da-nova-seca.html>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

**Figura 53 – Ocupação irregular na APP e pescaria com tarrafa no lago quase seco da Barragem de Santa Helena, 2008.**



Túlio Rodrigues Saraiva

Os entes federados responsáveis pela outorga de uso dos recursos hídricos são a União e o Estado, cabendo ao município, nesse caso, seguir as orientações jurídicas presentes nas políticas de recursos hídricos elaboradas nesses dois níveis de poder.

Dessa forma, Dias d'Ávila não tem autonomia para outorgar o uso de suas águas, mas tem autonomia para intervir no que tange à ocorrência de eventos que provoquem a degradação das águas, pois, como já mencionado, “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”, segundo o Art. 23, VI, da Constituição (BRASIL, 1988, p. 34), é uma competência legislativa e político-administrativa concorrente comum aos três níveis federados (BARROSO, 2007, p. 7).

Após examinarmos, no segundo capítulo, o tema saneamento, onde identificamos a quem cabe a responsabilidade pela prestação desses serviços, concluímos que a falta de cooperação, principalmente entre os níveis de governo estadual e municipal, é uma realidade quando se trata dos problemas de saneamento, que resultam na degradação das águas, e se manifestam em toda a sua complexidade e intensidade na escala do município de Dias d'Ávila.

A falta de cooperação entre município e Estado não encontra respaldo constitucional, no que diz respeito à competência da titularidade da prestação do serviço de saneamento. Assim, como nos esclarece Barroso (2007), a prestação do serviço de saneamento “é produto de uma sofisticada conjugação de técnicas de repartição de competências no Estado federal” (BARROSO, 2007, p. 8).

Essa interpretação, parte da análise do Artigo 23, IX, que diz:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] IX – Promover programas de [...] melhoria das condições de saneamento básico. (BRASIL, 1988, p.34.)

Focalizando a análise em Dias d'Ávila, a partir de sua inter-relação com a metrópole, no que tange à questão da infraestrutura de saneamento, especificamente o serviço de abastecimento de água, percebemos que a gestão desse serviço, no período de 1970-1980, esteve direcionada para atender as demandas da metrópole, no que diz respeito ao abastecimento urbano e industrial.

Assim, Dias d'Ávila foi incorporada ao processo de desenvolvimento urbano-industrial, também, como “fornecedora de água”, para atender aos propósitos da metrópole, desde a década de 1970, como já discutido nos capítulos anteriores. Nesse período, o potencial de água de Dias d'Ávila foi reconhecido como importante fator locacional para a instalação do complexo petroquímico de Camaçari (COPEC).

Essa relação, estabelecida *a priori* com a indústria, será expandida para “melhorar” o abastecimento humano e industrial nos municípios que compõem a RMS, a partir do final da década de 1970.

Em 1971, foi construída a Barragem de Joanes II, cujo lago banha a porção sudoeste de Dias d'Ávila, e durante o governo de Roberto Santos (1975-1979) foi construída a Barragem de Santa Helena, inserida no município de Dias d'Ávila. De acordo com Mello (1986), o objetivo de construção dessa barragem era o de duplicar o fornecimento de água para a RMS (MELLO, 1986, p. 105).

Atualmente, com o intuito garantir o fornecimento de água para a RMS, a Embasa mantém o sistema de abastecimento de água integrado, de Salvador e municípios adjacentes; todos esses municípios estão inseridos na RMS (EMBASA, 2011). De acordo com a Embasa

[...] a Estação de Tratamento Principal começou a operar em 1989 e recebe água da Barragem de Pedra do Cavalo (Rio Paraguaçu), essa ETA principal também recebe água do rio Joanes, através da Barragem de Joanes II. **Como o rio Joanes, com vazão regularizada de 6,0 m<sup>3</sup>/s, abastece além da ETA principal, as ETAS de Bolandeira (3,3 m<sup>3</sup>/s) e a Braskem (1,0 m<sup>3</sup>/s), foi implantado um sistema de reversão do rio Jacuípe, a partir da construção da Barragem de Santa Helena, em 2000, cuja vazão de regularização é de aproximadamente 10 m<sup>3</sup>/s. (EMBASA, 2011, p. 10)**

Dessa forma, a água da Barragem de Santa Helena<sup>25</sup> é transportada para a Barragem de Joanes II – responsável pelo abastecimento de 40% da RMS e das indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratú – formando um único sistema interligado entre mananciais (ALMEIDA; SARAIVA, 2010, p. 3).

**Para diminuir os riscos de racionamento em Salvador, a EMBASA está bombeando água da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, em Dias D'Ávila – aproximadamente 3,6 metros cúbicos por segundo – para o Lago da Barragem de Joanes II. Em paralelo reduziu em 20% a retirada de água da Braskem (antiga Copene) – em torno de mil litros por segundo – de Joanes II e fez um acordo com a empresa, que vai construir uma adutora de 10,5 km, no Rio Jacuípe, para que passe a utilizar água da Barragem de Santa Helena, em vez da Barragem do Joanes I. (A TARDE ONLINE, 2009, grifo nosso).**

A construção de barragens foi uma alternativa encontrada para atender ao aumento da demanda por água, associada ao crescimento populacional, verificado em toda a RMS, e às demandas da indústria, visando reduzir os riscos de racionamento.

Assim, percebemos que foi estabelecida uma relação de controle da metrópole com relação aos municípios “produtores de água” e uma relação de subserviência desses municípios para com a metrópole. Essa relação se consolida sem que haja contrapartida alguma para esses municípios, nem em forma de políticas que garantam a preservação desses mananciais, frente à expansão urbana, e muito menos através de políticas de compensação ambiental.

[...] uma seguida à outra pelo aumento de demanda – Cobre, Ipitanga I, II e III, Joanes I e II, Mata Escuta, Piau, Prata e Santa Helena – duas já desativadas pelo avanço no uso urbano com comprometimento do próprio espelho d'água ou pela degradação da qualidade da água. (ALENCAR, 2009, p. 6)

É válido ressaltar, no que respeita ao controle de riscos e acidentes em barragens, que, atualmente, a Agência Nacional de Águas (ANA) mantém em seu banco de dados um Cadastro Nacional de Barragens.

O objetivo desse cadastro, segundo a ANA, é o de minimizar os riscos de acidentes com barragens concluídas ou em construção, em todo o País, a partir do acompanhamento regular da situação de sua segurança (ANA, 2010). Para tanto, as barragens devem estar cadastradas num banco de dados específico, onde

---

<sup>25</sup> A Barragem de Santa Helena foi **reconstruída** em 1999, após rompimento em 1985.

Os dados coletados via formulário eletrônico são cadastrados em um banco de dados específico, que orienta a adoção de medidas de conscientização em torno da segurança de barragens. Com este objetivo, órgãos das administrações federal, estaduais e municipais e agentes da iniciativa privada participam do processo de cadastramento e avaliação da situação das construções. (ANA, 2010)

Entretanto, após contato telefônico com a ANA, em outubro de 2010, constatamos que não se encontram cadastradas, nesse banco de dados, a Barragem de Santa Helena, tampouco a Barragem de Joanes II, mais antiga. Esse quadro se agrava ainda mais, quando verificamos *in loco* a possibilidade de riscos de morte por afogamento, já que não há proteção nem controle de acesso às margens e ao lago da Barragem de Santa Helena. Havendo, como já demonstrado, um intenso processo de ocupação informal (formação de uma ocupação denominada de “Bairro da Lagoa”) e formal, construção de loteamento residencial; além da existência de diversos bares, alguns com píeres, como demonstrado nas figuras 54 a 58, abaixo:

**Figura 54 – Construção formal de loteamento residencial, a poucos metros do lago da Barragem de Santa Helena (Dez/2010).**



**Figura 55 – Consolidação de ocupação informal na APP da lagoa (Dez/2010).**



Débora Porciuncula.

**Figura 56 e 57 Bares e píer na APP e dentro do lago da Barragem de Santa Helena. Campo (Dez/2010).**



**Figura 58 – Bar e restaurante Ancoradouro. Campo (Set/2010).**



Débora Porciuncula.

A relação desigual, no caso de Dias d'Ávila, é expressa em forma de tensões no uso da água na relação entre o rural e o urbano e, desse, com a natureza. Um exemplo marcante dessa relação tensionada com a metrópole evidencia-se quando constatamos que Dias d'Ávila não faz parte, como consumidor de recurso hídrico, do sistema integrado de abastecimento de água de Salvador e municípios da RMS.

Assim, Dias d'Ávila fica excluída desse sistema, por “possuir sistema próprio, com base em poços que captam água do manancial subterrâneo” (EMBASA, 2011, p. 10); entretanto, participa na condição de “fornecedor”, ininterrupto, de água superficial para a metrópole e para a indústria.

O sistema próprio ao qual a Embasa se refere está atrelado à própria condição natural favorável do município com relação à oferta abundante de água. Porém, por razões que desconhecemos, o uso da água superficial é exclusiva para o abastecimento apenas da metrópole, enquanto a subterrânea não consegue responder pelo abastecimento da população de Dias d'Ávila, com mais de 60 mil habitantes.

Essa questão se torna ainda mais grave, quando verificamos que a população de Dias d'Ávila sofre, constantemente, com a falta de água e com o risco de poder estar com a água subterrânea, utilizada no abastecimento humano, contaminada, situação posta em evidência nas reiteradas matérias do jornal local sobre essa problemática:

Com uma estrutura de distribuição de água arcaica, idealizada para uma população de 15 mil habitantes, Dias d'Ávila hoje padece com a mesma rede estando com mais de 50 mil habitantes. E diante deste fato, muitas casas hoje não contam com a água diariamente em sua torneira – sendo que em alguns



locais a água não chega durante o dia, e às vezes nem em parte da noite. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 1)

[...] a Deputada Estadual Fátima Nunes enviou um ofício a Eduardo Araujo, Diretor da EMBASA, e obteve como resposta que realmente ele sabe ser insuficiente o sistema de abastecimento de Dias d'Ávila e que para minorar as dificuldades, passou a adotar o sistema de revezamento de atendimento aos bairros. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 1, grifo nosso).

O diretor (da EMBASA) ainda alega em seu Ofício que está disponibilizando **três carros pipas para atender a população**. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 1, grifo nosso)

Segundo o professor Olivar, o aquífero tem água doce até a profundidade de 1.500 metros e estoca seis bilhões de metros cúbicos, com disponibilidade de 500 milhões de metros cúbicos por ano, que poderia abastecer às vilas e cidades do Recôncavo baiano, além de complexos industriais instalados na área e ainda a população de Salvador. **“O governo do Estado da Bahia deu prioridade ao abastecimento das indústrias**, e por isto arca com os custos de trazer água para abastecer Salvador da Barragem de Pedra do Cavalo, em Feira de Santana, a 100 km de distância. **Sabe-se da contaminação da parte superficial e teme-se que tenha atingido a parte profunda, de onde a Embasa extrai água para abastecer as populações de Dias d'Ávila, Camaçari e localidades vizinhas”**. (A TARDE, 2005, p. 7)

O problema da falta de água na “Cidade das Águas” é tão grave que escolas e postos de saúde ficam com os serviços comprometidos, ao extremo de algumas escolas reduzirem a carga horária devido à falta de água:

[...] várias escolas de Dias d'Ávila estão terminando suas aulas mais cedo devido à falta de água. É o que acontece com as escolas do Entroncamento. Pela manhã, as aulas terminam antes das dez e pela tarde antes das três. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 2)

A Embasa faz de tudo ou de quase tudo para suprir a falta de água na cidade. São colocados diariamente quatro caminhões pipas para “carrear” água para escolas, postos de saúde, estabelecimentos comerciais e até residências [...]. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2010, p. 3)

Por que falta água na “Cidade das Águas”? Por que falta água no município que abriga em seu território duas barragens, e uma delas com 95% da vazão regularizada de suas águas destinadas ao abastecimento humano? Por que Dias d'Ávila ainda não foi inserida no sistema integrado de abastecimento de água de Salvador e RMS, já que a própria Embasa, administradora desse sistema, está ciente da insuficiência do abastecimento local? Essas são questões aparentemente simples de serem resolvidas, mas que esbarram na correlação desigual de forças e interesses entre o município e sua metrópole, interesses que produzem disputas pela água, como veremos a seguir.

## 5.2 TENSÕES NO USO DA ÁGUA EM DIAS D'ÁVILA: APLICAÇÃO DO IQRM

Identificamos, em periódicos de veiculação local e documentos do INGÁ, um total de 237 eventos relacionados à disputa pela água entre o rural e urbano. É perceptível a influência regional na produção de fenômenos que se manifestam na escala do município. (Quadro 1: Tensões e Determinações diretamente relacionadas com a água no município de Dias d'Ávila/BA, no Anexo 1).

Todos os eventos identificados estão, dessa forma, relacionados direta ou indiretamente com a água no município de Dias d'Ávila e, categorizados, de acordo com a metodologia do IQRM, como tensões rural-urbanas, a partir da relação estabelecida com a natureza, onde a água está inserida e é nosso objeto de interesse.

Como procedimento seguinte, os eventos que envolvem a disputa pela água entre o rural e o urbano em Dias d'Ávila foram classificados de acordo com três grupos de tensões e, no intuito de facilitar a espacialização de cada uma delas, foram subdivididas, como demonstrado a seguir:

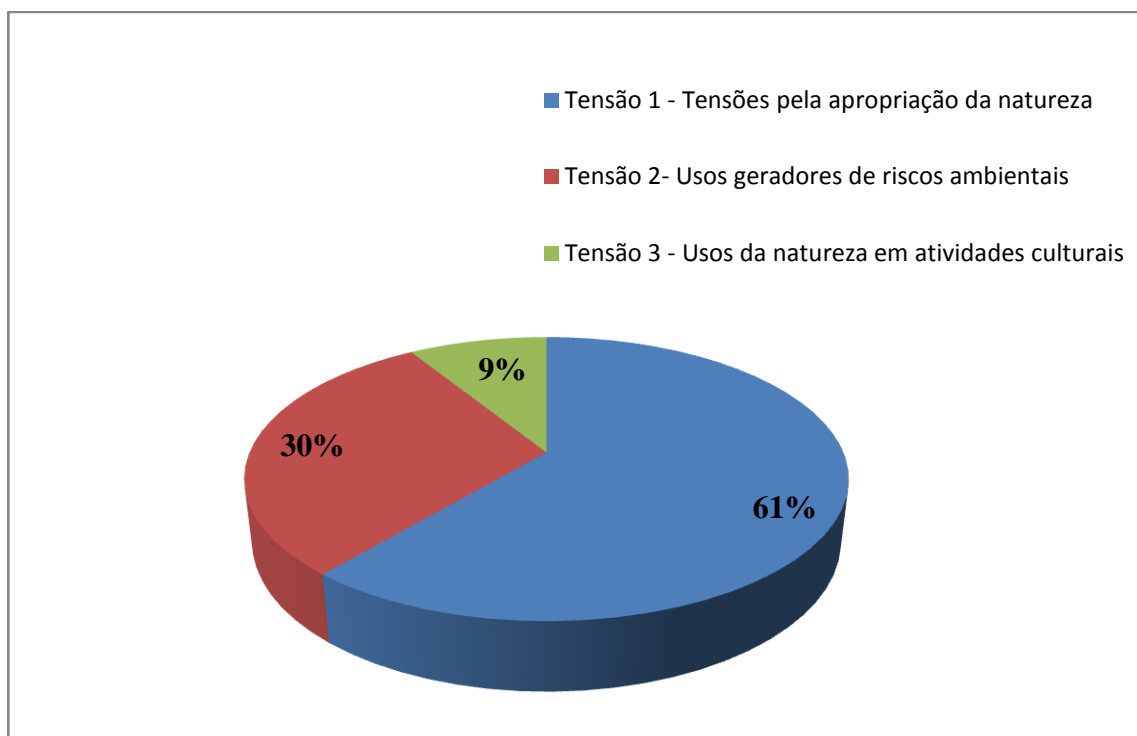
***T-1 - Tensões pela apropriação da natureza:*** **T-1a:** apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico; **T-1b:** disputa entre os diferentes usos econômicos; **T-1c:** disputa entre o rural e o urbano e; **T-1d:** disputa entre o urbano e a natureza;

***T-2 - Usos geradores de riscos ambientais:*** **T-2a:** produção de riscos; e **T-2b:** produção de eventos ambientais;

***T-3 – Usos da natureza em atividades culturais:*** **T-3a:** uso cultural como recursos naturais; e **T-3b:** uso cultural como natureza.

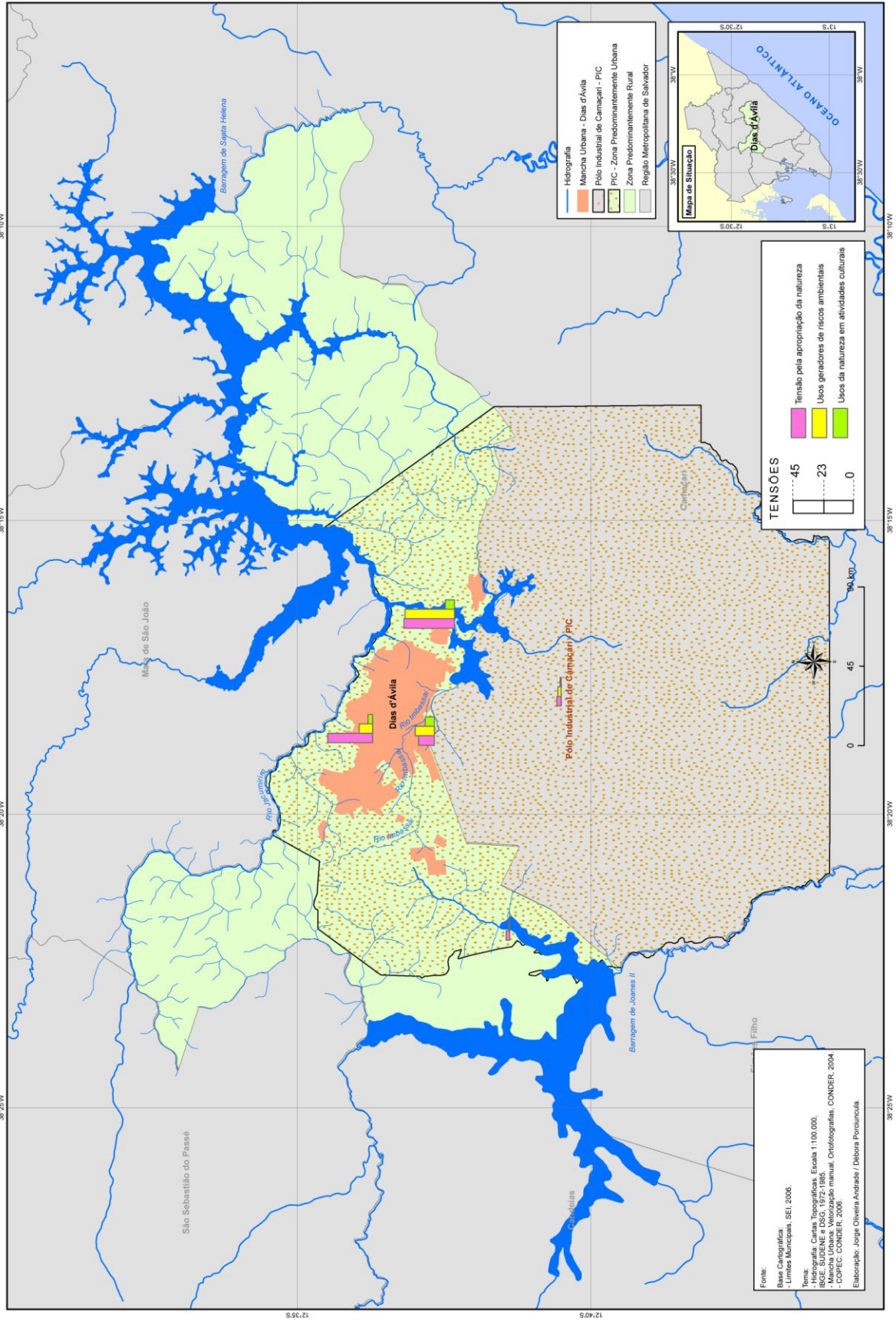
Do total de tensões identificadas, 145 são pela apropriação da natureza (T-1); 71 por usos geradores de riscos ambientais (T-2) e 20 por usos da natureza em atividades culturais (T-3).

**Figura 59 – Tensões Gerais – Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM).**



Essas tensões foram espacializadas, gerando como produto o mapa geral das tensões pelo uso da água no município de Dias d'Ávila/BA (figura 60).

Figura 60 – Mapa geral das tensões pelo uso da água no município de Dias d'Ávila/BA.



A aplicação da metodologia revelou a preponderância de tensões pela apropriação da natureza (T-1), no nosso caso, pela apropriação da água. Essa tensão, de acordo com a figura 60, incide majoritariamente no perímetro urbano, onde a exploração de água para usos urbano e industrial é expressiva.

Essa mesma dinâmica acontece na área da Barragem de Santa Helena, confirmando a pressão que esta sofre, na atualidade, para o abastecimento, mas também revelando a expansão do urbano, através de ocupações regulares e irregulares em áreas de proteção permanente do lago dessa barragem.

A figura 61, a seguir, nos revela expressa numa placa – no chão, na margem do lago da barragem – a tentativa inócua, da Embasa e do Governo do Estado, de alertar sobre a importância de proteger o lago da Barragem de Santa Helena.

Uma ação desconectada de qualquer outra, mais incisiva, como planos e programas de educação ambiental específicos – enquanto eles próprios (governos) estão alheios aos processos que geram a degradação da água dessa barragem: exploração excessiva pela Embasa para suprir a Barragem de Joanes II, captação ilegal das suas águas para abastecimento industrial, ocupação irregular da APP, lançamento de efluentes, dentre outros.

**Figura 61 – Placa localizada em frente à subestação da EMBASA na Barragem de Santa Helena. Campo (Set/2010).**

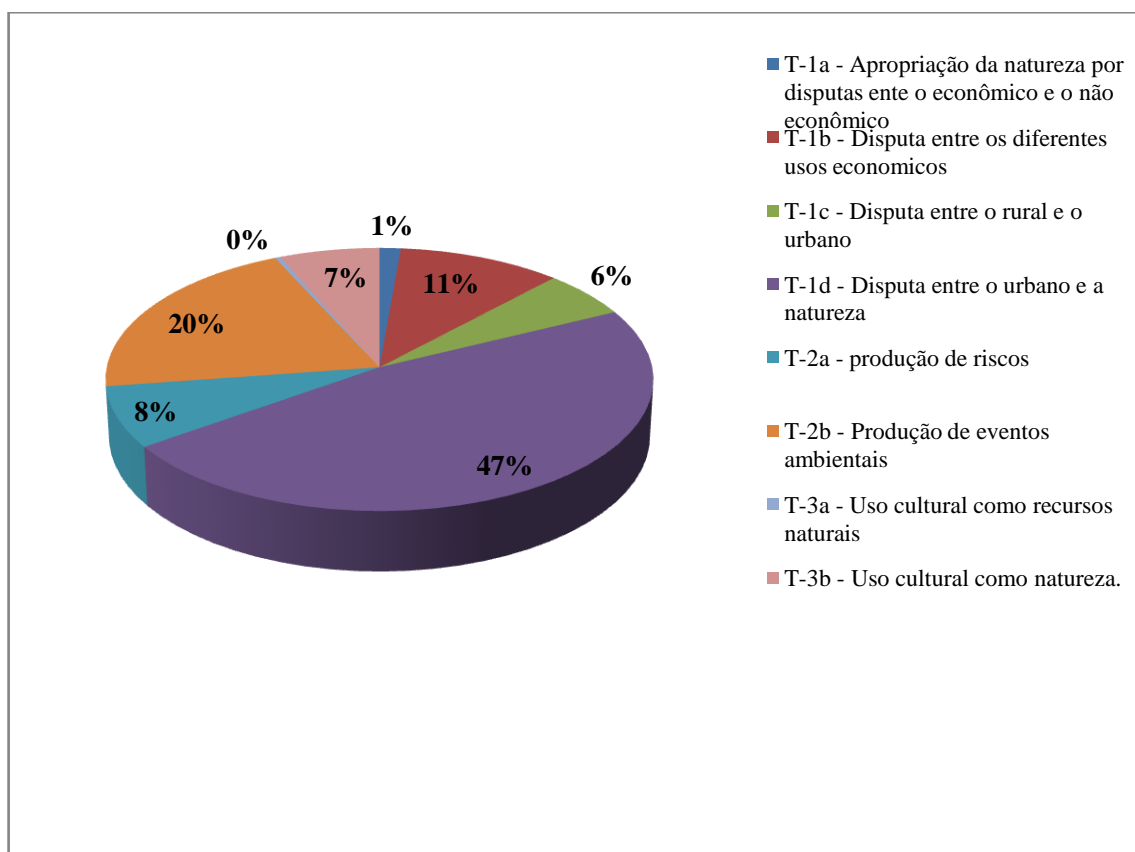


Débora Porciuncula.

A análise de cada tensão, considerando o caráter distintivo das suas subdivisões, nos deu uma ideia mais precisa de qual delas teve uma maior incidência e se mostrou determinante de cada tensão.

Assim, com relação às tensões pela apropriação da natureza (T-1), quatro são tensões T-1a, que revelam a disputa pela água entre usos econômicos e não econômicos; 31 são tensões T-1b, que revelam os diferentes usos econômicos a que a água é destinada; 17 são tensões T-1c, que revelam as disputas pela apropriação da natureza (água) entre o rural e o urbano e, 139 são tensões T-1d, que revelam a disputa entre o urbano e a natureza.

**Figura 62 – Gráfico das tensões T-1, T-2 e T-3 com subdivisões.**



É possível perceber a grande incidência da tensão T-1d, que trata da disputa entre o urbano e a natureza. Essa disputa é evidenciada, quando reconhecemos a natureza, a água, sendo apropriada pelo urbano-industrial para o processo produtivo, como demonstrado no evento abaixo:

Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento SA - EMBASA; 12°34'21,7"; 38°10'41,8"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação subterrânea. (INGÁ, 2009 Anexo 2) **T-1d**

Outorga para Mineração Canaã Ltda; 12°34'48,8"; 38°20'43,4"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento industrial; captação subterrânea. (INGÁ, 2009, Anexo 2) **T-1d**

A grande incidência da tensão T-1d motivou a confecção do mapa de tensões pela apropriação da água no município de Dias d'Ávila/BA (figura 63), específico dessa tensão. Esse mapa nos auxiliou a reconhecer a localização espacial onde a tensão se manifesta. Essa possibilidade de espacialização das tensões valida e reforça a possibilidade do uso dessa metodologia como instrumento de planejamento territorial, como já demonstrado em outros casos (ALENCAR, 2009).

A partir da análise da figura 63, podemos perceber que as tensões pela apropriação entre o urbano e a natureza (T-1d) está distribuída por toda a área passível de expansão do PIC, inserida nos limites territoriais de Dias d'Ávila, com maior incidência na área urbana e periurbana, onde se encontra o lago da Barragem de Santa Helena; e com menor incidência na área da Barragem de Joanes II.

É interessante perceber, através da análise de T-1 (Tensões pela apropriação da natureza) e T-2 (Usos geradores de riscos ambientais), que o conteúdo das tensões T-1, notadamente T-1d, condicionam a formação do conteúdo de T-2, de forma que essa tensão incidirá nas mesmas áreas nas quais T-1 incide, quase com a mesma intensidade, demonstrando o quão imbricadas estão. Essa relação entre tensões explicita uma relação entre causa (T-1) e efeito (T-2), que se expressa como questão socioambiental. Abaixo, demonstramos essa inter-relação através dos exemplos retirados do Quadro 1, no Anexo 1:

Rio Imbassáí vira esgoto a céu aberto em Dias d'Ávila: O Rio Imbassáí que corta a praça que leva o seu nome, na cidade de Dias d'Ávila, o que foi um local de lazer para os moradores do local no passado, virou um verdadeiro esgoto a céu aberto. Uma parte do seu leito está seco e com muito lixo, bancos de areia, lama e coliformes fecais. [...] O mais grave de tudo é o esgoto, lançado no leito sem nenhum controle sanitário. A fedentina já começa a exalar ao lado de uma das pontes. “Quando cheguei aqui esse rio era rio, antes tinha uma lama medicinal e um ex-prefeito cobriu todo o leito com cimento, e o rio foi aterrado e espremido”, disse uma voluntária que caminhava na praça [...]. (PRIMEIRA PÁGINA, 2010)<sup>26</sup> **T-1 e T-2**

Abastecimento corre risco: A preocupação dos estudiosos é com a real dimensão do que foi contaminado ao longo dos anos, em níveis vertical e horizontais, pois as águas subterrâneas fluem para a bacia do Rio Imbassáí, em Dias d'Ávila, onde estão as engarrafadoras de água mineral e as cervejarias, que extraem a água do aquíífero profundo, e para o mar. (A TARDE, 2005, p. 7) **T-1 e T-2**

Fazendo divisa com os bairros Concórdia e o Entroncamento, o Lama Preta não possui rede de esgoto. Em todas as ruas, o esgoto corre a céu aberto ou as casas possuem fossas. O esgoto na rua favorece o mau cheiro e a

<sup>26</sup> Disponível em: <[www.jornalprimeirapagina.com.br/.../imbaca5.gif](http://www.jornalprimeirapagina.com.br/.../imbaca5.gif)>. Acesso em: 8 out. 2010.

procriação de muriçocas e as fossas não é uma boa para uma cidade conhecida como “Cidade das águas”, pois as fossas podem atingir lençóis freáticos submersos. (DIAS D’ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 3). **T-1 e T-2**

A Lagoa de Dias d’Ávila está sendo povoada devagarzinho, aos poucos parece que desaparece. Em breve teremos um bairro que deverá se chamar de Bairro da Lagoa (acredito eu), tendo como referência a suja e poluída lagoa. A Secretária Municipal do Meio Ambiente nem existe – eu acho. Antes o local era vasto e de vegetação descuidada, agora com casas aleatórias e sem infraestrutura para tal vão aparecendo – invadidas ou não. A fiscalização da cidade, do IBAMA e de qualquer outro órgão que deveria zelar para isso acontecesse, não existe. Tal fato já aconteceu na cidade às margens do que já foi um dia o Rio Imbassaí. E as descargas e os esgotos dessas casas deságuam no rio. E as coisas vão se repetir nas lagoas com as construções sem fiscalização e sem infraestrutura para tal. (DIAS D’ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 2) **T-1 e T-**

Assim, a tensão T-2 se revela como questão socioambiental, na qual 60 eventos se referem à produção de eventos ambientais (T-2b) e outros 22 eventos a usos geradores de riscos (T-2a).

Curiosamente, na figura 63, reconhecemos que o local onde a T-2 se mostrou quase paritária à T-1, situa-se na Barragem de Santa Helena, reforçando, mais uma vez, as evidências trazidas neste estudo, que acusam a degradação das águas dessa barragem, principalmente pela vazão de esgotos vinda do único bairro de Nova Dias d’Ávila, um bairro planejado pela indústria.

Com relação à incidência de T-1 (Tensões pela apropriação da natureza) e T-2 (Usos geradores de riscos ambientais) e aos histogramas presentes na figura 64 e no gráfico (figura 62) a elas referente, poder-se-ia gerar uma falsa impressão de que T-3 (Usos da natureza em atividades culturais) não seria representativa, enquanto evidência empírica a ser analisada, até mesmo por se tratar de uma tensão, cujo uso cultural da natureza não é gerador de impactos socioambientais expressivos, como verificado em T-2.

A incidência de 7% da tensão T-3b (Usos da natureza em atividades culturais) assume um valor singular para nós que, durante a pesquisa, tivemos dificuldades em perceber os sujeitos do lugar, as pessoas. Essas se tornaram dados estatísticos, desde antes da década 1970, quando curiosamente eram reconhecidos apenas turistas e veranistas nas referências feitas sobre Dias d’Ávila.

A ausência do sujeito que territorializou Dias d’Ávila e permaneceu nesse território, consolidando o que metodologicamente reconhecemos como tensão rural-urbana, nos incomodou desde o início deste estudo. Porém, a expressão da tensão T-3b nos proporcionou o reconhecimento desses sujeitos como seres que se relacionam com a água, sem mediação técnica e sem interesses econômicos.



A evidência dessa tensão e sua reduzida expressividade (T-3a, 0% e T-3b, 7%) comparada com as demais tensões, demonstram o êxito do projeto urbano-industrial que, desde o início de sua concepção e posterior consecução, ignorou a vida e as relações primárias com a natureza, típicas do modo de vida rural.

Assim, essa tensão que trata dos usos da natureza em atividades culturais nos revela que esse tipo de uso está seriamente comprometido em Dias d'Ávila, podendo deixar de existir dada a pressão que vem sofrendo pelo urbano-industrial no seu processo de apropriação privada dessa água. Além disso, essa tensão é representativa da permanência da ruralidade, que se expressa através da pluriatividade e do lazer (ALENCAR, 2008). Apesar de toda a degradação na qual estão imersas as águas em Dias d'Ávila, esses sujeitos insistem em permanecer se apropriando delas para uso cultural, como natureza, mesmo que expostos a uma série de riscos, como ilustrado no exemplo abaixo:

Pescadores e **pessoas desavisadas** continuam se banhando e pescando naquelas águas alheia a sujeira que a sua beleza esconde. Não bastasse a situação do Rio Imbassaí como exemplo – um rio que fez com a cidade fosse conhecida por todo Brasil, agora estamos poluindo as águas que fazem o nome da água mineral de Dias d'Ávila. Até quando isso vai continuar? (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2010, p. 1) **T-3d**

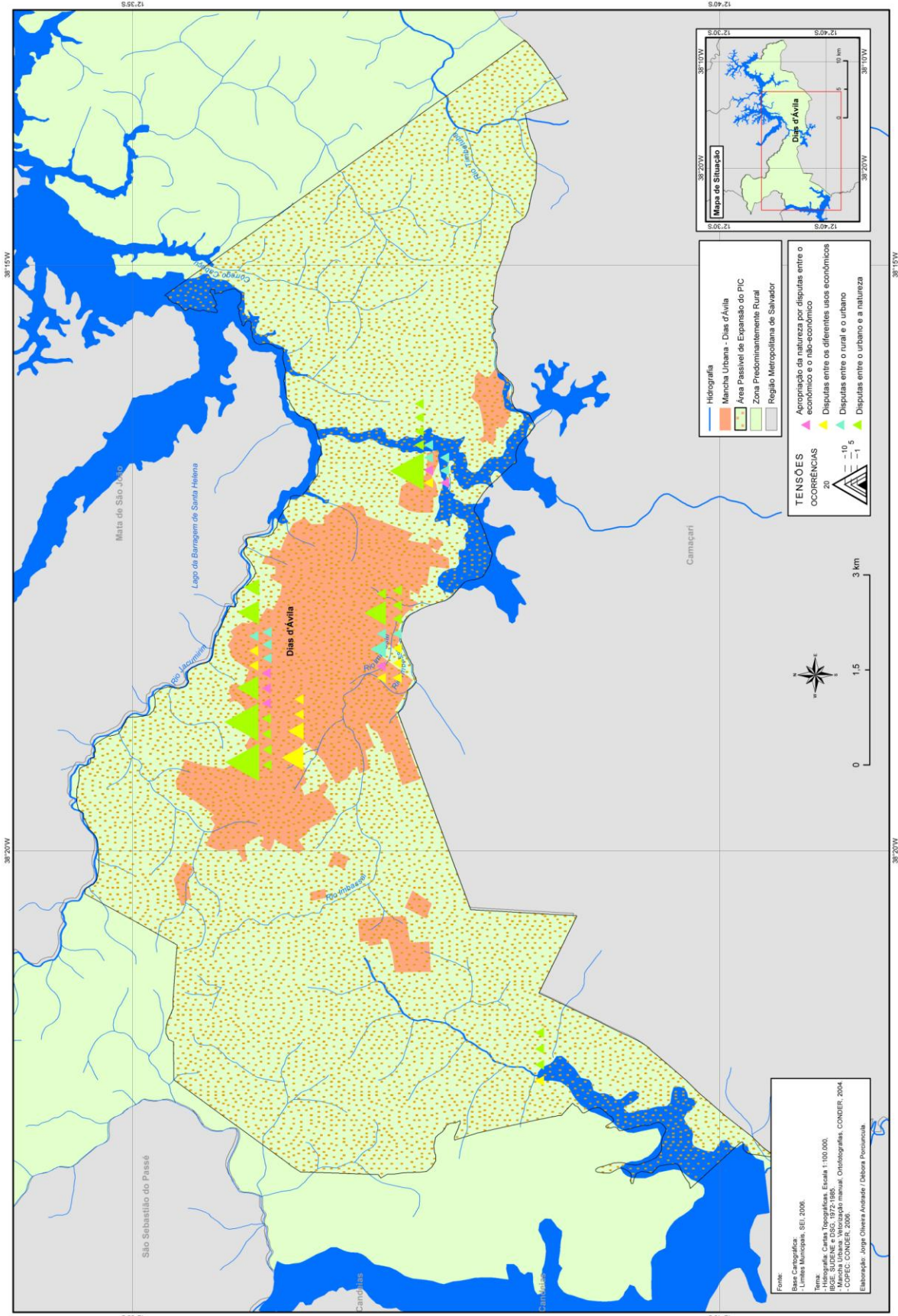
Esgoto escorre para a lagoa: Se você tem costume de nadar nas águas da lagoa que cercam o bairro de novas Dias d'Ávila, você sabia que pode estar nadando em águas contaminadas? A equipe do Jornal Dias d'Ávila compareceu a quatro locais onde escorria todo esgoto que vinha do bairro Nova Dias d'Ávila e que é despejado na lagoa, local em que tantos turistas e moradores se banham em dias de calor – sejam eles crianças, mulheres e homens. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 1, grifo nosso) T-3d

Dentre os eventos analisados, identificamos apenas uma única tensão por uso da natureza como recurso natural (T-3a), essa, sim, considerada irrelevante frente aos eventos que nos revelaram os usos da natureza em atividades culturais.

Turismo em Dias d'Ávila recebe 1.170,00 reais: [...] Ainda não sabemos em que modalidade do turismo o dinheiro será empenhado, o fato é que, conforme o site, o dinheiro já se encontra nos cofres do município. Estamos torcendo para que o projeto que será desenvolvido possa trazer a cidade de Dias d'Ávila de volta ao circuito do turismo baiano. Esperamos que seja algo voltado pro Rio Imbassaí ou então as Lagoas da Nova Dias d'Ávila. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 10) **T-3a**

A tensão T-3b incide espacialmente, também, na área urbana do município de Dias d'Ávila, revelando a permanência, na atualidade, de uma ruralidade construída no passado e que ainda resiste ao processo hegemônico de urbanização.

Figura 63– Mapa das tensões pela apropriação urbana da água no município de Dias d’Ávila/BA.



O passo seguinte da metodologia foi a interpretação das tensões, a partir das determinações estruturantes, formuladas por conteúdos constituídos de variáveis independentes e dependentes. As variáveis independentes, como já apresentadas no segundo capítulo, são aquelas cujos elementos serão condicionantes da determinação (ALENCAR, 2008, p. 120). Nesse sentido, podemos exemplificar, como uma variável independente da determinação geoambiental (DG), a aptidão natural de Dias d'Ávila, expressa em seu potencial de água.

A variável dependente será condicionada ou decorrente da variável independente (ALENCAR, 2008, p. 120). Um exemplo de variável dependente é a desestruturação ambiental, relacionada à vazão permanente de esgotos domésticos nos rios e lagoas de Dias d'Ávila.

Na interpretação do exemplo acima ilustrado, encontramos respaldo, na explicação sobre as determinações e suas variáveis, em Alencar (2008), que considera que “as determinações e suas variáveis não têm conteúdo *a priori* e sim como resultado de um processo histórico da realidade social, o que torna muito mais ampla a diversidade de ocorrência das variáveis (ALENCAR, 2008, p. 120).

É válido ressaltar que as variáveis dependentes, tendo sua origem e dinâmica condicionada, podem ser objeto direto de intervenções de planejamento, como nos alerta Alencar (2008), principalmente se se tratarem de variáveis excessivamente danosas, como a do nosso exemplo sobre a poluição das águas.

Ainda de acordo com a metodologia, o conteúdo dessas variáveis será condicionado por dimensões predominantes, que podem ser reconhecidas como econômicas, culturais, políticas, naturais, ambientais, subjetivas e de sociabilidade (Quadros 2 e 3, no Anexo 1).

A forma como a metodologia foi pensada e aplicada na realidade metropolitana, contemplando tensões rural-urbanas nessa escala, nos deixou muito pouco a fazer em termos de propor novas sínteses da expressão das tensões indetificadas nos conteúdos das variáveis. Isto demonstra a validade do IQRM na identificação de eventos reconhecidos na forma de tensões que se manifestam na escala regional, mesmo que guardadas as especificidades da realidade de cada município que a compõe – como é o caso de Dias d'Ávila, onde privilegiamos os eventos relacionados à água – cabendo assim discernimento para retirar alguma variável que não fosse representativa do objeto analisado.

Diante do exposto, geramos os quadros 2 e 3 (Anexo 1) referente às determinações e variáveis independente/dependentes e dimensões predominantes. Dessa análise, resultam nossas próximas considerações.

Cabe ressaltar que as determinações são explicativas da tensão, não possuem conteúdo *a priori* e um único evento pode conter múltiplas determinações, ou apenas uma. Logo, as determinações resultam de um exercício de interpretação das evidências reveladoras de tensões.

O exemplo a seguir é um fragmento retirado do Quadro 1 (geral) de tensões (Anexo 1), que poderá nos auxiliar a compreender melhor como as determinações são identificadas.

As pessoas que moram às margens da lagoa não reclamam só do esgoto, como também da falta de atenção quanto a proliferação de muriçocas. A falta de um reflorestamento e de uma atenção maior à água da cidade também deixa as pessoas alarmadas. O fato é que, mesmo com a denúncia do Jornal DDA, o esgoto continua desaguando na lagoa e pessoas inocentes podem amanhã vir a ter problemas com saúde. Muitos temem que o destino da lagoa possa ser o mesmo do Rio Imbassáí. (DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2009, p. 2) **T-1; T-2; DG/DR/DU/DMO/DCC**

Nessa evidência, reconhecemos a presença de duas tensões: a primeira é a T-1, que se refere às tensões pela apropriação da natureza. Podemos reconhecer, na leitura desse fragmento, a presença da disputa entre o urbano e a natureza (T-1d), além da produção de riscos (T-2a) e de eventos ambientais (T-2b).

Nessa disputa, o urbano é revelado através do problema do lançamento do esgoto na lagoa, inserida no limites periurbanos e na referência à “água da cidade” e ao rio Imbassáí, que, no trecho que corta a cidade, está totalmente degradado. O “destino” da lagoa ser igual ao do rio revela a existência de evento ambiental. A produção de risco é reconhecida quando da possibilidade real de se contraírem doenças de veiculação hídrica por aqueles que usam a água da lagoa.

A partir da interpretação do fragmento acima, reconhecemos nesse evento as cinco determinações formuladas metodologicamente para explicar os conteúdos dessas tensões: DG; DR; DU; DMO e DCC:

- A Determinação Geoambiental (DG) é reconhecida quando identificamos a denúncia de risco (problema de saúde), eventos ambientais (degradação da lagoa) e de infração à legislação ambiental que regula a ocupação nas margens de corpos hídricos.

- A Determinação Rural (DR), reconhecida pelos usos mais diretos da natureza, reconhecida no fragmento através das pessoas que usam a água da lagoa, e, como verificado *in loco*, esses usos são culturais e sociais.
- A Determinação Urbana (DU), quando usos de forma mais mediada por processos tornam a natureza menos evidente, nesse caso a presença de desmatamento e contaminação da lagoa por esgotos.
- A Determinação do Modo de Ocupação (DMO), que denota o ritmo e o modo de apropriação da natureza condicionados pela hegemonia da acumulação capitalista; quando reconhecemos que os problemas de poluição por esgotos, desmatamento e ocupação irregular das margens da lagoa são resultados da forma como vem acontecendo a urbanização induzida pela indústria em Dias d'Ávila.
- Determinação do Conhecimento Científico (DCC), nesse caso expressando o uso da natureza, da água, justificado pela autoridades (governo/indústria).

Ao examinarmos as determinações no conteúdo de cada tensão, identificamos que, nas tensões T-1 (Tensões pela apropriação da natureza), predominou a Determinação Urbana – DU (123), aquela referente aos usos mediados por processos ou instrumentos tecnológicos que tornam menos evidente a existência da natureza, ou da água.

O predomínio dessa determinação é indicativo da pressão que o urbano-industrial exerce sobre as águas em Dias d'Ávila. A próxima determinação predominante é a Determinação Geoambiental – DG (119), que podemos relacionar com a DU, por se tratar de uma determinação que observa oposição a leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos no uso da água, provocados em sua totalidade por dinâmicas contidas na DU.

Em seguida, aparecem as determinações do modo de ocupação – DMO (62). É ilustrativo desse tipo de determinação o processo de ocupação urbana vivenciado em Dias d'Ávila, desde a década de 1970.

Em seguida, aparece a Determinação Rural – DR (33), que se refere a eventos onde são identificados usos mais diretos da natureza, quer produto, social, cultural ou simbólico. Com menor incidência com relação à DU, a presença dessa determinação é um indicativo da permanência do rural, em Dias d'Ávila, como modo de vida, mesmo que permaneça sob tensão.

Por se tratar de eventos que indicam ritmo e modo de apropriação da natureza, condicionados pela hegemonia da acumulação capitalista, é possível reconhecer a DMO no conteúdo das tensões T-1, através das evidências de ocupação de áreas de proteção

permanente por moradias, bares, restaurantes, empresas engarrafadoras de água, polo de serviços, além da própria urbanização característica do “padrão civilizatório” metropolitano, que, dentre outras coisas, criou um bairro satélite sem infraestrutura de saneamento.

Ainda relacionada à T-1, reconhecemos a incidência da Determinação do Conhecimento Científico – DCC (70), condicionando e direcionando o processo de apropriação da água, a partir do conhecimento científico, com todas as tecnologias de captação e distribuição de água.

Essa determinação, dada a sutileza com que se manifesta, torna-se perceptível quando compreendemos que o conhecimento e a ciência também cumprem seu papel nas esferas do político e do econômico, ao serem apropriados por essas esferas para atender a seus interesses particulares.

Associadas à T-2 (Usos geradores de riscos ambientais), predominam as DG (65), seguida da DU (60), como era esperado, uma vez que as tensões T-2 se referem aos riscos e eventos ambientais. Em quase todas as T-2, as DG tratam de denúncias, alertas direcionados às pessoas sobre os riscos, e de eventos ambientais relacionados à poluição das águas em Dias d’Ávila, e seus desdobramentos na vida das pessoas e do próprio ecossistema.

Em seguida, aparece a DCC (32). Depois, a DR (27), que, inserida em T-2, explicita mais categoricamente a disputa pelo uso da água, por aqueles que se relacionam mais diretamente com ela, mesmo que expostos aos riscos e aos eventos ambientais já consolidados. Em seguida, aparece a DMO (26), que nos indica que a existência dos riscos e eventos ambientais está condicionada pelos ritmo e modo de apropriação da natureza, induzidos pela indústria e pelo modelo urbano que se consolidou em Dias d’Ávila.

Em T-3 (usos da natureza em atividades culturais), há predominância das DR (19), por se referirem aos usos mais diretos da natureza, quer produtivos, sociais, simbólicos ou culturais. Neste estudo, os usos cultural e social tornaram-se mais evidentes, mesmo que imersos numa dinâmica metropolitana, que os tensiona, como explicitado através da correlação estabelecida entre T-1 e T-2.

Em seguida, aparecem as DG (16); é interessante notar que as denúncias contidas nessa determinação reconhecem a alienação das pessoas que ignoram ou se recusam a crer na degradação das águas para, agindo assim, permanecerem realizando suas atividades. Identificamos DMO (4) relacionadas a T-3 e não foram identificadas DCC referentes a essa tensão.

Neste capítulo, tivemos a oportunidade de discorrer sobre processos que culminaram na afirmação da hipótese que lhe deu centralidade. Entretanto, além de confirmar a existência da degradação das águas de Dias d'Ávila – associada à crescente demanda por água da RMS, desacompanhada de políticas voltadas à sua qualidade e à valorização das relações culturais a ela associadas – testamos e validamos a aplicação da metodologia do IQRM, que comprovou a existência de tensões territoriais no uso da água.

Dessa forma, o IQRM se apresenta como um instrumento efetivo de planejamento, diagnóstico e intervenção, direcionado pelas dimensões associadas às variáveis independentes e dependentes. Pois,

as dimensões representam os campos de interesse que necessariamente precisarão ser contemplados na proposição de políticas, programas ou projetos de intervenção [...] com os elementos de tensão identificados e analisados como IQRM é possível nortear decisões de intervenção territoriais, reconhecendo-se que o território é uma construção social sob disputa e cooperação em torno do lugar onde se vive. (ALENCAR, 2008, p. 123)

A análise dessas variáveis pode auxiliar o planejador a identificar quais das dimensões predominantes (econômicas, culturais, políticas, de subjetividade ou sociabilidade, de natureza ou ambiental) são mais problemáticas (ou não) no processo de ordenamento territorial. Os quadros 2 e 3 (Anexo 1) nos indicam a incidência da dimensão que denota uma maior dificuldade de intervenção direta no problema, pois pressupõe uma aparente consolidação e hegemonia da dimensão a ser contratada. Ou ausência da dimensão, indicando a possibilidade de intervenção direta do planejador.

## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Qual o futuro das águas em Dias d'Ávila?

Na última década, acompanhamos importantes mudanças que envolvem a questão da água, mesmo que esta ainda seja amplamente tratada como recurso hídrico, dando ênfase, dessa forma, aos seus aspectos econômicos. Em escala global, durante o 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul na Turquia, em 2009, o acesso à água potável e ao saneamento básico são transformados em direito humano. Em escala nacional, é aprovada a Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela qual é instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

A partir da Lei 9.433/1997, os recursos hídricos, não as águas, ganham um novo *status* que estimula os Estados a criarem também suas próprias políticas voltadas aos recursos hídricos. Assim, é editada, na Bahia, em outubro de 2009, a nova Lei das águas, nº 11.612, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Percebemos, assim, que não faltam aparatos jurídicos para gerenciar as águas e combater causas e efeitos de sua degradação, principalmente em regiões metropolitanas, como é o caso da RMS, onde se insere o município de Dias d'Ávila.

Logo, não podemos deixar de admitir a existência de um esforço na busca pela criação de uma legislação que acolhesse o tema, no esforço de acompanhar as discussões sobre a importância da água, em diferentes escalas, e acolher nas conferências internacionais importantes discussões associadas à água, tentando privilegiar nesses momentos a diversidade de temas a ela relacionados, como cultura, direitos humanos, e outros.

Entretanto, percebemos que muito pouco se avançou no plano prático. O problema com relação à degradação da água em Dias d'Ávila se impõe, como tantos outros problemas que afligem nossa sociedade atual, como algo enigmático, como se não houvessem responsáveis. Na emergência em adotar um único “culpado”, cuja ações levam à degradação e aos impactos socioambientais relacionados à água, os agentes causadores desses problemas têm suas responsabilidades diluídas no espectro das “ações antrópicas”. Essas mesmas ações que depositam igualmente em todos nós o ônus da responsabilidade, da inércia de nossas ações e omissões, mas não repartem igualmente os ganhos financeiros.



Estamos frente a um reducionismo que, durante a pesquisa, identificamos não mais satisfazer àqueles que construíram a “Cidade das Águas”. Um reducionismo que durante esta pesquisa buscamos refutar, desde o início, pois assumimos a existência de duas lógicas de apropriação socioespacial, uma rural – social e historicamente construída e socialmente dada – e outra urbano-industrial – imposta pelos desígnios do projeto desenvolvimentista da época – que deram o tom da formação do que hoje é Dias d’Ávila.

Dessa a forma, a responsabilidade das ações são facilmente reconhecíveis no processo de produção do território de Dias d’Ávila. Obviamente, como demonstrado durante este estudo, essa relação foi construída a partir da década de 1970, sob tensão pela apropriação da natureza, pela apropriação da água.

Assim, iniciamos este estudo nos propondo a responder à hipótese básica de que as transformações político-administrativas e econômicas em Dias d’Ávila, vivenciadas ao longo de quatro décadas, provocaram mudanças significativas neste território e são responsáveis pelo surgimento de tensões territoriais no uso da água. Ao longo da pesquisa desenvolvida, que resultou nas discussões realizadas nos capítulos anteriores, buscamos demonstrar como essas transformações, induzidas pelo desenvolvimento urbano-industrial, e sustentadas por um modelo metropolitano onde a urbanização hegemônica se transforma em modelo civilizatório, é responsável pelo quadro de degradação das águas em Dias d’Ávila, além da pressão excessiva sobre o sistema hídrico para, principalmente, atender ao abastecimento industrial.

As tensões resultantes desse quadro ultrapassam os aspectos puramente materiais da questão, por si só já bastante desoladores, para encontrar explicações nas discussões sobre os modos de vida rural e urbano, que refletem a forma como a vida é materializada no espaço, a partir da lógica predominante. Sendo esse espaço geográfico o mesmo, como é o caso da Região Metropolitana de Salvador, esses modos de vida se relacionam de forma tensionada, explicitando as consequências dessa tensão, através das questões socioambientais.

Essas questões, para aqueles que compreendem a natureza como um modo de vida, adquirem uma importância singular. Assim, foram os sujeitos que, numa relação mais direta com a natureza, com a água, territorializaram Dias d’Ávila atribuindo-lhe a designação de “Cidade das Águas”, alcunha que aparentemente supera a dicotomia construída entre rural e urbano.

Compreender como se deu a disputa pela água em Dias d’Ávila e as tensões territoriais resultantes desse processo, trouxeram um novo entendimento sobre o que é natureza. Durante

esta pesquisa, a natureza, a água, foi percebida como um meio de vida, responsável pela apropriação material e imaterial daquele espaço, pela sua formação sócio-histórica, repleta de significados e subjetividade.

A água que cura, que harmoniza, que integra as pessoas, que dá singularidade a um lugar, a água que extrapola sua dimensão natural para transformar o artificial nela própria: daí uma empresa de transporte se chamar “Cidade das Águas”, um bar se chamar “Nascente”, entre outros que atribuem a si mesmos um pouco da natureza do lugar, como em busca de uma integração entre homem e natureza.

Por outro lado, percebemos também a presença de uma natureza coisificada, mercantilizada, produto a ser avidamente consumido, escondido e degradado. Testemunhamos a degradação de todos os corpos hídricos em Dias d’Ávila, cujo principal veículo de poluição é a vazão permanente dos esgotos, a ocupação irregular das APP, o comprometimento das matas ciliares, a exploração excessiva das águas, além de outras. Superar esse quadro crítico, na escala do município e da região metropolitana, é o grande desafio para Dias d’Ávila e para o recente Território de Identidade Metropolitano de Salvador.

A pesquisa ainda nos permitiu confirmar que a dicotomia teórica entre rural/urbano se expressa no desenvolvimento de Dias d’Ávila e nos defrontou com tantas outras novas questões.

Por que a omissão do poder público local frente às várias denúncias e a própria evidência de degradação das águas, explícita na paisagem local, mesmo sendo previsto no Art. 23, da Constituição Federal, a obrigação-dever do município frente a esse quadro? Por que os problemas de degradação das águas na escala do município necessariamente não são objeto de intervenção direta do poder público estadual, como previsto no Art. 3º, III, da Política Estadual de Recursos Hídricos, que prevê “assegurar medidas de prevenção e defesa contra danos ambientais e eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrente do uso dos recursos naturais”?

A bacia hidrográfica foi considerada a escala ideal para o gerenciamento dos recursos hídricos e a intervenção, no que tange à resolução de problemas associados à qualidade e à quantidade. Assim, estando as causas da degradação devidamente identificadas, na escala da cidade, como é o caso de Dias d’Ávila, em suas áreas urbanas e periurbanas, principalmente, deixam de ser objeto do interesse daqueles que assumiram a bacia hidrográfica como única

unidade de planejamento, e assim correndo o risco de tratar o problema em escalas mais difíceis de intervenção rápida e direta.

Qual a incidência de doenças de veiculação hídrica já registradas pelo serviço de saúde local? Qual o nível atual da qualidade da água da Barragem de Santa Helena, na área inserida no perímetro considerado periurbano? Até quando irá faltar água na “Cidade das Águas”? Até quando a Embasa irá pensar que a água subterrânea – na forma como vem sendo explorada na atualidade para o abastecimento humano – irá responder pelo abastecimento da população urbana, crescente, somando a isso a existência expressiva de “sumidouros”, como alternativa para o esgotamento, que podem (e devem) ter comprometido os lençóis de água subterrânea?

Quais as perspectivas do planejamento proposto, com a adoção do Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS), no que tange à resolução dos problemas de saneamento, e a relação com os municípios “produtores de recursos hídricos”, no que diz respeito à adoção de medidas ambientais de compensação por serviços ambientais? Em síntese, qual o futuro das águas de Dias d’Ávila, diante da aparente inexorabilidade da urbanização?

A partir dessas questões, nos dispusemos a pensar em alternativas que auxiliem o planejamento e o ordenamento territorial, nas escalas local e regional. Assim, pensamos inicialmente que se faz necessária a discussão sobre a gestão das águas (onde se incluem as matérias saneamento, degradação, cultura etc.), na escala da região metropolitana, mesmo que essa discussão, num segundo momento, alcance a escala da bacia hidrográfica.

Assumir a escala da Região Metropolitana de Salvador para tratar dessa questão, não desqualificaria a bacia hidrográfica como unidade ideal de planejamento, pois, agindo dessa forma, estaria apenas ajustando a ação numa escala que já incorpora a região, no que é chamado de sistema de abastecimento integrado de água de Salvador e municípios adjacentes, coincidentemente todos inseridos na RMS.

Os problemas são nítidos na escala do município de Dias d’Ávila, que, identificado como “produtor” e/ou “fornecedor” de água, precisa se fazer presente e reclamar a cooperação efetiva do Estado para a reversão do quadro de degradação das águas e das tensões presentes.

Obviamente, tão necessária quanto essa cooperação, será promover uma revisão de tudo o que foi planejado e apresentado pelo antigo COPEC e atual PIC, no que tange ao meio ambiente e às águas de Dias d’Ávila. É preciso ser discutida, entre o município, a sociedade civil organizada, o ministério público, universidades, grupos de pesquisa, Estado e o Polo

Industrial de Camaçari, a criação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Nesse documento, dever-se-ia cobrar:

(i) O desenvolvimento de ações para a resolução de impactos ambientais pretéritos, principalmente no que tange àqueles oriundos do bairro satélite, planejado pela indústria;

(ii) Os compromissos assumidos pelo PIC, com relação aos cuidados ambientais preconizados nos planos da década de 1970 e em outros documentos que lhes precederam, a despeito de ter sido reconhecido pela CONDER que esses cuidados não se concretizaram pela indústria.

Os impactos socioambientais, bem como as tensões identificadas com o auxílio da aplicação do IQRM, resultantes da ação da indústria, deveriam ser cobrados na atualidade em forma de pagamentos ou serviços de compensação ambiental. Os serviços poderiam ser resultado da ação conjunta município-Estado-indústria, no sentido de efetivar 100% do saneamento, principalmente do bairro satélite de Nova Dias d'Ávila.

Ao Estado também deveria ser cobrada uma compensação ambiental ao município “fornecedor de água” para a sua região metropolitana. A despeito do que já acontece com as regiões metropolitanas de Nova York e Los Angeles, que drenam recursos para o investimento em ações de preservação naquelas áreas consideradas produtoras de água, no sentido de que atuem exclusivamente para esse propósito, investindo na valorização de atividades turísticas, lazer etc., de baixo impacto ambiental. Agindo dessa forma, concluíram ser menos oneroso investir na preservação/conservação dessas áreas do que no tratamento da água poluída que abastecia a população.

(iii) O desenvolvimento de consórcios de saneamento entre os municípios “fornecedores de água” para a RMS, bem como o mapeamento de todas as barragens inseridas na região metropolitana, com um diagnóstico e prognóstico socioambiental que incluía: informações sobre a situação da qualidade físico-química de suas águas, identificação de tensões através da aplicação do IQRM, identificação de riscos e eventos ambientais, desenvolvimento de estudos sócio-históricos capazes de reconhecer nesses municípios a relação cultural estabelecida entre as comunidades e a água.

Encontrar respostas para todas as questões que resultaram na degradação das águas em Dias d'Ávila não é suficiente apenas para resolver o problema. Antes de tudo, fazem-se necessárias a cobrança de uma conduta ético-política e a articulação entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana, que se distancie da perspectiva tecnocrática, pela qual os danos ambientais causados pela indústria são tratados na atualidade.

Um resgate da postura ético-política e da dignidade das pessoas que insistem em sustentar, através de suas práticas culturais, o título de Cidade das Águas se faz urgente em Dias d'Ávila. Não nos esquecendo, oportunamente, que somos tão afetados quanto essas pessoas, no que tange à degradação das águas, pois essas mesmas águas chegam até nós, em nossas casas, através de um tratamento que em muito deve àquele aplicado pelos países desenvolvidos em suas águas; quando não a compramos engarrafadas, acreditando no fato de que serem minerais as eximisse da possibilidade de comprometimento de sua qualidade.

Por fim, essas questões atualizam a problemática da organização dos espaços rurais em Dias d'Ávila, reabrindo questões como: o que marca a sociabilidade dos moradores de Dias d'Ávila em seus diferentes espaços? Que usos culturais, simbólicos econômicos e sociais são feitos da natureza em geral, e particularmente da água, por essa população? Que sentidos essa população atribui à natureza em seus elementos hidrominerais?

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Cadastro Nacional de Barragens**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)>. Acesso em: 18 dez. 2010.

ALAMEIA, Ana Lúcia Botelho, SARAIVA, Túlio Rodrigues. **A barragem de Santa Helena**. Artigo. Instituto Verdecicla. Disponível em: <<http://institutoverdecicla.blogspot.com>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

ALENCAR, Cristina. Maria Macedo de. Potencial interpretativo e instrumental da noção de ruralidade metropolitana. In: BÓRGUEZ, Luciano Concheiro. (Org.). **Nueva ruralidad enfoques y propuestas para América Latina**. México: CEDRSSA de la Cámara de Diputados XII Legislatura, 2006, v. 1, p. 151-174. ISBN 970-9764-08x.

\_\_\_\_\_. **Quando a identidade territorial é o espaço da política econômica**. In: PEDRÃO, Fernando; SEPÚLVEDA, Osmar. (Orgs.). **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: Conselho Regional de Economia – CORECON, 2005. p. 79-95. (v. II)

\_\_\_\_\_. **Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório**. 2003a. 300f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003a.

\_\_\_\_\_. O rural e o urbano na RMS inspirando alteridade científica. In: PEDRÃO, Fernando; SEPÚLVEDA, Osmar. (Orgs.). **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: Conselho Regional de Economia – CORECON, 2005. p. 267-296. (v. II)

\_\_\_\_\_. Ruralidade Metropolitana. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 211, p. 79-92, 2004.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. **Veritati**, Salvador, v. 3, p. 9-42, 2003b.

\_\_\_\_\_. O rural na metrópole: relações com a natureza na ruralidade metropolitana. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de.; SCHWEITZER, Peter José. (Orgs.). **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 91-105.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica socioambiental no entorno das barragens situadas em municípios da Região Metropolitana de Salvador**. SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (SEMA). Contrato 007/2009, out. 2009.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de.; MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos, uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano. In: MOREIRA, Roberto José. (Org.). **Identidades sociais**. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 295-316.

ANDREU, Vicente. **Água limpa é condição para bem-estar nas cidades**. ANA, 2010. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

ANDRADE, Maria da Conceição Borges. **O uso do território no contexto da reestruturação produtiva: O caso do Pólo Industrial de Camaçari. Área 5.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Camaçari. **Anais eletrônicos...** Camaçari: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info/>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado da Bahia. **5º Sessão Ordinária**, Fala da Deputada Maria Luiza Laudano, 2008. p. 22-24.

A TARDE, Confirmada queda populacional em 147 municípios baianos. *Jornal A Tarde*, Caderno Região Metropolitana. Salvador, 30 nov. 2010, p. 4

A TARDE. Subsolo do Polo Contaminado. *Jornal A Tarde*, Caderno Ambiente e Vida, 22 de mar. 2005, p. 7.

A TARDE ONLINE. Barragem de Joanes II está com seu nível de água baixo Caderno Cidades. Disponível em: <[atarde.uol.com.br](http://atarde.uol.com.br)> Acesso em: 23 set. 2010.

A TARDE ONLINE. Para diminuir os riscos de racionamento em Salvador, a Embasa está bombeando água da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, em Dias d'Ávila. Caderno Cidades. Disponível em: <[atarde.uol.com.br](http://atarde.uol.com.br)> Acesso em: 08 abr. 2009.

A VOZ DA CIDADE. Camaçari: 2º quinzena de fevereiro de 2008.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-109.

BARRAGE, DE JOANES II, Rodovia BA 093, km 14, Dias d'Ávila - BA - CEP: 42800-000) Disponível em: <<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/estacoes-de-piscicultura/joanes-ii>>. Acesso em: 23 set. 2010

BARROSO, Luis Roberto. Saneamento básico: competências constitucionais da União, Estados e Municípios. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 11, ago./set./out. 2007. ISSN – 1981-1961. Disponível em: <[www.direitodoestado.com.br/redae.asp](http://www.direitodoestado.com.br/redae.asp)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BARTH, F. T. et al. **Modelos para gerenciamento de recursos hídricos.** São Paulo: Nobel; ABRH, 1987.

BEAUDE, Joseph. Apresentação do livro História da Idéia de Natureza. In: LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza.** Lisboa: Edições 70, 1969. p. 11-21.

BERGER Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BORSOI, Zilda Maria Ferrão; TORRES, Solange Domingo Alencar. A política de recursos hídricos no Brasil. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 1-15 dez. 1987.

Disponível em: <[http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev806.pdf](http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev806.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2010.

BRANDÃO, C. Território e mudanças no padrão de sociabilidade no Brasil. In: ORTEGA, A. C. **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Alínea, 2007. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev806.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev806.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX: uma economia de relações não-capitalistas. **Campo Território**, v. 2, n. 4, p. 62-81, ago. 2007.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. UFRB, v. 1, n. 1, p. 53-56, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/n01/pdf/brandao.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMAÇARI NOTÍCIAS. Moradores da barragem Santa Helena estão ilhados e sem telefone há 8 dias. Disponível em: <<http://camacarinoticias.com.br/leitura.php?id=75677>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 11, p. 53-75, 1998.

\_\_\_\_\_. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico- metodológica. In El mundo rural: transformaciones y perspectivas a la luz de la nueva ruralidad. Bogotá-Colômbia, Pontificia Universidad Javeriana, 2003. CD-Rom.

CARVALHO, Anna Dias da Silva. Feira de Santana e o comércio do gado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v., n. 28, p.16-36, mar. 1958.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.

CARVALHO, Maria Lúcia de Araújo. Mendes de. Os Esforços de Planejamento da Área Soteropolitana e o Espaço do Verde. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves. (Orgs.). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades**. Rio Claro, SP: AGETEO/PPG-UNESP, 2001. p. 223-267.

CARVALHO, Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (Orgs.). **Como anda Salvador**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009.

CASTRO, Henrique Rezende. **A Região Metropolitana na federação brasileira: estudo de caso de Londrina, Paraná**. 2006. 300f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.



CHAGAS, A. A. et al. **Construção de barragens e seus Impactos sócio-ambientais: Uma análise Introdutórias Barragens no Brasil**. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1.; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia. Salvador: EDUFBA, 2007, 1 CD-ROM. ISBN: 978-85-6067-12-3. p. 1-2. .

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (CONDER). **Sistema de Informação Metropolitano - SIM**: variáveis e indicadores de desempenho para a RMS. Salvador: CONDER, 1982. [s.p.].

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (CONDER). **Plano de Diretrizes Urbanas de Dias d'Ávila**. Relatório Preliminar. Salvador, 1991a.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (CONDER). **Plano Diretor de Limpeza Urbana – PDLU, Camaçari e Dias d'Ávila**. Projeto Metropolitano de Relatório Preliminar. Salvador, 1991b.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (CONDER). **Estudo da dimensão sócio-econômica da Região Metropolitana de Salvador**. Projeto “Alternativas político-institucional para a Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 1986.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (CONDER). **Estratégia de desenvolvimento da região metropolitana de Salvador 1985-2000**. Salvador, DIPLAN/CDM, 1985.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA (CONDER). **Estratégia de Desenvolvimento: Dias d'Ávila**, Relatório, p. 36-45, Junho de 1997.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA (CONDER). Perfil do Município de Dias D'Ávila. **Estratégia de Desenvolvimento: Dias d'Ávila**, Relatório, p. 36-45, Junho de 1992.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA (CONDER). **Fotografias aéreas verticais da sede urbana do município de Dias d'Ávila-Ba**. Referentes aos anos de 1976 (escala original 1: 8.000), 1989 (escala original 1: 10.000), 1998 (escala original 1: 40.000) e 2004 (escala original 1: 8.000).

CORNELL, Elias. **A arquitetura da relação cidade-campo**. Brasília, DF: ALVA, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIAS D'ÁVILA ACONTECE. O problema da falta de água para Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 1, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Lagoa Poluída. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 2, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Falta água. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 2, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Calor. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 3, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Problemas no Lama Preta. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 3, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Problema na pele de diasdavienses pode ser da água. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 7, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Lagoa Poluída. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 6, p. 3, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Rio Imbassay. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 6, p. 3, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Saneamento e esgoto. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 11, p. 2, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Águas de Dias d'Ávila – A Cidade das Águas. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 11, p.7, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Águas de Dias d'Ávila – A Cidade das Águas. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 11, p. 7, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Esgoto escorre para a lagoa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 4, p. 1, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Esgoto na lagoa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 4, p. 3, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Para início de conversa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 4, p. 2, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Projeto de reflorestamento. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 3, p. 1, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Nossa pobre Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 8, p. 2, ago. 2009

\_\_\_\_\_. Esgoto na Lagoa de Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 8, p. 3, ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Água para o Boa Vista de Santa Helena. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 8, p. 4, ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Turismo em Dias d'Ávila recebe 1.170,00 reais. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 9, p. 10, set. 2009.

\_\_\_\_\_. Água. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 9, p.3, set. 2009.

\_\_\_\_\_. Bairro da lagoa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p.2, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Começa a faltar águas na Cidade das Águas. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p. 3, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Tentativa de invasão na Nova. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p. 6, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Lagoa da Nova Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 7, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Rio Imbassay. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 7, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Caixa d'água e a água de Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 8, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Promessas. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 5, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Interesses Rurais de Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 5, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Lagoas de Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 6, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Rio Imbassay. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 6, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Praça ACM. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p.6, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Minha Casa, Minha Vida. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p.7, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Falta água na Cidade das Águas. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 7, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Desperdício. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 1, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Caminhões Pipa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 3, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Esgoto para Nova Dias d'Ávila. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 3, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Cidade da Seca. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 7, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. A cidade tem cerca de 85% dela com a falta de água. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 7, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Cidade da Seca. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Cidade da Seca. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Cidade das Águas II. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Desperdício. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Rio Imbassay. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 7, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Audiência pública da Embasa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 1, mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Bairro Imbassay. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 2, mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Fedentina no Centro. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 3, mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Bairro do Bosque. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 6, mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Lagoa Poluída. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 19, p. 3, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Lagoa Poluída. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 20, p. 1, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. O tom da conversa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 20, p. 2, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. O tom da conversa. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 2, set. 2010.

\_\_\_\_\_. Cidade sem esgoto. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 3, set. 2010.

\_\_\_\_\_. Puxão de orelha. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 4, set. 2010.

\_\_\_\_\_. Puxão de orelha. Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 4, set. 2010.

\_\_\_\_\_. A fonte da ACM. *Dias d'Ávila Acontece*, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 4, set. 2010.

\_\_\_\_\_. O rio Imbassay agoniza. *Dias d'Ávila Acontece*, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 11, set. 2010.

\_\_\_\_\_. Vai faltar água. *Dias d'Ávila Acontece*, Dias d'Ávila, ano II, n. 22, p. 3, out. 2010.

\_\_\_\_\_. Lagoa Poluída. *Dias d'Ávila Acontece*, Dias d'Ávila, ano III, n. 22, p. 4, out. 2010.

\_\_\_\_\_. Rio Imbassay. *Dias d'Ávila Acontece*, Dias d'Ávila, ano III, n. 23, p. 7, nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Lagoa sem solução. *Dias d'Ávila Acontece*, Dias d'Ávila, ano III, n. 23, p. 7, nov. 2010.

**EMBASA. Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Salvador e Municípios Adjacentes.** Disponível em: <<http://www.embasa.ba.gov.br/novo/EducacaoAmbiental/MaterialEducativo/pdf/sistDistribuicaoAgua.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2011.

**ENFOQUE, REVISTA ONLINE. Gigogas: o que elas estão indicando?** Disponível em: <<http://www.revistaenfoque.com.br/index.php?edicao=58&materia=428>>. Acesso em: 24 out. 2010.

ESQUERRE, Karla Patricia Santos Oliveira Rodriguez et al. Estudo do potencial hídrico de uma bacia de contenção no Pólo Industrial de Camaçari. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 24., Belo Horizonte, MG, 2007. **Anais...** Belo Horizonte : ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2007. Disponível em: [http://www.teclim.ufba.br/site/material\\_online/publicacoes/pub\\_art42.pdf](http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art42.pdf). Acesso em: 18 de mai. 2010.

FERNANDEZ-CARRERA, José; GARRIDO, Raymundo-José. **Economia dos recursos hídricos.** Salvador: EDUFBA, 2002.

FERREIRA, Jurandy Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FISCHER, André. Tempo e ordenamento do território: algumas reflexões. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia. C. Freitas; SPOSITO, Eliseu. Savério. (Orgs.). **Indústria, ordenamento do território e transportes:** a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 79-95.

FONSECA, Pedro Pereira. **Mapeamento Geológico e Zoneamento Geoambiental da Região do Pólo Industrial de Camaçari, através do uso de Ortofotos Digitais.** 2004. 200f. Monografia (Monografia em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FONSECA, Krukemberghe. Eutrofização. Disponível em:

<<http://www.brasilecola.com/biologia/eutrofizacao.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

FREITAS, Adir José de. Gestão de recursos hídricos. In: SILVA, Demetrius David da.; PRUSKI, Fernando Falco. (Ed.). **Gestão de recursos hídricos: aspectos legais, econômicos e sociais**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2005. p. 1-120.

FREITAS, V. P. (Org.). **Águas: aspectos jurídicos e ambientais**. Curitiba: Juruá, 2000.

GOMES, Necival Santos; SILVA, George Aguiar da; NETO, Astério Ribeiro Pessôa. Estudo de parâmetros químicos nas águas do Rio Imbassai no trecho do município de Dias D'Ávila – BA. **Revista Virtual Candombá**, v. 3, n. 1, p. 1-14, jan./jun. de 2007. ISSN 1809-0362. Disponível em: <<http://revistas.unijorge.edu.br/candomba/2007-v3n1/artigos.htm>>. Acesso em: 18 ago.2010.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, 2003, Brasília, DF. 13-14 de nov. 2003. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Política e Desenvolvimento Regional (OSR), 2005.

HENRIQUE, Wendel. **O direito a natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

INSTITUTO AMBIENTAL VERDECICLA. Por que o lago da Nova seca? Disponível em: <<http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/01/porque-o-lago-da-nova-seca.html>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

INSTITUTO AMBIENTAL VERDECICLA. Trânsito intenso de caçambas carregadas de areia (Nas margens da Lagoa da Barragem de Santa Helena) **Disponível em:** <<http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html>>. Acesso em: 23 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 23 mar. 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pobreza e desigualdades sociais. Cidades. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 23 mar. 2010b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem da população 2002. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem da População 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 6 jul. 2010.

INSTITUTO DAS ÁGUAS E DO CLIMA (INGÁ). Portarias Outorgas. Disponível em: <[www.inga.ba.gov.br](http://www.inga.ba.gov.br)>. Acesso em: 28 set. 2010.

JÚNIOR, Edmundo Inácio; ALVES, Daniel Durante Pereira. **Resenha-Introdução ao pensamento complexo**: Edgar Morin. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. ISBN: 972-8245-82-3.

LEFF, Enfoque. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. revist. São Paulo: Cortez, 2007.

LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70. 1969.

LIMA, Geraldo Marcelo Pereira. **Caracterização Sedimentar e dos Padrões de Circulação e Mistura do Estuário do Rio Jacuípe litoral norte do Estado da Bahia**. 2007. 300f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MELLO, Agenor Bandeira de. **Cartilha Histórica da Bahia**. A República e seus Governadores. 2 ed. Salvador: Editora Central, 1980. p.110-115

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e natureza**: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1999.

MARIO, Padre. **Através do Brasil**: diário de viagem. Rio de Janeiro: Ébano, 1979.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores, X).

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia do século XIX**. Uma Província no Império. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Alvorada: 1992.

MELLO, Agenor. **Cartilha histórica da Bahia**. Rio de Janeiro: Continente, 1986.

MELO, Fábio de. **Quem me roubou de mim?** O sequestro da subjetividade e o desafio de ser pessoa. 96. ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2010.

MILLARCH, Aramis. **O Pescador de Tarrafa**. 1979. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/o-pesador-de-tarrafa>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

MONIZ, Bandeira. **O feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência da Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOREIRA, Raimundo. O processo de metropolização da RMS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, 11., 1981, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto Miguel Calmon – IMIC e Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), 1981. p. 1-26l.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. \_\_\_\_\_ . Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: DA SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luíz F. C. (Orgs.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1998. v. 1, p. 119-134.

\_\_\_\_\_. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretação da renda da natureza na competição intercapitalista. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, CPDA, v. 4, p. 89-112, jul. 1995.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Caminhos históricos da feira de Feira de Santana: Origens e secularidades. **Sitientibus**, Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 10, p. 185-198, jul./dez. 1992.

MORIN, Edgar. **Introduction à la pensée complexe**. Paris: ESF Éditeur, 1990. Departamento de política científica e Tecnológica – UNICAMP/IGe/DPCT. Disponível em: <[http://www.edgarmorin.org.br/textos\\_down.php](http://www.edgarmorin.org.br/textos_down.php)>. Acesso em: 13 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOURA, L. Os estragos de um projeto equivocado: o caso da Ford de Guaíba que desenvolveu Camaçari. Fundação Ulysses Guimarães, 2005. Disponível em: <<http://www.fug-rs.org.br>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Mota; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Riscos e Eventos Ambientais em Questão. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de.; SCHWEIZER, Peter José. (Orgs.). **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 77-90.

OLIVEIRA, Adary. **O Pólo Petroquímico de Camaçari: industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional**. Salvador: P555 Edições, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no início do século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004. p. inicial-final.

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no início do século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004. 372 p.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. de.; MATALLO JUNIOR, Heitor. (Orgs.). **Ciências sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

PEREIRA, Marcos Vinícius, et al. Origem e evolução urbana da cidade de Dias d'Ávila-BA: Condicionantes Fundamentais. Monografia/Artigo, Salvador: UCSAL, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010, p.20.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo, Caboto, Freguezia. 1552-1944**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1946.



PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PNUD). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório de Desenvolvimento Humano** (RDH). New York: PNUD; ONU, 2006.

PORCIUNCULA, Débora.; ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. **Desenvolvimento urbano industrial na ruralidade em Dias d'Ávila – Bahia**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 1.; Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, 10., 2010, Rio de Claro, SP. **Anais...** Rio Claro, SP: Unesp, 2010. ISBN: 978-85-88454-20-005. Disponível em: <<http://www.cboe.tk/>>. Acesso em: 9 dez. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. **II Plano Municipal de Desenvolvimento**. Camaçari, 1979/1983.

RAFESTIN, Cloude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1991.

REIS, Douglas Sathler dos. O Rural e o Urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambú, MG. **Anais...** Caxambú, MG: ABEP. 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_777.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2010.

RIBEIRO, L. C. de. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROLNIK, Raquel.; SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, n. 8, p. 105-117, 2º sem. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles.com.br>>. Acesso em: 8 jan. 2011.

SALLES, Denise. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[deboraclp@yahoo.com.br](mailto:deboraclp@yahoo.com.br)> em 31 jan. 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., 2º reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHIAVETTI, Alexandre.; CAMARGO, Antonio F. M. (Ed.). **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus, BA: Editus, 2002.

SECA REDUZ o nível do reservatório de Pedra do Cavalo. **A Tarde On Line: Cidades**, Salvador, 8 abr. 2009. Disponível em: <[www.atardee.com.br/cidades/noticia.jsf?id=840918](http://www.atardee.com.br/cidades/noticia.jsf?id=840918)>. Acesso em: 8 abr. 2009.

SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA DO ESTADO DA BAHIA (COPEC). Prefeitura de Camaçari: **Plano Piloto de Dias D'Ávila**. Salvador: COPEC, 1975.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; FERREIRA, Ângela Lúcia de Araújo. A formação das Regiões Metropolitanas e as deformações do processo urbano: o contexto nordestino. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 14244-14266.

SILVA, Jerônimo Rodrigues da. Métodos de valoração ambiental: uma análise do setor de extração mineral, 2003. 130 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, William Ribeiro da. **Reflexões em torno do urbano no Brasil**. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 65-79.

SOUZA, Geneci Brás de. **Diagnóstico socioambiental participativo em mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador: olhar do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Joanes – Ipitanga**. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1.; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia. Salvador: EDUFBA, 2007, 1 CD-ROM. ISBN: 978-85-6067-12-3. p. 1-27

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 10, n. 4, p. 193-206, mar. 2001.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

#### Quadro 1 - Tensões e determinações diretamente relacionadas com a água no município de Dias D'ávila/BA

1-23

Tensões	Determinações
<p>“O problema da falta de água para Dias d’Ávila”: Com uma estrutura de distribuição de água arcaica, idealizada para uma população de 15 mil habitantes, Dias d’Ávila hoje padece com a mesma rede estando com mais de 50 mil habitantes. E diante deste fato, muitas casas hoje não contam com a água diariamente em sua torneira – sendo que em alguns locais a água não chega durante o dia, e às vezes nem em parte da noite. <b>T-1. T-2</b></p> <p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	<p><b>DG; DU; DR; DMO; DCC</b></p>
<p>[...] a Deputada Estadual Fátima Nunes enviou um ofício a Eduardo Araujo, Diretor da EMBASA e obteve como resposta que realmente ele sabe ser insuficiente o sistema de abastecimento de Dias d’Ávila e que para minorar as dificuldades, passou a adotar o sistema de revezamento de atendimento aos bairros. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 1, abr. 2009). <b>T-1</b></p> <p><b>T-1d: O urbano e a natureza</b></p>	<p><b>DU</b></p>
<p>[...] O diretor da Embasa ainda acredita que, para melhorar o abastecimento na cidade, é necessária a ampliação da rede e estas obras estão inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com recursos do Governo Federal, com início previsto para o mês de março. O diretor ainda alega em seu Ofício que está disponibilizando três carros pipas para atender a população. Acontece que, estamos findando o mês de abril e as obras prometidas para março ainda não aconteceram... (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 1, abr. 2009). <b>T-1, T-2</b></p> <p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b></p>	<p><b>DU; DMO</b></p>
<p>“Lagoa Poluída”: Continua escorrendo diariamente, os dejetos da Nova Dias d’Ávila para dentro das lagoas do bairro. O número de pessoas que nadam no lugar diminuiu, mas ainda se vê crianças, adultos e mulheres nadando no que parece ser límpida e fresca a água da lagoa. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 2, abr. 2009). <b>T-1; T-2; T-3</b></p> <p><b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b></p>	<p><b>DG; DR; DU</b></p>
<p>As pessoas que moram às margens da lagoa não reclamam só do esgoto, como também da falta de atenção quanto a proliferação de muriçocas. A falta de um reflorestamento e de uma atenção maior à água da cidade também deixa as pessoas alarmadas. O fato é que, mesmo com a denúncia do Jornal DDA, o esgoto continua desaguando na lagoa e pessoas inocentes podem amanhã vir a ter problemas com saúde. Muitos temem que o destino da lagoa possa ser o mesmo do Rio Imbassá. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 2, abr. 2009). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DR; DU; DMO; DCC</b></p>
<p>“Falta água”: várias escolas de Dias d’Ávila estão terminando suas aulas mais cedo devido à falta de água. É o que acontece com as escolas do Entroncamento. Pela manhã, as aulas terminam antes das dez e pela tarde antes das três. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 2, abr. 2009). <b>T-1</b></p> <p><b>T-1d: O urbano e a natureza</b></p>	<p><b>DG; DU</b></p>
<p>“Calor”: As temperaturas não só em Dias d’Ávila atingem níveis nunca antes detectados. 35° graus foram acusados nos termômetros vários dias de março e abril. Causa disso é o desmatamento e o não cuidado com nossos rios e águas. E Dias d’Ávila não vem cuidando nem de suas matas e nem de sua água. E tempos piores virão, alertam os cientistas e pesquisadores. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 3, abr. 2009). <b>T-1; T-2</b></p> <p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos ; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	<p><b>DG; DR; DMO; DCC</b></p>

Continua

<p>“Problemas no Lama Preta”: Fazendo divisa com os bairros Concórdia e o Entroncamento, o Lama Preta não possui rede de esgoto. Em todas as ruas, o esgoto corre à céu aberto ou as casas possuem fossas. O esgoto na rua favorece ao mau cheiro e a procriação de muriçocas e as fossas não é uma boa para uma cidade conhecida como “Cidade das águas”, pois as fossas podem atingir lençóis freáticos submersos. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 3, abr. 2009). <b>T-1; T-2</b></p>	<b>DU; DG; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b>	
<p>“Problema na pele de diasdavienses pode ser da água”: Ultimamente muitos moradores da cidade de Dias d’Ávila tem procurando o hospital, Postos de Saúde e clínicas particulares para saber de problemas que lhes tem aparecido na pele. Em muitos ficam manchas esbranquiçadas e que coçam. Em outros tem aparecido sinais que antes não existiam, como dermatites. Existem moradores que nos mostraram exames de crianças e até de pessoas já idosas com “ameba” e com sintomas de barriga enorme como “barriga d’água”. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 7, abr. 2009). <b>T-2</b></p>	<b>DG; DCC</b>
<b>T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
<p>“Lagoa Poluída”: Com toda a chuva que vem caindo na nossa região, as águas das lagoas da Nova Dias d’Ávila estão cheias e bonitas. Parece limpa quando a noite cai, reflete as luzes do Pólo. Parece limpa quando o sol bate nela ao cair da tarde. Parece limpa quando vejo os pescadores pescando seus peixes e os meninos nadando suas águas. Parece limpa quando a chuva cai encrespando suas águas. Mas, no entanto, os esgotos ainda continuam jogando toda a porcaria possível na lagoa. Fonte: Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 6, p. 3, jun. 2009). <b>T-1; T-2; T-3</b></p>	<b>DG; DR; DMO</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
<p>“Rio Imbassay”: É um rio de muitas histórias e de muitas e de muitas recordações. Um rio muito bonito e um rio de muitas pessoas nele que se banhava. Hoje o rio não passa de uma agonia em nossa cidade. Todo sujo, todo poluído, todo esquecido... não passa de um mero riacho que, amanhã pode nem existir. E o mundo lá fora precisando de água de rios, de verde. Todo mundo falando em meio ambiente, preservação da natureza e coisas assim. Aqui em Dias d’Ávila nem uma simples placa, nem um pequeno ato, nem uma foto, ninguém para ouvir o lamento do Imbassay. Está morto o nosso rio e amanhã nossos filhos vão nos perguntar por que o deixamos morrer. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 6, p. 3, jun. 2009). <b>T-1 ; T-2</b></p>	<b>DR; DG; DCC</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
<p>“Saneamento e esgoto”: Tem gente reclamando que paga taxa de saneamento de esgoto e vê o Rio Imbassay recebendo detritos e sujeiras. Vê as Lagoas sendo poluídas por esgotos de bairros. É pra isso que pagamos a taxa de saneamento de esgoto na nossa conta de água? E quando chove, o esgoto que pagamos para ser tratado, retorna para as nossas ruas e a cidade fica “fedendo” esgoto por vários dias. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 11, p. 2, nov. 2009). <b>T-1; T-2</b></p>	<b>DU; DG; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
<p>“Águas de Dias d’Ávila – A Cidade das Águas”: Continua o descaso com as águas. Até quando chamaremos Dias d’Ávila de “Cidade das Águas” eu não sei. O Rio Imbassay já não existe. Vários córregos e riachos estão poluídos e outros nem existem. As lagoas recebem turbilhão de esgotos. Os lençóis freáticos podem está condenados. E a água em todo o mundo já está se tornando uma dívida, só aqui em Dias d’Ávila é que o descaso continua. O esgoto da Nova Dias d’Ávila continua no mesmo lugar para quem quiser ver. E a lagoa até que parece estar limpa. Só parece. Mas não está. Peixes e nadar naquelas águas neste verão – nem pensar! (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 11, p. 7, nov. 2009). <b>T-1; T-2; T-3</b></p>	<b>DG; DU; DCC; DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	

Continua

<p>O mais importante reservatório de água doce, potável, de excelente qualidade mineral do Estado da Bahia e o segundo maior lençol subterrâneo do País, situado na região de Camaçari e Dias d'Ávila, a 40 km de Salvador, teve sua parte superficial contaminada com 35 substâncias químicas pelas mais de 60 indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari. Desde a implantação do complexo, em 1977, as fábricas exploram o aquífero através de poços. [...] (Jornal A Tarde, Salvador, 22 mar. 2005, Caderno Cidades, p. 7). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DMO; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Os estudos geofísicos realizados em parceria com a UFBA e a CETREL indicaram que o aquífero contém extensas manchas de poluentes, que, em alguns locais, atingem mais de 100 metros de profundidade. São dois os principais locais de contaminação. [...] (Jornal A Tarde, Salvador, p. 7, 22 mar. 2005). <b>T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC; DMO; DU</b></p>
<p><b>T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Abastecimento corre risco: A preocupação dos estudiosos é com a real dimensão do que foi contaminado ao longo dos anos, em níveis vertical e horizontais, pois as águas subterrâneas fluem para a bacia do Rio Imbassaí, em Dias d'Ávila, onde estão as engarrafadoras de água mineral e as cervejarias, que extraem a água do aquífero profundo, e para o mar. As águas minerais de Dias d'Ávila são provenientes deste mesmo aquífero (Aquífero São Sebastião), das camadas mais profundas, que podem ser contaminadas pela proximidade do Pólo (apenas 7 quilômetros). Na década de 60, Dias d'Ávila era famosa pelas suas águas minerais, que atraíam turistas para a Estância Hidromineral de banhos medicinais. (Jornal A Tarde, Salvador, p. 7, 22 mar. 2005). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DR; DU; DMO; DCC</b></p>
<p><b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Segundo o professor Olivar, o aquífero tem água doce até a profundidade de 1.500 metros e estoca seis bilhões de metros cúbicos, com disponibilidade de 500 milhões de metros cúbicos por ano, que poderia abastecer às vilas e cidades do Recôncavo baiano, além de complexos industriais instalados na área e ainda a população de Salvador. <u>“O governo do Estado da Bahia deu prioridade ao abastecimento das indústrias</u>, e por isto arca com os custos de trazer água para abastecer Salvador da Barragem de Pedra do Cavalo, em Feira de Santana, a 100km de distancia. Sabe-se da contaminação da parte superficial e teme-se que tenha atingido a parte profunda, de onde a Embasa extrai água para abastecer as populações de Dias d'Ávila, Camaçari e localidades vizinhas. (Jornal A Tarde, Salvador, 22 mar. 2005, Caderno Cidades, p. 7). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DMO; DCC</b></p>
<p><b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b></p>	
<p>A falha geológica onde se acumulou água doce chamada Aquífero São Sebastião é composta de várias camadas interconectadas e permeáveis arenosas, porosas e argilosas produtoras de água, que estão sendo exploradas pelos poços do Pólo. ‘A interconexão destes níveis e superexploração do aquífero favorecem a migração descendente dos líquidos contaminantes para maiores profundidades, comprometendo até 200 metros e ao longo de rotas ainda desconhecidas’, explicou Lima. (Jornal A Tarde, Salvador, p. 7, 22 mar. 2005, Caderno Cidades, ). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DMO; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>[...] existe a possibilidade dos contaminantes chegarem a Dias d'Ávila e não há nenhum laboratório ou órgão que avalie a quantidade da água que é consumida. “Agente bebe sem saber o que está bebendo. São feitas as análises apenas de potabilidade com ph, dureza e minerais, mas não avalia se está ou não contaminada, apesar da Resolução 20 do Conselho Nacional de Meio Ambiente exigir. (Jornal A Tarde, Salvador, p. 7, 22 mar. 2005, Caderno Cidades). <b>T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC; DU</b></p>
<p><b>T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	

Continua

<p>A CETREL diz que quem tem que informar é o CRA (<b>atualmente IMA</b>), que por sua vez diz que este dado pertence às empresas do Pólo. A real extensão e o nível da poluição subterrânea ainda é pouco conhecido e as informações não são divulgadas nem a nível de congressos e reuniões científicas, nem em publicações das empresas. (Jornal A Tarde, Salvador, p. 7, 22 mar. 2005, Caderno Cidades grifo nosso). <b>T-2</b></p>	<p><b>DCC; DG; DMO;DU</b></p>
<p><b>T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Balneário do Rio Imbassay: Famoso por sua “Lama medicinal” o Balneário de Dias d’Ávila, no rio Imbassay, era conhecido e freqüentado por pessoas de diversos estados, nas décadas de 60 e 70. (Jornal Voz da Cidade, Camaçari, n. 243, p. 1, fev. 2008). <b>T-1;T-3</b></p>	<p><b>DG; DR</b></p>
<p><b>T-1c: O rural e o urbano; T-3b: Uso cultural como natureza</b></p>	
<p>Mas em função da falta de preservação ambiental, o famoso balneário que outrora atraía centenas de turistas e veranistas, faz parte do passado saudoso dos moradores mais antigos. Hoje, saudosistas do tempo em que todos iam “tomar banho no rio” e se lambuzar com a “lama medicinal”. Infelizmente o rio foi destruído, ao ser dragado o seu leito, perdendo assim o famoso caulim, a razão de ser do lugar. (Jornal Voz da Cidade, Camaçari, n. 243, p. 3, fev. 2008). <b>T-1;T-2; T-3</b></p>	<p><b>DG; DR;DU</b></p>
<p><b>T-1c: O rural e o urbano; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b></p>	
<p>Esgoto escorre para a lagoa: Se você tem costume de nadar nas águas da lagoa que cercam o bairro de novas Dias d’Ávila, você sabia que pode estar nadando em águas contaminadas. A equipe do Jornal Dias d’Ávila compareceu a quatro locais onde escorria todo esgoto que vinha do bairro Nova Dias d’Ávila e que é despejado na lagoa, local em que tantos turistas e moradores banham em dias de calor – sejam eles crianças, mulheres e homens. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano I, n. 4, p.1, mar. 2009). <b>T-1; T-2; T-3</b></p>	<p><b>DR; DG; DU;DCC</b></p>
<p><b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b></p>	
<p>Esgoto na lagoa: [...] a rua Licuri e localizou duas saídas de esgotos que corre à céu aberto e deságua na lagoa ao redor da Nova Dias d’Ávila. Estas duas saídas são de dejetos da parte direita do bairro e correm em abundância rumo à água que todos nós pensamos ser límpida. Já do lado oposto, próximo a AMNDA, encontramos as outras duas saídas de esgotos que também vai desaguar na lagoa do outro lado. Todos os quatro esgotos são fétidos, com muito detrito, de águas bem escuras e com muitos dejetos, que, sem restrição nenhuma, vão se juntar a lagoa que circunda o bairro. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano I, n. 4, p. 3, mar. 2009). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Segundo informações de alguns moradores, esses esgotos existem há muitos anos e até agora não era de conhecimento público. Segundo informações extra-oficiais, a prefeitura já se encontra com verba para sanar essa gravíssima irregularidade, já que cidadãos daqui e turistas banham nestas águas. Em dias de calor intenso é comum ver dezenas de carros estacionados na Avenida Airton Sena, se deliciando da água fresca. Pescadores são vistos ali constantemente e muitas crianças e adolescentes. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano I, n. 4, p. 3, mar. 2009). <b>T1; T-2; T-3</b></p>	<p><b>DR; DG; DU</b></p>
<p><b>T-1c: O rural e o urbano; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b></p>	
<p>Para início de conversa, o Projeto de Reflorestamento das nascentes e das lagoas de Nova Dias d’Ávila, promovido por este jornal, vai mesmo emplacar e entrar para historia da cidade. Andamos pelas cercanias da Nova Dias d’Ávila e vimos nascentes secando, buracos de olhos d’água secos, lagoas se acabando, sinais de queimadas, muito arenoso virando pequenos desertos e esgotos sendo despejados na lagoa. Estamos na cidade das águas... (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano I, n. 4, p. 2, mar. 2009). <b>T-1 e T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DR</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	

Continua

Projeto de Reflorestamento: A equipe do jornal Dias d'Ávila Acontece está colocando em prática um projeto de reflorestamento da lagoa e das nascentes em Nova Dias d'Ávila. O local tem árvores, mas são muito poucas e existem grandes áreas desmatadas e clareiras a menos de 500 metros do curso de água. [...] a intenção é plantar e educar nossas crianças, consecutivamente mobilizando um grande número de pessoas para o quesito Meio Ambiente e a necessidade urgente de socorrer os nossos mananciais naturais de água potável. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 3, p. 1, mar. 2009). <b>T-1 e T-2</b>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Nossa pobre Dias d'Ávila: [...] as lagoas estão sendo poluídas – e ademais, em uma cidade de águas minerais ainda encontramos bairros inteiros repletos de fossas e sem rede de esgoto. Sem falar que ninguém fala mais do Rio Imbassai. [...] nossa água mineral pode está comprometida com todo esgoto que a cidade tem. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 8, p. 2, ago. 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DR; DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Esgoto na Lagoa de Dias d'Ávila: Continua desaguando aos borbotões, os esgotos da Nova Dias d'Ávila na lagoa. Quem quiser ver ou quem duvide, basta andar nas margens da lagoa do lado do bairro em pauta. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 8, p. 3, ago. 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Água para o Boa Vista de Santa Helena: A cidade de Dias d'Ávila recebeu do Ministério da Saúde do Governo Federal uma verba no valor de noventa mil reais para implementação e construção do sistema de abastecimento de água para atender cerca de cento e oitenta famílias das mais de quinhentos que residem hoje na comunidade de Boa Vista de Santa Helena – que não tem água tratada para o consumo humano. [...] a referida verba daria para que o projeto fosse feito e a comunidade não ficasse a consumir água sem tratamento. Só que as obras foram paralisadas antes que fosse terminado todo o sistema de abastecimento de água tratado [...] só se sabe de uma coisa – o povoado de Boa Vista de Santa Helena ainda continua sem água tratada até os dias de hoje. Também foi sabido que, os povoados de Biribeira I, Biribeira II, Timbituba, Jardim Futurama II, Leandrino II também não consomem água tratada. E Dias d'Ávila sabemos, é a cidade das águas. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 8, p. 4, ago. 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DR; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Turismo em Dias d'Ávila recebe 1.170,00 reais: [...] Ainda não sabemos em que modalidade do turismo o dinheiro será empenhado, o fato é que, conforme o site, o dinheiro já se encontra nos cofres do município. Estamos torcendo para que o projeto que será desenvolvido possa trazer a cidade de Dias d'Ávila de volta ao circuito do turismo baiano. Esperamos que seja algo voltado pro Rio Imbassai ou então as Lagoas da Nova Dias d'Ávila. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 9, p. 10, set. 2009). <b>T-3</b>	<b>DR; DG</b>
<b>T-3a: Uso cultural como recursos naturais</b>	
Água: Agente vem falando na poluição das lagoas de Nova Dias d'Ávila e do descaso com o histórico Rio Imbassay e até parece que estamos falando grego. O Rio está morrendo e as lagoas estão poluídas com o esgoto do bairro de Nova Dias d'Ávila. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 9, p. 3, set. 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
A Lagoa de Dias d'Ávila está sendo povoada devagarzinho, aos poucos parece que desaparece. Em breve teremos um bairro que deverá se chamar de Bairro da Lagoa (acredito eu), tendo como referência a suja e poluída lagoa. A Secretária Municipal do Meio Ambiente nem existe – eu acho. Antes o local era vasto e de vegetação descuidada, agora com casas aleatórias e sem infra-estrutura para tal vão aparecendo – invadidas ou não. A fiscalização da cidade, do IBAMA e de qualquer outro órgão que deveria zelar para isso acontecesse, não existe. Tal fato já aconteceu na cidade às margens do que já foi um dia o Rio Imbassay. E as descargas e os esgotos dessas casas deságuam no rio. E as coisas vão se repetir nas lagoas com as construções sem fiscalização e sem infra-estrutura para tal. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p. 2, dez. 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	

Continua

Começa a faltar águas na Cidade das Águas: Antes mesmo do verão chegar, já se tem notícias da falta de água na cidade de Dias d'Ávila. Em muitos bairros, a água já chega só de vez em quando e em muitas vezes só de noite. As escolas já começam a se preocupar com os caminhões pipas para este abastecimento. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, ano II, n. 12, p. 3, dez. 2009). <b>T-1</b>	<b>DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
[...] a água dos caminhões pipas saem da lagoa de Nova Dias d'Ávila – onde quatro bocas de esgoto correm dia e noite a céu aberto, para qualquer um ver. Que coisa, heim! (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p. 3, dez. 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Moradores da R-10 e da R-9 têm uma área de proteção ambiental da qual eles vem cuidando entre eles. Com um projeto para entrar na câmara pedindo reconhecimento do local para um provável parque de lazer, preservação, plantio e monitoramento ambiental. E no mês de novembro foi registrado uma ocorrência policial, onde uma moradora veio a desmatar ilegalmente a mata ciliar, cercando uma área local com mourões, na tentativa de tomar posse ilegalmente do terreno. Depois da polícia, a prefeitura também esteve presente e um dos moradores responsável pelo local, Paulo Montanha, encarregou de registrar o fato em todas as instâncias ambiental para a preservação de mais essa área verde. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p. 6, dez. 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DR; DCC</b>
<b>T-1a: Apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico; T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b>	
[...] A nossa Cidade tem um ótimo espelho d'água, que poderia estar inserido na aquicultura – criação de peixe em tanque, rede e tanque escavado, gerando emprego e renda para a comunidade. [...] E para complicar a vida dos trabalhadores rurais, a prefeita Andréia Xavier quer transformar as áreas rurais em áreas urbanas, tentando cobrar IPTU em área rural. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 12, p. 6, dez. 2009). <b>T-1</b>	<b>DG; DR; DU; DCC</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Lagoa da Nova Dias d'Ávila: Além das muriçocas neste verão, dos esgotos que escorrem pras lagoas, dos caminhões pipas abastecendo com água poluída, ainda levam pra casas, posto de saúde, escolas; ainda temos o pescador que tira o peixe para se alimentar da referida lagoa. Mas o pior mesmo é ver as pessoas se refrescando com um bom banho naquelas águas. E não colocam nenhuma placa avisando que a lagoa é imprópria para o banho. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 7, dez. 2009, Especial Natal). <b>T-1; T-2; T-3</b>	<b>DG; DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
Rio Imbassay: Surpresa foi que avistamos máquinas e homens fazendo limpeza no Rio Imbassay, ali no bairro Imbassay mesmo. O leito do rio sendo dragado para retirada do lixo de anos. Registramos de maneira positiva este fato e esperamos que continuem a tratar o nosso rio com mais carinho. Esperamos agora a sua revitalização e a retirada de todos os esgotos e detritos que deságuam nele. O alerta também vale para a população que mora às suas margens. Não sujá-lo e não poluí-lo – eis o que é necessário. Sabemos que ainda está longe de torná-lo (o rio Imbassay) o que era há mais de 20 anos atrás. Falta muito e falta muita vontade política – mas se nossas autoridades quiserem não é difícil. O que politicamente não se consegue hoje? (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 7, dez. 2009, Especial Natal). <b>T-1; T-2</b>	<b>DR; DG; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua



Caixa d'água e a água de Dias d'Ávila: [...] o assunto amplamente discutido foi a situação da caixa d'água existente próxima a Câmara Municipal – conhecida como Caixa D'Água da Cidade, que há mais de três anos se encontra sem serventia alguma e desativada. O referido tanque elevado para depósito de água que deveria ser usado em época de seca ou de falta de água está com várias rachaduras e não está em condições de abastecimento, sendo que, se estivesse em condição de armazenamento, a cidade teria um recurso a mais quando se faltasse água. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 8, dez. 2009, Especial Natal). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
E faltar água na cidade já parece ser normal, tendo em vista que ninguém se mobiliza no sentido de sanar este problema. – já que todos pagam pela água todo mês. [...] Ficou decidido na reunião que o Governo Federal junto ao Ministério das Cidades, irão aplicar cerca de seis milhões de reais para o melhoramento do abastecimento de água na cidade – com previsão de término para março de 2010. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 8, dez. 2009, Especial Natal). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Promessas: [...] 99% dos moradores de Dias d'Ávila já ouviram promessas. Estamos cheios de promessas [...] Vamos melhorar a rede de esgoto. Não vai faltar água. [...] Os cidadão de Dias d'Ávila têm ouvido muitas promessas e a cidade continua na mesma mesmice. Falta água. [...] falta esgoto. [...] Faltam cuidados com as lagoas e com o rio Imbassay. Falta despoluir a lagoa. [...] (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 5, fev. 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Interesses Rurais de Dias d'Ávila: [...] Programa de Distribuição de água, através da CERB, para atender as comunidades do Leandrino II, Rio Camboatá, Jardim Futurama, e a manutenção do existente da comunidade de Panema [...]. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 5, fev. 2010). <b>T-1</b>	<b>DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano</b>	
Lagoas de Dias d'Ávila: Continua sendo despejado até a data de hoje, todo o esgoto público das casas da Nova Dias d'Ávila nas lagoas daquele bairro. A água da lagoa já esta poluída e suja. Muitos banhistas e pescadores ainda freqüentam o lugar e nenhuma placa indicando que aquelas águas são impróprias para saúde foi colocado no lugar. A referida margem da lagoa poderia ser aproveitada para o turismo da cidade, para lazer e até mesmo para cultura. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 6, fev. 2010). <b>T-1; T-2; T-3</b>	<b>DG; DU; DMO; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
Rio Imbassay: Continua abandonado como sempre. Fizeram uma limpeza de araque ali no bairro Imbassay mesmo, mas foi coisa 'pra inglês ver'. Esgotos continuam desaguando naquele riacho que um dia foi um rio importante para a cidade. Morre o Imbassay a cada dia que passa e ninguém parece se importar. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 6, fev. 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	

Continua

Praça ACM: [...] A fonte já não é mais fonte – rachada e abandonada não encanta mais [...]. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 6, fev. 2010). <b>T-3</b>	<b>DR</b>
<b>T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
Minha Casa, Minha Vida: [...] algumas casas até terão vista para lagoa (Lago da Barragem de Santa Helena) (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 7, fev. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU; DMO</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Falta água na Cidade das Águas: E a mesma história do ano passado; volta a faltar água em Dias d'Ávila, e justamente em épocas críticas como no verão e em festas, como agora. A cidade deverá receber muitas visitas de parentes e amigos fugindo da folia do carnaval e o que acontece? – estamos sem água até para as coisas básicas – tomar banho, escovar os dentes, refogar a comida. Em alguns pontos de Dias d'Ávila a água só chega mesmo a noite – depois preces a Deus e em outros, não que o povo seja incrédulo, mas só chega três dias depois. Seria até normal essa falta de água se estivéssemos no cerrado, no sertão, mas aqui na cidade das águas isso é inadmissível. O povo fala, paga suas contas de água em dia, mas ter a água na torneira por aqui está sendo impossível. Promessas de que essa falta de água não vai acontecer tem muita... (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 7, fev. 2010). <b>T-1;</b>	<b>DU; DR; DG</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Desperdício: Enquanto falta água em quase metade da cidade, todos os dias, na sede da Embasa, ao lado da Biblioteca no Imbassay, o cano suspenso de abastecimento de água dos caminhões pipa, se encontra defeituoso e com problema de fechamento, e a água potável pinga e escorre 24 h por dia rua abaixo. No dia 23 de fevereiro flagramos a rua molhada debaixo destes canos uma poça enorme onde a água cai, e depois, o caminho que a água faz rua a baixo, passando pela pracinha e formando novamente outra poça perto da passarela de pedestre sobre o Rio Imbassay seco. Por coincidência, este percurso criado pela Embasa tinha mais água correndo que o próprio Rio Imbassay – que estava com seu leito totalmente seco. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 1, mar. 2010). <b>T-1;</b>	<b>DU; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Caminhões Pipa: A Embasa faz de tudo ou de quase tudo para suprir a falta de água na cidade. São colocados diariamente quatro caminhões pipas para “carrear” água para escolas, postos de saúde, estabelecimentos comerciais e até residências [...]. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 3, mar. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Esgoto para Nova Dias d'Ávila: Se espera ainda para este ano, talvez antes do final do primeiro semestre, a construção e a implantação da rede de esgoto da Nova Dias d'Ávila. É de conhecimento que todo o esgoto doméstico do bairro Nova Dias d'Ávila é despejado nas lagoas locais. O bairro tem uma boa estrutura para o esgoto, embora não tenha como direcionar o esgoto daquele bairro para a estação de tratamento da cidade. O que se espera é que esse direcionamento seja feito até a estação de tratamento ou que, o próprio bairro tenha sua subestação de tratamento do esgoto. Enquanto isso, com este calor, pessoas continuam banhando nas águas poluídas das nossas lagoas sem nenhum conhecimento de que estão nadando e se refrescando no meio de um enorme “bosteiro”. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 3, mar. 2010). <b>T-1; T-2; T-3</b>	<b>DU; DMO; DG; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	

Continua

Cidade da Seca: É notório a falta de água na cidade de Dias d'Ávila. Mas as contas estão sempre em dia – [...] E a culpa na realidade é do calor, do excesso de consumo do uso da água, da baixa dos lençóis freáticos, das ligações clandestinas e consecutivamente da falta de chuvas. São essas as alegações da diretora Raquel Eliana para a falta de água na cidade. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 7, mar. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
A cidade tem cerca de 85% dela com a falta de água – alguns lugares a água da Embasa só chega de 3 em 3 dias e a noite. Uma manifestação [...] mostra que a Cidade das Águas já se transformou em uma cidade seca. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 7, mar. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Cidade da Seca: Vem faltando água no Bairro Cristo Rei por cerca de 7 a 9 dias direto. A água não sai na torneira. Os moradores estão há dias convivendo com esta carência. Até agora ninguém fez nada. Só conversa. [...] Eis a Cidade das Águas. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Cidade das Águas II: Devido a grande falta de água e a ineficácia da Embasa em cumprir a atividade para a qual ela existe - que é de fornecer água; tem seguimentos sociais falando em boicotar geral e total do pagamento das contas de águas de toda cidade como protesto. [...] Assim a cidade das Águas ficaria falada mais uma vez, não pela água, mas pela incompetência em seu fornecimento. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Desperdício: Continua a falta de água na cidade e o desperdício de água em frente a Embasa ainda é o mesmo. Em breve teremos uma nova lagoa na cidade – a lagoa ao lado da Embasa. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 3, abr. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Rio Imbassay: Temos a tristeza de anunciar ao público que flagramos o Rio Imbassay sem nenhuma gota de água no início de março. O leito estava seco, não existia água e sim muita sujeira. O rio Imbassay morreu e ninguém fez nada por ele: Nenhuma escola, nenhuma entidade, nenhum político, nenhum cidadão, nenhuma empresa. A cidade de Dias d'Ávila assiste a agonia do seu fim. Em breve será a vez das lagoas. Em breve não teremos água de jeito nenhum... Desculpe-me, os que hoje já não tem água – sic. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 16, p. 7, abr. 2010). <b>T-2; T-1</b>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Audiência pública da Embasa: Aconteceu no dia 14 de abril, a segunda audiência pública desta feita sobre a falta de água em Dias d'Ávila. A “Cidade das Águas” reclama de torneiras vazias. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 1, mai. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
O gerente distrital da Embasa José Moreira Filho, [...] Explicou que o projeto para melhoria na distribuição da água foi vencida em licitação por uma empresa que abandonou o trabalho antes de começar [...] Alegou que o problema da falta de água se deve as inúmeras ligações clandestinas e pelo excesso de consumo. Disse que até meados de maio será inaugurado mais um poço para abastecer a cidade, mas que a falta de água começara a ser resolvida em julho do ano de 2011. Alegou que a cidade de Dias d'Ávila não tem um Plano Diretor e construções são feitas sem o estudo de infraestrutura. Casas são construídas sem fiscalização no município, de qualquer jeito e em qualquer lugar. A dificuldade de abastecimento se deve a isso. [...] Alegou que 30% da cidade é atendida com rede de esgoto. Afirmou por mais de uma vez que as casas não servidas com rede de esgoto não pagam imposto na conta de água – se por ventura tiver alguém que faz este pagamento sem ter a rede de esgoto, pode procurar a agência em Dias d'Ávila para que esta taxa seja retirada (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 1, mai. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

Bairro Imbassay: [...] A água que desceu da parte alta da cidade além de fazer todo o estrago, ainda transbordou o rio e encheu a Praça Imbassay. O povo ficou desesperado e ninguém apareceu para dar apoio. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 2, mai. 2010). <b>T-1</b>	<b>DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Fedentina no Centro: A cidade está toda com mau cheiro. A rede de esgoto esta entupida e o esgoto passa a escorrer pelas nossas ruas e até forma pólas em vários lugares. Em suma: a cidade está fedendo bosta. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 3, mai. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Bairro do Bosque: Os moradores do Bosque protestaram no dia 8 de abril contra a falta de água e o descaso da Embasa. [...] Tem setores do Bosque que não cai água há mais de 6 anos e as pessoas ainda buscam água no chafariz. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 17, p. 6, mai. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Lagoa Poluída: A Lagoa na entrada de Nova Dias d'Ávila continua virando um imenso esgoto. Sabe-se que todo o esgoto daquele bairro deságua ali. O esgoto do Bosque também. A lagoa já está cheia algas – e as algas denunciam sujeira, poluição, esgoto. Nossas autoridades não se manifestam em nada. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 19, p. 3, jul, 2010). <b>T-2; T-1</b>	<b>DG; DMO; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Lagoa Poluída: Continua poluída e sem solução a situação da lagoa na entrada da Nova Dias d'Ávila. Enormes esgotos continuam desaguando no lugar e nada ainda está sendo feito. Enquanto o mundo luta para ter água pura, nós, da Cidade das Águas, continuamos poluindo o que nos resta. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 20, p. 1, ago. 2010). <b>T-2; T-1</b>	<b>DG; DMO; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Lagoa Poluída: Pescadores e pessoas desavisadas continuam banhando e pescando naquelas águas alheia a sujeira que a sua beleza esconde. Não bastasse a situação do Rio Imbassay como exemplo – um rio que fez com a cidade fosse conhecida por todo Brasil, agora estamos poluindo as águas que fazem o nome da água mineral de Dias d'Ávila. Até quando isso vai continuar? Nem as nossas autoridades sabem, pois ninguém anda fazendo nada.” (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 20, p. 1, ago. 2010). <b>T-3; T-2; T-1</b>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
O tom da conversa: A cidade de Dias d'Ávila continua convivendo com suas deficiências sem reclamar muito – [...], falta de água [...] rios e córregos poluídos, lagoa mais poluída ainda (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 20, p. 2, ago, 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
O tom da conversa: Já se tratando de esgoto, a cidade não é contemplada no seu todo. Do esgoto existente, 100% dele é deficitário e provoca transtornos na cidade [...] o escoamento este esgoto é a céu aberto. Sem falar que não temos uma estação para tratamento deste esgoto. O transtorno deste esgoto tem derivações. Primeiro é o incomodo e mau cheiro. Segundo o visual. Terceiro é o incomodo dos ratos, baratas e muriçocas. [...] quando chove fica pior. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 2, set. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
O tom da conversa: Por falar em esgoto, não só no centro existe esse problema. Vários para não se falar de todos os bairros, os problemas já são crônicos. Os munícipes convivem com o esgoto em todas as ruas. Quem disser que é mentira eu discordo e convido a conhecer realmente a cidade. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 2, set. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

Cidade sem esgoto: Abaixo de Dias d'Ávila um lençol freático de águas minerais, motivo de orgulho pra qualquer cidade – menos aqui. Esgotos a céu aberto e fossas dominam a maioria dos bairros. Se até no centro o esgoto corre a céu aberto, adivinhem pra onde vai esse esgoto quando filtrado pela terra? Isso mesmo, para o lençol freático. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 3, set. 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Puxão de orelha: As chuvas de abril deste ano não podem ser esquecidas. Lembram das enchentes? Casas alagadas, ruas destruídas, buracos por todo lado, ruas que viraram rios, enxurrada dominando toda a cidade, pessoas perdendo casas, móveis. Uma pergunta fica no ar: O que foi feito para evitar que isso aconteça de novo? (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 4, set. 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
A fonte da ACM: A fonte da Praça ACM está abandonada, precisando de reforma e já virou criatório de muriçocas e do mosquito da dengue. A água depositada ali é das chuvas e só pode estar lá somente para procriação da dengue. Quando será que ela vai voltar a jorrar água e iluminar a referida praça? (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, p. 4, set. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
O rio Imbassay agoniza: Não vamos lutar só por um meio ambiente. Vamos lutar por um ambiente inteiro. O Rio Imbassay agoniza na nossa frente e nós não fazemos nada. Vale lembrar: nas duas estações (inverno e verão) – Rio Poluído. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 21, set. 2010, p. 11). <b>T-2</b>	<b>DG</b>
<b>T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
“Vai faltar água”: Vai faltar água na cidade com a chegada do verão. O velho problema com a questão da falta de água vai voltar a assustar os moradores de toda a cidade de Dias d'Ávila. Conforme vem acontecendo nos últimos verões, o fornecimento de água potável na Cidade das Águas, como também é conhecida, está insuficiente para a demanda da cidade e prenuncia que as nossas torneiras em breve vão estar mais secas do que molhadas, pois desde o último ano, quase nada foi feito para reverter este quadro. As reclamações referentes ao último verão, que prolongou até julho, terminando com a audiência pública, calaram a todos, pois veio a temporada de chuvas e resolveu “temporariamente” esta carência. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano III, n. 22, p. 3, out. 2010). <b>T-1</b>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
“Lagoa Poluída”: O esgoto do bairro de Nova Dias d'Ávila e do Bosque continua desaguando na lagoa e consecutivamente poluindo suas águas. A lagoa que deveria está sendo um cartão de visita para a cidade está na realidade poluída e muito longe da beleza que deveria ter. A vegetação típica denuncia a poluição que já toma conta de quase 40% da lagoa. Com a chegada do verão, pernilongos e muriçocas encherão a cidade, principalmente os bairros mais próximos a lagoa, e o perigo da dengue voltará a assustar. Não obstante, várias pessoas ainda pescam e nadam naquelas águas, arriscando sua saúde, pois não existe nenhuma placa indicando que a lagoa está imprópria para banhos e pesca. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, ano III, n. 22, p. 4, out. 2010, p. 4). <b>T-1; T-2; T-3</b>	<b>DU; DG; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
No Pólo Petroquímico o governo concluiu o sistema viário, com 19 quilômetros de extensão e oito de interseções. Para melhor abastecimento de água da capital e da região Metropolitana, o governo construiu a barragem de Santa Helena, duplicando o fornecimento. (MELLO, ano, p. 110-115) Agenor. Cartilha Histórica da Bahia. A República e seus Governadores. p.110-115). <b>T-1</b>	<b>DU; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

<p>O Rio Jacuípe é represado a 35 km da desembocadura pela Barragem Santa Helena (BSH), que drena uma área de 880 km<sup>2</sup>. A barragem foi construída com o propósito de ampliar o suporte ao abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Sua construção foi concluída em 1981, mas rompeu-se em maio 1985. Em 2000 voltou a ser operacional após a sua reconstrução. Sua capacidade de acumulação é de 240,6x106 m<sup>3</sup>, com um espelho d'água de 40,3 km<sup>2</sup>. (LIMA, Geraldo Marcelo Pereira, 2007, p. 4) Dissertação UFBA, Geociências, p. 4). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DMO; DU; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>O fluxo do Rio Jacuípe foi alterado com a operação da Barragem Santa Helena no que diz respeito à magnitude e ao regime de descarga. A alteração atingiu os extremos da curva de descarga, onde a ausência de descarga passou a ocorrer com períodos mais prolongados e, devido à retenção de água do reservatório elevou os picos de cheias. Futuramente, a descarga pode ficar limitada quando iniciar a transposição de água da barragem (curto prazo). A captação da pequena área a jusante da represa é reduzida e apenas esporadicamente deverá promover diluição da água marinha e no transporte de sedimentos. Dada a descarga de efluentes industriais e esgotos domésticos na bacia de drenagem, a dificuldade de renovação da massa d'água poderá comprometer a salubridade do estuário. (LIMA, Geraldo Marcelo Pereira, 2007, p. 126) Dissertação UFBA, geociências, p. 126). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DMO; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>A fim de avaliar a qualidade das águas do Rio Imbassá, no trecho próximo à barragem Santa Helena na altura do bairro da Nova Dias d'Ávila na cidade de Dias d'Ávila, este estudo se destina a levantar e discutir os resultados de pH, amônia, oxigênio dissolvido (OD) e demanda bioquímica de oxigênio (DBO) em amostras de água do rio em foco, principalmente porque se percebe que este trecho do rio está exposto à elevada descarga de esgoto doméstico de bairros que possuem população expressiva e que estão em constante expansão no contexto do município, que são os bairros do Bosque e da Nova Dias d'Ávila. (p. 3) (GOMES, Necival Santos et al., 2007, p.3) <b>T-1 ; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DMO; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Os resultados da DBO, dentre os outros avaliados, sem dúvida é o que mais requer atenção. Os valores encontrados no mês de novembro de 2005 no ponto III, que se refere ao ponto de captação da EMBASA, indicam 5,7 mg L-1 e nos meses de abril (ponto II) e maio (pontos I e III) de 2006, os valores tornaram-se ainda mais elevados [...] chegando a mais que o dobro da especificação máxima definida pelo CONAMA 357/05, que é de 5,0 mg L-1. Mesmo levando-se em consideração o fato de esporadicamente haver um aumento no volume de captação de água no manancial, recomenda-se fazer um estudo mais detalhado deste indicador, pois diante dos resultados encontrados a recorrência destes valores pode prejudicar seriamente a vida aquática do manancial. (FONSECA, Pedro Pereira, et al., 2007, p. 11). <b>T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC</b></p>
<p><b>T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>É importante salientar que sazonalmente a EMBASA aumenta a vazão de captação das águas do rio, reduzindo, “nestas épocas”, o seu volume absoluto entre 65 a 70%. Contudo a carga orgânica de poluentes que é despejada no corpo hídrico não sofre redução ou diminuição de vazão, mas, ao contrário, no verão ocorre elevação da temperatura e um aumento significativo no consumo de água, que promove geração de um volume maior de efluentes domésticos. (GOMES, Necival Santos et al, et al., 2007, p. 11). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	

Continua

<p>No que diz respeito ao oxigênio dissolvido, notou-se que em apenas três meses (abril e dezembro de 2005 e maio de 2006) os valores de OD ultrapassaram o limite mínimo estabelecido pela Resolução CONAMA 357/05, que é 5,0 mg L-1. Contudo, essa anormalidade pode estar relacionada com a redução significativa de volume do rio, propiciando, assim, um aumento na concentração dos poluentes orgânicos provenientes dos esgotos sanitários domésticos. (GOMES, Necival Santos et al, 2007, p. 12). <b>T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC</b></p>
<p><b>T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Os indicadores ambientais mensurados neste trabalho apresentaram-se, de modo geral, dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/05. Contudo, é preciso não somente uma reflexão como também ações imediatas por parte dos órgãos responsáveis acerca da presença poluidora do esgoto doméstico na bacia do Rio Imbassá. (GOMES, Necival Santos et al., 2007, p. 13). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC; DU</b></p>
<p><b>T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Os resultados obtidos para todos os parâmetros investigados indicaram que o rio Imbassá ainda preserva características de um corpo hídrico de classe 2, porém, caso não seja feito algo em relação ao tratamento do efluente sanitário doméstico lançado no manancial, esse diagnóstico pode mudar devido ao notório crescimento populacional nesta área, que provocará em pouco tempo aumento no volume destes efluentes, tornando cada dia mais difícil o processo de auto-depuração por conta do manancial e, conseqüentemente, mais dispendioso e difícil a sua recuperação. (GOMES, Necival Santos et al., 2007, p. 13). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC; DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>[...] no que diz respeito aos parâmetros que excederam os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/05, em particular a DBO, recomenda-se que seja feito um acompanhamento mais detalhado num período maior de tempo com o intuito de averiguar se estes casos correspondem a ocorrências casuais ou se existe uma tendência de repetibilidade nestes resultados. Mesmo não sendo encontrado nenhum resultado considerado a princípio preocupante, faz-se necessário uma reflexão sobre quais posturas e atitudes deverão ser implementadas para que os níveis de contaminação provocados pelo lançamento de esgoto sanitário doméstico não excedam os limites estabelecidos pela legislação, garantindo, assim, a manutenção das características físico-químicas do manancial e, conseqüentemente, o bem-esta (GOMES, Necival Santos et al., 2007, p. 13). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DCC; DG; DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Estação de Piscicultura de Joanes II trabalha com peixes de água doce. Objetiva formar plantéis de matrizes e reprodutores; produção de larvas, pós-larvas e alevinos para distribuição, povoamento e repovoamento de corpos d'água públicos, além da comercialização para aquícultores particulares. (Barragem de Joanes II, Rodovia BA 093, km 14, Dias d'Ávila - BA - CEP: 42800-000) Disponível em: &lt;<a href="http://www.bahiapescas.ba.gov.br/estacoes-de-piscicultura/joanes-ii">http://www.bahiapescas.ba.gov.br/estacoes-de-piscicultura/joanes-ii</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. <b>T-1</b></p>	<p><b>DG; DR; DMO</b></p>
<p><b>T-1b: Diferentes usos econômicos</b></p>	
<p>Barragem de Joanes II está com seu nível de água baixo. Falta de chuva deixa barragem com seu nível de água baixo. (A Tarde Online: Caderno Cidades). Disponível em: Acesso em: 23 set. 2010. 23/09/2010/14/03/2008 às 16h56. <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b></p>	
<p>Nas barragens de Joanes I e II, responsáveis por 40% do abastecimento de água de Salvador e região metropolitana [...] A barragem Joanes II estava em 26,36 metros, no início de março, 26,34 m em 15 de março, saltando para 27,57 metros, no dia 2, ou o equivalente a 2.289 carros-pipa a mais de água. Disponível em: &lt;<a href="http://www.semarh.ba.gov.br/noticia">http://www.semarh.ba.gov.br/noticia</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. <b>T-1</b></p>	<p><b>DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza</b></p>	

Continua

<p>A Barragem de Santa Helena é uma interferência ambiental significativa no nosso município e conhecer a contribuição deste empreendimento na distribuição dos recursos hídricos superficiais e os impactos ambientais existentes é essencial para o fortalecimento da cultura ambiental da nossa cidade, pois é através do conhecimento que promovemos as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/3/2010). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DR; DU; DMO</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b></p>	
<p>Destruída na década de 80 durante uma das maiores cheias do Rio Jacuípe, foi reconstruída em 1999 pelo Governo do Estado devido à elevada capacidade desse rio (dez metros cúbicos por segundo), voltando a operar como reservatório auxiliar no abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/3/2010). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC; DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>A água represada tem como destino o abastecimento de empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari. Antes, o abastecimento era feito através do Rio Joanes e por causa de capacidade do Rio Jacuípe (uma média de mil litros de água por segundo), foi construída uma adutora de 11 km para levar água desse rio até as empresas do Pólo. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/3/2010). <b>T-1</b></p>	<p><b>DU; DCC</b></p>
<p><b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b></p>	
<p>Quando há necessidade, em épocas de estiagem por exemplo, a Embasa também bombeia a água da Barragem de Santa Helena para a Barragem de Joanes II para manter o nível de água desta última que é responsável pelo abastecimento de 40% de água para Salvador. Em 2008, quando o volume da água da Barragem Joanes II caiu para 44,96%, foram bombeados 3 mil litros de água por segundo da Barragem de Santa Helena. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/3/2010). <b>T-1</b></p>	<p><b>DU; DCC; DG</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza</b></p>	
<p>Na implementação da barragem (Sta. Helena) e na sua reconstrução, nível da água do lago subiu aproximadamente 14 metros encobrindo diversas localidades. As espécies que não morreram ou não conseguiram fugir com a cheia do lago, ficaram ilhados nas copas das árvores ameaçados de morte. De acordo com a reportagem publicada no Jornal A Tarde em 2001, a Embasa chegou a contratar biólogos para fazer o resgate dessas espécies. Foram encontrados iguanas, cobras diversas, sapos curururs, ninhos de pássaros que foram soltos na mata atlântica ao redor. O alagamento, mesmo que em pequena escala, pode provocar a destruição da fauna e flora locais. Os peixes são prejudicados principalmente na piracema, pois a barragem impede de subir e desovar. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/03/2010). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DU; DMO; DCC; DG</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>A mata ciliar, proteção natural contra o assoreamento das margens dos rios, está sumindo na região próxima a Barragem de Santa Helena. <b>Mesmo sendo uma área de PRESERVAÇÃO PERMANENTE</b>, que segundo o Código Florestal (Lei n. 4.771/65) deve-se manter INTOCADADA, a mata, protegida por lei, não consegue desempenhar seu importante papel de proteção aos rios e sua contribuição para o ecossistema porque está sendo destruída para fins não conhecidos. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/3/2010). <b>T-2</b></p>	<p><b>DG; DCC</b></p>
<p>T-2b: produção de eventos ambientais</p>	

Continua



<p><b>Diminuição do lago da Nova Dias d'Ávila:</b> Outro impacto ambiental é a seca do lago da Nova Dias d'Ávila conseqüente da necessidade de bombear água para a barragem do Rio Joanes II quando esta tem seu nível reduzido, principalmente em períodos de pouca chuva. O lago está diminuindo a cada dia e suas margens estão sendo destruídas. Além disso, já é possível observar a olho nú a alteração da qualidade da água em função do lançamento de esgotos sem o pré-tratamento. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/3/2010). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DG; DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p><b>Trânsito intenso de caçambas carregadas de areia (Nas margens da Lagoa da Barragem de Santa Helena):</b> São dezenas de caçambas transitando no local diariamente carregadas de areia que vão abastecer as olarias, dentre outras finalidades. Vale lembrar que as olarias são passíveis de licenciamento ambiental. Resta saber se todas as caçambas estão levando recurso natural legalmente autorizado pelo órgão ambiental competente e mesmo que sejam de áreas supostamente autorizadas, se estão seguindo um plano de manejo adequado para minimizar o impacto da atividade. Já pode-se perceber uma grande modificação na paisagem da zona rural. Os morros estão sumindo e sendo substituídos por grandes áreas degradadas. (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/03/barragem-de-santa-helena.html</a>&gt;. Acesso em: 23 set. 2010. (Matéria de 19/03/2010, acesso 23/09/2010). <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DU</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	
<p>Para diminuir os riscos de racionamento em Salvador, a Embasa está bombeando água da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, em Dias d'Ávila – aproximadamente 3,6 metros cúbicos por segundo – para o Lago da Barragem de Joanes II. Em paralelo reduziu em 20% a retirada de água da Braskem (antiga Copene) – em torno de mil litros por segundo – de Joanes II e fez um acordo com a empresa, que vai construir uma adutora de 10,5 km, no Rio Jacuípe, para que passe a utilizar água da Barragem de Santa Helena, em vez da Barragem do Joanes II. Fonte: A Tarde Online: Caderno Cidades 08/4/209. <b>T-1</b></p>	<p><b>DU; DCC</b></p>
<p><b>T-1d: O urbano e a natureza</b></p>	
<p><b>SITIO À BEIRA DA BARRAGEM SANTA HELENA – Dias d'Ávila</b>          Belíssimo sítio com: 40.000 metros quadrados, luz, casa novinha à beira d' água, pier para barco e pesca, 200 coqueiros anã mirim botando, muitas mangueiras, cajueiros, plantio de graviolas e muitos tipos de frutíferas, tanques para peixes ornamentais, localizado a 18 km de nova dias davila. por apenas \$ 55.000,00, tel 71 87499733 /71 87499733/ 71 33442994 -88609299.          Disponível em: &lt;<a href="http://diasdavila-bahia.olx.com.br/sitio-a-beira-da-barragem-santa-helena-iid-67718854">http://diasdavila-bahia.olx.com.br/sitio-a-beira-da-barragem-santa-helena-iid-67718854</a>&gt;. Acesso em: 07 de mai. de 2010.. <b>T-1</b></p>	<p><b>DU; DMO</b></p>
<p><b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1c: O rural e o urbano</b></p>	
<p>Moradores da barragem Santa Helena estão ilhados e sem telefone há 8 dias. Existe a possibilidade de faltar alimentos e remédios. Eles pedem socorro: Segundo informações cerca de cem moradores da localidade conhecida como Barragem Santa Helena, zona rural de Dias d'Ávila, estão há 8 dias sem telefone. A operadora Oi já foi comunicada, mas até o momento não solucionaram o problema. Muitos idosos pequenos agricultores estão ilhados no local. Eles pedem socorro às autoridades. Com as chuvas intensas a estrada está intransitável e existe a possibilidade de acabar os mantimentos e remédio dos moradores. Disponível em: &lt;<a href="http://camacarinoticias.com.br/leitura.php?id=75677">http://camacarinoticias.com.br/leitura.php?id=75677</a>&gt;. Acesso em: 14 abr. 2010. <b>T-1; T-2</b></p>	<p><b>DR; DMO; DU</b></p>
<p><b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b></p>	

Continua

<p>A Petrobrás vai investir R\$ 27,6 milhões para garantir o suprimento adicional de água decorrente da ampliação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, na Bahia. Desse total, R\$ 20,6 milhões vão ser transferidos à Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento, que se responsabilizará pelas obras de maior porte do projeto. A mais importante é a reconstrução da barragem Santa Helena, a cerca de 50 quilômetros de Salvador, dez anos depois de seu rompimento. A licitação para a nova barragem deve ser aberta dentro de mais um mês. A Embasa terá ainda que construir uma adutora para completar a ligação entre Santa Helena e a estação de Candeias. <u>O rompimento da velha barragem decorreu de um erro de projeto, que comprometeu a fundação do vertedouro do reservatório</u>, à época com 240 milhões de metro cúbicos de água. Santa Helena só tinha cinco anos de construída quando o incidente aconteceu, sem provocar danos mais graves. Os sinais de fissura permitiram que se adotassem medidas preventivas. Disponível em: &lt;<a href="http://infoener.iee.usp.br/scripts/infoener/hemeroteca/EmDiaComEnergia.asp?decriterio=17%2F1%2F97&amp;buPesquisar=Pesquisar">http://infoener.iee.usp.br/scripts/infoener/hemeroteca/EmDiaComEnergia.asp?decriterio=17%2F1%2F97&amp;buPesquisar=Pesquisar</a>&gt;. Acesso em: 1 set. 2010. <b>T-1; T-2</b></p>	<b>DU; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
<p>A proximidade de Salvador, da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em Mataripe, do Porto de Aratu e do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, junto com outros fatores naturais, tais como sentido predominante dos ventos, topografia plana, reservatório de água abundante no subsolo e disponibilidade de terra barata, contribuíram para que o estudo de micro-localização recomendasse a sua escolha para sediar o maior complexo industrial da região Nordeste (OLIVEIRA, 2006, p. 52). <b>T-1</b></p>	<b>DU; DG</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>A proliferação destes loteamentos lançados a venda, regular e irregularmente, cuja situação jurídica, na maioria dos casos também irregular, dificultam sobremodo o conhecimento dos limites urbanos atuais. (Plano Piloto de Dias d'Ávila, 1975, p. 26). <b>T-1</b></p>	<b>DU; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>[...] a proteção dos mananciais de água, rios e as faixas destinadas ao reflorestamento nas nascentes do rio Imbassai e riachos não estão devidamente cuidadas. Provavelmente tal acontece porque o Plano Piloto nunca foi internalizado no âmbito da Prefeitura de Dias d'Ávila, bem como muitas de suas recomendações caducaram, e o próprio COPEC (hoje SUDIC) parece ter se desobrigado de dar apoio à continuidade do processo de planejamento, sobretudo no que se refere aos núcleos urbanos próximos (CONDER, 1997, p. 17). <b>T-1; T-2</b></p>	<b>DG; DU; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
<p>Na década de 40, o padre jesuíta francês, Camilo Torrend, eminente botânico e estudioso dos campos de Dias d'Ávila, tendo acesso a documentos antigos da ordem, mandou analisar a água e a lama do rio Imbassay, em laboratórios franceses, e recebeu um resultado surpreendente: Aquelas águas eram comparáveis à das melhores estâncias européias, com qualidades terapêuticas poderosas e, mais ainda, a lama possuía propriedades medicinais louváveis, principalmente para as moléstias de pele. A notícia correu alastrando-se com grande velocidade e ganhando as cidades vizinhas e a capital, espalhou-se por toda a Bahia e até mesmo por outros estados. Dias d'Ávila tornou-se uma cidade de veraneio famosa, com chácaras aprazíveis, com belas e arborizadas vivendas aonde as celebridades baianas da época, vinham, obrigatoriamente, beber a saudável água. Disponível em: &lt;<a href="http://www.diasavila.com.br/memoria/diasdavila_arquivos/arquivos_historia/historiamunicipal.htm">http://www.diasavila.com.br/memoria/diasdavila_arquivos/arquivos_historia/historiamunicipal.htm</a>&gt;. Acesso em: 26 mai. 2010. 12:02h. <b>T-3</b></p>	<b>DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	

Continua

<p>Na década de 50, dava gosto de se ver, aos domingos, a chegada do trem (que era chamado “Pirulito”) abarrotado de turistas para passar o dia na famosa “estância das águas”. Foi quando surgiu a folclórica figura do aguadeiro que levava o líquido precioso retirado do rio, em lombo de jegues, de porta em porta pela cidade, apregoando e vendendo aquilo que os veranistas vinham buscar na cidade. E no trem, todos regressavam a seus lares carregando garrafas, galões, botijões e outros recipientes com a água que já ganhava o rótulo de “a mais leve do Brasil”. Disponível em: &lt;<a href="http://www.diasdavila.com.br/memoria/diasdavila_arquivos/arquivos_historia/historiamunicipal.htm">http://www.diasdavila.com.br/memoria/diasdavila_arquivos/arquivos_historia/historiamunicipal.htm</a>&gt;. Acesso em: 26 mai. 2010. 12:02h. <b>T-3</b></p>	<b>DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
<p>Na década de 70, com a chegada do Pólo Petroquímico, houve uma afluência enorme de pessoas que vinham de todas as plagas em busca do sonho do emprego. A partir de 1976, Camaçari começou a ter um crescimento acentuado e, sob a regência do capitão engenheiro Humberto Ellery, iniciou obras de expansão do município. Dias d’Ávila, já vinha sendo desfigurada devido ao crescente número de trabalhadores, que se instalavam e transformavam suas belas chácaras em repúblicas; era a cidade dormitório que se aboletava desalojando os antigos moradores. Disponível em: &lt;<a href="http://www.diasdavila.com.br/memoria/diasdavila_arquivos/arquivos_historia/historiamunicipal.htm">http://www.diasdavila.com.br/memoria/diasdavila_arquivos/arquivos_historia/historiamunicipal.htm</a>&gt;. Acesso em: 26 mai. 2010. 12:02h. <b>T-1</b></p>	<b>DU; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>A fama de possuir água de qualidade terapêutica, aliado a um agradável clima tropical úmido fizeram com que Dias d’Ávila tornasse um pólo de atração recreativo. Por outro lado, viabilizou-se um prospero mercado para as indústrias de engarrafamento de água mineral como Dias d’Ávila, Indaiá, Fratelli Vita, Maiorca e a Indústria de bebidas e Fabrica de Cerveja D’Ávila Beer (CBB). Estes fatores aliados à instalação da Refinaria Landulpho Alves em São Francisco do Conde em 1950, do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC) no final da década de 1970; da Caraíba Metais e do Complexo Automobilístico Ford (CAF) 2000, contribuíram de forma direta ou indireta no crescimento urbano da cidade. (PEREIRA, 2010; UCSAL, p. 9). <b>T-1; T-3</b></p>	<b>DG; DMO; DU</b>
<b>T-1a: Apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico; T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
<p>Pela curta distância da capital, o local a oferecer aos visitantes além da excelente qualidade de água, outra atração: à argila de origem caulim denominado pelos visitantes como lamas medicinais usada na cura de enfermidades. Estes fatores atraem na década de 1940 um grande número de pessoas a desfrutarem aos finais de semana a cidade para o lazer e descanso. Aos poucos o local foi expandindo a área central, devido às construções de chácaras. Na proporção que o fluxo de veranistas e visitantes aumentava investimentos turísticos e de serviços eram ampliados, a exemplo do Hotel Balneário. (PEREIRA, Marcos Vinícius, ; UCSAL, 2010 p. 9). <b>T-3</b></p>	<b>DG; DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
<p>O COPEC é um enclave localizado entre as sedes dos municípios de Camaçari e Dias d’Ávila entre as represas Joanes II e Santa Helena sobre o divisor da águas das bacias hidrográfica do rio Joanes e do rio Jacuípe. Conta com uma rede rodoviária e a rede dutoviária que liga as empresas petroquímicas à Empresa de Proteção Ambiental (CETREL) e daí em direção ao Oceano por meio do emissário submarino (PEREIRA, Marcus Vinicus, UCSAL, 2010, p. 15). <b>T-1</b></p>	<b>DU; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

<p>Ainda na Bahia, outro projeto relevante é o da adutora Santa Helena, recentemente construída em parceria com a Embasa, com a finalidade de ampliar o fornecimento de água na região do Pólo Industrial de Camaçari. A adutora, com 11 km de extensão, vai do município de Dias d'Ávila à Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem, em Camaçari. (A Tarde Online) Disponível em: &lt;<a href="http://sustentabilidade.atarde.com.br/?m=20091119">http://sustentabilidade.atarde.com.br/?m=20091119</a> Acesso em: 1 set. 2010. T-1</p>	<b>DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>A obra, que exigiu recursos de R\$ 20 milhões, obedeceu a rigoroso projeto de controle dos impactos ambientais, priorizando a preservação das vias de ligação, das áreas populosas e dos demais locais de interferência ao ecossistema. Foi observado cuidadoso plano de manejo das espécies locais, para a devida recomposição da vegetação. Agora, o abastecimento de água a partir da bacia hidrográfica do Rio Jacuípe, que alimenta a barragem de Santa Helena, está garantido. Com adutora, a capacidade de captação de água bruta será dobrada, de fontes distintas, e o mais importante, de fontes perenes que não sofrem com os efeitos da estiagem. (A Tarde Online, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://sustentabilidade.atarde.com.br/?m=20091119">http://sustentabilidade.atarde.com.br/?m=20091119</a>&gt;. Acesso em: 1 set. 2010. T-1</p>	<b>DU; DG; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>A Barragem Santa Helena, que abastece de água todo o pólo, tem produção suficiente para fornecer os 100 mil metros cúbicos/mês que a Ford necessita. Disponível em: &lt;<a href="http://www.reporterdiario.com.br/blogs/capitalsocial/?p=143">http://www.reporterdiario.com.br/blogs/capitalsocial/?p=143</a>&gt;. Acesso em: 28 set. 2010. T-1</p>	<b>DU; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>A barragem de Santa Helena, Bahia, em maio de 1985, sofreu erosão na fundação, e, não se sabe o número de mortos. (BUZZI, 2007, p. 10). Disponível em: &lt;<a href="http://www.ppgmne.ufpr.br/arquivos/diss/173.pdf">http://www.ppgmne.ufpr.br/arquivos/diss/173.pdf</a>&gt;. Acesso em: 28 set. 2010. T-2</p>	<b>DU</b>
<b>T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
<p>Porque o Lago da Nova (Dias d'Ávila) seca? Quando há seca na Bacia do Rio Paraguaçu, o nível de água do lago da Barragem de Pedra do Cavalo (localizada no recôncavo) diminui porque as suas cinco comportas permanecem fechadas como forma de racionamento, afinal este lago é responsável por 60% do abastecimento de Salvador e Região Metropolitana, além de Feira de Santana e Região Fumageira. Por conta disso, o reservatório que abastece em torno de 40% a nossa capital - Barragem de Joanes II- também é afetado. Para que os bairros de Salvador não passem por racionamento, a Embasa bombeia a água da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, em Dias d'Ávila, para o Lago da Barragem de Joanes II. <b>É por esse motivo que o lago da Nova Dias d'Ávila em determinados períodos diminui o seu volume e algumas vezes chega até secar totalmente.</b> (Instituto Verdecicla, 2010). Disponível em: &lt;<a href="http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/01/porque-o-lago-da-nova-seca.html">http://institutoverdecicla.blogspot.com/2010/01/porque-o-lago-da-nova-seca.html</a>&gt;. Acesso em: 29 jan. 2010. T-2; T-1</p>	<b>DCC DG; DU</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b>	
<p>Estiagem ameaça abastecimento de água em Salvador: Fenômeno muito comum ao Semi-Árido Nordeste, a estiagem chega com força em Salvador e já causa alguns reflexos que podem comprometer o abastecimento de água para consumo. Com um nível crítico de reservas, a Barragem Joanes II opera com apenas 2 m<sup>3</sup> a mais que a capacidade mínima que é de 24m<sup>3</sup>. Para evitar transtornos maiores como um possível racionamento, a direção da Embasa - empresa responsável pelo abastecimento no Estado - adotou algumas medidas consideradas emergenciais. As principais são a supressão de 1 mil a 1,1 mil litros de água por segundo e a transposição de recursos hídricos - por meio de adutora - da Barragem Santa Helena, no Rio Jacuípe para a Joanes II que é responsável por 40% da água consumida na capital baiana. Outro procedimento é a importação de recursos hídricos que a petroquímica Braskem fará da Barragem Santa Helena. De acordo com a direção da Embasa, da vazão de 9,5 mil litros por segundo ofertados para Salvador, entre 23% e 24% do volume são perdidos por conta de ligações clandestinas e vazamentos. (A Tarde Online: Caderno Cidades, 18/02/2008, às 11:23h. Atualizada em: 18/02/2008 às 15:48h). T-1</p>	<b>DU; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

<p>O município de Dias d'Ávila, esta localizado da Região Metropolitana de Salvador, com a sua privilegiada posição geográfica, com a proximidade do Pólo Petroquímico de Camaçari, do Centro Industrial de Aratu e das praias paradisíacas do Litoral Norte, colocam-no em ritmo de acelerado crescimento industrial e turístico. Até a década de 60 e início de 70, um dos locais mais procurados, pelas pessoas com faixa de renda mais elevada, para o lazer, eram seus atributos ambientais, constituído de água mineral e lama medicinal. (Jornal Primeira Página). Disponível em: &lt;www.jornalprimeirapagina.com.br/.../imbaca5.gif&gt;. Acesso em: 08 out. 2010. <b>T-1, T-3</b></p>	<b>DU; DMO; DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
<p>“Rio Imbassai vira esgoto a céu aberto em Dias d'Ávila”: O Rio Imbassay que corta a praça que leva o seu nome, na cidade de Dias d'Ávila, o que foi um local de lazer para os moradores do local no passado, virou um verdadeiro esgoto a céu aberto. Uma parte do seu leito está seco e com muito lixo, bancos de areia, lama e coliformes fecais. A equipe de reportagem do jornal Primeira Página esteve no local e encontrou diversas garrafas pets e sacos plásticos. O mais grave de tudo é o esgoto, lançado no leito sem nenhum controle sanitário. A fedentina já começa a exalar ao lado de uma das pontes. “Quando cheguei aqui esse rio era rio, antes tinha uma lama medicinal e um ex-prefeito cobriu todo o leito com cimento, e o rio foi aterrado e espremido”, disse uma voluntária que caminhava na praça. Durante as chuvas torrenciais o rio transborda, proveniente das barreiras de contenções de concreto, pois falta altura nas laterais, formando um estreitamento da vazão insuficiente para o escoamento das águas. Existe uma canaleta de aproximadamente dez metros de largura, causando a necessidade de existir a mesma largura em baixo da ponte. (Jornal Primeira Página, 2010). Disponível em: &lt;www.jornalprimeirapagina.com.br/.../imbaca5.gif&gt;. Acesso em: 08 out. 2010. <b>T-1; T-2, T-3</b></p>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos; T-3b: Uso cultural como natureza</b>	
<p>Segundo José Renato Teixeira Leite, 44 anos, morador do local e titular de um abaixo assinado encaminhado à prefeitura, pedindo a revitalização do rio, existe uma denúncia no Ministério Público denunciando o descaso do rio. A Câmara de Vereadores também recebeu o abaixo-assinado. “Fui informado que o presidente da Câmara já encaminhou a denúncia ao Ministério Público”. O abaixo-assinado contou com a participação de 102 representantes de moradores, protocolado na prefeitura e tramitado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que tem uma coordenação de meio ambiente. As tábuas que serviram para construções das pequenas pontes que os pedestres utilizam para atravessar o rio estão se quebrando podendo causar um acidente a qualquer momento. (Jornal Primeira Página, 2010). Disponível em: &lt;www.jornalprimeirapagina.com.br/.../imbaca5.gif&gt;. Acesso em: 08 out. 2010. <b>T-2, T-1</b></p>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b>	
<p>Outorga para empresa Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda; município de Dias d'Ávila, uso abastecimento industrial; captação subterrânea; Localização Lat.12°35'54" e Long. 38°20'34". (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b></p>	<b>DU; DCC; DG; DMO</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
<p>Outorga para Companhia Brasileira de Bebidas – CBB; 12°36'51"; 38°20'11"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b></p>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

Outorga para Companhia Brasileira de Bebidas – CBB; 12°36'48"; 38°19'57"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Mineral – Minérios da Bahia Ltda; 12°38'30,7"; 38°22'11,7"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para CBR - Indústria e Comércio de Bebidas Ltda; 12°36'12"; 38°20'0"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°37'10"; 38°19'6"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°37'6"; 38°19'2"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°36'59"; 38°18'44"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°36'59"; 38°18'44"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°34'21,7"; 38°10'41,8"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°37'21"; 38°16'9"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Água Mineral Vida Ltda; 12°36'39,1"; 38°19'17,6"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Mineração Canaã Ltda; 12°34'48,8"; 38°20'43,4"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Fonte D Vida Indústria e Comércio de Águas Minerais e Bebidas Ltda; 12°38'24"; 38°21'16"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

Outorga para CHESF; 12°37'21,3"; 38°20'54"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para CHESF; 12°37'21,5"; 38°21'58,1"; Dias d'Ávila; Uso abastecimento humano; captação subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
T-1d: O urbano e a natureza	
Outorga para Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila; 12°36'52"; 38°18'45"; Dias d'Ávila; não especificado o uso (null); captação superficial. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para BRASKEM AS; 12°39'24,9"; 38°20'29,9"; Camaçari; Uso abastecimento industrial; captação subterrânea (deixei pois a captação de água é na B. Sta. Helena) . (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para BRASKEM AS; 12°39'55,3"; 38°21'37,2"; Camaçari; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para BRASKEM AS; 12°38'54,3"; 38°20'23,6"; Camaçari; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para BRASKEM AS; 12°39'43,9"; 38°20'44,7"; Camaçari; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para BRASKEM AS; 12°39'36,9"; 38°20'16,4"; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para CIBA Especialidades Químicas Ltda; 12°37'43"; 38°19'44"; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; Dias d'Ávila; 12°37'34"; 38°12'27"; Dias d'Ávila; Uso Abastecimento Humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Empresa Baiana de Água e Saneamento AS - EMBASA; 12°36'23"; 38°19'4"; Dias d'Ávila; Uso Abastecimento Humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Incenor Indústria Cerâmica do Nordeste do Nordeste; 12°38'57"; 38°21'34"; Dias d'Ávila; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua

Outorga para Tecnogres Revestimento Cerâmicas; 12°38'57"; 38°21'34"; (Não Disponível); (para o Ingá o município aparece como “não disponível” em pesquisa na net, identificamos que a mesma está localizada no município de Dias d’Ávila-BA) Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Álvaro Roberto dos Santos Coelho; 12°39'9"; 38°22'49"; Dias d’Ávila; Uso Piscicultura/Aqüicultura; captação Superficial. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos</b>	
Outorga para Prefeitura Municipal de Dias d’Ávila; 12°34'19"; 38°10'22,6"; Dias d’Ávila; Uso Abastecimento Humano; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DCC; DMO</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda.; 12°35'54"; 38°20'34"; Dias d’Ávila; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda.; 12°35'29,3";38°20'10,7"; Dias d’Ávila; Lançamento de Efluentes Superficial. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1d: O urbano e a natureza; T-2a: produção de riscos</b>	
Outorga para ITF Chemical LTDA.; 12°38'2"; 38°19'23"; Dias d’Ávila; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF; 12°37'21,5"; 38°20'53,5"; Dias d’Ávila; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para PPM - Indústria Com. de Águas Minerais Ltda.; 12°36'30"; 38°20'20,1"; Dias d’Ávila; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para PPM - Indústria Com. de Águas Minerais Ltda.; 12°36'20"; 38°20'30"; Dias d’Ávila; Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	
Outorga para Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda; 12°37'34,4"; 38°19'24,8"; Camaçari (jogar as coordenadas para verificar onde cai!); Uso Abastecimento Industrial; captação Subterrânea. (Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, 2009). <b>T-1</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1b: Diferentes usos econômicos; T-1d: O urbano e a natureza</b>	

Continua



[...] composto pela implantação do segundo complexo petroquímico do país entre as sedes dos municípios de Camaçari e de Dias d'Ávila – antiga estância hidromineral. Hoje este local está inviabilizado como lugar de turismo e veraneio, pela poluição atmosférica e pelo receio dos riscos de contaminação aquífero de São Sebastião, sobre o qual operam as plantas do COPEC e de novas indústrias vizinhas. BRANDÃO, Maria Azevedo. Ensaio: Os vários Recôncavos e seus riscos. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/n01/pdf/brandao.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010. <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG; DMO</b>
<b>T-1c: O rural e o urbano; T-1d: O urbano e a natureza; T- T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Rio Imbassay: O grandioso e glorioso Rio Imbassay de outrora ainda está debatendo na nossa cidade. Cheio de sujeira e de esgoto – até lixo nele tem. Foram anos dele nos pedindo socorro e nada. Hoje o rio não traz mais dinheiro, nem turismo e nem nome pra nossa cidade. Quem deixou o Rio morrer? Quem sujou o rio? Quem acabou com o nosso turismo? Quem enterrou nossa estância hidromineral? Foi fulano ou cicrano – foram eles sim, a culpa é de quem podia tomar providências e não tomou. A culpa é e quem está ai este tempo todo e que podia fazer alguma coisa e não fez. Querem ouvir outra verdade – fomos nós que permitimos que ele morresse, pois não fizemos nada por ele, e ele fez tanto por esta cidade. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano 3, nº 23, p. 7, nov. 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DG; DU; DR</b>
<b>T-1d: o urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Lagoa sem solução: Continua sem solução o problema da sujeira e das descargas de dejetos humanos nas lagoas de Dias d'Ávila. A lagoa continua poluída e os esgotos continuam desaguando em quatro pontos da lagoa. Ninguém parece se importar. Já acabaram com o rio. Já acabaram com vários mananciais e arroios que cortavam vários bairros. Já acabaram com a estância hidromineral. Já acabaram com o turismo. Aos olhos de nossas autoridades essa é uma questão difícil e impossível de solucionar. Tem uma equipe da prefeitura tirando as algas conhecidas como “baronesas” que estão “escondendo” e “enfeitando” a lagoa. A baronesa é sinal de sujeira e poluição. Se tirarem todas, elas vão voltar a infestar a lagoa novamente. A solução é tirar os esgotos que caem na lagoa. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano 3, nº 23 , p. 7, nov. 2010). <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG</b>
<b>T-1d: o urbano e a natureza; T-2b: produção de eventos ambientais</b>	
Desaparecimento da Localidade de Timbetuba, submersa pelas águas da Barragem de Santa Helena. (Base SEI de localidades, 1975-1985). <b>T-1; T-2</b>	<b>DU; DG; DMO; DCC</b>
<b>T-1a: Apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico; T-1d: o urbano e a natureza; T-1d: Rural e o urbano</b>	
<b>Eventos geradores de tensões no uso da água</b>	<b>237</b>
<b>Tensão 1 - Tensões pela apropriação da natureza</b>	<b>145</b>
<b>T-1a - Apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico</b>	<b>4</b>
<b>T-1b - Disputa entre os diferentes usos econômicos</b>	<b>31</b>
<b>T-1c - Disputa entre o rural e o urbano</b>	<b>17</b>
<b>T-1d - Disputa entre o urbano e a natureza</b>	<b>139</b>
<b>Tensão 2- Usos geradores de riscos ambientais</b>	<b>71</b>
<b>T-2a - Produção de riscos</b>	<b>22</b>
<b>T-2b - Produção de eventos ambientais</b>	<b>60</b>
<b>Tensão 3 - Usos da natureza em atividades culturais</b>	<b>20</b>
<b>T-3a - Uso cultural como recursos naturais</b>	<b>01</b>
<b>T-3b - Uso cultural como natureza.</b>	<b>19</b>
<b>Determinações</b>	
<b>DG – Determinações Geoambientais</b>	<b>119</b>
<b>DR – Determinações Rurais</b>	<b>40</b>
<b>DU – Determinações Urbanas</b>	<b>138</b>
<b>DCC – Determinações do Conhecimento Científico</b>	<b>85</b>
<b>DMO – Determinações do Modo de Ocupação</b>	<b>67</b>

Fonte: Universidade Católica do Salvador/Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/Pesquisa análise das tensões territoriais no uso da água em Dias d'Ávila/BA, 2009/2010. Débora Porciuncula.

**Quadro 2** – Determinações, variáveis independentes e dimensões predominantes como tensões rural-urbanas – Dias d'Ávila, 2010.

<i>Determinações das Tensões</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Dimensões Predominantes</i>						
	<i>V. independentes</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>S</i>	<i>P</i>	<i>Sj</i>	<i>N</i>	<i>A</i>
<i>Determinações Geoambientais</i>	Aptidões naturais						<i>x</i>	
	Funcionamento ecossistêmico						<i>x</i>	
	Riscos naturais para o uso humano						<i>x</i>	<i>x</i>
	Áreas de preservação permanente (APP)							<i>x</i>
	Aptidões para uso humano						<i>x</i>	<i>x</i>
<i>Determinações Rurais</i>	Imanência da natureza	<i>x</i>						
	Localização com evidência material da natureza						<i>x</i>	
	Existência de paisagens com predomínio de natureza						<i>x</i>	
	Apropriação dos recursos naturais	<i>x</i>	<i>x</i>			<i>x</i>	<i>x</i>	
	Relações mais intensas com a natureza		<i>x</i>			<i>x</i>		
<i>Determinações Urbanas</i>	Evidência de elementos construídos (barragens; hotéis; bares/restaurantes; edificações)	<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>			
	Intensidade de uso (uso industrial; uso dos recursos hídricos; densidade demográfica)	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>	<i>x</i>
	Existência de paisagem modificada pela substituição de elementos naturais por elementos construídos	<i>x</i>	<i>x</i>					<i>x</i>
<i>Determinações do Conhecimento Científico</i>	Teorizações herdadas	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		
	Teorização reexaminadas	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		
	Surgimento das ciências ambientais							
<i>Determinações do Modo de Ocupação</i>	Condição metropolitana de desenvolvimento	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		
	Acumulação do capital	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		

Dimensões predominantes: E – Econômicas; C – Culturais (envolve conhecimento científico e experiência); S – Sociabilidade; P – Políticas; Sj – Subjetividade; N – Natureza; A – Ambiental  
 Fonte: Elaboração a partir de tensões identificadas pela pesquisa da dissertação.

**Quadro 3** – Determinações, variáveis dependentes e dimensões predominante como tensões rural-urbanas – Dias d'Ávila, 2010. 1-3

<i>Determinações das Tensões</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Dimensões Predominantes</i>						
	<i>V. Dependentes</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>S</i>	<i>P</i>	<i>Sj</i>	<i>N</i>	<i>A</i>
<i>Determinações Geoambientais</i>	Riscos por antropização	x						x
	Eventos ambientais	x						x
	Recuperações e remediações ambientais	x						x
	Redefinição de aptidões para o uso humano	x	x					x
<i>Determinações Rurais</i>	Localização com evidência cultural da natureza		x			x		
	Relações com a cidade	x	x	x		x		
	Menos mediação técnica entre ser humano e natureza não humana		x					x
	Memória nostálgica de ritmo e relações diretas com a natureza		x			x		
	Diversidade natural exuberante na memória dos moradores antigos		x					
	Diversidade natural exuberante na expectativa dos imigrantes		x	x		x		
	Sentimento de impotência frente às transformações urbano-industriais					x		
	Ações de preservação e conservação ambientais		x		x			x

Continua

<i>Determinações das Tensões</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Dimensões Predominantes</i>						
	<i>V. Dependentes</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>S</i>	<i>P</i>	<i>Sj</i>	<i>N</i>	<i>A</i>
<i>Determinações Urbanas</i>	Apropriação formal e informal de espaços protegidos	x			x			x
	Maior mediação técnica entre ser humano e natureza não humana	x	x		x			
	Relações mais intensas com ritmos tecnificados	x	x					
	Tendência a homogeneização de espaços onde ocorre diversidade natural e cultural	x	x					
	Fixação local de base produtiva	x	x		x			x
	Formação de mercado de terras para fins residências, com segregação econômica	x	x	x	x			
<i>Determinações do Conhecimento Científico</i>	Identificação de novos ícones de ruralidade (inclui a questão ambiental como resposta do rural ao padrão de desenvolvimento vigente)	x	x			x		x
	Classificações já estabelecidas (IBGE)	x	x					

Continua

<i>Determinações das Tensões</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Dimensões Predominantes</i>						
	<i>V. Dependentes</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>S</i>	<i>P</i>	<i>Sj</i>	<i>N</i>	<i>A</i>
<i>Determinações do Modo de Ocupação</i>	Inobservância do funcionamento ecossistêmico (relativo a elementos naturais de preservação do ecossistema; degradação, riscos e eventos ambientais)	<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>			
	Propriedade privada de recursos naturais	<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>			<i>x</i>
	Atividade por enquadramento econômico (indústria, comércio, formação de mercados)	<i>x</i>			<i>x</i>			
	Atividade por enquadramento cultural		<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>		
	Dinâmica populacional	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>				
	Dinâmica funcional (multifuncionalidades municipal)	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>			
	Paisagem (empreendimentos econômicos “rurais e urbanos”)	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>		<i>x</i>
	Governabilidade municipal	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>			
	Operacionalização de diretrizes governamentais de política econômica	<i>x</i>	<i>x</i>		<i>x</i>			

Dimensões predominantes: E – Econômicas; C – Culturais (envolve conhecimento científico e experiência); S – Sociabilidade; P – Políticas; Sj – Subjetividade; N – Natureza; A – Ambiental  
 Fonte: Elaboração a partir de tensões identificadas pela pesquisa da dissertação.

## ANEXO 2 - RELAÇÃO DAS OUTORGAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DO MUNICÍPIO DE IAS D'ÁVILA – BAHIA , 2010.

LAT	LON	REQUERENTE	LATITUDE	LONGITUDE	MUNICÍPIO	USO	CULTURA	METODO IRRRI	MANANCIAL	VAZÃO	AREAIRRIGA	ÁREA DRENAG	TIPOCAPTAC	TIPO	STATUS	BACIA	SUBBACIA	RPGA
-12,598333	-38,342778	INDAIA BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA	12°35'54"	38°20'34"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	345,6	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,614167	-38,336389	COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS - CBB	12°36'51"	38°20'11"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	245	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,613333	-38,332500	COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS - CBB	12°36'48"	38°19'57"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	335	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,641861	-38,369917	Mineral - Minérios da Bahia Ltda	12°38'30,7"	38°22'11,7"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	347	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,680833	-38,356111	CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS	12°40'51"	38°21'22"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	50	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,660556	-38,348611	Bahia Fertilizantes Ltda - BAFERTIL	12°39'38"	38°20'55"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	120	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,603333	-38,333333	CBR - Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	12°36'12"	38°20'0"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	80	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,633889	-38,323278	SMITHKLINE Quimica do Nordeste Ltda.	12°38'2"	38°19'23,8"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	530	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,621389	-38,326667	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose	12°37'17"	38°19'36"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3912	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,625833	-38,328083	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose	12°37'33"	38°19'41,1"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	4584	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,622500	-38,333056	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose	12°37'21"	38°19'59"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3640	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,627778	-38,334722	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose	12°37'40"	38°20'5"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3816	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,623611	-38,337222	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose	12°37'25"	38°20'14"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3800	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,629444	-38,338333	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose	12°37'46"	38°20'18"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	1770	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,619444	-38,318333	EMBASA	12°37'10"	38°19'6"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	3236	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,618333	-38,317222	EMBASA	12°37'6"	38°19'2"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	393	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,616389	-38,312222	EMBASA	12°36'59"	38°18'44"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	2615	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,616389	-38,312222	EMBASA	12°36'59"	38°18'44"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	3236	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,572694	-38,178278	EMBASA	12°34'21,7"	38°10'41,8"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	240	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,622500	-38,269167	EMBASA	12°37'21"	38°16'9"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	700	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)

continua

-12,668333	-38,341194	Petrobras Bras. SA	12°40'6"	38°20'28,3"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	5160	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,671944	-38,351444	Petrobras Bras. SA	12°40'19"	38°21'5,2"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	6790	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,675722	-38,355917	Petrobras Bras. SA	12°40'32,6"	38°21'21,3"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	6790	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,682222	-38,356111	Petrobras Bras. SA	12°40'56"	38°21'22"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	1900	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,610861	-38,321556	Agua Mineral Vida Ltda.	12°36'39,1"	38°19'17,6"	Dias d' Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	180	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,580222	-38,345389	Mineracao Canaã Ltda.	12°34'48,8"	38°20'43,4"	Dias d' Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	300	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,640000	-38,354444	Fonte D Vida Indústria e Comércio de Águas Minerais e Bebidas Ltda.	12°38'24"	38°21'16"	Dias d' Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	150	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,622583	-38,348333	CHESF	12°37'21,3"	38°20'54"	Dias d' Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	26	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,622639	-38,366139	CHESF	12°37'21,5"	38°21'58,1"	Dias d' Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	26	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,660667	-38,357250	Companhia Bahiana de Fibras - COBAFI	12°39'38,4"	38°21'26,1"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	60	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	VIII - Rio Joanes	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,657194	-38,341639	BRASKEM SA	12°39'25,9"	38°20'29,9"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3720	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,665361	-38,360333	BRASKEM SA	12°39'55,3"	38°21'37,2"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	2470	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,648417	-38,339889	BRASKEM SA	12°38'54,3"	38°20'23,6"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	2640	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,662194	-38,345750	BRASKEM SA	12°39'43,9"	38°20'44,7"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3360	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,660250	-38,337889	BRASKEM SA	12°39'36,9"	38°20'16,4"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	2640	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,628611	-38,328889	CIBA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA	12°37'43"	38°19'44"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	213	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,626111	-38,207500	EMBASA Dias D Ávila	12°37'34"	38°12'27"	Dias d' Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	432	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,606389	-38,317778	EMPRESA BAIANA DE ÁGUA E SANEAMENTO SA	12°36'23"	38°19'4"	Dias d' Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	3542	(null)	(null)	Subterrânea	Concessão	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)

continua

-12,632972	-38,327028	QUANTAS BIOTECNOLOGIA LTDA.	12°37'58,7"	38°19'37,3"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,636111	-38,344111	BAHIA PULP SA	12°38'10"	38°20'38,8"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	5000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,621972	-38,327056	BAHIA PULP SA	12°37'19,1"	38°19'37,4"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	6000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,625278	-38,328694	BAHIA PULP SA	12°37'31"	38°19'43,3"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	5000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,623306	-38,333056	BAHIA PULP SA	12°37'23,9"	38°19'59"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	6000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,627444	-38,335583	BAHIA PULP SA	12°37'38,8"	38°20'8,1"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	5000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,629306	-38,338667	BAHIA PULP SA	12°37'45,5"	38°20'19,2"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	5000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,623583	-38,337278	BAHIA PULP SA	12°37'24,9"	38°20'14,2"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	4440	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,641000	-38,343417	BAHIA PULP SA	12°38'27,6"	38°20'36,3"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	5000	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Cancelado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,654167	-38,351944	TRANSULTRA - ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE ESPECIALIZADO LTDA	12°39'15"	38°21'7"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	144	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,617778	-38,364722	Caraíba Metais SA	12°37'4"	38°21'53"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	1200	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,623056	-38,369444	Caraíba Metais SA	12°37'23"	38°22'10"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	2376	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,635000	-38,367500	Caraíba Metais SA	12°38'6"	38°22'3"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	3264	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,623056	-38,369444	Caraíba Metais SA	12°37'23"	38°22'10"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	2520	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,626944	-38,363056	Caraíba Metais SA	12°37'37"	38°21'47"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	2448	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,577139	-38,344917	JORGE LEVINO BRASIL	12°34'37,7"	38°20'41,7"	Salvador	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	300	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,632917	-38,333222	IMAGRAF - INDÚSTRIA DE TINTAS GRÁFICAS LTDA	12°37'58,5"	38°19'59,6"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,649167	-38,359444	INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE	12°38'57"	38°21'34"	Dias d' Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	76	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,649167	-38,359444	TECNOGRES REVESTIMENTO CERÂMICAS	12°38'57"	38°21'34"	(Não Disponível)	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	76	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,652500	-38,380278	ALVARO ROBERTO DOS SANTOS COELHO	12°39'9"	38°22'49"	Dias d' Ávila	Piscicultura/Aquicultura	(null)	(null)	(null)	75	1	2	Superficial	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,668306	-38,347750	NEWSUL SA - EMBALAGENS E COMPONENTES	12°40'5,9"	38°20'51,9"	Camaçari	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)

continua



-12,619583	-38,300000	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI	12°37'10,5"	38°18'0"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,571944	-38,172944	Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila	12°34'19"	38°10'22,6"	Dias d'Ávila	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,598333	-38,342778	Indaiá Brasil Águas Mineiras LTDA.	12°35'54"	38°20'34"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	480	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,591472	-38,336306	Indaiá Brasil Águas Mineiras LTDA.	12°35'29,3"	38°20'10,7"	Dias d'Ávila	Lançamento de Efluentes	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Superficial	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,633889	-38,323056	ITF Chemical LTDA.	12°38'2"	38°19'23"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	530	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,660667	-38,357250	Kordsa Brasil	12°39'38,4"	38°21'26,1"	Camacari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	500	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,624528	-38,298278	ET Tourinho Emp. e Participações	12°37'28,3"	38°17'53,8"	Camacari	Abastecimento Humano	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,623694	-38,298333	ETTourinho Empreendimentos e Participações Ltda	12°37'25,3"	38°17'54"	Camacari	Lançamento de Efluentes	(null)	(null)	RIO JACUIPE (50730000)	11	(null)	(null)	Superficial	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,622639	-38,348194	Companhia Hidro Elétrica do Sao Francisco - CHESF	12°37'21,5"	38°20'53,5"	Dias D'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	VI - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
-12,608333	-38,338917	PPM - Indústria Com. de Águas Minerais Ltda.	12°36'30"	38°20'20,1"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	7,69	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,605556	-38,341667	PPM - Indústria Com. de Águas Minerais Ltda.	12°36'20"	38°20'30"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	18	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,626222	-38,323556	Saint Gobain do Brail Produtos Industriais e para Construção Ltda.	12°37'34,4"	38°19'24,8"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Andamento	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,628611	-38,328889	CIBA GEIGY DA BAHIA SA	12°37'43"	38°19'44"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	213	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,580278	-38,326111	Metanor SA - Metanol do Nordeste	12°34'49"	38°19'34"	Camaçari	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	360	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)
-12,595917	-38,329306	Água Mineral Salvador	12°35'45,3"	38°19'45,5"	Dias d'Ávila	Abastecimento Industrial	(null)	(null)	(null)	172	(null)	(null)	Subterrânea	Autorização	Outorgado	VII - Recôncavo Norte	(null)	(null)

# ANEXO 3 - MAPA DE CAMPO

